



Garantias e Violações dos Direitos Humanos

**Comissão de Cidadania
e Direitos Humanos**



**Assembleia
Legislativa**

Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO AZUL 2017

Garantias e violações dos Direitos Humanos



**Assembleia
Legislativa**

Estado do Rio Grande do Sul



**Comissão de
Cidadania e
Direitos
Humanos**

MESA DIRETORA – 2018

Presidente: Marlon Santos (PDT)

1º Vice-Presidente: Deputado Juliano Roso (PCdoB)

2º Vice-Presidente: Deputado Nelsinho Metalúrgico (PT)

1º Secretário: Deputado Edson Brum (MDB)

2º Secretário: Deputado Frederico Antunes (PP)

3ª Secretária: Deputada Zilá Breitenbach (PSDB)

4º Secretário: Deputado Maurício Dziedricki (PTB)

1º Suplente de Secretário: Deputado Gilmar Sossella (PDT)

2ª Suplente de Secretária: Deputada Liziane Bayer (PSB)

3º Suplente de Secretário: Deputado Missionário Volnei (PR)

4º Suplente de Secretário: Deputado Edu Olivera (PDT)

COMISSÃO DE CIDADANIA DE DIREITOS HUMANOS 2018

Presidente: Jeferson Fernandes - PT

Vice-Presidente: Miriam Marroni- PT

Titulares:

Álvaro Boessio (MDB)
Bombeiro Bianchini (PR)
Enio Bacci (PDT)
João Reinelli (PSD)
Lucas Redecker (PSDB)
Luis Augusto Lara (PTB)
Manuela d'Ávila (PCdoB)
Missionário Volnei (PR)
Pedro Ruas (PSOL)
Pedro Westphalen (PP)

Suplentes:

Eduardo Loureiro (PDT)
João Fischer (PP)
Juliano Roswo (PCdoB)
Luiz Fernando Mainardi (PT)
Pedro Pereira (PSDB)
Ronaldo Santini (PTB)
Stela Farias (PT)
Tiago Simon (MDB)

MESA DIRETORA – 2017

Presidente: Deputado Edegar Pretto (PT)

1ª Vice-Presidente: Deputada Liziane Bayer (PSB)

2º Vice-Presidente: Deputado Frederico Antunes (PP)

1ª Secretária: Deputada Juliana Brizola

2º Secretário: Deputado Juvir Costella

3º Secretário: Deputado Maurício Dziedricki (PTB)

4º Secretário: Deputado Adilson Troca

1º Suplente de Secretário: Deputado Valdeci Oliveira (PT)

2º Suplente de Secretário: Deputado Juliano Roso (PCdoB)

3º Suplente de Secretário: Deputado Bombeiro Bianchini (PPL)

4º Suplente de Secretário: Deputado Missionário Volnei (PR)

COMISSÃO DE CIDADANIA DE DIREITOS HUMANOS 2017

Presidente: Jeferson Fernandes - PT

Vice-Presidente: Miriam Marroni - PT

Titulares:

Álvaro Boessio - PMDB
Bombeiro Bianchini - PPL
Enio Bacci - PDT
João Reinelli - PV
Lucas Redecker - PSDB
Luis Augusto Lara - PTB
Manuela d'Ávila - PCdoB
Marcel van Hattem - PP
Missionário Volnei - PR
Pedro Ruas - PSOL

Suplentes:

Aloísio Classmann - PTB
Eduardo Loureiro - PDT
João Fischer - PP
Juliano Roso - PCdoB
Luiz Fernando Mainardi - PT
Pedro Pereira - PSDB
Stela Farias - PT
Tiago Simon - PMDB

SUMÁRIO:

MESA DIRETORA – 2018	5
COMISSÃO DE CIDADANIA DE DIREITOS HUMANOS 2018	5
MESA DIRETORA – 2017	6
COMISSÃO DE CIDADANIA DE DIREITOS HUMANOS 2017	6
PREFÁCIO	12
Os direitos humanos no contexto contemporâneo: uma agenda civilizatória para o século XXI	12
Jeferson Fernandes	
APRESENTAÇÃO	14
O que é o Relatório Azul?	14
Parte I DEBATENDO OS DIREITOS HUMANOS	15
1 - A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA	17
O Governo Temer e as Violações de Direitos Humanos no Brasil	17
<i>Maria do Rosário Nunes</i>	
2 - AS MULHERES E O COMBATE À VIOLÊNCIA SEXISTA	19
Políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Rio Grande do Sul: retrocessos e estratégias de resistência	19
<i>Renata Teixeira Jardim</i>	19
3 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O DIREITO DE CRESCER SEM VIOLAÇÕES	22
Os filhos que ninguém quer - <i>Maria Rosi Marx Prigol</i>	22
4 - DISCRIMINAÇÃO RACIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO	24
A Luta Contra a Discriminação Racial no Brasil e a afirmação da Identidade Negra	24
<i>Ivonete Carvalho</i>	
5 - CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	28
Criminalização do exercício do direito de manifestação dos movimentos sociais	28
<i>Carlos Cesar D'Elia</i>	
6 - CENSURA À CULTURA E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	35
Queermuseu e a tentativa de criminalização da arte no Brasil	35
<i>Gaudêncio Fidelis</i>	
7 - VIOLÊNCIA ESTATAL E POLICIAL	39
Violência Institucional e Policial	39
<i>Mariana Py Muniz Cappellari</i>	
8 FALÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL (MÉTODO APAC E SEUS DESAFIOS)	43
APACS – Todo homem é maior que o seu erro	43
<i>Gilmar Bortolotto</i>	

9 - GOLPES DE 1964 E 2016 E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL	46
A índole golpista da elite dominante	46
<i>Jeferson Miola</i>	
10 - DEMARCAÇÃO DAS TERRAS E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	49
Indígenas no RS: situação atual, conflitos, lutas e tentativas de desfazimento de seus direitos tradicionais de existência	49
<i>João Maurício Farias e Roberto Liebgott</i>	
11 - TERRA E TRABALHO COMO FATOR DE SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO	58
Terra, reforma agrária e soberania	58
<i>Cláudio Sommacal</i>	
12 - O DIREITO À MORADIA E A NECESSIDADE DA REFORMA URBANA	69
Luta por moradia: entre a criminalização, o abandono e a indiferença	69
<i>Marco Weissheimer</i>	
A Ocupação Lanceiros Negros e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	72
<i>Nana Sanches e Priscila Voight</i>	
13 - LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E A LUTA LGBT CONTRA A HOMOFOBIA	74
Gêneros insurgentes na política brasileira	74
<i>Célio Golin e Vinicius de Lara Ribas</i>	
Políticas Públicas LGBT em tempos de Golpe	81
<i>Gustavo Bernardes</i>	
14 - JUVENTUDE	83
Realidade juvenil – renascer de Dionísio?	83
<i>Pe. Maicon Malacarne</i>	
15 - SAÚDE MENTAL E A LUTA ANTIMANICOMIAL	95
Destituição do poder familiar de gestantes usuárias de drogas	95
<i>Carmen Silveira de Oliveira e Sandra Maria Sales Fagundes</i>	
Do Confinamento à Atenção em Liberdade: a trajetória da loucura nas políticas de saúde mental	98
<i>Fernanda Facchin Fioravanzo</i>	
16 - ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO UM DIREITO DE CIDADANIA	102
Proteção social e direitos humanos – processo civilizatório	102
<i>Natália Ivone Steinbrenner</i>	
A defesa dos direitos humanos no trabalho profissional: desafios contemporâneos	108
<i>Agnaldo Knevez, Giovane Scherer, Leila Thomassim e Loiva Machado</i>	
17 - REPRESSÃO AOS MORADORES DE RUA COMO UM RETORNO ÀS POLÍTICAS HIGIENISTAS	111
Uma grande aldeia chamada Brasil	111
<i>Rosina Duarte e Cristina Pozzobon</i>	

18 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE	116
Acessibilidade: um paradigma	116
<i>Renato Sant'Ana</i>	

19 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES COMO UM DIREITO À LIVRE EXPRESSÃO	118
Sobre a democratização dos meios de comunicação	118
<i>Luiz Müller</i>	
Democratização das comunicações: censura e criminalização	121
<i>Milton Simas</i>	

Parte II REGISTROS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO RS (CASOS, REUNIÕES E AUDIÊNCIAS)

1 - MULHERES	127
CCDH debate em Torres atenção às mulheres vítimas de violência	127
Idosa é estuprada em Torres	127
<i>Equipe Técnica CCDH</i>	
Dossiê entregue à ONU denuncia desmonte de políticas para mulheres no RS	128
<i>Marco Weissheimer</i>	

2 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES	130
Municípios contrários à regionalização do parto terão nova rodada de discussão com a SES	130
<i>Olga Arnt - MTE 14323 Agência de Notícias</i>	
Aplicação inadequada da lei de alienação parental vitima mulheres e crianças	132
CCDH participa do IV Fórum Estadual de Adoção	133
<i>Equipe Técnica CCDH</i>	

3 - DISCRIMINAÇÃO RACIAL	134
Direito à alimentação tradicional dos povos de matriz africana: Comitiva vai ao STF pressionar para que não seja aceita ação contra a Lei Edson Portilho	134
<i>Celso Luiz Bender - MTE 5771 Agência de Notícias</i>	
Vítima de assalto denuncia agressão policial e racismo	136
<i>Fernanda Canofre</i>	
Alunos da UFSM denunciam ato de racismo e pedem apoio da Comissão	138
<i>Marinella Peruzzo - MTE 8764 Agência de Notícias</i>	

4 - SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE	140
Audiência pública analisa impacto do Plano Nacional de Segurança no Rio Grande do Sul	140
<i>Olga Arnt - MTE 14323 Agência de Notícias</i>	

5 - VIOLÊNCIA ESTATAL E POLICIAL	142
Alto da Colina: moradores relatam ação violenta de 60 policiais para despejar 6 pessoas	142
<i>Fernanda Canofre</i>	
CCDH se soma a familiares de vítimas da boate Kiss na busca da responsabilização de agentes públicos	144
<i>Olga Arnt - MTE 14323 Agência de Notícias</i>	

Professores de Porto Alegre denunciam Marchezan à Comissão de Direitos Humanos da AL	146
<i>Da Redação</i>	
Servidor denuncia assédio moral na Carris à CCDH, que levará caso ao Ministério Público do Trabalho	147
Grevistas denunciam violência policial em protesto em Cachoeirinha	148
<i>Olga Arnt - MTE 14323 - Agência de Notícias</i>	
Espancamento e Violência Sexual de família em Santa Cruz do Sul	149
Criminalização de movimentos sociais	150
Travesti foi estuprada por policiais militares no Presídio Central	153
Violência nos estádios de futebol	153
<i>Equipe Técnica CCDH</i>	
Torcedores defendem instalação de câmeras para monitorar ações da Brigada Militar	154
<i>Olga Arnt - MTE 14323 Agência de Notícias</i>	
 6 - FALÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL	 157
Deputados Jeferson Fernandes, Stella Farias e presidente da Ugeirm Isaac Ortiz fazem denúncia à OEA em Montevidéu	157
<i>Eduardo Silveira - Jornalista MTB 15466</i>	
O caso trovão azul	158
<i>Equipe Técnica CCDH</i>	
Deputados querem Poderes juntos para acabar com permanência de presos em delegacias de polícia	161
<i>Olga Arnt - MTE 14323 - Agência de Notícias</i>	
Lançada na Assembleia Legislativa a Frente Estadual por uma Nova Política Prisional	163
<i>Marinella Peruzzo - MTE 8764 Agência de Notícias</i>	
 7 - GOVERNOS DITATORIAIS E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES	 167
53 anos do golpe: tortura e violência sexual contra mulheres seguem presentes	167
<i>Marco Weissheimer</i>	
 8 - A LUTA PELA TERRA	 171
Indígenas ocupam área da Fepagro em Maquiné	171
<i>Equipe Técnica CCDH</i>	
CCDH busca prorrogação de prazo para reintegração de área da extinta Fepagro em Maquiné	172
<i>Olga Arnt - MTE 14323 Agência de Notícias</i>	
 9 - OCUPAÇÕES URBANAS E DESPEJOS	 175
Subcomissão da Moradia apresenta plano de trabalho para os próximos 120 dias	175
<i>Olga Arnt - MTE 14323 Agência de Notícias</i>	
Lanceiros Negros: Brigada faz operação de guerra para 'garantir funcionamento habitual da cidade'	176
<i>Marco Weissheimer</i>	
 10 - A FRAGILIZAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO ALEGRE E NO RS	 179
Usuários e trabalhadores denunciam desmantelamento da assistência social em Porto Alegre e no RS	179
<i>Olga Arnt - MTE 14323 Agência de Notícias</i>	

11 - VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO DE MORADORES DE RUA	182
CCDH cobra explicações sobre denúncias de violência contra moradores de rua da capital	182
<i>Por Olga Arnt – MTE14323 – Agência de Notícias</i>	

Parte III INICIATIVAS NO ÂMBITO DA CCDH **185**

1 - SUBCOMISSÕES **187**

a) Subcomissão de Tratamento Penal – Relatório sintético do trabalho realizado (A situação do tratamento penal no sistema penitenciário do RS)	187
--	-----

Miriam Marroni

(b) Subcomissão para análise da questão da moradia no RS – Considerações finais e recomendações	189
---	-----

Manuela d'Ávila

c) Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça – Conclusões e Recomendações	193
---	-----

Pedro Ruas

2 - FRENTES PARLAMENTARES **201**

Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana no RS	201
--	-----

Francis Maia - MTE 5130 | Agência de Notícias

Caravana da Cidadania	202
-----------------------	-----

Em Horizontina a Caravana da Cidadania debate violência contra as mulheres	202
--	-----

Autoridades e lideranças regionais aprovam projeto para implantação de APAC em Três Passos	208
--	-----

Caravana da Cidadania debate em Cruz Alta Rede de Proteção aos Direitos Humanos	209
---	-----

Caravana da Cidadania debate violência contra a mulher em Livramento	210
--	-----

Equipe Técnica CCDH

3 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO **212**

CCDH e Defensoria Pública realizam inspeção no Pio Buck e Centro de Triagem do Central	212
--	-----

Equipe Técnica CCDH

4 - FAMILIARES DE VÍTIMAS DA BOATE KISS – Descrição de iniciativas tomadas no âmbito da AL **214**

A dupla tragédia enfrentada pelos pais das vítimas da Kiss	214
--	-----

Valdeci Oliveira

5 - HOMENAGEM **215**

CCDH presta homenagem à Associação Comunitária Participativa de Porto Alegre	215
--	-----

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

Parte IV BREVE BALANÇO DAS ATIVIDADES BREVE BALANÇO DAS ATIVIDADES **219**

Sistema prisional e habitação mobilizaram parlamentares da CCDH em 2017	219
---	-----

Marinella Peruzzo - MTE 8764 | Agência de Notícias

SIGLAS UTILIZADAS NESTA EDIÇÃO **222**

PREFÁCIO

Os direitos humanos no contexto contemporâneo: uma agenda civilizatória para o século XXI

O debate sobre direitos dos seres humanos é tão antigo quanto a história da civilização. Todavia, os trinta artigos que integram a Declaração Universal dos Direitos Humanos só foram proclamados em 1948, como reação à uma barbárie. A Segunda Guerra Mundial, levada a cabo por forças extremistas de direita, autoproclamadas nazistas e fascistas, realizou a façanha de exterminar da face da terra cerca de 60 milhões de seres humanos, a maioria civis. O ambiente social europeu onde essa ideologia de extrema-direita foi semeada era o de fome, violência, desemprego crônico, produzido por uma enorme concentração de renda nas mãos de poucos.

Passados 69 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em reação à carnificina promovida pela Segunda Guerra Mundial, a humanidade ainda vive sob o dilema de civilização ou barbárie. À par de todo o desenvolvimento tecnológico, milhões têm os seus direitos humanos básicos violados no cotidiano em razão da absurda concentração de renda nas mãos de uma minoria, promovida pelo capitalismo financeirizado.

De acordo com dados de 2015 do insuspeito banco suíço Credit Suisse, 0,7% da população mundial concentrava 45,2% da riqueza total e os 10% mais ricos tinham 88% dela. Considerando que a riqueza é um produto social, ou seja, somente pode ser construída coletivamente pelo trabalho de muitos, estamos diante da mais brutal violação já efetivada contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É a barbárie dos tempos modernos. Enquanto alguns poucos vivem o paraíso na terra, milhares não dispõem das mínimas condições materiais que lhes assegure viver dignamente. Sobrevivem subjugados por uma engrenagem que lhes reserva a condição de descartáveis. Sem falar nos invisíveis que vagam pelas esquinas do mundo, sem emprego e sem futuro. Todos navegam à deriva em um mar revolto rodeado de ilhas de luxo reservadas a alguns poucos que decidiram que o direito à propriedade é uma exclusividade conferida a si próprios.

No Brasil, segundo a revista Forbes, 08 famílias possuem juntas a mesma riqueza que mais de 100 milhões de brasileiros, que representam a metade da

população. Em 2016, a fortuna acumulada por esses ungidos pelos deuses do capital totalizou R\$ 285,8 bilhões. Algumas das consequências mais nefastas desses números impressionantes são a ampliação do desemprego, da criminalidade e da violência urbana.

Nesse contexto, reafirmar a agenda dos direitos humanos é a dialogar com uma perspectiva civilizatória. Direito à moradia, à saúde, à educação, ao trabalho, são direitos humanos inalienáveis, assim como o direito à liberdade de pensamento, de opinião e expressão. E a busca por sua plena realização para todos os indivíduos deve ser uma farol a iluminar o caminho da humanidade.

Os ativistas de direitos humanos de todas as épocas e todos os lugares construíram um enorme patrimônio ético e moral em defesa do ser humano. Nunca vacilaram, mesmo quando sob ataque cerrado de forças regressivas, defensoras da barbárie. Esse é o maior legado deixado para que as novas gerações atualizem essa agenda e lutem pelo direito incondicional à liberdade e igualdade entre as pessoas.

Jeferson Fernandes,
Deputado estadual e presidente da CCDH

APRESENTAÇÃO

O que é o Relatório Azul?

O “Relatório Azul” é uma publicação da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa que aborda uma reflexão sobre a temática dos Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, oferece um panorama das violações e garantias destes direitos no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Os diferentes temas descritos a cada edição, refletem a pluralidade de concepções do trabalho desenvolvido pela comissão permanente do Parlamento gaúcho. A quantidade de denúncias, acompanhadas e registradas nos espaços da comissão, podem estabelecer um paralelo comparativo, de tempos em tempos, sobre o comportamento dos gaúchos e de suas instituições na defesa dos direitos humanos rumo a uma sociedade civilizada ou no desrespeito que aponta em direção à barbárie.

O Relatório Azul é um instrumento balizador da cidadania. Ao registrar as garantias e violações permite dar ao cidadão e à cidadã meios de monitorar a eficácia das políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos da União, Estados e Municípios.

A escolha do nome “Relatório Azul” surgiu em referência à globalidade da preocupação de quem luta pelos Direitos Humanos. Sua inspiração parte da visão de que o planeta Terra, visto de qualquer ponto do cosmos, é azul, como atestou Yuri Gagarin, o primeiro cosmonauta a alcançar o espaço, em 1961. O relatório, na sua denominação, quer nos convidar a refletir sobre a vida que paira sobre esta imensa esfera espacial ambulante, e, mais do que isso, nos incita a preservá-la. Na abóbada, pulsam milhares de corações, todos buscando uma realização, uma plenitude. A vida humana é a mais sábia das espécies e precisa ser preservada junto com o ecossistema.

Para os direitos humanos, todos indistintamente devem ser iguais. Esta utopia universal deve ser perseguida. Para isso, precisamos superar as formas de exclusão, de tratamento cruel e degradante, de desrespeito, de violência e preconceito. A abóboda gira e sobre ela cada um de nós constrói a história.

A man wearing a large, colorful feathered headdress with blue and orange feathers is speaking into a microphone. He is wearing a white t-shirt and light blue jeans. He is holding a small object in his left hand. In the background, there are several people sitting on white plastic chairs, and a shopping cart is visible on the left. The scene is outdoors with trees and sunlight filtering through the leaves.

Parte I

**DEBATENDO OS
DIREITOS HUMANOS**



1 A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

O Governo Temer e as Violações de Direitos Humanos no Brasil

Maria do Rosário Nunes ()*

Desde que assumiu a Presidência da República em 2016, Michel Temer se mantém no poder implementando um programa de governo que retira direitos da população e atende aos interesses do mercado, e busca contemplar interesses dos financiadores do golpe, que retirou ilegalmente do poder a presidenta legítima Dilma Rousseff.

Não podemos ser ingênuos. A crise política atual fragiliza a democracia brasileira e está sendo usada como uma oportunidade para impor retrocessos, que só interessam aos setores autoritários que disseminam o ódio no país.

As políticas recessivas adotadas pelo atual governo têm gerado no Brasil números alarmantes de desemprego. Já são 12,7 milhões de brasileiros desempregados. O trabalho e o emprego produtivo são importantes em qualquer sociedade, não apenas devido à riqueza que criam, mas também em virtude do rendimento que proporcionam aos trabalhadores, do papel social que conferem e do sentimento de auto-estima que asseguram. É isso que a política neoliberal vem roubando dos brasileiros e brasileiras: auto-estima, dignidade, crescimento pessoal, sustento para suas famílias, etc.

A Reforma Trabalhista e a permanente tentativa de aprovar uma Reforma da Previdência representam a destruição do mundo do trabalho em nome do lucro desumano. Neste contexto, é que milhões de famílias que tinham acesso a políticas públicas de renda mínima, a exemplo do Bolsa Família, como moradia popular, atendimento médico e educação, voltaram à condição de sub-cidadania, sendo novamente jogadas à miséria extrema.

Um claro exemplo do caráter dos que governam o Brasil é a edição da portaria que impede a fiscalização do trabalho escravo no Brasil. O governo Temer contraria cotidianamente em todas as suas medidas a Constituição Federal brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o país é signatário, entre eles a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No momento mais recente, com vistas a construir alguma empatia com as necessidades da população sedenta por segurança pública, em um contexto de

(*) Deputada Federal PT/RS

milhares de pessoas assassinadas, foi assinado o Decreto de intervenção militar no Rio de Janeiro. O discurso pela segurança é uma fraude desmentida pelo abandono sofrido nessa área e em outras, pelo corte orçamentário imposto pela Emenda Constitucional 95 que por 20 anos congelou o orçamento público. A lógica no Brasil não é mais a do desenvolvimento com inclusão ou de assegurar direitos, mas de fomentar cisões na sociedade e a exemplo da doutrina de segurança nacional do período da ditadura, definir um inimigo interno, neste caso, as vilas, favelas, os negros e pobres. Numa síntese, a Era Temer ficará para a história como uma época de retrocessos para os Direitos Humanos.

Não é por acaso que todas as manifestações por direitos tem sido atacadas violentamente, tanto no Rio Grande do Sul, quanto no restante do Brasil. Segundo a CPT, em 2017 (janeiro a outubro), foram 64 mortes em conflitos pela terra. Há retrocesso nos direitos das mulheres, LGBT, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, pessoas em situação de rua, comunidades indígenas e quilombolas, pessoas em sofrimento psíquico, pessoas que vivem com HIV/AIDS, crianças e adolescentes, entre outros.

“Pra não dizer que não falei de flores” e de esperança, há uma juventude inquieta em cada escola e universidade, há mulheres que se encontram pra falar do feminismo e liberdade, há pessoas de todas as idades que já enfrentaram outros golpes e nos ensinam a resistir; e a resistência é a forma mais digna de defendermos os direitos humanos nesses tempos.

Políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Rio Grande do Sul: retrocessos e estratégias de resistência

Renata Teixeira Jardim()*

A violência contra as mulheres é hoje reconhecida como uma das mais graves violação aos direitos humanos. Tal reconhecimento é fruto da luta dos movimentos de mulheres e feministas que foram às ruas denunciar o assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres, pela falta de segurança ofertada a elas e pela invisibilidade e o descaso destes crimes por parte do poder judiciário. Ao longo das três últimas décadas obteve-se avanços em termos de consolidação de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, bem como foram formuladas e implementadas políticas públicas para o enfrentamento dessa epidemia. Apesar de avanços, as conquistas neste campo ainda são frágeis e insuficientes.

No Estado do Rio Grande do Sul a criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, em 2011, redimensionou as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, impulsionando a criação de organismos de políticas para as mulheres e serviços especializados nos municípios gaúchos. A Secretaria foi responsável pela a criação da rede Lilás – instância multisetorial que visa estabelecer ações coordenadas entre as instituições de acesso à segurança, à saúde, à educação, à assistência social, ao mundo do trabalho e à justiça, com vistas a atender as mulheres e meninas em situação de violência – e da incorporação da perspectiva da transversalidade de gênero nas políticas estaduais. Além disso, a assinatura do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo governo do estado neste mesmo ano, incrementou o orçamento e por consequência a capilaridade das ações desenvolvidas pela SPM/RS.

Com reuniões periódicas, a Rede Lilás fomentou a criação de novas políticas no âmbito de outras Secretarias, sendo da área da segurança pública as que tiveram maior apoio institucional, sendo possível instalar salas equipadas e

(*) Mestre em Antropologia Social e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Integrante do Coletivo Feminino Plural e CLADEM Brasil. Foi Coordenadora Técnica do Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência Patrícia Esber (2012-2018) e atualmente é responsável pelo Projeto “Avaliação e gestão de risco como ferramenta para o enfrentamento a violência contra as mulheres da cidade de Canoas/RS”. As informações aqui apresentadas são fruto do acompanhamento da autora junto as políticas para as mulheres do estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Canoas.

adequadas para o atendimento às mulheres junto ao Instituto Geral de Perícias (projeto Sala Lilás), bem como criar a Patrulha Maria da Penha junto à Brigada Militar para acompanhamento das mulheres que solicitam medidas protetivas de urgência nas Delegacias de Polícia e desenvolver o projeto Metendo a Colher, no qual realizou um trabalho de reflexão com os homens que cumpriam pena no regime fechado pela Lei Maria da Penha. Outra importante iniciativa foi a criação do Observatório de Violência contra a Mulher com a finalidade de monitorar os indicadores de violência contra as mulheres no Estado, focando nos registros policiais de feminicídio tentado e consumado¹, estupro, lesão corporal e ameaça. O observatório, além de contribuir para o encaminhamento de casos concretos, também atuava no apoio ao planejamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

A revitalização do Centro de Referência Estadual Vânia Araújo Machado foi fundamental para a garantia de uma melhor qualificação e uniformização dos atendimentos prestados no âmbito estadual. Com o estabelecimento de uma agenda de encontros, foram realizadas reuniões com a rede especializada na capital e de seminários com os serviços dos municípios gaúchos. A iniciativa provocou a organização de um fluxo para acompanhamento dos casos graves, como os de feminicídio e tentativa de feminicídio, além de encaminhamentos para abrigamento de mulheres, com práticas de permuta entre municípios, subsidiando a consolidação da Rede Lilás.

As experiências desenvolvidas no período fomentaram a criação de protocolos de fluxos em outras cidades, como em Canoas, onde se desenvolveu um trabalho pioneiro junto ao Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, desde uma perspectiva feminista e conforme as diretrizes nacionais de atendimento às mulheres em situação de violência. A partir dele propagou-se a articulação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e instituiu-se iniciativas como a consolidação de uma metodologia de avaliação e gestão de risco em rede e de uma plataforma digital para integração e análise de dados de violência contra as mulheres na cidade².

Porém, com o avanço da crise institucional e política no país as primeiras políticas que perderam orçamento e espaço no cenário nacional foram aquelas voltadas a garantia dos direitos humanos e, nesta conjuntura, a políticas para as mulheres foi sendo desmantelada. Em 2014, mesmo com uma forte mobiliza-

1 Informações obtidas a partir do acompanhamento destas ações, seja no âmbito das reuniões da Rede Lilás, representando o Coletivo Feminino Plural, seja na coordenação do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres da cidade de Canoas.

2 Apesar do trabalho pioneiro desenvolvido na cidade, após tomar posse o novo Prefeito eleito (2017-2020) anunciou que reestruturaria as Coordenadorias que estavam vinculadas ao Gabinete do Prefeito com status de Secretaria, e dentre as Coordenadorias está a de políticas para as mulheres. Na nova estrutura de governo, a políticas para as mulheres passou a ser uma Diretoria dentro da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social. Apesar disso, com a mobilização dos grupos de mulheres e dos agentes da rede de atendimento, o serviço de atendimento as mulheres, seguiu atuando, tendo sido na metade do primeiro ano de mandato ampliado sua equipe. Porém, nestes primeiros meses do segundo ano, a gestão toma a decisão de assumir de forma precária o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência Patrícia Esber, praticamente extinguindo o organismo de políticas para as mulheres ao realocar toda a equipe dele no serviço de atendimento as mulheres.

ção das mulheres contrária à iniciativa, é aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, projeto de lei de autoria do recém eleito governo estadual, que resultou na extinção da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, criando um Departamento junto a Secretaria de Direitos Humanos. Na mesma esteira, em 2015 o governo federal, após extinguir a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres cria o Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, levando a política para as mulheres a perder status de Ministério (Medida Provisória 696, de outubro de 2015). Recentemente, o governo federal novamente redefiniu a organização das estruturas de governo, alocando a política para as mulheres no Ministério dos Direitos Humanos, porém sem anunciar orçamento e estrutura do novo organismo de políticas para as mulheres (Medida Provisória nº 768, de fevereiro de 2017).

Tendo em vista essa realidade, a última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres propôs a discussão de um sistema nacional que garanta a articulação das políticas públicas para as mulheres em todas as esferas de governo (União, estados e municípios) e que possibilite o aumento da cobertura e da eficácia das ações desenvolvidas. Isto porque o que se verifica ainda é que a implementação de serviços e políticas, bem como de sua manutenção dependem da vontade política dos gestores.

Neste cenário de retrocessos, onde mudanças em relação aos governos federal, estadual e alguns municipais, os quais rebaixaram de status seus organismos de políticas para as mulheres e reduziram os orçamentos,³ tem provocado a descontinuidade de serviços e políticas é necessário encontrar estratégias para continuar contribuindo para o fortalecimento das mulheres em situação de violência e disputando o enfoque desde os direitos das mulheres, tanto numa perspectiva feminista, como a partir de abordagens interseccionais.

Neste sentido, como já temos afirmado em outros lugares, há que se conhecer não somente as limitações, mas também as oportunidades institucionais e políticas de cada instituição e aprender com as estratégias encontradas nos contextos locais onde se dá a construção das redes de atendimento. A capacidade de mobilização e criatividade dos grupos de mulheres e dos agentes envolvidos no enfrentamento à violência contra as mulheres também devem ser valorizadas, em especial aquelas que visam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e que rompam com esta realidade vivida pelas mulheres.

3 Apesar do trabalho pioneiro desenvolvido na cidade, após tomar posse o novo Prefeito eleito (2017-2020) anunciou que reestruturaria as Coordenadorias que estavam vinculadas ao Gabinete do Prefeito com status de Secretaria, e dentre as Coordenadorias está a de políticas para as mulheres. Na nova estrutura de governo, a políticas para as mulheres passou a ser uma Diretoria dentro da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social. Apesar disso, com a mobilização dos grupos de mulheres e dos agentes da rede de atendimento, o serviço de atendimento as mulheres, seguiu atuando, tendo sido na metade do primeiro ano de mandato ampliado sua equipe. Porém, nestes primeiros meses do segundo ano, a gestão toma a decisão de assumir de forma precária o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência Patrícia Esber, praticamente extinguindo o organismo de políticas para as mulheres ao realocar toda a equipe dele no serviço de atendimento as mulheres. Com a mobilização do movimento de mulheres, outras profissionais foram realocadas para que a equipe da Diretoria de Políticas para as Mulheres pudesse retomar suas atividades e estuda-se a abertura de edital para contratação de pessoa jurídica para execução do serviço.

Os filhos que ninguém quer

Maria Rosi Marx Prigol ()*

Existem muitas crianças e adolescentes nos abrigos, mas o número de candidatos habilitados na maioria das comarcas supera a quantidade de abrigados disponíveis para a adoção. E os adotantes querem escolher uma criança conforme sua idealização. O sexo, cor da pele, estado geral de saúde, procedência, seriam itens importantes a relacionar nesses casos. Entretanto, além da criança idealizada não estar disponível legalmente, no processo de adoção de crianças maiores ou adolescentes, a escolha é um processo que parte do adotando. E este pode resolver não adotar o(s) candidato(s) encaminhado(s) pelos técnicos. Inverte-se aqui uma norma cultural em que os filhos são escolhidos ou rejeitados, nunca o contrário. Para muitos postulantes à adoção, são questões difíceis de elaboração sem apoio especializado ou de grupos experientes nesta prática da adoção.

A inserção da criança na fantasia da mãe e/ou pai durante a gestação psicológica na adoção de uma criança maior é bem diferente do processo de espera/idealização de um bebê. Parte-se de uma criança que pode ter qualquer tamanho, cor, sexo; e fica mais difícil de construir no imaginário o modelo do filho ideal, mas sempre se constrói em expectativas quando se abre espaços para o outro em nossas vidas. E, quando surge a criança real, com traços bem definidos, seu jeito único de ser e uma história de vida, que mesmo curta é desconhecida para os futuros pais, é necessária uma maior flexibilidade de adaptação entre o filho imaginado e o real para que ocorra uma identificação positiva com o adotando.

Assim, os aspectos emocionais revelados nos primeiros contatos e a identificação criança-família determinam em grande parte o sucesso do parto por adoção, pois não há regras em matéria de amor/doação.

A maioria das crianças disponíveis atualmente para adoção tardia foi abrigada com idade superior a três ou quatro anos. Muitas vezes as destituições resultam de processos em que a burocracia, o descaso, ou a falta de profissionais e/ou de preparo técnico não proporcionou um cuidado com a reintegração familiar, ou com a agilização do processo de destituição, mediante estudo das condições psicológicas

(*) Presidente do Instituto Amigos de Lucas

da família, já que questões de ordem econômica, como as alegadas na grande parte dos abrigamentos, não justificam nem a medida de acolhimento, nem o abandono posterior da família. São crianças não assumidas numa cultura em que o abandono é condenado moralmente e muitas mães para evitar um rechaço, desistem da opção da entrega precoce, mas acabam abandonando tardiamente .

Por outro lado, muitas famílias e/ou mães mesmo não desejando se desvincular de seus bebês, podem ter sido abandonadas ao longo de sua trajetória com os filhos, o que lhes impediu de continuar atendendo às necessidades básicas dos mesmos. Por falta de informações e muitas vezes por se sentirem culpadas pelo processo de exclusão social do qual são vítimas, colocam seus filhos em situação de abandono.

E, na institucionalização, os vínculos afetivos existentes, tornam-se tão frágeis que a reintegração da criança pode ser bastante problemática ou até inviável, depois de passados muitos meses da separação sem trabalho efetivo de acompanhamento da família. A criança sofre com a ruptura dos vínculos familiares, evidentemente, mas acaba desenvolvendo a confiança básica necessária para reinvestir numa outra relação. Concluindo, levanta-se que a criança/adolescente que já possuiu vínculos afetivos primários (parentais) e pôde vivenciar o luto pela perda terá melhores condições de vinculações positivas com figuras parentais. Mas somente se sentirá verdadeiramente filha, se for verdadeiramente desejada enquanto tal, e não como um objeto para pessoas magnânimas demonstrarem sua fé (caridade) ou coragem.



**A Luta Contra a Discriminação Racial no Brasil e a afirmação
da Identidade Negra***Ivonete Carvalho (*)*

Fruto de muita luta, muitos debates e inúmeros embates, na sociedade e no poder público, o movimento negro brasileiro acessa uma conquista histórica. Através de pesquisas de percepção de que 87% da população brasileira afirma que o Brasil é um país racista. Reconhecer a existência desta face de desigualdade, que está arraigada nas estruturas da nossa sociedade, é essencial para enfrentá-la. O reconhecimento de que este fenômeno manifesta-se e se expressa em diferentes níveis, a partir de diferentes mecanismos. Constituindo-se em ferramenta necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Vivemos uma grave crise econômica, política, ambiental, humanitária e moral, de proporções internacionais. Como consequências dessas crises, temos um recrudescimento do racismo, a xenofobia, a violência, o nacionalismo reacionário e várias formas de odiofobias. O pensamento conservador, os xenofóbicos e fascistas ganham mais espaços na agenda pública na Europa e nas Américas.

O povo brasileiro não está imune à crise e tem amargado seus nefastos efeitos, ultimamente potencializados por medidas drásticas e regressivas de ajustes fiscais, tendo sido aprovado no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional, PEC 55, de congelamento dos investimentos sociais e limitação do aumento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos. Neste cenário, temos a plena convicção de que setor da sociedade sofrerá os maiores impactos.

Em que pese os avanços alcançados nos últimos anos, através de um conjunto de políticas públicas, legislações e estruturas governamentais voltadas para a ascensão da população negra e para o combate ao racismo, ainda persiste a perversa desigualdade racial no nosso país; a violência contra negros e negras é assustadora e naturalizada. Há muito a ser feito para o alcance da justiça racial no Brasil. Apesar dos grandes desafios, o Movimento Negro Brasileiro vem avançando paulatinamente em suas bandeiras de luta.

Um dos pilares para esta superação foi a criação da SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, o qual inspirou a criação de tantas outras de caráter estaduais e municipais. Possibili-

(*) Comissária de Polícia - Ativista do Movimento Negro

tou a formulação de políticas públicas em âmbito nacional no enfrentamento ao racismo, com ações e iniciativas de políticas de ações afirmativas de cotas nas Universidades e Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, em especial os Quilombos do Brasil, que a partir de 2003, com a implementação do Programa Brasil Quilombola, mais de cinco mil comunidades quilombola acessaram as ações de Acesso à terra, Inclusão Produtiva, Cidadania e Inclusão Social.

O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2013, também divulgou o estudo “Violência letal no Brasil e vitimização da População Negra: qual tem sido o Papel das Polícias e do Estado?” (IPEA) no qual confirma a grande desigualdade entre brancos e negros na abordagem praticada pelas polícias. De acordo com esta pesquisa, a desigualdade é explicitada pela diferença entre os números de homicídios entre a população branca e negra e pela possibilidade 3,7 vezes maior de um adolescente negro morrer por homicídio do que um adolescente branco.

Nos processos democráticos de discussão, tais como, conferências, fóruns e audiências públicas há constantes denúncias por parte de lideranças negras e ativistas sociais da inexistência de políticas públicas básicas nos territórios onde a maior parte da população é negra e pobre. Desta forma, a articulação de Políticas Públicas de Ações Afirmativas em comunidades periféricas e de difícil acesso se constituem em um grande desafio a ser superado pela gestão pública transversal.

Aspectos como a ausência ou a ineficiência de políticas públicas na área educacional, social, saúde e na prestação dos serviços mais básicos e fundamentais às populações mais vulneráveis, provocam impacto diretamente estabelecendo uma interligação com a violência e mortes de jovens negros no Brasil, visto que públicos mais vulneráveis e periféricos, em que pese as inúmeras iniciativas de Políticas de Ações afirmativas, de Promoção da Igualdade Racial, desenvolvidas nos últimos 20 anos, nas gestões dos governos Lula e Dilma, ainda temos um longo caminho a trilhar no sentido de promovermos uma profunda reparação social a esta parcela majoritariamente negra da sociedade brasileira.

Em que pese os avanços consolidados com as políticas de Promoção da Igualdade Racial dos últimos 15 anos, com a criação da SEPPIR/Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, das políticas de Ações Afirmativas, do Programa Brasil Quilombola, da aprovação da Lei 10.639/2013, e da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim, o Estado brasileiro, do ponto de vista do olhar do gestor público, ainda não percebe a população negra como sujeito de direitos e, portanto, merecedora de políticas específicas e compensatórias para a juventude negra e em especial às mulheres negras.

É oportuno externar a relevante contribuição para aprofundamento dos debates e reflexões sobre temática de Promoção da Igualdade Racial, o qual pos-

sui as Comissões Legislativas de Cidadania e Direitos Humanos dos Estados, em especial sito à CCDH/ALERGS, comissão esta que ao longo de sua história vem travando debates importantíssimos de forma a protagonizar e denunciar as violações de Direitos Humanos ocorridas com as mulheres, negros, jovens, deficientes físicos, quilombolas, LGBT e tantos outros seguimentos vulneráveis da nossa sociedade gaúcha. Destaco ainda as brilhantes gestões dos Deputados Valdeci Oliveira e Jeferson Fernandes, que ao longo de suas atividades travaram embates na defesa de direitos adquiridos e consolidados em marcos legais, da luta dos Povos de Terreiros na defesa do direito a sacralização e o livre culto das Matrizes Africanas. Na defesa da Identidade e o reconhecimento dos territórios quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul, da luta das Mulheres Negras e da Juventude Negra.

Quando o nosso sistema político brasileiro chega aos patamares atuais de completa ruína das estruturas democráticas, de negação de conquistas históricas, do ponto de vista da garantia de direitos sociais, culturais, de liberdade de expressão e livre manifestações? Quando as instituições de Estado, principalmente a Segurança Pública, não produzem resultados eficazes de forma a garantir o direito à vida plena dos indivíduos, chegando ao extremo de decisões governamentais oportunistas e eleitoreiras, como é o caso recente de Intervenção Militar no Estado do Rio de Janeiro, será preciso refletir. O quanto estas práticas perversas de manipulação ideológica e midiática, historicamente em curso no país, incidiram desde o período colonial e vem impactando no tecido social brasileiro até os tempos atuais, de forma a produzir os bolsões de miséria e vulnerabilidade social, onde em especial estão a população negra rural e urbana, mais precisamente jovens negros e mulheres negras? É preciso apontar o grau de corresponsabilidade desses setores da sociedade.

Não se pode perder de vista que o aparato estatal encarregado da segurança pública pauta a sua conduta pela manutenção da ordem pública. E eis a grande dificuldade da questão trazida para a nossa reflexão: o conceito de ordem pública repousa na manutenção da cultura e das regras sociais que historicamente alijaram os negros de uma posição de dignidade no concerto social. A ausência de mecanismos efetivos de controle (externo e isento) da atividade policial torna a população – principalmente jovens negros e pobres, verdadeiros reféns de um sistema seletivo e truculento. E um dos aspectos mais cruéis de todo esse panorama é que muitos dos policiais, igualmente, são negros e pobres. O racismo, insidioso, contamina inclusive alguns agentes negros que, suscetíveis à moldura assimilacionista, reeditam, por vezes, a antiga figura do “capitão do mato”. Com base nessa constatação, o Movimento Negro brasileiro ultrapassa barreiras do denunciismo e consolida estratégias na expectativa de contribuir para que organizações governamentais e sociais passem a adotar mecanismos efetivos de prevenção, monitoramento, avaliação e superação do racismo institucional.

Para tanto, é necessário a formação e sensibilização de agentes e autoridades de segurança pública, nas questões específicas da população negra. Existe uma percepção de que há um esforço das organizações de segurança pública, civis e militares para uma efetiva atuação nas atividades de prevenção, cito Programas como Papo de Resposta e Mais Garantias da Polícia Civil e PROERD e Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar.

Oportuno ressaltar que os significativos avanços na luta de Combate ao Racismo no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, se devem à articulação de organizações dos movimento como: CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras, MNU – Movimento Negro Unificado, UNEGRO – União de Negros pela Igualdade, Articulação de Mulheres Negras, CONAQ – Coordenação Nacional Quilombola, Conselho Estadual dos Povos de Terreiros, CODENE – Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, desencadeando um processo de mobilização pelo acesso às Universidades desde a década de 1930, com a Frente Negra brasileira e posteriormente nas décadas de 60 e 80 já com escolas e cursinhos pré – vestibulares ligados ao movimento negro e voltado para a juventude negra carente. Ainda na década de 60 o Movimento Negro travava um debate sobre as desigualdades raciais e sociais que acometiam a população negra.

Destaca-se que os avanços, no que diz respeito ao acesso de estudantes negros e negras aos bancos universitários, segundo dados do MEC, contabilizam atualmente mais de 150 mil alunos cotistas. Mais de 128 instituições universitárias já aderiram à Lei de Cotas. Além das cotas para estudantes negros e negras, também estão acessando outros instrumentos de inclusão no ensino superior, tais como FIES e PROUNI, nos quais os estudantes negros e negras já representam mais de 50%, dos beneficiários. Tais avanços só foram possíveis graças a gestão de um governo democrático, popular de esquerda e comprometido com as bandeiras sociais dos setores mais vulneráveis da sociedade, que constituiu bases sólidas de políticas de ações afirmativas, gestadas por lideranças negras de reconhecimento nacional, com trajetória e acúmulos na construção de políticas públicas.

Há de se concluir que, apesar dos significativos avanços das políticas de ações afirmativas, em especial na educação, é preciso avançar, entretanto sem perder de vista que a educação e cultura são pilares fundamentais para viabilizar a porta de ascensão social e superação das desigualdades, consequentemente o distanciamento dos jovens negros das áreas de risco social.

Criminalização do exercício do direito de manifestação dos movimentos sociais

Carlos Cesar D'Elia ()*

Inicialmente cumpre advertir que o presente artigo longe está de qualquer pretensão de caráter acadêmico e tem por objetivo não mais do que reunir algumas considerações sobre a questão proposta, tendo em conta a conjuntura por que passa o País, especialmente no atual período de golpe de Estado.

Logo de início, quando se fala de criminalização de movimentos sociais, a primeira tarefa que se impõe, ainda de que forma muito sintética – e, portanto, não exaustiva – é delimitar o que, aqui, pode-se entender tanto por “criminalização” quanto por “movimentos sociais”, assim como “exercício de direito” e “direito de manifestação”, ainda que utilizando balizamentos muito amplos, dados os limites do presente trabalho, mas que minimamente sirvam para apontar alguns contornos necessários. O desenvolvimento mais exaustivo de tais conceitos, assim como do próprio tema, comporta estudo de maior fôlego.

Considerados os objetivos ora buscados, propõe-se, para delinear o que aqui se considera movimentos sociais dentro dos estreitos limites aqui postos, muito mais do que conceituar – o que não seria possível, até porque não há um conceito definitivo universal⁴ – é, ao menos, alertar para uma diferenciação importante, qual seja, a de movimentos sociais entendidos como espaços articulados de lutas em torno de pautas específicas, com menor ou maior organicidade e permanência, de movimentos sociais entendidos como expressões de manifestação de forma organizada, entendidas como protestos sociais de forma ampla. No primeiro caso adota-se, por empréstimo, uma conceituação ampla utilizada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos:

“Os Movimentos Sociais Brasileiros se apresentam em diferentes configurações, um setor está articulado através de grupos organizados de base, em redes em nível regional e nacional, outros organizam pessoas e segmentos os mais diferenciados e sejam aqueles que se estruturam como redes ou juntando pessoas organizam os setores mais frágeis e explorados da sociedade brasileira, como: sem terra, assentados, pequenos agricultores, mulheres, quilombolas, indígenas,

(*) Procurador do estado
4 Buhl e Korol(2008,p.79)

pessoas sem casa em áreas urbanas, favelados, pessoas presidiárias, adolescentes e jovens pobres e negros, homossexuais, travestis, entre outros. Todos estes grupos representam não apenas os Movimentos sociais organizados, mas também sua própria existência revela o teor dos principais problemas sociais presentes no Brasil quando se realiza uma análise da conjuntura sociopolítica do país.”⁵

Por outro lado, de maneira bem menos rigorosa, a expressão “movimentos sociais” tem sido utilizada de forma extremamente ampla, de maneira a abarcar tanto esses atores sociais que apresentam maior ou menor organicidade em torno de pautas específicas como também todo os outros espaços coletivos que apresentam alguma organização – mas não tanto organicidade – e, inclusive, as manifestação e protestos sociais, o que traz, como se verifica, confusão entre espaços auto-organizados de luta em torno de pautas específicas, com estratégias de lutas que variam desde as mais específicas até as que podem envolver amplos setores sociais. Dentro desse amplo espectro, podemos classificar, ainda que conceitualmente de forma não rigorosa, o que se pode denominar por manifestações sociais.

Embora não seja objetivo, aqui, adentrar-se nas profundas diferenças existentes entre esses espaços e atores sociais – que aqui está-se dividindo, de forma ampla, entre movimentos sociais e manifestações sociais –, o que importa é ter-se presente que não se confundem e que as práticas de criminalização, não obstante, têm se estendido a todos eles, mas com estratégias e consequências distintas, – embora também possam, em maior menor grau, coincidirem – daí porque a necessidade dessa mínima delimitação conceitual.

Os protestos sociais são, de regra, expressões do exercício de direitos assegurados constitucional e internacionalmente, quais sejam: liberdade de expressão e de manifestação e os de liberdade de reunião e de associação de forma pacífica, tal como disposto no artigo 5º, incisos IV, IX, XVI e XVIII, da CR/88; artigos 18, 19 e 20 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; artigos 19(2), 21 e 22(1) do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP); artigos 4º, 21 e 22 da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948, artigos 13(1), 15 e 16(1) da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. Esses direitos, muitas vezes compreendido como direito de manifestação ou de protesto, fazem deste um direito essencial porque é por seu exercício que se torna possível não só a defesa, como também o avanço de outros direitos, especialmente os direitos econômicos culturais, sociais e ambientais, daí se se constitua em direitos de primeira ordem. Nesse sentido é que adverte Gargarella quando afirma que “El derecho a protestar aparece así, en un sentido importante al menos, como el primer derecho: el derecho a exigir la recuperación de los demás derechos.”⁶

5 MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (2006, p.6)

6 GARGARELLA (2005, p. 19)

Efetivamente, no sistema interamericano, a Corte Interamericana já adverte sobre a importância de que os Estados assegurem tais direitos, especialmente o de expressão e de manifestação, conferindo, inclusive, proteção especial para que efetivamente cumpram com sua própria essência. Nesse, sentido, adverte Eleonora Rabinovich:

“En particular, y como forma de asegurar un debate verdaderamente plural y abierto sobre todas las cuestiones de interés general, la Corte Interamericana ha dicho que los Estados deben establecer garantías reforzadas para la protección de los discursos críticos o disidentes y prestar especial atención a la situación de vulnerabilidad en que se encuentran los integrantes de ciertos sectores o grupos sociales”.⁷

De fato, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso, aponta que:

“173. En este sentido, es de resaltar que las voces de oposición resultan imprescindibles para una sociedad democrática, sin las cuales no es posible el logro de acuerdos que atiendan a las diferentes visiones que prevalecen en una sociedad . Por ello, la participación efectiva de personas, grupos y organizaciones y partidos políticos de oposición en una sociedad democrática debe ser garantizada por los Estados, mediante normativas y prácticas adecuadas que posibiliten su acceso real y efectivo a los diferentes espacios deliberativos en términos igualitarios, pero también mediante la adopción de medidas necesarias para garantizar su pleno ejercicio, atendiendo la situación de vulnerabilidad en que se encuentran los integrantes de ciertos sectores o grupos sociales .”⁸

Nesse passo, importante um breve olhar para diferenciar exercício de direito do próprio direito, assim como diferenciar os procedimentos e ações de repressão dos de criminalização, embora, com bastante frequência, sejam utilizados de forma conjunta e sistêmica, que vai desde as ações policiais até as decisões dos Poder Judiciário, passando pela atuação de instituições como Ministério Público e Procuradorias de Estado, para além de atuação do Poder Legislativo com aprovação de leis e mesmo de emendas constitucionais que direta ou indiretamente restringem ou até suprimem direitos, tudo isso amalgamado pela atuação de veículos de comunicação de massa – as mass mídias.

No que toca ao que se tem denominado de criminalização, sem adentrar-se no campo da análise jurídica como seria de rigor, importa aqui, uma vez mais, alertar

7 RABINOVICH, Eleonora. Disponível em: file:///C:/Users/carlo/Documents/Artigos/Criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Movimentos%20Sociais/Artigos/Pretexto_Eleonora_Rabinovich%20derecho%20a%20protesta.pdf.

8 CorteIDH, Caso Manuel Cepeda Vargas vs. Colombia, Sentença de 26 de maio de 2010. Serie C No. 213, par. 173.

que não se confundem o que geralmente é apontado como criminalização de direito – que seria uma incongruência – com criminalização do seu exercício. O que ocorre, de regra, em verdade, é o enquadramento de uma determinada conduta adotada no exercício de um desses direitos fundamentais a um determinado tipo penal, mas cuja consequência acaba, indevidamente, sendo a interpretação restritiva ao exercício de desses direitos, quando não de negação do próprio direito.

Assim, as possibilidades de protestos sociais têm sido cada vez mais restringidas por uma inversão juridicamente quase teratológica, na medida em que os protestos, que se fundam em direitos fundamentais, constitucional e convencionalmente assegurados e essenciais para qualquer regime que se pretenda democrático, acabam sendo submetidos às concepções mais restritivas possíveis do direito penal, vale dizer, ao invés de aplicação do direito penal à luz da Constituição e dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos, tem-se a interpretação da tais instrumentos com base naquelas concepções de direito penal, ou com base em interpretação restritiva desses direitos – o que também afronta princípios de interpretação desses direitos – o que, reflexamente, acaba mesmo por atacar o próprio direito, isso quando não atinge situação extrema de excepcionalização mesma de determinados direitos, configuradora de Estado de Exceção.

Sobre esse processo de criminalização das manifestações sociais, especialmente dos protestos sociais, Roberto Gargarella adverte que:

“Es pensar la protesta a partir del derecho penal y además pensarla dando una cierta respuesta que apunta al hostigamiento, la hostilidad institucional hacia la protesta. A mi me parece que los dos puntos son errados, primero porque la protesta merece ser pensada desde otro lado, sobre todo cuando hablamos de protestas vinculadas con derechos fundamentales sistemáticamente violados. Y segundo, y para aquellos que quieren pensar la protesta desde el código penal, lo que ya de por sí es un error, porque el código penal también prevé muchas herramientas y la selección de herramientas que se hace también es indebida.”⁹

O iter pelo qual o Estado transita no processo de criminalização se inicia na ação policial valendo-se de instrumentos legalmente previstos, mas de forma indevida, ou mesmo não previstos, o que, pelo princípio da legalidade estrita, são ilegais ou mesmo inconstitucionais e inconventionais e que são encaminhados ao Poder Judiciário pela ação do Ministério Público e chegando, por fim, até às condenações judiciais.

9 Disponível em: file:///C:/Users/carlo/Documents/Artigos/Criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Movimentos%20Sociais/Artigos/No_hay_derecho_sin_protesta._Entrevista_a_Roberto_Gargarella.pdf (acessado em 02/02/2018).

No que se refere à ação policial, tem-se, de um lado, a atuação do denominado policiamento ostensivo, de competência das polícias militares, e de polícia judiciária, de competência das polícias civil e federal. Quanto às polícias militares, para além do papel de repressão que acabam cumprindo em relação aos direitos aqui em foco, em especial aos direitos de manifestação e de protesto, sobre o que se discorrerá adiante, têm atuado também, de forma já conhecida e mesmo, mais que admitida, reivindicada por essas corporações, através do que denominam de “polícia discreta”, ou mais conhecida por “P2”, com polícias sem caracterização, através do que acabam por realizar verdadeiras investigações policiais, valendo-se, até mesmo, de institutos como escutas telefônicas, infiltrações policiais, prisões, buscas e apreensões, inclusive em domicílios ou sedes de entidades, invadindo flagrantemente competências legais constitucionais fixadas para as polícias, para além de se constituírem, frequentemente, em práticas descoladas de qualquer fundamento legal. Em que pesem as reiteradas denúncias da presença e atuação de polícias militares dessa forma, inclusive por reiteradas petições da Defensoria Pública, tal prática prossegue, inclusive pelo silêncio dos Ministérios Públicos Estaduais em sua competência de controle externo das polícias.

Também não são raras as denúncias que chegam ao Comitê Estadual Contra a Tortura do RS (CECT) e ao Conselho Estadual de Direitos Humano do RS, acerca de tais práticas, e outras ainda mais graves, mas que dificilmente acabam sendo formalizadas, especialmente por medo e pela situação de virtual ou efetiva vulnerabilidade, como práticas de tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, “enxertos”, ameaças, muitas delas constantes dos diversos Relatórios disponibilizados e encaminhados aos principais órgãos instituições, sem, todavia, qualquer consequência.

Nesse sentido, há que agregar-se, pois, que o processo de criminalização seja dos movimentos sociais, seja das manifestações sociais, não se dá, pois, somente com o agir do Estado, através suas instituições, mas também pelo não agir, permitindo, tacitamente, a consolidação permissiva de tais práticas que objetivam a criminalização de condutas individuais e coletivas na perspectiva de inviabilizar ao máximo ou mesmo impedir o exercício desses direitos pelos quais é possível a luta por resistência a ataques ou por avanços de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais.

As formas de criminalização do exercício dos direitos de manifestação e de protesto, assim como de movimentos sociais organizados variam, buscando tanto incidir sobre determinadas pessoas como sobre coletivos, sendo usado para isso, tanto enquadramentos penais de condutas individuais como das atuações de caráter coletivo, seja para atingir entidades coletivas e movimentos sociais organizados em suas estratégias de luta por direitos específicos, seja para restrin-

gir ou inviabilizar ao máximo as manifestações sociais alinhadas com a defesa ou comprometidas com a promoção daqueles outros direitos, sempre que isso aponte contrariamente à implementação da agenda hegemônica de ataque e restrições a direitos, especialmente os DESCAs.

Nesse processo de criminalização, as polícias judiciárias, especialmente as polícias civis, a seu turno, também tem cumprido papel de dar continuidade ao iter da criminalização, especialmente através inquéritos policiais e prisões de integrantes de movimentos sociais organizados e de manifestantes, assim como através de apreensões de equipamentos, livros materiais diversos, seja partir das detenções operadas pelas polícias militares, seja pelo desencadeamentos de procedimentos de busca e apreensão. Os enquadramentos penais nos indiciamentos, de regra vão desde desacato – crime já deveria ter sido retirado do sistema penal por total incompatibilidade com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos – até o terrorismo, passando, com extrema frequência, pelos crimes de dano, de formação de quadrilha e corrupção de menores ou mesmo outros crimes, como, e.g., crimes ambientais. Esses indiciamentos, normalmente apontado como em concurso material, tendem, dentre outras consequências, a dificultar ou mesmo impossibilitar prestação de fiança, redundando no prosseguimento da prisão, sendo que, no mais das vezes, as pessoas detidas acabam sendo encaminhadas a presídios, no aguardo de audiências de custódias muitas vezes tardias, ou de decisão judicial de soltura, apontando uma estratégia para intimidar ou mesmo coibir o exercício de direitos, especialmente os de associação e de manifestação. Importa apontar, que embora predominantemente a persecução penal se dirija contra as pessoas dos militantes ou manifestantes, também as entidades e organizações, tenham elas personalidade jurídica ou não, não com pouca frequência, também alvo do processo de criminalização, colocando-se na condição de organização criminosa, nos termos da Lei Federal 12.850/2013 ou mesmo de terrorismo, em desconsideração ao §2º do artigo 1º da Lei Federal 13.260/2013.¹⁰ Importante apontar, ainda, que mesmo adolescentes têm sido apontados também como incursores em atos infracionais, fenômeno que se intensificou especialmente com o crescimento da participação destes em coletivos organizados e em manifestações sociais, o que restou ainda aprofundado a partir dos movimentos de ocupação de escolas e outros espaços públicos.

O iter da criminalização avança, após, pela atuação dos Ministérios Públicos que, no mais das vezes, apresentam denúncia e pelo Poder Judiciário, que, não

10 O dispositivo estabelece: “§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei.”

somente recebe as denúncias como, também não raramente, acaba por condenar.

Não pode ficar sem referência, ainda, que o processo de criminalização, que passa pela atuação de todos Poderes e instituições, tem, como elemento fundamental, a atuação dos grandes veículos de comunicação, que cumprem com papel fundamental da criar as condições de condicionamento da opinião pública de maneira conferir foros de legitimidade e esse processo, não sendo casual nem fortuita a frequência com que as versões das autoridades estatais são privilegiadas, ao mesmo tempo em que, com muita frequência, as ações policiais são espetacularizadas reforçando o discurso de criminalização.

Em conclusão, o que minimamente se buscou aqui demonstrar, é o caráter sistêmico e claramente direcionado de criminalização das manifestações e dos movimentos sociais, sendo esse um dos graves sintomas do enorme déficit democrático e caracterizadores de verdadeiro Estado de exceção por que se passa.

O que se coloca como desafio, pois, é a busca do fortalecimento desses direitos, valendo-se, mais que nunca, da própria luta política, na afirmação da democracia e do Estado Democrático de Direito, assim como também, sem deixar de lado luta jurídica nos espaços do Direito Interno, lançar mão, cada vez mais, dos espaços internacionais, especialmente o Sistema Interamericano e ONU.

Queermuseu e a tentativa de criminalização da arte no Brasil*Gaudêncio Fidelis (*)*

Depois do histórico e dramático episódio de censura e fechamento da exposição Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira pelo banco Santander, o Brasil passou a presenciar o que inicialmente chamei, já naqueles primeiros dias depois desse trágico incidente, de um “processo de criminalização da arte e dos artistas”.¹¹ Grupos fundamentalistas e de ultra direita no país colocaram em curso uma narrativa difamatória em consonância com ações específicas com o objetivo de criminalizar museus e instituições e desta forma imputar à comunidade artística atribuições de comportamento criminoso. Através dessa narrativa, os espaços de circulação da arte passaram a ser atacados como um suposto território do crime organizado. Inúmeros acontecimentos e ações perpetradas por esses grupos colaboraram para construir tal narrativa no imaginário de parte da sociedade brasileira. Esses acontecimentos, nunca ocorridos antes na história do país desta forma concatenada, foram entendidos inicialmente como censura à liberdade de expressão, e se de fato isso é verdade. Mas é preciso atentar para o fato de que a agenda inclui uma estratégia mais ampla e envolve um perigoso ataque aos costumes e ao universo simbólico, empreendido com o objetivo de instituir um regime fundamentalista no país. É preciso portanto que se compreenda de imediato este processo de avanço destas forças para que seja possível combater-las com a urgência que é necessário.

Alguns fatos concretos pontam para esse processo de criminalização e para o estabelecimento, no imaginário público, do museu e dos espaços de exposições como sites do crime organizado. Podemos citar por exemplo uma reunião realizada no dia 18.10.2017 por três deputados, Alberto Fraga (DEM/DF), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), e Laura Carneiro (PMFB/RJ). A reunião foi promovida através da Comissão de Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados em Brasília, para tratar justamente de “exposições de arte”. A CPI dos

(*) Curador e Doutor em História da Arte pela Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNY)

11 No dia 7 de dezembro de 2017 o Deputado Jeferson Fernandes (PT-RS), um iniciativa louvável promoveu através da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da ALERGS a audiência pública A Criminalização dos Movimentos Sociais para a qual fui convidado a falar sobre a exposição Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira. Participaram da audiência representantes de vários movimentos sociais e organizações culturais.

Maus Tratos, cujo Presidente é o Senador Magno Malta (PR-ES), representante notório da bancada fundamentalista no Senado, e cujo objetivo inicial era “investigar maus tratos em crianças e adolescentes”, empreendeu uma perseguição moralista aos artistas, curadores e outras pessoas relacionadas à exposições acusando-as de pedofilia,¹² prática de pornografia e outros atos criminosos, em um claro desvio do objeto da CPI.¹³ Na ocasião o Senador chegou a declarar ter identificado “uma rede de crime organizado dentro do museu”. O objetivo se mostrou uma tentativa clara de instituir a narrativa em que o museu, e os espaços de exposições por extensão, constituem um site do crime organizado. Sabe-se que a pedofilia, não se encontra no museu e que nenhuma exposição pode de fato promover pedofilia, já que ela é consumada reconhecidamente em outras instituições e em redes de crime organizado.

Juntaram-se a esse processo de difamação os procuradores de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Alexandre Lipp e Sílvio Munhoz embora nenhum dos dois tenha tido acesso ao conteúdo da exposição e sequer eram os representantes do Ministério Público encarregados do caso.¹⁴ A declaração de ambos emitida através de uma nota de imprensa chegou a afirmar o seguinte: “a exposição [Queermuseu] tinha o nítido propósito de erotizar o público alvo e induzi-lo a tolerar condutas como orgias, zoofilia e vilipêndio a símbolos religiosos”.¹⁵ Sugerir que uma exposição tenha sido realizada como este propósito foge completamente a compreensão de qualquer pessoa, pois a mesma nem possui lógica, o que nos faz concluir que os procuradores tenham razões mais obscuras

12 É importante salientar que pelo código penal brasileiro, assim como pela maioria dos códigos penais do ocidente pedofilia não é crime e sim caracterizada como transtorno mental. Considere-se ainda que e nesse caso muitos dos indivíduos que possuem tal transtorno sequer praticam qualquer ato sexual relacionado a ele. Portanto sendo assim considerada ela não pode ser imputada como crime. O consiste em crime em sua relação com a pedofilia, é a consumação sexual ou prática erótica de qualquer forma com crianças, e cujo crime é caracterizado então como “atentado violento ao pudor”. No caso de uma exposição de arte a referida acusação de pedofilia constitui uma farsa e é meramente eleitoreira pois seria inconcebível uma obra de arte ou exposição praticar crime de pedofilia ou mesmo fazer apologia a mesma.

13 Essa questão é importante pois não se trata de um menor formalismo mas de uma tentativa clara de instrumentalizar a CPI para fins políticos eleitorais já que a Queermuseu e outras exposições envolvidas como já se sabe, nunca tiveram qualquer relação com os supostos crimes imputados. Esse fato foi constatado de imediato (em ambos os casos aliás, da Queermuseu e da performance do Museu de Arte Moderna de São Paulo), já no segundo dia do fechamento da exposição pelo próprio Ministério Público do Rio Grande do Sul quando visitou a exposição e reafirmado inúmeras vezes subsequentemente.

14 A nota, emitida no dia 15 de outubro de 2017 foi posteriormente removida de todos os sites oficiais que havia sido publicada, mas trechos da mesma encontram-se reproduzidos em artigos de jornais da Gazeta do Povo de Curitiba e alguns blogs. O procurador Alexandre Lipp compareceu à CPI dos Maus Tratos a convite do Senador Magno Malta e a referência ao procurador e o trecho acima é citado em vários dos requerimentos de convocatória para depoimento emitidos pelo Senador, ficando assim para sempre registrados no documentos do Senado. A afirmação do Procurador não só é falsa, mas baseada em uma assertiva pessoal que nos faz refletir sobre as razões de sua origem, já que a mesma não encontra nenhuma objetividade concreta.

15 “Queermuseu: após manifestações não oficiais, MP reforça que não há crime de pedofilia na exposição”, 15.09.2017), acessado em 20.02.2018 em <https://gauchazh.dicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/09/queermuseu-apos-manifestacoes-nao-oficiais-mp-reforca-que-nao-ha-crime-de-pedofilia-na-exposicao-9901451.html>

para terem se envolvido no caso e emitido uma nota com esse teor.¹⁶ Ambos os procuradores foram posteriormente desautorizados pelo Procurador Geral de Justiça Fabiano Dallazen e o promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre Júlio Almeida, responsável pelo caso, realizou uma visita à exposição acompanhado da coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, Denise Villela. Na ocasião ele afirmou à imprensa que não havia casos de crime de pedofilia na exposição: “Desde logo, afasto, dessas imagens por si, o aspecto de pedofilia, eis que não contém criança ou adolescente na cena captada ou produzida. Ressalto que não se depreende das imagens por si, a instigação à prática de ato sexual com o objetivo de satisfazer a lascívia de outrem, elementos fundamentais dos tipos penais do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), antes invocados”.¹⁷

Vale dizer que a este ataque concatenado encontra paralelo na criminalização dos movimentos sociais, na ideologia da “escola sem partido”, em ataques contra coletivos culturais e nos mais recentes ataques às universidades como forma de difamação destas instituições diante da esfera pública. Evidentemente que não podemos dissociar desse conjunto de ações, o que acontece no Brasil neste momento com o desmonte do Estado, do aprofundamento da perda do Estado de Direito e de toda a política que vem sendo aplicada para retirar do cidadão brasileiro seus direitos conquistados. Mas este texto concentra-se nos ataques no campo do universo simbólico do conhecimento e nas instancias de produção do mesmo.

No dia 27 de outubro tivemos os primeiros ataques à coletivos culturais populares como a ocupação Pandorga e a Parrhesia, esta última uma organização não-governamental que atua junto a movimentos sociais nas áreas de direitos humanos, cultura, educação e comunicação popular, premiada em 2013 e 2015 pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) por sua atuação na área de direitos humanos. As investidas policiais foram realizadas dentro da chamada operação Érebo comandada pela 1ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre, com o objetivo, segundo os delegados responsáveis de “combate à associação criminosa que praticava crimes fazendo uso de artifícios incendiários e explosivos contra instituições públicas e privadas, na capital”.¹⁸ A ocupação Pandorga é um organização que propicia apoio a artistas que encontram-se em sua maioria de passagem de vários países, realiza oficinas com crianças de rua e treinamentos

16 Esta é justamente outra pergunta que ainda não foi respondida, a de porque os referidos procuradores se envolveram no caso, sendo que não eram autorizados pelo Ministério público para tal.

17 O promotor Julio Almeida posteriormente emitiu um recomendação ao Santander para que reabrisse exposição e como reparação realizasse uma outra exposição sobre “diversidade” como forma de reparação ao danos públicos e privados causados pelo fechamento da Queermuseu. A recomendação não foi acatada pelo Santander. “Queermuseu: MP expede recomendações e instaura expediente para aprofundar investigação”, consultado em 20.02.2018 em <https://www.mprs.mp.br/noticias/45185/>

18 Marco Weissheimer, “Operação policial quer enquadrar anarquistas e coletivos culturais como organização criminosa”, Jornal Sul 21 (27 de outubro de 2017).

para artistas circenses e presta outros serviços comunitários ao meio cultural.

Vale lembrar ainda duas outras frentes de ataques desmoralizantes e com outras consequências ainda mais nocivas e que se juntam essa narrativa: os ataques as religiões de matriz afro e ao carnaval como festa popular. Os ataques as religiões de matriz africana ganharam forças neste últimos anos especialmente em cidades administradas por lideranças fundamentalistas como no Rio de Janeiro, pelo Prefeito Marcelo Crivella, mas também no Rio Grande do Sul, Salvador e inúmeras outras onde estes avançaram enormemente. Mas vale dizer que dos pontos altos dessa campanha contra religiões de matriz africana e mediúnicas, centro irradiador de uma ideologia da demonização, ganhou força com a publicação do livro *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios*,¹⁹ de Edir Macedo ao final dos anos de 1990. Recentemente essa campanha se consolida e generaliza, transformando-se em quase uma rotina das religiões de matriz africanas no país.

Junte-se a isso o acirramento da campanha contra o Carnaval, a maior festa popular do mundo que recebeu considerável ataque e desprestígio do poder público no Rio de Janeiro e Porto Alegre especialmente. O carnaval do Rio de Janeiro desse ano culminou com um episódio de censura, quando a *Paraíso do Tuiti*, sofreu pressão do Gabinete da Presidência da República para que retirasse de algumas de suas alegorias elementos que criticavam o Governo Temer.²⁰ Não havia precedentes para esse fato anteriormente, especialmente depois do excepcional desfile da Tuiti ter ganhado imenso apelo popular e consenso pela qualidade artística e crítica de seu samba enredo e apresentação intitulado “Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?”, não por casualidade centrado na histórica e degradante persistência da escravidão ao redor do mundo e especialmente no Brasil.

Se observarmos estes fatos como um todo eles apontam para um conjunto de ações concatenadas que criminalizam o corpo como motor de expressão, não esquecendo que é justamente ele que é o veículo das manifestações de toda ordem, inclusive aquelas propriamente políticas e de rua, que raramente são compreendidas dentro do campo da expressão e sim do “protesto”. Mas precisamos entender que a liberdade de expressão não se restringe apenas à liberdade de expressão artística e atinge todas as instâncias da manifestação expressiva individual incluindo por exemplo a liberdade de escolha e o direito de ir e vir.

19 Publicado inicialmente em 1997, teve várias edições subsequentes tendo atingido mais de 4 milhões de exemplares vendidos.

20 Ricardo Rigel, “‘Vampiro-presidente’ da Tuiti desiste de usar faixa presidencial no desfile das campeãs”, O Globo (18.02.2018), acessado em 20.02.2018 em <https://oglobo.globo.com/rio/vampiro-presidente-da-tuiti-desiste-de-usar-faixa-presidencial-no-desfile-das-campeas-22408919>

Violência Institucional e Policial

Mariana Py Muniz Cappellari²¹

O Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do RS nasce no ano de 2014, através de um convênio firmado com o Governo Federal, tendo por objetivo enfrentar a violência contra a mulher e a violência estatal, potencializando as funções institucionais da Defensoria Pública, através da formação de uma unidade de atendimento especializado, que enfrenta o fenômeno complexo da violência, por meio de um acolhimento integral e multidisciplinar, o qual tem por escopo uma atuação psíquico-social-jurídica, realizando escuta humanizada, empoderando às vítimas, difundindo a conscientização dos direitos e fortalecendo a cidadania.

Dentro do escopo do que tencionamos chamar de violência estatal, está o enfrentamento da violência policial, da violência produzida no interior do sistema prisional, da defesa dos Defensores de Direitos Humanos e do enfrentamento de toda a forma de preconceito, discriminação, maus tratos, abandono e negligência.

O CRDH/DPE/RS desde a sua abertura já providenciou no atendimento de mais de 9001 pessoas, tendo nos últimos anos (2016/2017), consideravelmente sofrido com o aumento da demanda na esfera da violência estatal, mais especificamente no que diz com a violência policial.

Tenciona-se chamar de violência policial aquela produzida por agentes de segurança pública do Estado. Ocorre que o conceito de violência, em si mesmo, encontra diversos matizes. Para a OMS, de acordo com o relatório mundial sobre violência e saúde,²² a violência pode ser conceituada como “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.”

21 Doutoranda em Ciências Sociais pela PUCRS. Mestra em Ciências Criminais pela PUCRS (2013). Especialista em Ciências Penais pela PUCRS (2010). Especialista em Direito Privado pela UNISINOS (2004). Defensora Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Coordenadora Geral do CRDH/DPE/RS.

22Disponível em: <<http://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

Nesse sentido, portanto, como também estratégia de enfrentamento dessa violência, apresentamos no dia 13 de setembro de 2016, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, convocada pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, um diagnóstico de violência policial, realizado por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC/PUCRS).

Esse diagnóstico teve por base os expedientes que tramitam no Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública/RS e no Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), único no Brasil gestado pela Defensoria Pública. Os dados coletados referem-se ao período de 2013, anterior a implantação do Centro, até junho de 2016.

A parceria da pesquisa CRDH/DPE/RS e GPESC/PUCRS surgiu exatamente pela demanda que diariamente chega ao Núcleo de Defesa em Direitos Humanos, bem como ao CRDH, o qual trabalha com o enfrentamento da violência contra a mulher e a violência estatal, por meio de um acolhimento integral e multidisciplinar, enfrentando a violência não apenas por meio da responsabilização do agente público, no caso da policial, através da via jurídica, mas prestando atendimento psicossocial, considerando que essa violência policial e estatal ultrapassa a esfera da responsabilização individual.

Nesse sentido, pode-se dizer que dos mais de 400 expedientes que à época tramitavam no Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública (atualmente contamos com mais de 1000, sendo que 700 dizem com violência policial), mais de 200 diziam respeito à questão da violência policial. Sendo assim, na tentativa de sistematizar e analisar os dados existentes, informando a sociedade e buscando o aperfeiçoamento da prestação do serviço público, não apenas pela Defensoria Pública, mas, também, pela mobilização das demais instituições envolvidas nessa temática, o CRDH buscou o auxílio da Universidade para a realização da pesquisa.

Entre as questões apontadas pelo diagnóstico, se destaca o crescimento das denúncias no período analisado, que eram da ordem de 73 casos em todo o ano de 2013, e chegaram a 81 casos somente nos primeiros seis meses do ano de 2016 (o ano de 2016 fechou com o número de 216 casos, sendo que no primeiro semestre de 2017 já alcançamos a cifra de 225 casos). Essa situação pode indicar a maior visibilidade obtida pelo CRDH como canal para o encaminhamento de denúncias de violência policial, mas também pode indicar um importante crescimento dos casos, resultante da pouca preocupação dos responsáveis pela segurança pública com o controle sobre os abusos praticados por policiais, muitas vezes aplaudidos pela opinião pública.²³

23 Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli de; Cappellari, Mariana Py Muniz in Diagnóstico de Violência Policial (CRDH/GPESC/PUCRS). Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/diagnostico-de-violencia-policial/>>. Acesso em: set. 2017.

O diagnóstico também apresenta elementos relacionados ao perfil das vítimas e dos acusados de violência policial. Entre as vítimas, 85,3% são homens, e 13,98% mulheres. Com relação à etnia, em 20,43% dos casos a informação não consta dos registros. Em 54,84% dos casos a vítima é branca, e em 24,5% são negros ou pardos. Entre os supostos agressores, a maioria é composta por homens (70,61%). Os casos envolvendo mulheres acusadas desse tipo de violência chegaram a apenas 2,51%, enquanto que, em outros 26,88% dos casos, o gênero não foi informado.

A Brigada Militar lidera o ranking das denúncias de violência policial, com 89,89%, sendo seguida pela Polícia Civil, com 6,5%, e a Guarda Municipal, com 2,17%. Dos casos relacionados com a Brigada Militar, 23,30% envolveram soldados, 3,23% sargentos e 71,68 não tiveram essa informação registrada. O fato da Brigada Militar ser a instituição responsável pelo maior número de denúncias de violência policial tem a ver com o fato de ela ser responsável pelo policiamento ostensivo, mas também está relacionado com a estrutura militarizada da instituição (AZEVEDO; CAPPELLARI, 2016).

As agressões físicas lideram o ranking do tipo de violência denunciada, com 78,14%. Seguem-se o abuso de autoridade (10,39%), a tortura (6,45%), morte (1,79%) e abusos sexuais (0,36%). Há uma zona cinzenta entre os casos de agressão física e tortura, mas a maioria das denúncias de prática de tortura envolvem delegados de polícia e carregam uma dificuldade de apuração muito grande, pois, neste caso, os mecanismos de controle são menos eficientes. Os casos de agressões físicas envolvem majoritariamente soldados da Brigada, enquanto os de abuso de autoridade são atribuídos, em sua maioria, a sargentos da corporação.

Quanto à origem das denúncias, 64,26% foram feitas diretamente à Defensoria Pública, 19,13% foram encaminhadas pelas delegacias de polícia onde o fato foi registrado, e 14,08% foram apresentadas nas audiências de custódia. O estudo aponta ainda que o Ministério Público, que tem uma promotoria responsável pelo controle da atividade policial, atribuição constitucional da instituição, tem se mostrado ausente desse debate e com pouca iniciativa para levar adiante a apuração dos casos e a responsabilização dos agressores (AZEVEDO; CAPPELLARI, 2016).

Com base nos resultados da pesquisa, a Defensoria Pública do RS propôs a realização da audiência pública, que contou com a presença de diversas entidades governamentais e a participação da sociedade civil. Como resultado, diversos encaminhamentos advieram, embora todos de alguma forma fossem direcionados a necessidade de maior e efetivo controle interno e externo da atividade policial; questões como o acesso às informações e dados da segurança pública; fortalecimento do Conselho de Segurança Pública Estadual; campanhas pela erradicação da tortura, inclusive, em parceria com a academia, tendo em vista a necessidade de problematização do próprio conceito do que seja tortura;

oitiva e construção de políticas em parceria com os grupos vulneráveis, considerando a existência de uma expressiva subnotificação; entre outros.

O fato é que de alguma forma conseguimos atingir o objetivo a que nos propusemos, ainda que saibamos que muito há que se fazer, pois levamos à sociedade uma ponta muito pequena de toda essa problemática. Entretanto, podemos iniciar o trabalho de dar visibilidade a uma violência que por ser estrutural e institucionalizada, não consegue sequer aparecer nos boletins de ocorrência pela denominação violência policial, mas, sim, encontra-se misturada ao registro da ação ilícita, em tese, praticada pela sua própria vítima.

Na mesma semana em que ocorreu a audiência e a divulgação dos dados, a Zero Hora publicou matéria dando conta de que os casos de homicídios praticados pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul dobraram no primeiro semestre de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior, confirmando a tendência apontada pela pesquisa e acendendo um sinal de alerta sobre as consequências da crise da segurança pública em nosso estado e da falta de uma política de segurança que incorpore o tema do controle sobre a ação da polícia como essencial em uma perspectiva democrática (AZEVEDO; CAPPELLARI, 2016).

A parceria do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e do CRDH com o GPESC/PUCRS demonstra o potencial da produção de dados e análises qualificadas para a elaboração e implementação de políticas públicas de segurança no Brasil, ainda muito carente de estudos mais aprofundados nesta área. Que a nossa parceria perdure, já que estamos engajados na mesma missão, a de assegurar efetivamente o exercício dos direitos humanos fundamentais de todos e de todas, indispensáveis em uma sociedade que se quer democrática (AZEVEDO; CAPPELLARI, 2016).

APACS – Todo homem é maior que o seu erro

Gilmar Bortolotto ()*

O agravamento progressivo da insegurança é tema que preocupa a todos, na medida em que afeta diretamente a vida dos cidadãos, impedindo ou dificultando o exercício das liberdades mais comuns e atingindo desde a economia até a saúde das pessoas, submetidas que estão a um constante estado de estresse decorrente da violência quotidiana. Passam os anos, mudam governos, mas as soluções ofertadas são quase sempre as mesmas: aumento do aparato policial e promessas de regularização da situação prisional.

É evidente que o crescimento da população impõe a necessidade de mais investimentos na área da segurança pública. O problema é que pouco se vê no tocante a inovações. A repetição de práticas que não apresentam resultados efetivos, associada à deficiência de planejamento e à atuação quase sempre emergencial, implicam piora que se evidencia não apenas na estatística, mas também na sensação experimentada por aqueles que tentam levar uma vida normal.

Parece natural que os governantes prefiram priorizar aquilo que é mais aparente, razão pela qual o sistema prisional, invisível à população livre, perde sempre em investimentos para o policiamento ostensivo. Contudo, todos sabemos que, quanto mais policiais nas ruas, mais lugar precisaremos nos presídios.

O déficit hoje existente no sistema carcerário brasileiro não é apenas de recursos materiais e humanos, é de civilidade. Muitas prisões brasileiras padecem de atraso crônico e promovem a degradação humana, como resultado da irresponsabilidade estatal e da indiferença social.

O pior disso tudo é que os grandes estabelecimentos penais foram se transformando em centros de recrutamentos de mão de obra para o crime. A indiscutível atuação das facções representa hoje uma lógica de mercado, ou seja, os grandes grupos criminosos compreenderam que o espaço prisional tem muito valor. O Estado ainda não assimilou esta lição.

Presenciamos muitas investigações que terminam dentro das penitenciárias, atividade que esgota a capacidade das polícias, condenadas que são a perseguir e “prender” quem já está recolhido ao cárcere por conta da atividade estatal.

(*) Procurador de Justiça

Além de tudo, mais de 70% daqueles que cumprem pena corporal retornam aos presídios quando são postos em liberdade.

Confrontados com esta realidade, somos convocados à pauta da racionalidade, para que possamos encontrar meios de reduzir o impacto da criminalidade sobre o cotidiano dos cidadãos. Trata-se de tarefa difícil: pensar no que fazer quando o simples ato de pensar se torna difícil por conta da intolerância reinante quando a pauta é o sistema carcerário. Contudo, uma coisa é certa: os resultados serão os mesmos sem que haja inovação.

E foi justamente pensando em inovar que o advogado e jornalista Mário Ottoboni, em 1972, na cidade de São José dos Campos, idealizou uma metodologia que pode significar a redenção para o sistema prisional. Diante da realidade carcerária e percebendo os altos índices de reincidência, Ottoboni, associado a um grupo de voluntários cristãos, criou a APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Aqui, peço calma aos mais agitados para que leiam o artigo até o final. Sei que, quando se fala em proteção a condenados, a reação quase imediata será: vão passar a mão na cabeça dos bandidos. Nada disso.

A metodologia APAC foi idealizada para que o preso compreenda, durante o tempo de segregação, o que o levou a escolher a vida do crime, os danos que ele, sua família e as vítimas experimentaram como resultado dessa opção e como mudar de rumo, passando a levar uma vida digna e produtiva. Para muitos, trata-se de uma tarefa impossível, porque os números demonstram que quem passa pela cadeia a ela retornará. Não precisa ser assim, desde que se modifique o modo de tratar o tema.

AS APACs são escolas de valores, não simples estabelecimentos penais. Baseado em uma disciplina rígida e com fundamento em doze elementos, este método, que tem 45 anos de idade, tem recuperado milhares de condenados.

Valorização humana é o foco da metodologia. É simples: quem valoriza a própria vida deixa de agredir porque também enxerga no seu próximo alguém que precisa ser respeitado. Esta é a lição de Mário Ottoboni: podemos matar o criminoso e salvar o homem.

Família, espiritualidade, disciplina, educação, profissionalização, assistência jurídica e à saúde, além de outros elementos de igual importância, contribuem para o sucesso de uma cadeia que prende pelo compromisso pessoal de mudança.

O recuperando – denominação do preso na APAC – é inserido em uma rotina que começa às 6h e se estende às 22h todos os dias. A tônica, além do trabalho e estudo obrigatórios, é a participação em oficinas e palestras que objetivam provocar reflexão e responsabilização sobre as escolhas realizadas e o mal causado com a prática do crime. As famílias dos recuperandos também participam de várias dinâmicas que as preparam para recebê-los quando da concessão de liberdade. Por fim, as vítimas também recebem atenção especial na proposta apaqueana.

A aplicação integral do método faz com que as APACs invertam a lógica do sistema convencional, produzindo mais de 80% de recuperação. Além disso, o custo do preso nas APACs é de cerca de 35% daquilo que se gasta no sistema comum.

Existem dezenas de APACs em funcionamento no Brasil, locais em que cerca de 3.500 recuperandos cumprem suas penas com dignidade e aprendem a renovar atitudes e a reparar o dano causado.

O Brasil exporta a metodologia para 23 países do mundo, cujas delegações aqui comparecem periodicamente para aprender sobre o método.

A implantação da metodologia apaqueana nas muitas comarcas do Brasil pode ser o começo de um resgate que precisamos fazer para que a execução da pena deixe de representar vingança e passe a significar justiça. Não é mais possível continuarmos reforçando nos condenados a ideia de que a escolha pelo crime não tem volta, para depois reclamarmos dos altos índices de reincidência.

É difícil resumir em poucas linhas a dimensão das APACs para quem já viu como elas funcionam. A melhor definição que ouvi foi pronunciada por um preso que lá cumpriu sua pena: a apac é uma cadeia que mata o criminoso e liberta o homem.

A índole golpista da elite dominante

*Jeferson Miola**

1

Em quase todo o período de tempo desde o desembarque dos colonizadores portugueses em solo brasileiro, há 518 anos, os destinos do Brasil estiveram sob controle da mesma elite dominante – branca, racista, escravocrata e colonizada pelas metrópoles estrangeiras.

O inventário desta dominação oligárquica secular é desastroso: o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. No hemisfério americano, só não é pior que Haiti, Colômbia e Paraguai.

E os demais 6 países com desigualdade pior que o Brasil são todos do continente africano: África do Sul, Namíbia, Botsuana, República Centro-Africana, Zâmbia e Lesoto.

A concentração da riqueza nacional apropriada nas mãos do 1% mais rico é de 27,8% – a maior taxa de concentração dentre todos os países do mundo inteiro, segundo a pesquisa Desigualdade Mundial 2018, coordenada pelo economista francês Thomas Piketty.

O déficit democrático no Brasil, em vista disso, é profundo e estrutural.

Apesar do direito de votar e da ocorrência de eleições periódicas, não se pode considerar democrático um país extremamente rico, situado entre as 10 maiores economias do planeta, que historicamente condena 30% da sua população à pobreza, à miséria, à escravidão.

2

Em 518 anos, os períodos da história brasileira em que governos de recorte nacionalista e popular conduziram os rumos do país representaram breves parêntesis em toda a trajetória de dominação oligárquica.

Isso aconteceu nos governos de Getúlio Vargas, 1930/1937 e 1951/1954; de Juscelino Kubitschek, 1955/1960; de João Goulart, 1961/1964; de Lula, 2003/2010; e de Dilma Rousseff, 2011/2016.

Mesmo no Estado Novo [1937/1945], que compreende o período ditatorial de

* Integrante do Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre (Ideia), foi coordenador-executivo do 5º Fórum Social Mundial

Getúlio, foram executadas políticas afirmadoras da soberania nacional e modernizadoras das relações entre as classes sociais.

Getúlio criou a CLT, a PETROBRÁS, a siderurgia nacional e preparou as condições de urbanização e industrialização do país; JK acelerou o desenvolvimento e construiu Brasília; Jango iniciou as reformas de base, fortaleceu o Estado e criou o 13º salário; Lula retirou 40 milhões de pessoas da miséria, descobriu o petróleo pré-sal, aumentou o valor real do salário mínimo, criou mais Universidades que em toda a história do país e colocou o Brasil no centro da geopolítica mundial; Dilma expandiu as políticas de igualdade social e universalizou direitos, criou o Mais Médicos e expandiu a infraestrutura do Brasil.

3

Estes governos, antes de representarem a ruptura da ordem ou de ameaçarem a dominação capitalista, produziram políticas essenciais à modernização do próprio capitalismo.

A despeito disso, contudo, vários deles foram derrubados por golpes de Estado – Getúlio foi vítima da conspiração que o levou ao suicídio em 1954, Jango da quartelada apoiada pela Rede Globo em 1964 e Dilma do impeachment fraudulento também apoiado pela Globo em 2016.

Estes golpes tiveram como vetor comum obstruir governos que realizavam as tarefas democráticas historicamente adiadas e abandonadas pela elite dominante.

No artigo Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes, Maria da Conceição Tavares assim resume a natureza conservadora da classe dominante:

“No ensaio Brasil: da República oligárquica ao Estado militar, Furtado afirma logo no início que ‘a miséria de grande parte da população não encontra outra explicação que a resistência das classes dominantes a toda mudança capaz de pôr em risco seus privilégios’”.

A economista luso-brasileira complementa:

“... podemos enunciar o problema afirmando que a nossa peculiar ‘revolução burguesa’, começada há pelo menos 150 anos, em vez de permitir a passagem a uma ‘ordem competitiva’, manteve um pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, que se caracterizou, do ponto de vista político, por uma oscilação permanente entre uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário”.

A farsa da Lava Jato para impedir a candidatura presidencial do ex-presidente Lula é parte dessa lógica conspirativa da oligarquia; é uma espécie de “golpe preventivo” para impedir o retorno das políticas distributivas e a presença do povo no orçamento público.

4

A conspiração e o golpismo são características inatas da classe dominante. Ela se insurge sempre e quando sente ameaçados seus privilégios enquanto classe dominante, e emprega para isso a violência requerida em cada realidade concreta – armada ou institucional.

A legalidade nos mata! – declarou Odilon Barrot, primeiro-ministro de Luís Bonaparte, em junho de 1871, para justificar o aniquilamento da primeira experiência de governo socialista da história – a Comuna de Paris – a qualquer custo, mesmo que, para isso, fosse necessário desrespeitar as regras do Estado de Direito liberal-burguês.

5

A realidade empírica demonstra que a perpetração de golpes no Brasil obedece sempre o mesmo padrão.

Uma vez conhecida a “genética” conspirativa da classe dominante, seria ingênuo retirar do horizonte da história a possibilidade de ocorrência de golpes. Não se pode surpreender com a capacidade desestabilizadora da classe dominante.

A surpresa não deveria ser com os golpes em si, mas com a incapacidade e, até mesmo, a ingenuidade dos setores democráticos, progressistas e de esquerda que, em que pese a índole golpista da oligarquia, ainda não consegue resistir aos ataques da elite dominante ao Estado de Direito e à democracia.

Indígenas no RS: situação atual, conflitos, lutas e tentativas de desfazimento de seus direitos tradicionais de existência

João Maurício Farias *

Roberto Liebgott **

As demandas de terra e as teses contra as demarcações

Em todos os estados da Região Sul, Sudeste e Centro Oeste há dezenas de demarcações de terras paralisadas. A tendência, pelo que se ouve nos meios indígenas, é de que haverá mudanças quanto à concepção de “demarcações de terras indígenas” para os povos Guarani e Kaingang. A lógica, segundo se pré-anuncia, é não mais demarcar terras, mas sim constituir pequenas reservas. Essa é uma tese que se veicula, atualmente, no âmbito do setor de demarcação na FUNAI. Pretenderiam, com isso, evitar desgastes políticos e a judicialização dos procedimentos demarcatórios.

Se houver efetivamente a imposição dessa nova sistemática aniquila-se com os direitos constitucionais, mesmo sem mexer na Constituição Federal e sem alterar as regras procedimentais. Haveria, pelo que se desenha, um processo negocial para convencer os indígenas de que com essa sistemática eles terão, ao menos, garantidas as reservas para sobreviverem, caso contrário permanecerão acampados e sem suas terras tradicionais.

É importante ressaltar que essa tese não está desligada da política assistencial. Alegam, tanto na FUNAI como na Secretaria Especial de Saúde Indígena - SE-SAI, vinculada ao Ministério da Saúde, de que aqueles que estiverem fora das terras demarcadas ou das áreas reservadas não mais serão assistidos e ficarão submetidos aos entes municipais de educação e saúde.

CPI da FUNAI e do INCRA – Tentativa grotesca de inviabilizar que estas instituições do Estado brasileiro cumpram seu papel constitucional

As ações desencadeadas no âmbito da CPI contra os órgãos de Estado responsáveis pela condução dos procedimentos de identificação e demarcação de terras-indígenas e quilombolas visam, essencialmente, fornecer elementos para

(*) João Maurício Farias – professor do estado do Rio grande do Sul e pesquisador mestrando em Psicologia Social e Institucional na UFRGS.

(**) Roberto Antonio Liebgott- Formado em Filosofia e Bacharel em Direito, atualmente é Coordenador do CIMI Sul - instituição ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

o questionamento judicial dos atos passados e os futuros no que tange às demarcações. Pretendem caracterizar todos os atos administrativos de demarcação como sendo fraudulentos.

Apontam “possível fraude” quando questionam a inexistência da chamada “neutralidade científica” dos técnicos – antropólogos, etnohistoriadores e arqueólogos – em relação aos laudos produzidos. Quando se aprofunda a reflexão em filosofia da ciência, percebe-se que nem mesmo as ciências físicas e ditas “exatas” podem ser consideradas neutras. E com seu posicionamento político antiindígena ignoram que para a produção de um laudo ou relatório etnoantropológico qualificado, os técnicos necessariamente precisam construir aproximação, empatia e identificação com o grupo étnico pesquisado. Assim, para um antropólogo falar ou escrever com profundidade sobre os Guarani, os Kaingang ou qualquer outro grupo indígena o mesmo necessita ser aceito e acolhido pelo “objeto/sujeito” de sua pesquisa.

Outro argumento falacioso é o de que haveria interesses escusos por de traz das ações que visam assegurar terras para indígenas e quilombolas. Mas consideremos que, se antes da formação do Estado brasileiro com as primeiras invasões de europeus havia mais de 1.000 etnias diferentes nestas matas e terras e em mais de 500 anos a colonização dizimou e exterminou grupos indígenas inteiros, com doenças, assassinatos e usurpação de seus territórios. Então, falar em interesses escusos seria tentar colocar sobre suspeita as ações e os serviços de quem busca garantir as condições de existência as mais de 310 etnias diferentes que ainda estão presentes neste imenso país chamado Brasil. Com isso tenta-se criminalizar e deslegitimar os indígenas, os técnicos, as organizações da sociedade civil que os apoiam, como também as instituições do Estado que também buscam cumprir a Constituição de 1988, neste caso a FUNAI e o INCRA.

Mas quando se pesquisa quais seriam os financiadores de campanha eleitoral dos principais deputados antiindígenas da CPI, verifica-se que vários deles receberam grandes apoios das indústrias de sementes transgênicas e produção de agrotóxicos (adubos e venenos químicos), como também das indústrias de armamento. Onde estariam os interesses escusos?

PEC 215/2000:

Este Projeto de Emenda Constitucional 215/2000 pretende tirar do poder executivo, no caso da FUNAI, as atribuições de realizar os estudos de identificação e as demarcações de terras indígenas e passar para a esfera do poder legislativo federal, no caso o Congresso. Estaria em jogo também a possibilidade de revisão das terras indígenas já demarcadas e homologadas pela presidência da

república. Isso seria submeter completamente os direitos territoriais indígenas aos interesses das bancadas de deputados federais, desta maneira, os interesses econômicos de grandes produtores do agronegócio, de industriais e de financiadores de campanha. Tais setores seriam ainda mais fortalecidos na sua sanha de continuar usurpando os indígenas das suas condições de existência

Os indígenas com suas mobilizações em Brasília e por todo o país, tem conseguido sustar, mesmo que de maneira ainda não definitiva, a tramitação desta PEC 215 extremamente nociva ao presente e futuro de seus filhos.

Marco Temporal da Constituição Federal de 1988 e o Renitente Esbulho

Há a tentativa de juristas e políticos antiindígenas de que o chamado “marco temporal”, ou seja, a necessidade de o grupo indígena estar de posse e presente na área em estudo para demarcação no dia 05/10/1988, dia da promulgação da Constituição de 1988 seja definidor para garantir ou não direito aos indígenas pela sua terra tradicional. Está foi uma das condicionantes apresentadas pelo voto de um dos Ministros do STF no processo judicial da demarcação da terra Raposa Serra do Sol. Mas a decisão do STF não determinava em hipótese alguma que isto se transformaria como jurisprudência para todos os demais estudos de demarcações em curso ou vindouros.

Os processos devem considerar também o que o Ministro do STF, Nelson Jobim cunhou como “fato indígena” que não considera apenas a habitação permanente, mas também a utilização da área para as condições de existência, bem como para a reprodução física e cultural de seu grupo. (Duprat, 2014)

Porém, tem havido forte pressão política para a generalização deste “marco temporal” para todos os procedimentos demarcatórios, em detrimento do que seria o “fato indígena”, assim como setores antiindígenas ainda acrescentam o que denominam como “esbulho renitente”.

O Renitente Esbulho, utilizado também para determinar o marco referencial de 1988, é, na verdade, uma aberração jurídica, porque impõe aos povos indígenas a culpa de não estarem na terra em luta física e jurídica contra os invasores. O judiciário algumas vezes desconsidera que o esbulho foi praticado pelos colonizadores com o intento de remover os indígenas e afastá-los de seus territórios ou dizimá-los.

Ou seja, todos esses argumentos tem um único interesse: desconstituir os direitos indígenas e quilombolas. No caso do STF essa desconstituição é feita, algumas vezes, à revelia da Lei Maior, pois se cria uma lógica interpretativa nefasta dos direitos indígenas, destruindo-os sem a necessidade de se mexer na própria Constituição Federal.

A tramitação do PL-31 na AL do Rio Grande do Sul é mais uma tentativa inconstitucional de deslegitimar o direito territorial indígena

O Projeto de Lei nº 31, que tramita na Assembleia Legislativa do RS, apresentado no intuito de impedir que áreas de pequenos agricultores não fiquem sujeitas aos processos de demarcações de terras indígenas é inconstitucional, pois tenta barrar o Artº 231 da Constituição Federal que determina as competências de garantia de direitos territoriais aos indígenas para a União. Os procedimentos demarcatórios estão regulados por este artigo da Constituição, pelo Decreto 1.775 de 1996, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e pela Portaria 14, do então Ministro da Justiça Nelson Jobim. A FUNAI não cria terras indígenas, mas ao realizar estudos e se comprovada a tradicionalidade, a mesma seria reconhecida como existente para antes da formação do Estado brasileiro.

De outra parte, no momento em que os estudos de identificação de terras indígenas atinge áreas de agricultores familiares, esta situação gera problemas também muito graves, pois haveria a necessidade de que os mesmos sejam removidos para outras áreas. Está é uma situação que deveria ser estudada com profundidade e ser estabelecida soluções também mais justas para os agricultores, quando sua posse for de boa fé e não tendo sido eles que expulsaram os indígenas, com indenizações pela “terra limpa” e não apenas pelas benfeitorias que existem na propriedade rural, como a Constituição prevê atualmente.

Assim, este PL-31 não teria aplicabilidade legal alguma e apenas acirrar as posições, contribuindo para aumentar os conflitos no campo. Beneficiam-se apenas, novamente, políticos que parecem investir na perpetuação de conflitos, tensões, ameaças e às vezes com mortes de indígenas e de agricultores.

O Governo dos golpes e articulações destruidoras da vida dos indígenas

Há, como se percebe, uma sintonia entre os argumentos utilizados e propagados pelos Ruralistas na CPI; por inclinações que a FUNAI vem tendo em seu departamento de assuntos fundiários; por ministros do STF nas decisões contra as demarcações de terras e os argumentos para aprovação da PEC 215/2000. Pretende-se, numa conjunção de esforços políticos, jurídicos e administrativos impedir que o direito a terra - expresso na Constituição Federal se sustente e se concretize. Agem com um único interesse: liberar as terras para a livre iniciativa econômica.

Pelo que se desenha, no contexto político, haverá efetivamente um golpe contra os povos indígenas e quilombolas. O atual governo estrutura-se para assegurar, por um lado o poder político sob a tutela de uma elite corrupta e corruptora.

Por outro, promover de forma avassaladora o desmonte de todas as garantias e direitos fundamentais. E dentre estes direitos estão à demarcação das terras e à diferença.

Contextualização dos acampamentos Kaingang e Guarani localizados no RS

A colonização se impôs violentamente contra os povos indígenas e os expulsou de suas terras, sendo divididas e loteadas pelo Estado, pelas oligarquias e pelas empresas de colonização. Expulsos das terras passaram a andar de um local para outro, sempre nas proximidades das áreas reivindicadas, tendo em vista a garantia da vida. Na atualidade, as terras indígenas, em sua maioria, não se encontram demarcadas – no Rio Grande do Sul são mais de 90 áreas, destas 14% estão regularizadas e o restante tem os procedimentos paralisados ou, em grande medida, os estudos de identificação e delimitação deveriam ser iniciados. E mesmo que todas as terras tradicionais indígenas fossem devidamente identificadas e demarcadas, neste estado, não atingiriam nem 1 % do território.

Assim, restando-lhes poucas alternativas de áreas para sua existência como grupos étnicos diferenciados da sociedade nacional, os indígenas Kaingang, Guarani e Charrua seguem resistindo em acampamentos situados nas margens das rodovias ou em pequenas porções de terras e matas onde não lhes são asseguradas as condições mínimas de vida.

Síntese sobre a realidade de comunidades que vivem em acampamentos ou áreas degradadas:

Itapuã: (localizada no município de Viamão, próxima ao extremo sul de Porto Alegre). Esta área teve o processo de identificação iniciado em agosto de 2008. As áreas identificadas como sendo de ocupação tradicional foram: Parque do Itapuã (no início da década de 1980, haviam duas Aldeias Mbya-Guarani, situação omitida no ato de criação do Parque e os indígenas foram expulsos da área junto com 2000 posseiros não indígenas), Ponta da Formiga e Morro do Coco. A comunidade aguarda que o relatório circunstanciado seja analisado pela FUNAI e depois publicado, com o reconhecimento destas áreas como terras tradicionais indígenas.

Estiva: (localizada na RS-040, no município de Viamão). Esta área é considerada pelas autoridades como acampamento. Tem apenas 7 hectares, cedidos pela Prefeitura Municipal de Viamão, no ano de 2000. Vivem sobre ela mais de 30 famílias, com aproximadamente 150 pessoas. O Grupo de Trabalho para proceder aos estudos de identificação e delimitação da terra foi criado no ano de 2012, mas está paralisado.

Capivari: (acampamento nas margens da RS 040, município de Capivari do Sul). Vivem cerca de 20 famílias num acampamento sem água potável, saneamento básico e com habitações precárias. Há uma absoluta miserabilidade. Toda a região é de ocupação tradicional Guarani, no entanto há muito tempo invadida por fazendeiros. O GT foi criado no ano de 2012 e encontra-se paralisado. Existe a oposição dos fazendeiros e do Estado contra a demarcação.

A Justiça Federal condenou a União, em uma Ação Civil Pública para adquirir pelo menos 110 hectares de terras para serem realocadas as famílias indígenas deste acampamento.

Irapuá: (localizada nas margens da BR 290, no Km 299, no município de Caçapava do Sul). No ano de 1998, foi feito estudo da área e se comprovou a tradicionalidade da ocupação Guarani na região. A área foi reconhecida como uma terra indígena pela FUNAI no ano de 2016 com a extensão de 222 hectares. No entanto, as 15 famílias vivem num acampamento, nas margens da rodovia, há pelo menos 30 anos e a sua terra encontra-se invadida por fazendeiros.

Acampamento Papagaio: (município de Cachoeira do Sul, BR 290, km 264). Vivem neste local 5 famílias em condições de grave vulnerabilidade. São Guaraní Mbya, também da Terra Irapuá, que aguardam uma decisão do governo federal para poderem retornar para dentro da terra já demarcada.

Acampamento Arroio Divisa: (município de Arroio dos Ratos, BR-290, Km 134). Vivem nas margens desta estrada 10 famílias Mbya-Guarani. Consomem águas contaminadas de córregos que passam por dentro de lavouras de arroz. Situação de grave vulnerabilidade. Aguardam negociações com DNIT para duplicação deste trecho da BR.

Acampamento Pelotas: (município de Pelotas). Vivem 20 famílias de indígenas Kaingang, em condições de grande precariedade. A prefeitura da cidade presta certo apoio e destinou pequena área de terra para que eles vivam provisoriamente.

Passo Grande: (localizado no município da Barra do Ribeiro). Acampamento composto por mais de 15 famílias. Vivem em uma pequena porção de terra cedida, por um produtor de uvas, através de um contrato de comodato. Na região foram criados GT pela FUNAI para proceder aos estudos de identificação e delimitação de três áreas para os Guarani, que se localizam nos municípios de Barra do Ribeiro e Guaíba e Eldorado do Sul. Os indígenas aguardam análise e publicação de relatório por parte da FUNAI.

Lami: (localizado na cidade de Porto Alegre, Bairro Lami). São 10 famílias que aguardam pela conclusão de um estudo técnico iniciado pela FUNAI no ano de 2012. O estudo visa proceder à identificação e delimitação da terra. A situação da comunidade é de vulnerabilidade. Contra a comunidade pesa ainda uma ação judicial de reintegração de posse.

Espiraído: (localizado no município de Maquine). Vivem naquele local 5 famílias. Subsistem de trabalhos nas lavouras da região e vivem demais em condições de grande precariedade.

Pinheira: (localizado no município de Maquine). Naquele local vivem famílias que trabalham para os agricultores na região. Atualmente estão lutando pela demarcação de uma área recentemente retomada e que estava sob o domínio da FEPAGRO.

Salto do Jacuí: (localizado no município de Salto do Jacuí). Há na região dezenas de famílias Kaingang acampadas e reivindicam a demarcação do território tradicional denominado de Borboleta. Situação de precariedade e vulnerabilidade das famílias.

Arenal: (acampamento localizado em Santa Maria, nas margens da BR 392). Vivem no local algumas famílias Guarani. O acampamento é muito antigo e por vezes os poderes públicos promovem a remoção das famílias que lá acampam, no sentido de demovê-las da luta pela demarcação.

Mato Preto: (localizada entre os municípios de Erebang e Getúlio Vargas). Vivem no local 20 famílias que estavam acampadas nas margens da ferrovia. Estão ao lado de terra indígena reconhecida e demarcada pela FUNAI em 2007 e declarada pelo Ministério da Justiça em 2012, com 4.230 hectares. Aguardam pagamento de indenizações aos agricultores, como em várias outras áreas no RS, necessitariam de solução compensatória aos agricultores familiares de boa fé, que tenham recebido titulação pelo estado indevidamente.

Morro do Osso: (localizada no município de Porto Alegre). O GT foi criado em 2010, mas os estudos ainda não foram concluídos. De outra parte o STF julgou, em 2017, uma ação possessória movida em 2004 pela Prefeitura de Porto Alegre, onde decidiu em desfavor do direito dos indígenas. Se a FUNAI concluisse os seus trabalhos a ação na justiça poderia perder o objeto.

Terra Indígena Passo Grande da Forquilha: (localizada nos municípios de Sananduva e Cacique Doble, RS). São 67 famílias, da etnia Kaingang, com uma população de aproximadamente 250 pessoas e que lutam pela demarcação de sua terra tradicional desde o início do ano 2000. As famílias de agricultores não receberam as indenizações pelas benfeitorias de boa-fé e até o momento e permanecem na área.

Terra Indígena Campo do Meio: (localizada no município de Gentil, RS). Composta por cerca de 40 famílias e cerca de 180 pessoas, tendo sua subsistência baseada na produção de artesanato e no trabalho assalariado em agroindústrias de carne na região. Os Kaingang vêm lutando há quase 10 anos pela criação de GT para identificação e delimitação da terra indígena, mas não tem resposta afirmativa.

Acampamento de Carazinho: (localizado no município de Carazinho, RS).

Acampamento Kaingang composto por 35 famílias, aproximadamente 130 pessoas. Até o final de 2016 esta comunidade estava acampada às margens da BR 386. Por meio de reuniões, viagens a Brasília e protocolo de documentos, as lideranças buscam pressionar a FUNAI a se manifestar, uma vez que o órgão está com o relatório prévio para ser avaliado. Passo seguinte é a criação de GT para identificação e delimitação.

Terra Indígena Kandóia: (localizada no município de Faxinalzinho/RS). Conta com 80 famílias, mais de 200 pessoas que vivem em uma área de terra de aproximadamente 4 hectares, que foi cedida pelo estado do RS para uso por um período de 20 anos. Foi publicado o relatório circunstanciado da terra e aguarda-se a publicação da portaria declaratória por parte do Ministério da Justiça.

Terra Indígena Lajeado Bugre: (localizada no município de Lajeado Bugre, RS). Comunidade Kaingang formada por 14 famílias, as quais adquiriram 2 hectares de terra e ali estão acampados para manterem sua reivindicação por demarcação de terra. As condições da aldeia são bastante precárias. Estão no local há 10 anos e lutam pela criação do Grupo Técnico para identificação e delimitação da sua terra tradicional.

Terra Indígena Xingu: (localizada no município de Constantina, RS). Acampamento composto por 15 famílias de indígenas Kaingang, com aproximadamente 70 pessoas. Estas famílias ocupam um espaço de apenas 1 hectare de terra, dentro do território reivindicado para demarcação. Finalizado os trabalhos do GT, cabia ao órgão indigenista oficial emitir parecer acerca do estudo. Por surpresa das lideranças e seus apoiadores, a FUNAI rejeitou o estudo.

Terra Indígena Rio dos Índios: (localizada no município de Vicente Dutra, RS). Com perímetro de 715 hectares, aproximadamente 35 famílias e cerca de 150 pessoas. Esta terra indígena tem a portaria declaratória publicada pelo MJ. Porém, sem nenhuma explicação plausível, o procedimento de demarcação foi devolvido à FUNAI, solicitando mais informações. Mesmo com a declaração de posse permanente dos Kaingang a terra continua intrusada²⁵ e os indígenas vivem em menos de 10 hectares.

Terra Indígena Mato Castelhano: (localizada no município de Mato Castelhano, RS). Indígenas Kaingang estão acampados às margens da BR 285, rodovia que liga Passo Fundo a Vacaria. Esse grupo conta com 40 famílias, cerca de 250 pessoas. A vida desses indígenas é muito precária. Além disso, o perigo existente no trânsito da rodovia, a qual já matou uma criança. Mesmo tendo seu território identificado, os procedimentos de demarcação não têm avançado.

Acampamento Irai/Patronato: (localizada no município de Irai, RS). Esta

Intrusada – termo técnico utilizado para designar presença de intrusos em relação a não indígenas que se encontram na terra indígena declarada e/ou homologada.

comunidade Kaingang está ocupando uma área de terra de aproximadamente 55 hectares e pertencente à Universidade Federal de Santa Maria. São 35 famílias Kaingang, com aproximadamente 120 pessoas. O grupo enfrenta forte resistência de setores anti-indígenas do município, principalmente pelo interesse destes em explorar a referida área de terra.

Acampamento Sertão: (localizado no município de Sertão, RS). No mês de fevereiro deste ano de 2018, 15 famílias ocuparam uma pequena área de terra no referido município. Autoridades municipais já manifestaram contrariedade ao fato e buscam na justiça federal a retirada das famílias Kaingang do local. As condições de vida são precárias e, em decorrência da solicitação de reintegração de posse, as famílias vivem em um clima de constante tensão e ameaças.

Considerações finais

A Constituição Federal de 1988 ratificou o Brasil como um país pluriétnico e multicultural, reafirmando o chamado “indigenato” já garantido pelas Constituições de 1934, 1937, 1946 e emenda de 1969. Porém, como Estado nacional e os estados regionais pouco tem feito para cumprir a atual Constituição em seus artigos 231 e 232 e a Convenção 169 da OIT, assim, aos indígenas tem lhes restado ações diretas por retomadas o que os coloca em conflitos diretos com os detentores de posse das suas áreas.

11 TERRA E TRABALHO COMO FATOR DE SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO

Terra, reforma agrária e soberania

Cláudio Sommacal ()*

Elencamos, neste artigo, o pensamento de personalidades que percorrem o país na defesa do direito à terra, à reforma agrária e a todos os protagonistas que contribuem com o desenvolvimento da agricultura como fonte de renda, produção de alimentos e preservação do ambiente sustentável em nosso país.

Inicialmente nossa abordagem expõe elementos de análise elaborados pelo cientista social, procurador aposentado, mestre em direito e advogado das causas sociais Jacques Távora Alfonsin.

Em entrevista dada ao IHU On-Line, Alfonsin expõe qual é o contexto histórico do surgimento da propriedade privada da terra. Seguindo ele, o ordenamento jurídico brasileiro ainda conserva muito da sua principal fonte histórica e mais remota, que é a do Direito Romano, o surgimento da propriedade privada da terra também guarda afinidade com o tratamento jurídico que aquele Direito dava a esse mesmo bem. Lá, o direito de usar e abusar da terra, 'contanto que a razão e o direito permitissem', desdobrou-se na história, de regra, muito sem razão e pouco ou quase nada de justiça. Cícero, à época em que vigia tal direito, já denunciava os efeitos nefastos que ele geraria.

Para ele, a propriedade privada da terra somente poderia ser respeitada no que bastasse ao trabalho e ao consumo dos seus proprietários. O sentido de propriedade privada, então, não seria igual ao da propriedade particular, somente, como hoje conhecemos. Mas seria, isto sim, o de privada de outra serventia, isto é, de que ela não deveria ultrapassar a medida indispensável à satisfação das necessidades vitais das pessoas proprietárias. Isso demonstra que o supérfluo e tudo o que excedesse tal medida, já requereria outro tratamento jurídico.

Não é de se duvidar que tal concepção de direito tenha influenciado Proudhon e Rousseau (Cf.: O que é a propriedade? e Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, respectivamente). O primeiro, quando afirmou que, assim como a terra, também a água, o ar e a luz são coisas comuns não porque inextinguíveis, mas porque indispensáveis. O segundo, quando bradou, referindo-se a quem contrariasse o primeiro homem que,

(*) Jornalista e professor

cercando um terreno, falou ‘isto é meu’: “Quantos crimes, guerras, assassinios, quantas misérias não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: Evitais ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém”. Esse “ninguém”, à luz do Direito Moderno, bem poderia ser traduzido como “comum”.

Perguntado sobre qual é a necessidade e a importância de se estabelecer um limite para a propriedade da terra, Alfonsin assim se expressa: “A necessidade deriva dos efeitos que um direito com potencial de expansão ilimitada pode causar ao povo e à terra. Ao primeiro, pelo fato de que, com a concentração progressiva da propriedade individual sobre esse bem da vida, o seu poder de exclusão diminui progressivamente também a disponibilidade de espaço-terra para a presente e para as futuras gerações. À segunda, pelos danos que a sua exploração predatória já causou, causa e ainda causará ao meio-ambiente, à biodiversidade que a natureza criou em favor do ar, das águas, da flora e da fauna. Daí a importância de se estabelecer um limite para esse poder expansionista e de exclusão que o direito de propriedade tem, por sua própria natureza, não prosseguir escravizando terra e gente.”

Então, limitar a propriedade da terra seria um elemento importante para promover a reforma agrária brasileira? foi a pergunta. E Alfonsin responde: “Sem o estabelecimento de um limite de terra titulada por domínio particular, a reforma agrária tende a se perpetuar, seja como mera hipótese (como já está acontecendo atualmente, tão modestos são os seus resultados), seja como solução efetiva para o problema da mais justa partilha da terra. Não adianta essa reforma se preocupar apenas com os efeitos econômicos e sociais de um determinado tipo inadequado de uso e exploração da terra – aquele que o latifúndio desenvolve, com raras exceções, por exemplo – sem que as causas dessa forma de extensão do espaço físico territorial que ela comporta fiquem imunes à utilidade social e à vigilância pública indispensáveis às garantias devidas, de forma particular, aos direitos humanos fundamentais de alimentação e moradia para todo o povo. Entre tais causas se encontra, justamente, a licença legal indiscriminada concedida a quem, por sua fortuna, não considere nenhum limite legal para aquela extensão.”

Perguntado sobre o que mudaria no mapa da produção agrícola brasileira com a limitação da propriedade da terra, o lutador social responde: “A produção agrícola receberia vantagens sociais, políticas e econômicas. Sociais, porque facilitaria o acesso das pessoas pobres à terra, coisa que, de regra, somente acontece com quem, por já ser proprietário de terra, tem crédito facilitado, dinheiro e, conseqüentemente, poder de estender a sujeição do seu direito (!) a mais terra; políticas, porque o território do país, melhor partilhado e distribuído entre seus próprios filhos e filhas, teria mais chance de resistir à verdadeira desterrir-

torialização que está sofrendo com o avanço das empresas transnacionais sobre ele, interessadas apenas na terra enquanto mercadoria; econômicas, porque a mudança do destino atualmente prioritário que nossa terra dá ao agronegócio exportador – que prefere mandar para fora daqui o fruto da terra que falta à grande parte do nosso povo – abriria maior possibilidade de um consumo de massa, acessível à maioria, ampliando a tendência atual de a propriedade familiar rural alimentar o povo.”

Com tantas terras improdutivas no Brasil, como podemos compreender que ainda existam agricultores que não têm onde plantar e viver? A resposta de Alfonsin é esta: “Produtivos ou improdutivos os espaços físicos (terra), eles seriam mais do que suficientes para todos, brasileiros e brasileiras, de modo particular àqueles sem-terra. A economia capitalista, todavia, só reconhece a necessidade alheia na medida em que ela possa comprar a sua satisfação. Entre os tipos de economia, há o do sempre mais é o melhor (típico do capitalismo), chamado de crematística (do grego, açambarcamento de riquezas por prazer, puramente especulativo, constituindo reserva de valor, indiferente aos efeitos que isso possa causar) e o do sempre garantir o suficiente para todos os membros da comunidade (típico da economia solidária). Ao primeiro, corresponde o chamado produtivismo, uma espécie de exploração da terra indiferente ao futuro dela, mesmo que esse seja a sua morte. Ao segundo, corresponde a produtividade, ou seja, uma espécie de uso desse bem, que preserve todo o potencial de vida que ele comporta. Esse tipo, como acontece com a palavra solo, também traduz mais adequadamente a etimologia da palavra economia (oikos, do grego, casa; nomos, norma, regra). A gente esquece com facilidade que a própria etimologia da palavra solo traz em si a sua finalidade prioritária. Solo tem a mesma raiz de sola, de sal e de sala, como a nos advertir de que a finalidade primeira de sua posse (não necessariamente propriedade) é a preservação da vida e dos meios para que essa se conserve, como a comida e a casa.”

Perguntado sobre qual é a relação que existe entre a criminalização dos movimentos sociais, como o MST, e a demora na realização da reforma agrária num país com tantas áreas agricultáveis, ele responde: “É princípio elementar de qualquer legislação que a todo o direito corresponde a possibilidade, a garantia de sua defesa. Uma das maiores incongruências que a interpretação dada ao nosso ordenamento jurídico é a de que todos os direitos que a pobreza, por si só, atesta como violados (falta de comida ou de casa para ficar com os exemplos mais visíveis) não são só considerados como infringidos. Então, o país vive esse paradoxo. Não havendo limite para a expansão da propriedade da terra, não há limite, igualmente, para o crescimento da pobreza da população sem-terra, exatamente aquilo que a reforma agrária visa remediar, com base, inclusive, na Constituição Federal. Mesmo que, em desespero, como acontece com agriculto-

res sem-terra, sejam forçados a apelar para a justiça de mão própria, ocupando terras, isso lhes é imputado como crime. Entretanto, a pré-exclusão da ilicitude de tais gestos encontra apoio implícito e explícito em mais de uma disposição do Código Civil e do Código Penal. Eu não tenho conhecimento de que algum latifundiário brasileiro, inclusive grileiro, tenha sido denunciado ou condenado criminalmente, por exemplo, pelo fato de interpretar e praticar a seu modo a justiça de mão própria (!), descumprindo com a obrigação de garantir função social ao seu direito de propriedade sobre terra, quando aberrações como essas, por si sós, constituem crime, no mínimo, contra a preservação do meio-ambiente e a economia popular.”

E Alfonsin elenca quais são os maiores disparates na concentração de terras no Brasil. Segundo ele, as estatísticas que refletem o último censo agropecuário do país demonstram distorções inaceitáveis e, para nosso pesar, refletindo históricas injustiças. Além dos efeitos perversos que a mercantilização da terra provoca ao meio-ambiente do país, o latifúndio jamais levou em consideração que, além da relação de pertença do proprietário com o seu bem, o direito de propriedade da terra tem de respeitar o seu destino. Se a pertença permite ao titular dela usar e gozar da terra própria, isso não pode ir ao ponto de, pelo destino dado aos seus frutos, tornarem-se nulos todos os efeitos jurídicos que a soberania do povo impõe. A terra não é somente dos proprietários. Como fonte de vida para todos, a desigualdade que impera hoje, medida entre um pequeno número de proprietários (pouco mais de 02 %) titulando mais de 40% do território brasileiro, não só escandaliza como gera em todo o povo sem-terra uma justificada indignação ética, por si só legitimadora, até, de desobediência civil, comenta.

Indagado sobre por que há tanto incentivo ao agronegócio quando a maior parte da produção de alimentos no Brasil é feita pela agricultura familiar, Alfonsin explica: “As forças econômicas e políticas que os latifundiários têm, com influência direta sobre o Poder Público e a mídia, criam todo um ambiente ideológico em seu favor, a ponto de neutralizar pressões sociais contrárias que, entretanto, representam o melhor para o povo e a terra. Se a grande propriedade rural não fosse danosa ao povo e à terra, a Constituição Federal não teria previsto um capítulo inteiro dos seus dispositivos dedicados à reforma agrária. Um exemplo do mal que esse tipo de poder e influência tem pode ser dado pelas sucessivas CPMIs que são criadas no Congresso Nacional, as quais, mesmo não obtendo prova das suspeitas que ele levanta contra o MST e as organizações que o apoiam. Ainda que pouco ou nada encontrem de ilicitude nessas iniciativas, obtém os efeitos perversos que as inspiram por que condenam, de fato, toda a rebeldia justificada das populações sem-terra, através dos meios de comunicação social que manipulam. A desproporção existente entre as benesses que o Poder Público oferece ao agronegócio, especialmente o exportador, quando compara-

das com o que merece a propriedade familiar, sinaliza uma opção política que, guardadas as proporções históricas, se assemelha ao velho e perverso modelo colonizador que nos oprimiu no passado e ainda deita suas raízes nos dias de hoje.” E explicita quais os maiores problemas ligados ao latifúndio. “Se não fossem suficientes aqueles já apontados nas respostas às perguntas anteriores, um dos maiores é o da tradição cultural que ele impõe, especialmente ao povo pobre menos conscientizado, sobre a herança escravagista e opressora que marcou a sua implantação no nosso país. A senzala ainda remanesce hoje na forma do trabalho escravo, cuja abolição por sinal, projetada há quase uma década, está barrada no Congresso Nacional, justamente, por ter sido a política dos titulares dessa forma atrasada e cruel de concepção da terra e da gente da terra. Ninguém ignora o fato de que, onde predomina o latifúndio brasileiro, predomina também o atraso, o analfabetismo e a indigência de quantas pessoas nele trabalham ou dele dependem, direta ou indiretamente.”

Por fim, Alfonsin aborda a questão dos módulos fiscais como medida territorial estabelecida para a divisão das terras. “Os módulos fiscais não passam de ser a régua física do tamanho mais adequado de uso e exploração da terra. A natureza, justamente por sua biodiversidade, abre um leque incomensurável de possibilidades abertas ao uso mais razoável do solo. Assim, não é possível se comparar a forma topográfica e de clima da serra gaúcha com a da campanha, por exemplo. Tudo bem como o próprio Estatuto da Terra dispôs: uma terra apropriada à produção de hortifrutigranjeiros não pode ter as mesmas características e o mesmo tamanho de uma terra onde se cria o gado. Daí que o Grau de Eficiência na Exploração – GEE, comparado em cada terra rural do país, titulada ou não, como o Grau de Utilização da Terra – GUT, facilita a qualquer agricultor ou criador de gado, usar da melhor forma possível o seu imóvel, inclusive no que se refere à sua produção e função social. Esses graus, como se sabe, estão congelados, no que se refere à sua produtividade, desde a década de 1970 do século passado e, por incrível que possa parecer, a oposição latifundiária encastelada no Congresso Nacional não permite a sua revisão, prevista como devendo ser feita periodicamente no próprio Estatuto da Terra. Tudo deve ficar como está, como se o uso e a exploração da terra, daquele período para cá, não tivesse se beneficiado de todos os progressos agrônômicos, de todas as técnicas agrícolas de melhor tamanho desse bem. Para quem tanto brada contra as populações sem-terra por desobedecerem lei (!) aí está uma prova de que, dependendo do lado desta desobediência, ela deve passar a ser considerada virtude.”, pondera Alfonsin.

Terra e soberania

Para entender como o Brasil chegou à formação da estrutura agrária existente, é preciso compreender alguns pressupostos históricos. Um deles é o da

formação do estado burguês. Desde o processo de colonização da América, predominou o poder das elites que se perpetuaram nas instituições visando auferir privilégios e perpetuá-los.

Deste modo, no Brasil o estado burguês se torna presente nas leis, políticas e pontua as principais decisões. As elites se tornam dominantes e os agentes da produção, homens e mulheres simples que constroem a riqueza de um país acabam sendo segregados e marginalizados da riqueza. Deste modo, os trabalhadores que constituem a classe social majoritária amargam a condição histórica de classe social explorada.

Diríamos que a história do Brasil prescinde dos elementos que formam o Estado-Nação. Os elementos que formam Estado-Nação são: o território, o povo e a soberania. No entanto, é a soberania que constitui elemento determinante entre os três, pois começando por ela decide-se, em última instância, a ocupação do território e afirmar a identidade de um povo como nação.

Se olharmos ao longo da história, observamos que o conceito de Estado-Nação foi desvirtuado pelas elites brasileiras. Até 1930 consolidamos a indústria de consumo mais simples e, nos 50 anos subsequentes copiamos o aço, a eletricidade, a química básica, o petróleo, o automóvel, os eletrodomésticos, e até máquinas mais sofisticadas. Levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial.

Assim, assistimos nesse período como um todo um padrão de acumulação, que na história do desenvolvimento econômico e social do país pode ser chamado mais apropriadamente de processo industrial.

Nesse contexto histórico, a partir da década de 30, o Estado brasileiro foi se transformando num organismo estruturante, preocupando-se com o desenvolvimento do processo industrial e material do país, formulando políticas setoriais de industrialização, um inteligente manejo da política econômica e institucionalizando a organização dos mercados de trabalho.

As condições para a implantação da indústria pesada (bens intermediários, notadamente químicos, siderurgia e metalurgia pesada) só amadureceu por volta dos anos 50, onde vislumbrava: um processo de concorrência das economias centrais, que deu ensejo a uma expansão do capital em direção à periferia capitalista, como no caso do Brasil e o Estado assumiu um papel preponderante na implantação de segmentos relevantes da indústria pesada, e ainda, no investimento em infraestrutura. Forma-se, a partir desses anos, um tripé entre o capital estatal, o capital externo e o capital privado nacional, que se constituíram num bloco de inversões, que configura o processo de desenvolvimento industrial e urbano do país.

No que tange ao meio rural, nos anos 70, a agricultura consolida um pa-

drão de modernização e de inserção no comércio internacional, sendo que, esta modernização esteve apoiada na tecnificação e mecanização do latifúndio, na expansão do crédito subsidiado, na aquisição de insumos modernos, cuja oferta foi ampliada no período.

Tal processo aguçava a questão agrária nacional que se resumia no não emprego no campo e na cidade, o que resultou uma população sobrando e migrante fora do processo de trabalho. A acelerada urbanização, resultante do êxodo rural, somada ao descaso público para com a questão social fez piorar o péssimo grau de distribuição de renda até então praticado no país, que afetou tanto os inseridos no mercado de trabalho como os não incorporados.

Foi no final do século passado que as políticas de avanço da industrialização e modernização conservadora da agricultura prosperaram. Implantou-se a monocultura de exportação com um aumento do volume do comércio externo.

O Estado nacional vive hoje uma economia transnacional. O poder do financeiro, da produção, do controle tecnológico e do mercado ficou a cargo e a depender cada vez mais das empresas e dos bancos transnacionais, dificultando o poder dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Como consequência, ocorreu a retirada do Estado do desenvolvimento e se conformou no país políticas de corte neoliberal. Pode-se acrescentar o constrangimento do capital, na forma do fechamento dos financiamentos externos provenientes dos países desenvolvidos. Os processos de acumulação de capital dos países emergentes nos impingiram abertura econômica, abrandamento à regulação sobre investimentos externos, notadamente de financiamentos oficiais de instituições financeiras internacionais como FMI, BID, BIRD.

Embora tenhamos tido um freio temporário das políticas neoliberais durante os anos do governo Lula, é inegável que o Brasil não alterou sua estrutura social de país que vive um processo de consolidação do projeto neoliberal.

Agora, com o afastamento do governo popular de Dilma, acentuou-se o retorno das políticas que atendem a agenda proposta pelo chamado Consenso de Washington: abertura comercial completa, desregulamentação geral da economia, reconhecimento irrestrito da patente, privatizações, Estado mínimo com a desarticulação dos mecanismos de apoio ao crescimento e regulação econômica, flexibilização dos direitos trabalhistas sempre orientados para estabelecer a primazia absoluta do mercado. Esse processo foi acompanhado pela ofensiva ideológica da inevitabilidade das reformas, modernização e globalização como parte do pensamento único construído na pretensa racionalidade do mercado.

Apesar, do processo de integração externo que foi brutal, ideológico e rápido, a sociedade permanece conservadora. A persistência das elites em não permitir a reforma agrária e o atraso na modernização adequada do campo agravou o êxodo rural para as cidades, potencializando o crescimento urbano, causado tanto pela manutenção do atraso quanto pela modernização conservadora.

Nesse curto e recente momento histórico, anos 80 até 2002, o Estado nacional esteve inserido num novo cenário mundial que pôs em risco a nossa autodeterminação, ou seja, o país perdeu a capacidade de tomar decisões internas, seu poder de decisão ficou diluído em macros organizações transnacionais. Essa nova forma de sociedade ficou caracterizada pela globalização das atividades econômicas e a racionalidade do mercado.

Terra envenenada

A violenta e extraordinariamente danosa agressão imposta à terra pelos venenos agrícolas, responsáveis por consequências de difícil – por vezes irreversível – sustentabilidade do meio ambiente natural, tem sido denunciada e combatida em todo o mundo, inclusive por sucessivas declarações da ONU, realizadas em 1972 (Estocolmo), Rio 92 e Rio + 20, essa em 2012, ambas no Rio de Janeiro. Esta reflexão ganha força com a discussão deste tema por parlamentares e pela constituição de coletivos como a Frente Parlamentar Gaúcha em Defesa da Alimentação Saudável que a contece no parlamento gaúcho. A soberania e o uso da terra passam pela ocupação racional e sustentável da terra. A produção agrícola deve visar a uma alimentação saudável, do contrário, não contribui para o desenvolvimento saudável dos indivíduos que integram o Estado-Nação.

É fundamental repensar o uso da terra a partir de pressupostos que preservem o solo, a biodiversidade e vida das pessoas produtoras e consumidoras. O uso desordenado do ambiente pelo homem aponta que há riscos para o ambiente e alterações significativas no ecossistema no próximo período. Estudos científicos sustentados em números comprovam a evolução perniciosa do ambiente com aquecimento progressivo da temperatura do planeta, efeito sobre as coletas polares, aumento do nível dos mares, florestas cedendo lugar a desertos, espécies de fauna e flora sendo extintas, manifestações massivas de protesto contrário à crescente poluição da terra, das águas e do ar.

Nosso país vem testemunhando uma surdez surpreendente e lamentável especialmente no uso de pesticidas e venenos. Aqui no Brasil libera-se para uso nas lavouras de defensivos proibidos em países desenvolvidos onde estudos comprovam a nocividade no ambiente especialmente no ser humano. O Benzoato, um agrotóxico destinado prioritariamente para eliminar lagartas mas que comprovadamente causa danos importantes sobre o sistema nervoso central das pessoas, foi recentemente liberado embora haja advertências científicas sobre os efeitos no ser humano.

O Brasil se encontra no topo do ranking mundial de consumo dos agrotóxicos, uma condição nada invejável para qualquer nação minimamente interessada em defender seu território e o seu povo.

O modelo aplicado aqui, onde o que vale é a produtividade que dá lucro deve ser questionado. O modelo dominante é voltado para o agronegócio predador, da indústria química que está no governo e nas suas políticas para o campo.

O frei Leonardo Boff define bem a preocupação que temos com o destino do uso da terra. “A Terra nunca mais será virgem. Para sempre trará em seu ser a marca da presença humana. De certa forma, nós a hominizamos. Mas essa nossa presença nem sempre foi benéfica. Ela tem sido, especialmente nos últimos decênios, terrivelmente agressiva para com todos os ecossistemas. Não obstante estas contradições, temos ajudado a Terra a mostrar suas capacidades e virtualidades escondidas. E hoje, mais do que nunca, devemos cuidar dela como de nossa mãe, com desvelo, com respeito aos seus limites, com compaixão por suas dores e com amor por sua saúde. Uma Terra “hominizada” assim, maternal, pede um tratamento rigorosamente carinhoso e responsável. Ela não pode voltar a ser explorada como outrora se explorava a/o escravo, um ser humano sujeito a outrem como uma coisa para ser posta a venda como mercadoria. Um retrocesso social desse porte não pode ser aceito nem pela terra nem pelo seu povo. A licença para submetê-la a mais este veneno, pois, como agora acontece no Brasil, revela o tamanho e a insensatez do poder econômico-político atualmente mandando por aqui. Capaz de eliminar a sua própria mãe, não hesita em deixar órfãs/ãos de território e vida as suas próprias filhas e filhos.”

Desafios atuais

Nos apoiamos na análise de João Pedro Stédile, liderança nacional do MST, para apontar os principais desafios a serem empreendidos nos próximos anos especialmente na área agrária e em seus desdobramentos no campo.

Na lista de acontecimentos e situações conjunturais do momento, Stédile aponta os seguintes pontos: a) Paralisação da reforma agrária e das políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa, com fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a liberação de mais sementes transgênicas e mais agrotóxicos para envenenar nossos alimentos. Soma-se a isso, o projeto de vender nossas terras ao capital estrangeiro; b) Não penalização das empresas Vale S.A. e BHP Billiton, pelos crimes de Mariana (MG). Vale a lembrança de que tais empresas mataram 21 pessoas, devastaram um rio de 700 quilômetros, o Rio Doce, e atingiram a vida de milhares de pessoas entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Até hoje as mesmas não indenizaram, nem repararam os prejuízos para o povo, e ainda querem ampliar a mineração na região. c) As manipulações e prepotências da dupla Dallagnol e Sérgio Moro, que ferem a Cons-

tituição e insistem em querer inviabilizar a candidatura de Lula, sem ter provas. Por outro lado, a manutenção da liberdade dos senhores Aécio Neves, senador Zeze Perella, José Serra, Ricardo Teixeira, Eike Batista, o banqueiro Daniel Dantas; apesar das evidentes provas de corrupção; d) A entrega para o grande capital privado e estrangeiro de nossas riquezas naturais, como o pré-sal, a mineração, a água; que deveriam ser utilizadas em prol do bem comum do povo brasileiro; e) A aprovação pelo Congresso do limite de investimentos sociais em Educação e Saúde. Mas, ao mesmo tempo, ampliação de gastos com juros de mais de 400 bilhões de reais do orçamento nacional para os banqueiros; f) As práticas manipuladoras da Globo sempre enganando e mentindo para o povo. Ainda que agora tenha caído sua máscara ao ficar evidente o acordo de apoio ao governo golpista de Michel Temer em troca de polpudos recursos de publicidade. g) A chamada “reforma trabalhista”, que retirou direitos históricos de cerca de 140 milhões de trabalhadores brasileiros, mantendo 20 milhões no desemprego e 22 milhões no trabalho precarizado, e sem nenhum direito previdenciário; h) O comportamento parcial e partidário dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), em especial o Sr. Gilmar Mendes, sempre atuando em favor dos interesses da grande burguesia; i) A foto maior da desigualdade social que apareceu na revelação de que apenas seis capitalistas ganham mais do que 102 milhões de brasileiros. E, entre eles, 25% dos domicílios não possuem nenhuma renda mensal; j) A continuidade do governo golpista de Michel Temer e seus parlamentares no Congresso.

Referência de luta

Não há como deixar de olhar na histórica luta do Movimento Sem Terra para identificar qual é o método mais certo para tornar terras produtivas e estabelecer a justiça social no campo. Queiram ou não os defensores das elites, é inequívoco que a contribuição dada hoje pelo MST e de suas lutas, ajuda a pôr esperança na produção de alimentos saudáveis a partir de uma economia sustentável e ecologicamente correta.

O MST surgiu num país que tem a maior extensão de terras cultiváveis, que tem milhões de gente passando fome, que continua importando alimentos, que tem terras ociosas, e trabalhadores lutando por ter acesso a elas.

O MST é um movimento que não luta apenas pela terra mas por espaços para construir comunidades de vida solidária. Tanto é assim que, logo que conseguem obter um pedaço de terra para construir seus assentamentos, a primeira coisa que fazem é definir onde vai ser construída uma escola. Escolas orientadas pelo pensamento de Paulo Freire, para quem a alfabetização tem que ser, ao

mesmo tempo, a forma de construção da consciência social. Mas o MST não se limita a esse trabalho. Eles alfabetizaram, no campo do Brasil, muito mais do que qualquer instância estatal – seja o Ministério da Educação ou outra instância. E continua esse trabalho de lutar contra os 14 milhões de analfabetos, inclusive nas cidades, junto a governo progressistas, buscando criar territórios livres do analfabetismo.

Mas a natureza original do movimento que orienta suas ações centrais é a luta pela reforma agrária, em um país que nunca a realizou. Mesmo com os extraordinários avanços sociais dos governos Lula e Dilma, essa questão permanece pendente.

O MST organiza marchas, caminha organizadamente pelas vias públicas, com seus militantes empunhando bandeiras vermelhas e cantos de luta, passando em frente aprédios públicos, chamando a atenção sobre suas reivindicações. Ainda há mais de 100 mil trabalhadores acampados à espera de que sejam desapropriadas terras, para que possam ter acesso à terra e criar mais comunidades de trabalho e de vida.

O Brasil de hoje não é o mesmo de há 30 anos, quando o MST foi fundado. E não houve apenas mudanças positivas, como aquelas da situação social da imensa maioria da população. Desde então o agronegócio consolidou uma posição privilegiada na produção e exportação de soja (transgênica), enquanto as políticas sociais do governo degradam a situação dos trabalhadores do campo, sem avançar na reforma agrária.

O movimento luta por um Programa de Reforma Agrária Popular, socialista, por um novo projeto de país, que necessita ser construído com todas as forças populares, voltadas para atender os interesses do povo brasileiro. Busca acumular forças com outros setores da sociedade brasileira para enfrentar e derrotar as oligarquias rurais que sempre tiveram as melhores políticas governamentais.

O movimento defende o conceito de “popular”, de reforma agrária, buscando a luta pela resistência contra o avanço do modelo de agricultura capitalista, e resume esta luta em quatro pontos: a) A reforma agrária popular deve resolver os problemas concretos de toda a população que vive no campo; b) A reforma agrária tem como base a democratização da terra, mas busca produzir alimentos saudáveis para toda a população; c) O acúmulo de forças para esse tipo de reforma agrária depende agora de uma aliança consolidada dos camponeses com todos os trabalhadores urbanos. Sozinhos os sem-terra não conseguirão a reforma agrária popular; d) Ela representa um acúmulo de forças para os camponeses e toda a classe trabalhadora na construção de uma nova sociedade.

Luta por moradia: entre a criminalização, o abandono e a indiferença

Marco Weissheimer ()*

“Não consigo imaginar movimento social mais importante hoje no Brasil do que o movimento de luta por moradia”.²⁵ A afirmação do promotor Cláudio Ari Mello, da Promotoria de Ordem Urbanística, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, toca em um problema que é ignorado pela maioria da população, embora esteja cada vez mais presente na vida das médias e grandes cidades do país: o déficit habitacional que ainda faz com que alguns milhões de pessoas vivam em condições extremamente precárias. As ocupações de prédios e áreas públicas e privadas por movimentos de luta por moradia vêm dando crescente visibilidade a esse problema. Na maioria das vezes, essas ocupações são tratadas pelas autoridades como caso de polícia.

As estatísticas oficiais sobre o número de famílias sem moradia e sobre a quantidade de ocupações são pouco precisas. Em Porto Alegre, assinala ainda Cláudio Ari Mello, o número de ocupações é desconhecido pelas próprias autoridades. “Não conheço nenhum levantamento confiável. Há quem fale em 300 ocupações. Outros dizem que algo entre 20 e 25% da população da cidade está vivendo em áreas de ocupações. A Prefeitura fala em até 300 ocupações. Esse é um problema muito grande escondido na cidade”.

Esse não é um problema exclusivo de Porto Alegre. Passo Fundo, uma das maiores cidades do interior do Estado, apresenta um cenário similar ao vivido na capital gaúcha. Com cerca de 200 mil habitantes, o município tinha, em 2017, mais de 50 ocupações, segundo estimativas de movimentos de luta por moradia. Na avaliação de Fernanda Pegorini, advogada da Ocupação Pinheirinho, Passo Fundo tem hoje quase um quinto de sua população, algo entre 40 e 50 mil pessoas, vivendo em ocupações.

Só a área conhecida como beira-trilho, em torno da ferrovia cujos serviços são explorados atualmente pela companhia América Latina Logística, possui mais de mil famílias. “A beira-trilho é uma área composta por várias ocupações

(*) Jornalista, repórter do site Sul21 e editor do blog RS Urgente.

25 Entrevista ao Sul21 em 24 de julho de 2017 (<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/07/nao-consigo-imaginar-movimento-social-mais-importante-hoje-do-que-o-de-luta-por-moradia/>).

com características diferentes. Ela é hoje o maior conflito fundiário urbano do Rio Grande do Sul, talvez um dos maiores do Brasil.”, diz a advogada²⁶.

A ausência de estatísticas confiáveis em torno deste tema anda de mãos dadas com a indiferença da sociedade e com a criminalização das lutas por moradia. “Em geral, as pessoas não sabem o que está acontecendo na cidade. Quem mora em Porto Alegre não conhece a realidade de grande parte da população da cidade. Não sabe o que é viver numa ocupação, numa casa de uma ocupação, o que é ter água por mangueira, ter luz de gato, o que é viver vendo os filhos no meio do esgoto. Não tem a menor ideia. A tendência é tratar as ocupações como um caso de esbulho”, observa o promotor Claudio Ari Mello.

O caso da Ocupação Lanceiros, em Porto Alegre, reuniu todos esses elementos de forma didática e violenta. Na noite do dia 14 de junho de 2017, dezenas de policiais do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar realizaram uma operação de guerra para retirar as cerca de 70 famílias que ocupavam um prédio do governo do Estado, no centro da capital, há aproximadamente um ano e sete meses. A juíza Aline Santos Guaranha, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, recomendou o cumprimento da ação de reintegração de posse “evitando o máximo possível o transtorno ao trânsito de veículos e funcionamento habitual da cidade”.

No início daquela noite, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Jeferson Fernandes tentou argumentar com os oficiais de justiça que a ação de despejo seria realizada à noite, sem que as famílias tivessem uma garantia de local para onde ir após a ação policial. Os oficiais de justiça argumentaram que decisão judicial não se discute e ameaçaram dar voz de prisão a quem se opusesse aos policiais. A Brigada entrou em ação com sprays de pimenta, cassetetes, escudos e outras ferramentas. Com o rosto machucado pelos jatos de spray de pimenta, Jeferson Fernandes foi imobilizado e detido pela Brigada Militar. Pelo menos outras sete pessoas, foram levadas presas na operação. Ao final da noite, todas as famílias tinham sido retiradas do prédio, junto com seus pertences, para um destino incerto.

Apesar da presença de crianças na ocupação, a ação da Brigada não foi acompanhada por integrantes do Conselho Tutelar. Um integrante desse conselho apareceu no local somente após a consumação da ação afirmando que não pode comparecer antes porque só havia ele e mais um colega no plantão. Consumada a derrubada do portão de entrada do prédio, os primeiros moradores que desceram à rua relataram o uso de spray pimenta pelos policiais, que teria atingido inclusive crianças, que tiveram crises de pânico e vômitos. Além disso, relataram ainda, vários brigadianos teriam feito chacota das famílias da ocupação, com

26 “Com mais de 50 ocupações, Passo Fundo vive um dos maiores conflitos fundiários urbanos do RS” (<https://www.sul21.com.br/cidades/2017/07/com-mais-de-50-ocupacoes-passo-fundo-vive-um-dos-maiores-conflitos-fundiarios-urbanos-do-rs/>)

manifestações provocadoras e desrespeitosas. “Não adianta nada, nós vamos seguir ocupando”, desabafou Natanieli Antunes, jovem integrante da ocupação.²⁷

Menos de três semanas depois, na madrugada do dia 4 de julho, moradores da Lanceiros Negros ocuparam o prédio do antigo hotel Açores, localizado na Rua dos Andradas e desocupado há cerca de dois anos. Segundo o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), 150 famílias ligadas ao movimento participaram da nova ocupação, grande parte delas oriundas da ocupação anterior. No dia 24 de agosto, essas famílias foram alvo de uma nova ação de reintegração de posse. Desta vez, porém, a saída das famílias foi precedida de uma longa negociação e não se repetiram as cenas de violência registradas no dia 14 de junho. Ficou acertada que as famílias seriam levadas para o Centro Vida, na zona norte de Porto Alegre. O acordo definiu a liberação imediata de aluguel social para 24 famílias com possibilidade de ampliação desse número. A última fase do acordo previa a destinação definitiva das famílias da Ocupação Lanceiros Negros para o conjunto residencial Belize, na Restinga, que faz parte do programa Minha Casa, Minha Vida.²⁸

No dia 6 de dezembro, cerca de 25 famílias tiveram de deixar o alojamento do Centro Vida.²⁹ A maior parte das famílias foi para casa de parentes ou amigos. Outras 10 famílias, que alegaram não ter para onde ir, foram encaminhadas, pelo MLB para a Ocupação Mirabal, no centro de Porto Alegre. Segundo o MLB, as pessoas que estavam no Centro enfrentam dificuldades para conseguir alugar uma nova moradia com o valor de R\$ 500, disponibilizado para aluguel social pela Prefeitura.

Enquanto isso, o prédio localizado na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, que abrigou a primeira ocupação Lanceiros Negros, segue fechado e sem uso nestes primeiros meses de 2018.³⁰

27 “Lanceiros Negros: Brigada faz operação de guerra para ‘garantir funcionamento habitual da cidade’”. (<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/06/lanceiros-negros-brigada-faz-operacao-de-guerra-para-garantir-funcionamento-habitual-da-cidade/>)

28 “Acordo garante saída pacífica dos moradores da Ocupação Lanceiros Negros”. (<https://www.sul21.com.br/cidades/2017/08/acordo-garante-saida-pacifica-dos-moradores-da-ocupacao-lanceiros-negros/>)

29 “Após 3 meses, famílias da Lanceiros Negros são obrigadas a deixar Centro Vida”. (<https://www.sul21.com.br/cidades/2017/12/apos-3-meses-familias-da-lanceiros-negros-sao-obrigadas-deixar-centro-vida/>)

30 Até o dia 19 de fevereiro de 2018, o prédio seguia fechado.

A Ocupação Lanceiros Negros e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

Nana Sanches ()*

*Priscila Voight (**)*

A Ocupação Lanceiros Negros (OLN) é o resultado do trabalho organizativo do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Era composta por famílias provenientes de diversos bairros da cidade e da Região Metropolitana de Porto Alegre. São famílias que vêm de bairros comandados pelo narcotráfico, de áreas de risco e que foram despejadas por falta de condições financeiras para manter uma moradia. Buscando abrigo e moradia digna, em 14 de novembro de 2015, essas famílias ocuparam um prédio público pertencente ao governo estadual do Rio Grande do Sul.

O nome escolhido para a Ocupação relembra um episódio marcante na história do Rio Grande do Sul. No dia 14 de novembro de 1844, os Lanceiros Negros, batalhão formado por escravizados que ao lutarem na Revolta Farroupilha ganhariam sua liberdade, foram dizimados no Massacre de Porongos. Foram combatentes que lutaram por sua liberdade, elemento crucial que permeia a luta pela moradia no Brasil, cujas políticas ineficientes relegam a milhares à escravidão do aluguel, da violência e da precariedade.

Durante os quase dois anos de Ocupação, a OLN se consolidou através de sua proposta de uma nova forma de convívio e participação social. Tudo na OLN era de uso coletivo: a cozinha e o refeitório, a biblioteca, a creche e as lavanderias. Como forma de geração de renda, os moradores da OLN organizaram uma Central de Serviços. Através dela, eram ofertados serviços de construção, reparos, corte e costura, limpeza, entre outros.

Para além de suas próprias paredes, a OLN buscava ser um espaço de debate e de uso coletivo da cidade. A organização de atividades abertas ao público fazia parte da resistência da OLN que buscava ser tanto um exemplo de luta por moradia, como uma referência para uma mudança na forma como as cidades e seus equipamentos são planejados e utilizados.

Assim como diversos casos, a OLN vêm sendo criminalizada pelo judiciário do Rio Grande do Sul. Quatro mandados de reintegração de posse foram expedidos para a Ocupação, um deles interrompido pela decisão de um desembargador que compreendeu que a reintegração causaria um conflito violento na cidade. O quarto pedido de reintegração de posse foi cumprido no dia 14 de junho de 2017, com início às 19h30min e com uma temperatura aproximada de 10°C. No mesmo horário, ocorria, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS), Audiência Pública para debater po-

(*) Coordenação Nacional do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas)

(**) Integrante do Movimento de Mulheres Olga Benário

líticas públicas e alternativas para o déficit habitacional do Estado. Antes do término da Audiência Pública, a força policial iniciou o isolamento da OLN. Embora fossem solicitadas informações sobre o protocolo a ser seguido pelo Comandante da Brigada Militar responsável pela operação, este se recusou a informar qualquer procedimento.

A situação instaurada foi de uso repressivo da força policial, que passou a atuar com tiros de bala de borracha, gás de pimenta e bombas de gás e de efeito moral, além do uso de violência física (chutes, cassetetes e socos) direcionados aos moradores e apoiadores. Foram efetuadas, pelo menos, seis prisões arbitrárias, dentre representantes do movimento, apoiadores e até mesmo do deputado estadual Jeferson Fernandes - presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALRS.

Após a reintegração, as famílias foram recebidas em outras ocupações da cidade e, no dia 4 de julho, ocuparam um antigo hotel desocupado há, pelo menos, dois anos, desta vez intitulada “Lanceiros Negros Vivem”. A nova Ocupação foi reintegrada em 24 de agosto de 2017, após 12 horas de negociações que levaram 24 famílias ao recebimento de aluguel social durante o período de 6 meses (a terminar em breve). No acordo, também ficava acertada a busca de habitações em condomínios que serão entregues pelo poder municipal, destinados à habitação social. Esta segunda parte do acordo segue sem a observação da Prefeitura.

As lições que ficam da OLN desmascaram os diferentes projetos políticos que são colocados hoje para a população brasileira, com total descaso com o problema da habitação e os cortes impostos em áreas sociais. Também demonstram que majoritariamente, o poder judiciário não se sensibiliza com o problema da moradia de pessoas carentes, comportamento desigual quando se trata do auxílio moradia recebido pelos magistrados, por exemplo. Sabemos que a moradia é elemento básico para a obtenção de outros direitos. É necessário se ter um endereço para acessar escolas públicas e serviços de saúde. Ademais, é através das ocupações que milhares de famílias encontram hoje lugar dentro do espaço urbano brasileiro, e essas ocupações precisam de regulação fundiária, assim como ocupantes demandam segurança sobre a posse dos locais que, ora abandonados, servem de moradia para àqueles que organizam e constroem comunidades.

O caso da OLN também demonstra que existem hoje milhares de habitações e terrenos sem função social, sejam públicos ou privados e que, com vontade política, tais locais poderiam ser destinados para moradia social. Esta é a luta do MLB, que ocorre através de ocupações em todo o Brasil. E esta luta seguirá, até que as cidades se tornem espaços democráticos de fato, em que todos possam dela usufruir, até que não haja ninguém dormindo nas ruas, sem emprego, sem dignidade, sem direitos.

Gêneros insurgentes na política brasileira

*Os recentes acontecimentos e suas consequências para a população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*³¹

Célio Golin *

Vinicius de Lara Ribas **

Introdução

Os acontecimentos nacionais ocorridos entre 2015 até a presente data revelaram a agudez de um processo que até então era estrangido e não saía às ruas. Trata-se de um processo político que carrega consigo uma profunda ojeriza às conquistas sociais, à democratização do Estado brasileiro e às diferenças étnicas e de gênero, por exemplo, que lograram relativo avanço desde o início do século XXI. Essa ojeriza tomou forma nas manifestações de direita e extrema-direita, ocorridas entre 2015 e 2016, pedindo o impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff. Ao contrário da inverdade propagada por parte dos grupos que foram às ruas pela destituição da Presidenta da República, as manifestações não foram apenas e contra a corrupção instalada no seio do Estado brasileiro desde seus primórdios.

As manifestações foram uma reação às políticas públicas que reconheceram direitos sociais para populações que historicamente sempre ficaram alijadas pela elite deste país. Revelou na sua essência o preconceito de classe, racismo e de gênero, que a classe média e a elite impulsionada pela grande mídia foram jogadas nas ruas. Um caso emblemático e revelador desta realidade foi o reconhecimento dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, fato este, que teve uma reação violenta da elite e classe média. Revelador de como o processo de escravidão ainda está impregnado em nossa sociedade. Somando-se a isto, podemos lembrar dos discursos de ódio e preconceituosos que inundaram as redes sociais, exatamente pelos partidários do opositor da candidata Dilma Rousseff em 2014, revelando que a classe social é fator determinante nas opções que as pessoas fazem, onde as questões específicas ficam preteridas.

O resultado desse processo é conhecido por todos: um golpe parlamentar sacou do poder a Presidenta eleita e, numa coalizão golpista, elevou ao Executivo seu vice-presi-

31 Diante da conjuntura política extremamente instável e acelerada à qual o Brasil está exposto, convém assinalar que este texto foi escrito entre 25/08 e 15/09 de 2017.

* Coordenador do Nuances – grupo pela Livre Expressão Sexual. Faz parte do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT como representante da sociedade civil. E-mail: celiogolin@yahoo.com.br

** Integrante da ONG Outra Visão LGBT e do Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça. Faz parte do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT como representante da sociedade civil. Doutorando em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: viniciusdelararibas@gmail.com

dente, considerado por ele mesmo como um “vice decorativo” em um “partido secundário” durante os dias de governo Dilma Rousseff.³² Mas quais foram as consequências desse processo para a sociedade brasileira e seus distintos grupos? Certamente, ainda é muito cedo para avaliarmos todo o processo e suas consequências, uma vez que os acontecimentos de hoje estão extremamente imbricados ao que ocorreu há alguns meses. Entretanto, algumas observações já podem ser feitas no tocante aos ataques aos direitos da população brasileira que a coalizão golpista promove.

Neste texto, vamos nos ater à população LGBT. Acreditamos que esta população vem sendo um dos principais alvos da onda de conservadorismo que tomou forma e corpo nos últimos anos e se agudizou com o golpe parlamentar que retirou do Executivo a Presidenta da República. No capitalismo, como bem observou Angela Davis, as opressões de gênero, raça e classe se interseccionam e estas se somam às populações historicamente marginalizadas em direitos pelo sistema capitalista.

O texto apresenta, inicialmente, um breve histórico do movimento LGBTTT no Brasil e no Rio Grande do Sul. Combinamos esse histórico com o marco temporal da redemocratização, pois entendemos que o empoderamento dos movimentos sociais ocorre justamente com a democratização do País. Não obstante, é importante dizer que a resistência LGBTTT no Brasil é muito mais antiga do que este marco temporal. João Silvério Trevisan observou que a homossexualidade está presente nesse território desde antes da invasão portuguesa e foi alvo de homofobia a partir da colonização europeia. Depois, apresentamos, ainda, o movimento LGBTTT no RS e os principais avanços conquistados no estado. Essa análise parte do ano de 1991, com o surgimento do Nuances – grupo pela Livre Expressão Sexual, e segue até os dias atuais.

A seguir, buscamos identificar como esse processo político recente ataca as diversidades e a população LGBTTT. Entendemos que a inflexão política ao qual o país foi submetido, cujo evento principal é o golpe parlamentar de 2016, é responsável por uma nova onda conservadora que tomou as ruas e afeta os direitos e anseios da população LGBTTT. Mesmo com esse cenário, buscamos identificar movimentos políticos que podemos avançar, o que descrevemos na parte final do texto.

Da redemocratização à conquista de (alguns) direitos: a população LGBT entre os anos 1980 e o novo milênio

É inegável que o Brasil do pós-ditadura militar passou por mudanças estruturais, tanto no Estado, quanto na sua economia e na sociedade. Surgiram no cenário político personagens que até então estavam condenados ao ostracismo e a invisibilidade política. Entre estes personagens que se mobilizaram e “saíram do casulo”, estão sem dúvida os e as LGBTTs. Personagens que romperam com a preconcei-

32 Carta do vice-presidente endereçada a Presidenta da República Dilma Rousseff, publicada em 07/12/2015.

tuosa ideia de “doentes” ou “perversos” e assumiram um protagonismo político que invadiu as ruas deste país em manifestações públicas, debates e denúncias de preconceitos e violências, colorindo ruas e avenidas com sua diversidade.

Tivemos avanços importantes no reconhecimento de direitos junto ao Estado, ainda que com um Congresso Nacional conservador e em muitos casos governos se intimidaram frente aos ataques de setores capitaneados por fundamentalismos religiosos. Mesmo em momentos de inflexão política em governos, o movimento social não se curvou aos ataques preconceituosos, e hoje anda em direção a um lugar que não vai ser mais o mesmo que a história por séculos impôs à população LGBT³³.

Já não somos internados e presos pelo simples fato de sermos viados, bichas, sapatas, travestis e transexuais, como aconteceu durante séculos. Os avanços vieram dentro de um cenário político conquistado com muita luta e luto, por milhares de brasileiros e brasileiras que enfrentaram ditaduras de várias ordens, rompendo com este estado de coisas que era imposto normatizando corpos e marginalizando diferentes orientações de gênero e sexuais.

No início da década de 1990 o movimento LGBTT ressurgiu dentro do cenário político brasileiro mais democrático, trazendo novas formas de intervenção pública, rompendo com as tradicionais estratégias da esquerda brasileira, mas também trazendo temas que até então estavam nas gavetas dos escritórios, consultórios psiquiátricos, universidades, embaixo dos sofás de nossas casas. Temas como direito à expressão da sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero e o direito a saúde do corpo que não estava dentro da norma vigente apareceram em diferentes debates e proposições. O movimento social trouxe para a cena pública temas que estão mexendo com a moral vigente, pautando os mais variados espaços de disputa dentro da sociedade. Isto por si só já é uma vitória do movimento, mas é claro que o fato de pautar o debate não significa garantia de direitos e de respeito.

Entretanto, o movimento LGBTT logrou avanços importantes em matéria de direitos civis nos últimos anos. Em 2004, a criação do “Brasil sem Homofobia” e, em 2010, a edição do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT foram algumas das conquistas políticas do movimento. Em 2013, o Sistema Único de Saúde (SUS) passa a contemplar o atendimento a pessoas travestis, transexuais ou transgêneros, assegurando tratamento hormonal e cirurgia. Em abril de 2016, um decreto da Presidência da República dispõe sobre o nome social, acolhendo e respeitando a identidade de gênero de Travestis e Transexuais.

33 Para saber mais sobre as violências impostas as/os LGBTTs, ver a reportagem de Heloísa Noronha “Homossexuais foram alvo de atrocidades ao longo da história”, disponível em: <https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2017/09/04/gays-foram-alvo-de-varias-atrocidades-ao-longo-da-historia.htm>. Além disso, para saber mais sobre o caso brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985), a Comissão Nacional da Verdade editou em seu Relatório Final, V. II, um Texto Temático chamado “Ditadura e Homossexualidades” que pode ser acessado aqui: <http://cnv.gov.br/>.

Dentro deste contexto de conquistas, não podemos deixar de pensar que as pessoas LGBTTT não estão inseridas na sociedade em sua totalidade. São vários os marcadores sociais que as colocam em lugares diferenciados em relação à exclusão social à qual estão submetidas. Quanto mais os gêneros e suas representações sociais se afastam da norma, mais estas pessoas estarão vulneráveis à discriminação. Vejam o caso dos assassinatos das mulheres travestis e transexuais e sua própria condição de expectativa de vida, que hoje no Brasil é de 35 anos, bem abaixo da população em geral, dado revelador de uma realidade perversa.

Atualmente, percebemos que o movimento de Homens e Mulheres Trans vêm ocupando um lugar significativo nesta luta, pautando o debate no meio LGBT e na própria sociedade, colocando outras dimensões sobre a sexualidade e suas possibilidades de expressões. Mas entre estes marcadores não podemos deixar de reconhecer que a classe social e a raça são determinantes no lugar de empoderamento dentro do movimento e da sociedade.

Temos que ter consciência de que numa sociedade de classe como a nossa, se o capital não é definidor de tudo, o mesmo norteia muitas coisas, principalmente o acesso aos bens de consumo e suas consequências, interferindo diretamente nos locais sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. É a partir da classe social que os sujeitos de forma hegemônica tomam suas posições frente ao mundo e garantem mais ou menos direitos.

A mobilidade social, por exemplo, depende do dinheiro e do conhecimento acumulado, que está ligado diretamente à formação e ao acesso à informação. O capital proporciona e interfere de forma direta nas condições de poder frente ao mundo. Em se tratando da população LGBTTT, soma-se a isso as questões que envolvem gênero e raça, que estão sempre associadas ao lugar das pessoas na sociedade. Entendemos que o processo político e social dos últimos anos é uma reação a justamente, o empoderamento de grupos historicamente marginalizados na sociedade.

No estado do Rio Grande do Sul, a primeira organização a surgir foi o Nuan-ces – grupo pela Livre Expressão Sexual, em 1991, num momento em que a rua era local de pegação, de flerte, de olhares suspeitos para o “povo” LGBTTT (sigla que não existia na época), ainda que marginalizados. Entretanto, dois homens ou duas mulheres de mãos dadas ou abraçadas, como vemos hoje, passados mais de vinte anos, era algo impensável e que efetivamente não acontecia. Se pensarmos em tempo histórico, essa mudança de comportamento foi uma conquista e tanto: basta dirigirmos nosso olhar para cidades pequenas e interioranas, onde o tema das sexualidades era proibido, e onde hoje as bichas e sapatas, travestis, homens e mulheres trans não pedem licença para se assumir.

Na esteira desse empoderamento LGBTTT no Rio Grande do Sul, surge em 1999 a Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul,

atuando na defesa dos direitos humanos de Travestis e Transexuais no estado. Neste mesmo ano surge, também, a ONG Outra Visão LGBT e, em 2001, o Grupo Somos e Outra Visão LGBT e Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), de Porto Alegre. No interior do Estado, a ONG Girassol – amigos na Diversidade, fundada em 2007, em São Borja; a ONG Igualdade em Caxias do Sul e Guaíba, na cidade de Guaíba RS; também Pelotas, são alguns dos grupos que lutam pela causa dos direitos humanos da população LGBT no Estado.

Colaborou para esse rompimento com a norma vigente e heterossexual as diversas edições da Parada Livre, que ocorrem em Porto Alegre desde 1997, sendo juntamente com a Parada de São Paulo, pioneira no país. Em sua primeira edição, a Parada Livre foi organizada unicamente pelo Nuances e hoje conta com diversos grupos ligados ao movimento LGBTTT do estado.

A visibilidade política que a Parada Livre trouxe para o Estado do RS rompeu com a clandestinidade e marginalização que a população LGBT até então enfrentava no seio da sociedade gaúcha. O movimento ocupou as ruas e se transformou em uma referência política, ocupando os mais variados espaços de debates e inspirando outras manifestações análogas no interior do Rio Grande do Sul. Assim, a Parada se consolidou como um dos maiores eventos da cidade, atraindo diversos públicos – inclusive pessoas do interior do estado – circulando anualmente em torno de 100 mil pessoas.

A visibilidade política do maior evento LGBTTT do Estado trouxe para a cena pública as diversas manifestações da sexualidade. Como processo histórico e político, o evento Parada Livre vem construindo espaços de afirmação tanto para a população LGBTTT, bem como acionando várias esferas do Estado, fomentando a implementação de políticas públicas para essa população. Nesse sentido, a mobilização alcançada pelas Paradas tem impacto decisivo em políticas como a aprovação da Lei Estadual 11.872/2002, que versa sobre o direito à livre expressão da sexualidade no Estado do Rio Grande do Sul, o programa “RS sem homofobia” (2014) e a criação do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT (2014).

Sobre a Lei Estadual 11.872/2002, é importante observar que ela é fruto de uma articulação política do movimento social LGBTTT gaúcho com a Assembleia Legislativa e o governo do Estado à época. Por isso, a legislação do Rio Grande do Sul é mais universalista se comparada as outras legislações subnacionais. Como observou Roger Raupp Rios, enquanto algumas legislações referem-se ao “cidadão homossexual, bissexual ou transgênero”, a lei do Rio Grande do Sul “reconhece o direito à igual dignidade da pessoa humana de todos os seus cidadãos, devendo para tanto promover sua integração e reprimir os atos atentatórios a esta dignidade, especialmente toda forma de discriminação fundada na orientação, práticas, manifestação, identidade, preferências sexuais, exercidas

dentro dos limites da liberdade de cada um e sem prejuízo a terceiros” RS, 2002, art. 1º), dessa forma, a legislação gaúcha é mais abrangente e avançada quando comparada a outras leis de teor semelhante³⁵.

O golpe de 2016 e suas imediatas consequências para a população LGBT e Diversidades

A retirada da presidenta eleita Dilma Rousseff do Executivo nacional trouxe consequências imediatas a vários grupos sociais, sobretudo os mais vulnerabilizados pelo capitalismo. Assim, o golpe parlamentar trouxe para o cenário político brasileiro várias perdas de garantias que até então acreditávamos estarem consolidadas. A democracia que vivíamos nos projetava a pensar somente em avanços em nossa luta, mas com o golpe um novo cenário vem se constituindo no campo do imaginário social. A primeira questão a ser observada é muito prática e, entretanto, simbólica: a coalizão golpista que ocupou o executivo era formada exclusivamente por homens brancos e heterossexuais. A lógica de governo da coalizão golpista não refletia, em nenhuma maneira, as diversidades da população brasileira. Além disso, o Ministério dos Direitos Humanos foi rebaixado a uma Secretaria no Ministério da Justiça, o que ocultou ainda mais as políticas públicas da população LGBTQT, ligadas a essa pasta.

Ainda na esteira da nomeação dos “novos” ministros, a coalizão golpista eleveu ao Ministério da Educação um ministro que recebeu em seu gabinete ex-ator que, publicamente, já admitiu ter estuprado uma mulher, além de tentar nomear um defensor da ideia da ideologia “Escola sem Partido”, o que não chegou a concluir-se em virtude da denúncia pública que os movimentos em defesa da Educação promoveram. No parlamento, a coalizão golpista reúne os perdedores das eleições e, entre eles, parlamentares conhecidos por defender ditaduras e violações de direitos humanos.

O processo político ao qual nos referimos no início desta reflexão tem como saldo uma onda conservadora como poucas vezes vista no Brasil. Nessa onda conservadora, há um ataque discursivo aos direitos humanos e à determinadas populações. No Brasil, é evidente que a violência contra os LGBTQTs não é novidade, se confundindo com a própria história do país, mas na medida em que fomos conquistando alguns espaços de reconhecimento de nossa cidadania, vivenciar este momento histórico nos deixa apreensivas de como vai se desenrolar este processo histórico e quais serão seus estragos no tocante aos direitos humanos, à cidadania e à democracia. O caldo de ódio que hoje circula no seio da sociedade, acaba por contribuir e por legitimar atitudes que pensamos estarem superadas.

35 RIOS, Roger Raupp. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Homossexualidade. In: POCAHY, Fernando. Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010. pp. 35-44.

Considerações Finais: o que fazer neste cenário?

Diante do grave cenário a que estamos submetidos no último par de anos, algumas coisas são importantes assinalar. É preciso parar de criminalizar a política e os diferentes movimentos sociais. O que se observa no Brasil atual é o oposto do que precisamos. Militantes sociais são constantemente encarcerados, e o Estado torna-se cúmplice de processos injustos e que atacam os direitos humanos. Além disso, precisamos novamente reafirmar direitos constitucionais. Projetos em diferentes esferas e em diferentes lugares do Brasil, arvorados sob o mentiroso slogan de “Escola sem Partido” buscam criminalizar a liberdade de expressão do docente e atacam a sua liberdade de Cátedra, ambos direitos garantidos na Constituição de 1988.

O processo político a que nos referimos no início do artigo e analisamos algumas de suas consequências ao longo do texto é o responsável principal dos retrocessos aos quais estamos submetidos. Neste processo político estão envolvidos atores sociais – movimentos de direita, extrema-direita, intervencionistas, monarquistas e etc. – e atores políticos-institucionais, responsáveis pelo que ficou caracterizado como um “golpe parlamentar”. Se opor a esse processo político, que rouba direitos e marginaliza as diversidades, é uma tarefa do movimento social. Para acabar a onda conservadora em curso, há muito o que ser feito. Enfrentá-la em nossa legislação é um desses movimentos. Consideramos urgente a aprovação do Projeto de Lei 7582/2014, de autoria da deputada federal Maria do Rosário, que busca tipificar e criminalizar os crimes de ódio. Segundo o projeto, crimes de ódio “a ofensa à vida, à integridade corporal, ou à saúde de outrem motivada por preconceito ou discriminação em razão de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência”. Dessa forma, torna-se agravante as violências cometidas contra populações historicamente marginalizadas.

As referências do movimento social LGBTT são cada vez mais necessárias. Nesse sentido, fortalecer movimentos como a Parada Livre de Porto Alegre, que em 2017 ocorrerá em 26 de novembro, no Parque da Redenção, é essencial para dar visibilidade ao movimento, mostrar que este está empoderado e tem condições de pautar a agenda pública no tocante aos direitos humanos e à cidadania desta população.

As ruas contra os retrocessos. As ruas pelos nossos direitos.

Políticas Públicas LGBT em tempos de Golpe

*Gustavo Bernardes **

Os relatórios sobre violência homofóbica no Brasil, publicados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República nos anos de 2012, 2013 e 2014 concluíram, a partir dos dados coletados junto a serviços como Disque 100, Ligue 180 e Ouvidoria do SUS, que a LGBTfobia no Brasil é estrutural e operam de forma a desumanizar as expressões de sexualidade divergentes da heterossexual, atingindo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em todos os seus âmbitos, podendo ser encontrada no ambiente familiar, na escola, no posto de saúde e nos demais espaços de interação social.

O que os relatórios produzidos pelo Governo Federal nos dizem, em síntese, é que para enfrentarmos a violência LGBTfóbica no Brasil é preciso o esforço e a dedicação do Poder Público em todos os seus âmbitos, federal, estaduais e municipais. Todos os entes federativos e instituições precisam envidar esforços para pôr fim à violência física, psicológica e institucional que ainda é cotidiana contra a população LGBT.

Ciente do seu papel indutor de políticas públicas o Governo Federal iniciou, a partir do Governo Lula, a promover os direitos da população LGBT, dando transversalidade ao tema dentro do Governo Federal, ampliando os canais de diálogo com os movimentos sociais LGBT. O Programa Brasil Sem Homofobia foi o marco dessa virada. Criado em 2004 com a participação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e dos movimentos LGBT, o Programa estabeleceu responsabilidades na promoção dos direitos da população LGBT nos diversos ministérios. A realização da 1ª Conferência Nacional LGBT que foi antecedida por conferências municipais e estaduais foi outro ponto de destaque.

Ao mudar o tratamento dado à temática LGBT no âmbito federal o Governo provocou mudanças também em estados e municípios. Muitos seguiram o exemplo federal e mudaram a forma de abordar a pauta, ampliando os canais de diálogo com os movimentos sociais e promovendo ações em defesa dos direitos LGBT.

A criação do Conselho Nacional LGBT e da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República também repercutiu em estados e municípios. Muitos também criaram suas coordenações e conselhos. Assim foi no Estado do Rio Grande do Sul, que em dezembro de 2014 criou seu Conselho Estadual LGBT.

* Consultor em Direitos Humanos

Mas o enfrentamento à violência e ao ódio contra a população LGBT exige mais dos gestores e governantes; não basta criar estruturas dentro do governo, é preciso respaldar essas estruturas com recursos orçamentários, recursos humanos e apoio político. Ademais, o golpe em curso no país fragiliza os direitos até agora conquistados pela população LGBT e coloca em xeque direitos que já dávamos como garantidos, como é o caso da chamada “cura gay”, da censura ao Queermuseu e o boicote do município de Porto Alegre à Parada Livre. Infelizmente, hoje não nos compete apenas qualificar as políticas públicas existentes, nos cabe a tarefa de lutar pela manutenção dos direitos conquistados por décadas de luta.

Realidade juvenil – renascer de Dionísio?

*Pe. Maicon Malacarne **

Uma simples caminhada pelas ruas, praças, postos de gasolina, boates e casas noturnas em geral, de maneira especial nas noites dos finais de semana, leva-nos a encontrar jovens nas mais variadas manifestações. É a realidade juvenil que se torna visível e, ao mesmo tempo, se esconde. Corpos brancos, amarelos e pretos; corpos tatuados, magros e gordos; piercings, cortes e cores diferentes de cabelo, diversos tipos de roupas, vestidos curtos e camisas desabotoadas, que, aparentemente, convivem com certa tranquilidade apontando para um verdadeiro caleidoscópio de significados.

Para olhar as manifestações corporais, eróticas, de aparência, com infindas possibilidades, que vemos e não vemos, que aceitamos e não aceitamos, que nos questionam ou nos deixam indiferentes, que fazem parte, talvez, de nossa parte, de estar com estes e estas que vivem isso de forma estonteante ou de maneira assustadora, partimos, inicialmente, de um dos mitos da Mitologia Grega. A história dos deuses – Dionísio e Apolo – que, segundo hipóteses mais e menos formuladas, se podem tornar paradigmas para compreender o fenômeno juvenil contemporâneo. Dionísio e Apolo não são somente deuses do passado; são realidades que fazem compreender melhor o ser humano e, de modo especial, as juventudes. Apesar de percebermos a tendência dionisíaca da atualidade, isto é, a tendência que valoriza tudo que se relaciona com o mito de Dionísio que possuía os conhecimentos e segredos do plantio e colheita da uva e da produção do vinho, era também associado às festas e atividades relacionadas ao prazer, queremos olhar para ele e Apolo, outro ser divino, não de forma dualista, mas complementar, no que pese, também, à realidade juvenil.

1. Situando as juventudes – quem são?

Os jovens foram silenciados por muito tempo, não tendo chances de desenvolverem – como é de seu direito – protagonismo. De certa forma, podemos dizer que só no século XX passou-se a entender e aceitar a juventude como uma

(*) Assessor nacional da Pastoral da Juventude

categoria social³⁶. Além de outras causas, o crescimento dos grandes centros urbanos colaborou para que esse recorte populacional merecesse maior atenção. As juventudes começaram a desafiar com vigor os poderes políticos e a sociedade civil, apontando para a necessidade de políticas públicas consistentes e de ações sociais pedagógico-culturais capazes de garantir-lhes proteção³⁷, trabalho, saúde, lazer, educação³⁸.

Regina NOVAES, antropóloga e estudiosa de juventude, lembra que falar das juventudes como um conceito construído historicamente e culturalmente, já é um lugar-comum. As definições sobre o que é ser jovem? ou, quem ou até quando pode ser considerado jovem? têm mudado com o tempo e são diferentes nas diversas culturas e espaços sociais. O conceito “juventude” teve mais dificuldade em ser aceito do que o conceito “adolescência”. Ainda hoje os conceitos se misturam. Observa-se, por exemplo, que, em nosso tempo, existem grupos e segmentos juvenis organizados que falam por parcelas das juventudes, mas nenhum grupo tem a delegação de falar por todos aqueles que fazem parte da mesma faixa etária. Por isso que pesquisadores, pais ou ‘responsáveis’, também não podem falar, como tal, por eles³⁹.

CATANI e GILIOLI (2008, p. 12-13) apontam que, para se discutir o que vem a ser a juventude, é necessário desmistificá-la como apenas uma categoria natural e biológica, quando na verdade ela é, sobretudo, uma construção social que varia de acordo com as diferentes culturas e mesmo com o interior de cada cultura. Os autores destacam, assim, algumas concepções possíveis para delimitar a juventude:

36 GROPPPO, Luís Antônio. Juventudes – Sociologia, Cultura e Movimentos. Alfenas, Universidade de Alfenas, 2016.

37 O Mapa da Violência no Brasil IV, elaborado pela UNESCO Brasil 1993-2002, mostra que a violência juvenil foi sempre, percentualmente, superior à violência total, passando de 33,3% do total de homicídios, em 1993, para 38,7% (e acima de 41% nas regiões metropolitanas), em 2002. A violência foi infelizmente um dos vieses pelos quais a juventude começou a ser estudada. Segundo Carlos Alberto Máximo Pimenta (2006), a transposição da violência dos bairros periféricos aos bairros das classes médias e altas, fez com que a mídia, a sociedade e os órgãos públicos passassem a enxergá-la com maior grau de preocupação. Foi no final dos anos de 1980 que, ao se refletir sobre a violência urbana, se esbarrou na temática da juventude. A vinculação juventude-violência passou a assumir um caráter urbano de expressões irradiadas para as cidades de médio e pequeno porte, em escala mundial.

38 Vale lembrar que a partir do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069 - promulgado em 1990, as crianças e os adolescentes passam a ser reconhecidos como um segmento de sujeitos de direitos. Uma outra grande vitória, para quem luta pelos direitos juvenis, contudo, foi a aprovação, no dia 07 de julho de 2010, da chamada “PEC da Juventude” – uma Proposta de Emenda à Constituição 42/08. A proposta inclui o termo “juventude” na Constituição e assegura, ao jovem, uma pessoa entre 15 e 29 anos, prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura. O capítulo, que trata, atualmente, dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso, passa a incluir, também, o jovem. Pela proposta, esse artigo passa a ter a seguinte redação: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

39 NOVAES, 2006, p. 105.

A juventude como faixa etária – Segundo os autores, esta conceituação se refere a pessoas variando entre 10 e 35 anos, conforme o propósito de classificação. Essa caracterização por faixa etária é bastante usada para a estatística, a elaboração de políticas públicas e para determinar algumas regras etárias. O Estatuto da Juventude assume como jovem a pessoa de 15 a 29 anos.

A juventude encarada como maturidade/imaturidade - Entram em questão, também, variáveis biológicas e sociológicas;

Segundo critérios socioeconômicos - há os que estabelecem os limites da juventude pela renda, escolarização, casamento, paternidade ou maternidade, ambiente rural ou urbano e independência econômica. Em vez de ser uma conceituação “social”, temos uma conceituação econômica com hegemonia para a independência econômica;

A juventude como um estado de espírito, estilo de vida ou setor da cultura – terminologia relacionada às expressões culturais e aos comportamentos juvenis. Nesse caso, pessoas que não se enquadram na faixa etária juvenil, podem ser consideradas jovens pela forma de apresentar-se e de expressar-se.

Consideramos importante iniciar essa reflexão pontuando e distinguindo as várias compreensões de juventude porque pensamos que a sociologia tem tratado as juventudes como uma “categoria social”, aproximando-se do conceito de “classe”. Poderíamos dizer que outros grupos, à medida que vão se tornando socialmente visíveis, passam a ser tratados como uma categoria. Não seria errado afirmar, igualmente, que os homossexuais são, igualmente, uma categoria social. Esse conceito, contudo, provoca a pensar os jovens em duas dimensões: 1) eles/as são uma categoria à medida que vão sendo definidos pela sociedade; 2) eles/as são uma categoria social a partir do momento em que são socialmente visíveis, reconhecidos, visibilizados. Por isso, o conceito ultrapassa a delimitação somente segundo a idade ou outra. GROPPPO é referência nessa delimitação da juventude como categoria social:

Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a elas atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GROPPPO, 2000, p.7-8).

Embora GROPPPO empobreça, um tanto, o conceito de “categoria social”, vai-se firmando um estatuto novo, para garantir os direitos desse grupo; direitos conquistados e admitidos. Sendo definidos e socialmente visíveis, os jovens são sujeitos de direitos. Há, contudo, em muitos cenários juvenis, características de

“invisibilidade”. Os jovens não são vistos. A conceituação de juventude como sujeito de direitos está ligada à visibilidade na medida em que ela também contribui para fazer essa categoria “aparecer”. Isso não significa dizer que o “invisível” não seja sujeito de direitos. Aliás, a invisibilidade pode ser fruto de uma negação de direitos em muitos territórios. Ser sujeito é estar aberto ao mundo e à história, com anseios e desejos singulares, pondo os jovens em relação. Assim, essa categoria social vai se construindo e reconstruindo. O movimento vai, paulatinamente, provocar a pensar o jovem na sua heterogeneidade, na sua diversidade, de acordo com o local no qual ele está inserido. Já estamos escrevendo “juventudes”.

Se a juventude é uma categoria social, é preciso compreendê-la dentro da dinâmica da sociedade, ou seja, numa perspectiva de história. Nesse sentido, é sempre desafiador compreender os elementos históricos que foram tecendo o ser jovem.

1.1 A mitologia grega: Dionísio e Apolo

A tese que queremos investigar é sobre a mudança de uma categoria tida como apolínea para uma categoria tida como dionisiaca, de um modo de ser, hegemonicamente, para outro modo de ser, hegemonicamente, nas juventudes. Os dois deuses citados representam dois modos de ser que não são contrários, mas se completam em possíveis tendências... Por isso, pensamos ser importante viajar pela mitologia⁴⁰ e perceber o que esses personagens mítico-divinos representavam.

Rafael LÓPEZ-PEDRAZA (2002) afirma que “escrever sobre Dionísio, o deus do vinho, da loucura e da tragédia, é como empreender uma aventura rumo ao desconhecido; uma aventura na qual não podemos encontrar explicações racionais.” Não será nossa preocupação recuperar a história de Dionísio e Apolo, até porque são muito diversas as explicações. Iremos recorrer, contudo, a essa “memória” para compreender o que chamaremos de categorias: “dionisiaca” e “apolínea”. NIETZSCHE⁴¹, dentre outros, se debruçou para recuperar, na Tragédia Grega, o movimento desses dois deuses e compreender, com a ajuda da arte, o seu tempo. Algo semelhante valeria para a compreensão das juventudes?

40 Mircea Eliade ajuda na definição do que é Mito: “O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente. Os personagens são Entes Sobrenaturais. (...) Em suma, os mitos escrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado no mundo. É essa irrupção do sagrado que, realmente, fundamenta o mundo e o converte naquilo que ele é hoje. E mais: é em razão das intervenções dos Entes Sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural” (1972, p. 11).

41 NIETZSCHE, Friedrich. O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo (J. Guinsburg, trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Uma característica interessante de destacar é que, para o estudo dos deuses gregos, diferentemente da tradição do Deus judaico-cristão, os dois (Dionísio e Apolo) são figuras imanescentes à natureza, presentes no mundo e sempre em profunda relação. Nesse sentido, as propriedades ganham mais força porque fazem parte do cotidiano das coisas.

1.1.1- Apolo – o deus da luz, da adivinhação, das linhas retas...

“Que conhecia o que existe, o que existirá e o que já havia antes existido.”

Homero

A mitologia apresenta Apolo como o deus da harmonia, da perfeição, da cura e de tantos outros atributos. Seu culto no mundo grego chegou, também, à Roma. A missão de Apolo estava ligada ao como tornar as pessoas conscientes dos pecados que poderiam cometer, e, caso caíssem no pecado, contribuir na sua purificação. Era responsável, também, pelas leis religiosas.

Giorgio COLLI (2012) analisa Apolo como o deus da sabedoria que se manifesta explicita e pacificamente. Dionísio também se aproxima dessa característica, mas, de outra maneira: é um deus cuja sabedoria é concentrada, insolente e impossível. Em Apolo está o ideal estético, o desejo de harmonia, o anseio por beleza, a rotina, a normalidade. Ainda:

Já dissemos, anteriormente, que Apolo concede aos homens a sabedoria por meio da adivinhação. Com o símbolo pan-helênico de Delfos, os gregos declararam (a sabedoria) a ação culminante de Apolo. Também a adivinhação é um instrumento com o qual Apolo exerce sua potência. O dom da adivinhação é também uma conquista e uma ameaça. A célebre obscuridade do oráculo pítico o confirma, e o exercício desse poder acontece de modo perverso, indireto e hostil. O deus se serve da palavra, de algo que não pertence a sua sabedoria, ele se serve da palavra como de um intermediário, também a adivinhação é uma intermediária sua, para suscitar a sabedoria do homem (COLLI, p. 28-29).

Na linguagem popular poder-se-ia dizer que Apolo é o deus “certinho” que utiliza características como a adivinhação para resolver todas as coisas. Isso porque a perfeição faz parte do seu ser. Apolo é o deus que não é visto, por isso é um deus que está à distância e que observa de longe. Simetria e proporcionalidade são próprias do seu culto que, segundo a tradição, era aberto apenas a homens e jovens. Um culto cheio do que “deve ser”. Por isso que GONTIJO afirma:

O mito de Apolo revela experiências que se relacionam com a exatidão, caracte-

rística muito própria da razão. Mesmo a fantasia apolínea provém da crença na supremacia da objetividade, pois é por meio da simetria das formas que se cria a ilusão da beleza. [...]. Esta ilusão de domínio também é uma característica da razão. A razão acredita que pode dominar a vida por meio de artifícios reflexivos, tais como a sua capacidade de calcular, medir e ordenar as coisas (GONTIJO, 2006, p.2-3).

Se quiséssemos buscar, na arte, exemplos do “apolíneo”, sem dúvida, chegaríamos à “Pietà”, de Michelangelo – a arte ideal e perfeita em forma e beleza. Ou, ainda, à “Virgem e o Menino”, de Leonardo da Vinci, que provoca a imaginação – Virgem, menino, água que se forma no manto azul - na perfeição de suas linhas. E poderíamos buscar muitos e muitos outros exemplos em outras manifestações da sociedade.

Tendo esses elementos iniciais, já poderíamos afinar a reflexão, perguntando: em que medida, quando e como o universo juvenil é “apolíneo”? Como perceber essas características como um paradigma da juventude contemporânea? A mitologia/arte grega ajuda a postular essa categoria? Ou devemos partir para o dionisiaco?

1.1.2 Dionísio – um deus ilusório, da loucura, do êxtase, da confusão, do instante eterno...

“Por isso, enlouqueci suas irmãs, todas delirantes abandonaram suas casas; agora, fizeram do monte seu lar; suas mentes estão extraviadas. Obriguei-as a usar os emblemas próprios de meus mistérios”.

Eurípedes – sobre Dionísio

Giorgio COLLI (2012) diz, em termos simples, que Dionísio é o deus da contradição. Ele é o impossível, o absurdo que se evidencia real na sua presença. O paradoxo: vida e morte, alegria e dor, êxtase e espasmo, bem e mal, crueldade e bondade, macho e fêmea, caçador e caça, desejo e violência. Isso tudo no imediato, no instante que pode ser eterno, mas acontece no momento. A contradição é tanta que Dionísio é o deus que morre. Por isso é humano e divino, ao mesmo tempo, e de maneira radical.

Junito de SOUZA BRANDÃO, um dos principais pesquisadores Brasileiros da Tragédia Grega, vai nos ajudar a compreender Dionísio a partir da sua memória:

A Tragédia nasceu do culto de Dionísio: isto, apesar de algumas tentativas, ainda não se conseguiu negar. Ninguém pode explicar, até hoje, a gênese do trágico

sem passar pelo elemento satírico. Começamos pelo mito. Zeus, mais uma vez, apaixonou-se por uma simples mortal. Dessa feita, a vítima foi a princesa tebana Sêmele, que se tornou mãe do segundo Dionísio. É que de Zeus e Perséfone nasceu Zagreu, o primeiro Dionísio. Preferido do pai dos deuses e dos homens, estava destinado a sucedê-lo no governo do mundo, mas o destino decidiu o contrário. Para proteger o filho dos ciúmes da esposa Hera, Zeus o confiou aos cuidados de Apolo e dos Curetes, que os criaram nas florestas do monte Parnaso. Hera, mesmo assim, descobriu o paradeiro do jovem deus e encarregou os titãs de raptá-lo. Apesar das várias metamorfoses tentadas por Dionísio, os Titãs surpreenderam-no sob a forma de touro e o devoraram. Palas Atená conseguiu salvar o seu coração que ainda palpitava. Foi esse coração que Sêmele engoliu, tornando-se grávida do segundo Dionísio. A lenda tem muitas variantes, principalmente aquela, segundo a qual fora Zeus que engolira o coração do filho, antes de fecundar Sêmele. Nesse caso, o filho de ambos se chamava Baco, nome místico de Dionísio (BRANDÃO, 1978, p. 8-9)

Junito BRANDÃO narra, ainda, como o segundo Dionísio não teve um nascimento normal. Hera, ao saber dos amores de Zeus e Sêmele, busca matá-la e Sêmele cai na armadilha de Hera. Ao vê-la morta, Zeus busca o ventre da amante e o fruto inacabado dos seus amores e o coloca em sua coxa até que se completou a gestação. Nascido o filho, Zeus o confiou aos habitantes das vegetações do Monte Nisa. Em meio aos cachos maduros de uva, vivia Dionísio. O nascimento do vinho se deu quando, certa vez, Dionísio apertou as uvas em grandes taças e distribuiu o néctar que fazia a todos dançar freneticamente. Tornou-se conhecido, assim, como o deus do vinho.

Vão, assim, aparecendo facetas de Dionísio como a dimensão erótica. COLLI chama Dionísio de “orgiástico” (2012, p. 18). O amor eros, carnal e desejo aparece com força. O orgiástico é profundamente ligado ao êxtase, ao sair de si, ao ir ao encontro do outro: erótica e mística encontram prazer estando junto e vivendo a comunhão que gera discursos poéticos.

A similitude entre Baco e Dionísio ainda não é consenso entre os estudiosos. Para alguns, Dionísio é o deus grego e Baco o deus romano. É o mesmo deus chamado em tradições distintas, de nomes diferentes. Porém, essa divisão cultural não é bem aceita por outros estudiosos que afirmam serem, apenas, dois nomes dados ao mesmo ser mítico. Portanto, falar de Baco e de Dionísio é falar de uma coisa só.

O poeta Álvaro de Campos, um dos heterônimos mais conhecidos de Fernando Pessoa, faz da sua poesia (1987) um ingrediente de múltiplas sensações e contradições com elementos profundamente dionisíacos. O êxtase que passa pelo corpo-ser e os sentimentos e emoções que afloram, fazem buscar, nessa poesia, características muito interessantes:

Estar convosco na carnagem, na pilhagem
 Estar orquestrado convosco na sinfonia dos saques!
 Ah, não sei quê, não sei quanto queria eu ser de vós!
 Não era só ser-vos a fêmea, ser-vos as fêmeas, ser-vos as vítimas,
 Ser-vos as vítimas - homens, mulheres, crianças, navios,
 Não era só ser vossas almas, vossos corpos, vossa fúria, vossa posse,
 Não era só ser concretamente vosso ato abstrato de orgia,
 Não era só isto que eu queria ser - era mais que isto o Deus-isto!
 Era preciso ser Deus, o Deus dum culto ao contrá-rio,
 Um Deus monstruoso e satânico, um Deus dum panteísmo de sangue,
 Para poder encher toda a medida da minha fúria imaginativa,
 Para poder nunca esgotar os meus desejos de identidade
 Com o cada, e o tudo, e o mais-que-tudo das vossas vitórias!

Álvaro de Campos brinca com as palavras de uma maneira angustiante e sensitiva. O divino-humano, a realidade-sonho se misturam. O elemento erótico novamente aparece e reforça uma característica desse paradigma.

NIETZSCHE destacou algo que é necessário levar em conta. Por mais diferentes que sejam, Apolo e Dionísio não são forças antagônicas, mas dimensões de uma mesma realidade. Aqui, quem sabe, reside algo mais iluminador para pensar juventude. Ser jovem no mundo contemporâneo não é ser “isso ou aquilo”, mas, por profundas determinações históricas, inclinar-se para um paradigma ou para o outro, não estranhos, mas complexos e similares. Dizer que a juventude é dionisiaca não significa dizer que não tenha características apolíneas e vice-versa. No resgate do dionisiaco, NIETZSCHE (1988) pede uma valorização da arte em detrimento do conhecimento. Pensamos que os dois paradigmas abram portas pra muitos campos, também para a compreensão da realidade juvenil.

2. Nem fronteiras, nem lugares óbvios - nomadismo e diversidade juvenil – renascer de Dionísio?

“A importância mesma da localização em todas as escalas começa a ser questionada. Tornamo-nos nômades que estão sempre em contato.”

Michael Benedikt

“Vivem tempos novos”. Essa tem sido uma das expressões mais usadas para, popularmente, falar das crianças e dos jovens. Em todos os tempos há conflitos

geracionais. Uma das marcas da realidade juvenil e que nos lança para Dionísio, é o nomadismo. Dionísio escapa dos limites do espaço e do tempo. A embriaguez divina lança para uma geografia de relações, principalmente noturnas. O sociólogo polonês Zygmunt BAUMAN afirma: “Hoje em dia, todos estamos em movimento”. E mais:

Muitos mudam de lugar — de casa ou viajando entre locais que não são o da residência. Alguns não precisam sair para viajar: podem se atirar à web, percorrê-la, inserindo e mesclando na tela do computador mensagens provenientes de todos os cantos do globo. Mas a maioria está em movimento mesmo se fisicamente parada — quando, como é hábito, estamos grudados na poltrona e passando na tela os canais de TV via satélite ou a cabo, saltando para dentro e para fora de espaços estrangeiros com uma velocidade muito superior a dos jatos supersônicos e foguetes interplanetários, sem ficar em lugar algum tempo suficiente para ser mais do que visitantes, para nos sentirmos em casa. No mundo que habitamos, a distância não parece importar muito. Às vezes parece que só existe para ser anulada, como se o espaço não passasse de um convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado. O espaço deixou de ser um obstáculo — basta uma fração de segundo para conquistá-lo (1999, p. 85).

Essas múltiplas possibilidades fazem de todos, especialmente do jovem, um movimento contínuo – nômades – mesmo sem movimento físico. BAUMAN traz, embora de maneira rápida, a questão do ciberespaço, uma das realidades mais contemporâneas que parece ter “a cara de Dionísio”: uma espécie do “pode tudo”! As fronteiras naturais e os lugares óbvios de onde a juventude deveria estar, foram superadas. Não há fronteiras e não há lugares óbvios!

Na forma de vida “dionisiaca”, lançando mão de critérios historicamente determinados, a noite apresenta ao jovem a maior sedução para o mundo onde não há limites. Além disso, a noite produz novas formas de relações. É o lugar da diversidade. A vida noturna, de maneira exacerbada, difunde esse universo plural.

Maria Isabel MENDES DE ALMEIDA e Kátia Maria de ALMEIDA TRACY escreveram uma obra chamada *Noites Nômades* e buscam compreender o fenômeno juvenil das noites como espaço e subjetividade. Ao citarem o sociólogo português José MACHADO PAIS, as autoras propõem uma reflexão interessante partindo da realidade da noite carioca. Atentemos para o que elas nos referem:

Ao ostentarem formas alegóricas de vestir e de pintarem-se, os jovens estudados por PAIS transformaram sua aparência, disfarçam-se e se metamorfoseiam, radicalizando, como na arte barroca, a disjunção dos efeitos entre “ser” e “parecer”. Os jovens da night do Rio de Janeiro quebram essa articulação necessária de sentido entre esses dois planos. Quando Diego nos diz: “na night você tá indo para mostrar o que você tem fora. Pô, você não tá indo pra night pra mostrar: ‘Pô, olha

como eu sou uma pessoa legal, sou estudioso, não é isso” – não há simulacro, não há “cartas na manga”, nem sentidos escondidos, não há realidade sobrevivente à metáfora. A aparência, ou a “pose”, para nossos informantes, não expressam uma relação metaforizada entre símbolo e referente. Mas, ao contrário, você “é”, essencialmente, o que “parece” (2003, p. 214, grifo das autoras).

A noite é o tempo-lugar de ser o que se é. A noite quebra os conceitos/ fronteiras racionais. A moda e a busca desenfreada pela sua assimilação carregam muitos desejos de sedução, embora marcadas pela indústria cultural. Segundo LIPOVETSKY (1989), a moda “acelerou a difusão dos valores hedonistas [e] contribuiu para dar uma nova fisionomia à reivindicação individualista” (p. 120). Prossegue o mesmo autor, ressaltando que “a agressividade das formas, as colagens e justaposições de estilos, o desalinho, só puderam impor-se [...] trazidos por uma cultura na qual predominam a ironia, o jogo, a emoção-choque, a liberdade das maneiras”.

A música e a cultura em geral sempre nascem de uma experiência local e, depois, podem ser apropriadas por outras, de acordo com sua assimilação. Luiz Carlos GIL ESTEVES e Miriam ABRAMOVAY em artigo para a obra “Juventudes, outros olhares sobre a diversidade” falando das realidades sociais da juventude, afirmam:

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (2007, p. 21).

O corpo torna-se fonte e ápice das vontades. No corpo cabe tudo – na sua estética e no seu “apetite”. Dionísio, ao embriagar-se, e assim ser cultuado como deus do vinho, recorda essa dimensão apetitosa e louca da vida, cujo delírio no contexto atual, leva a experiências das mais “normais” às mais “extraordinárias”.

Esse novo contexto dionisíaco foge de momentos específicos e torna-se o cotidiano da vida. Francisco ORTEGA em artigo (2003) fala da passagem da utopia social para a utopia corporal. As lutas, que outrora marcam as reivindicações juvenis ligadas às grandes causas sociais, passam para uma busca de aperfeiçoar o corpo e, nesse sentido, as academias de ginásticas se tornam templos sagrados. É interessante ver também Dionísio nas modificações que o corpo vai assumindo.

Há muitos sintomas de que há uma outra forma de lidar com o corpo. Não é

só dizer que há mais liberdade. Muitas marcas de uma cultura tradicional ainda estão presentes. A reflexão de ORTEGA é interessantíssima porque nos lança para terrenos arriscados e de pouco acesso para quem não é do meio. Enfrenta-se a dor, as marcas, até em órgãos genitais para fazer parte de um grupo tornando o corpo bem mais obsoleto. Amputações, queimaduras, cirurgias plásticas, fazem parte desse roll. Além disso, chama a atenção um crescimento da liberdade de vivência entre homem e mulher, bem como para outras experiências de sexualidade.

Outro lugar, já dissemos, que faz pensar tempos dionisiacos é o ciberespaço. É a necessidade constante de movimento e romper fronteiras. Em casa, trancados no quarto, podemos estar conectados com o mundo. Michel MAFFESOLI (1996) fala de “uma nova sensibilidade coletiva centrada no cotidiano em que o processo de construção do eu se inscreve a partir de uma lógica comunicacional” (p. 38). E, além disso, refere “uma ideia obsedante de estar junto” (p. 29). Essa sensibilidade da qual MAFFESOLI fala, está carregada daquilo que chamamos de dionisiaco. Ela está impregnada de coletividade. O “estar junto”, mesmo que virtualmente, preenche campos sensitivos do corpo, que deseja e busca saciedade.

O “apolíneo” e o “dionisiaco” são dois modos de ser e podem ser, também, duas formas, dois paradigmas para estarmos mais próximos da realidade juvenil. Há, nisso, algo de profundamente humano e algo de mítico. O que descobrimos, com a ajuda da mitologia grega, nas figuras de Apolo e Dionísio, é que o dionisiaco – assim como o apolíneo – são mais do que realidades biológicas ou culturais; são realidades divinas encarnando-se de modo muito especial na juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam; RIBEIRO ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs). Juventudes, outros olhares sobre a diversidade. Unesco: Brasília, 2007.
- ALMEIDA, Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ALMEIDA, Isabel Mendes de; TRACY, Kátia Maria de Almeida. Noites Nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: As consequências humanas. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1999.
- BRANDÃO, Junito de Souza. Teatro Grego: Tragédia e Comédia. Rio de Janeiro: 1978.
- CATANI, Afrânio; GILIOLI, Renato de Souza Porto. Culturas juvenis: Múltiplos olhares. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- COLLI, Giorgio. A sabedoria grega I. Dioniso, Apolo, Elêusis, Orfeu, Museu, Hiperbóreos, enigma. Tradução Renato Ambrósio. São Paulo: Paulus, 2012.

- DINIS, N. F.; CAVALCANTI, R. F. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- GONTIJO, Fernanda Belo. O apolíneo e o dionísio como manifestações da arte e da vida. *Existência e Arte*, Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciências Humanas, Estéticas e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei, ano II, nº II, jan./dez. 2006.
- GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000. (Coleção Enfoques. Sociologia).
- LIPOVETSKY, G. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LÓPEZ-PEDRAZA, Rafael. *Dioniso no Exílio – sobre a repressão da emoção e do corpo*. São Paulo: Paulus, 2002.
- MAFFESOLI, Michel. *A parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna*. Rio de Janeiro, Record, 2004
- MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MAFFESOLI, Michel. *Saturação*. São Paulo, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A visão Dionisíaca do Mundo e outros textos de juventude*. Tradução: Maria Cristina dos Santos de Souza e Marcos Sinésio Pereira Fernandes. [Edição em pdf] 1988.
- NIETZSCHE, F. (1992). *O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo* (J. Guinsburg, trad). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1872)
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contexto, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões. A cultura sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

Destituição do poder familiar de gestantes usuárias de drogas

Carmen Silveira de Oliveira e Sandra Maria Sales Fagundes ()*

Em 2017, os usuários e os trabalhadores de saúde mental no RS celebraram os 25 anos de aprovação da Lei Estadual 9716/92, a primeira lei de reforma psiquiátrica no país. A Assembleia Legislativa realizou uma audiência pública e encaminhou a edição de um livro que registra os avanços nas políticas públicas, em que o modo de atenção hospitalocêntrica foi sendo substituído pelo cuidado em liberdade e pela abordagem psicossocial no território.

Consideramos que os diversos eventos que foram organizados na capital e no interior do RS foram importantes para demarcar a conquista de direitos de uma parcela da população historicamente excluída e discriminada, sobretudo na conjuntura atual em que as perdas de garantias constitucionais e a desresponsabilização crescente de um Estado Mínimo vêm provocando o maior desmonte da história do Sistema Único de Saúde.

No caso da política de saúde mental, as atuais gestões estadual e nacional têm demonstrado sua absoluta contrariedade em relação ao marco da desinstitucionalização, não apenas por meio de uma retórica discursiva tecnocrática supostamente desideologizada, mas também ao deliberar o subfinanciamento dos serviços substitutivos em favor dos investimentos em instituições segregadoras e de pouca efetividade assistencial, mesmo que à revelia do marco legal vigente. Tal situação ganha evidências maiores na política de drogas, em que o desprezo pelas estratégias de redução de danos condena os usuários à desassistência e a uma série de violações de direitos.

Em 2017, o Projeto Redes, coordenado pela Fiocruz e implementado em Porto Alegre, Canoas e Viamão possibilitou dar maior visibilidade para uma situação que afronta os fundamentos da Lei da Reforma Psiquiátrica e também do Estatuto da Criança e do Adolescente: a destituição do poder familiar de gestantes usuárias de drogas. Os fatos relacionados a este problema vinham sendo pautados em vários espaços, tais como a Audiência Pública na Assembleia Legislativa sobre a violência em relação à população de rua em Porto Alegre, na Roda de Conversa promovida pelo Fórum Gaúcho de Saúde Mental sobre as violências das políticas higienistas e por matérias do jornal Boca de Rua, publicado por ALICE.

(*) Integrantes do Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Com contribuições de Karol Veiga Cabral, Márcio Mariath Belloc e Simone Mainieri Paulon.

Logo nas primeiras semanas em que as equipes do Projeto entrevistaram coletivos de moradores em situação de rua e trabalhadores dos serviços, esta demanda apareceu de forma destacada. As mulheres referiam que seus bebês eram “roubados” nas maternidades e que depois elas nunca mais tinham notícias ou eram impedidas de ter acesso aos seus filhos. Repetia-se aqui o que já vinha acontecendo em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, motivo pelo qual o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional de Saúde demandaram às secretarias estaduais de saúde, ao final de 2016, um levantamento sobre o atendimento nas maternidades a gestantes usuárias de drogas.

O levantamento feito pela Secretaria Estadual de Saúde/RS em cinco maternidades de Porto Alegre que atendem pelo SUS apresentou dados que confirmaram os relatos das mulheres acompanhadas pelo Projeto Redes na Capital. Em 2016, 270 partos foram feitos com usuárias de drogas, sendo que 43% desses casos resultaram em encaminhamentos diretos para o Judiciário. Algumas violações de direitos referidas por elas também ficaram demonstradas neste levantamento: crianças recém-nascidas saudáveis desnecessariamente colocadas em centros de tratamento intensivo, a não colocação de mãe e filho em alojamento conjunto, a mãe sem direito a amamentar e até mesmo conhecer o bebê no hospital, sob alegação de “não criar vínculo”. Ou seja, o protocolo nas maternidades tinha como foco a negligência presumida da mãe. Pergunta-se: o protocolo usado nas maternidades privadas teria como base a mesma “política de proteção” utilizada nas maternidades públicas no atendimento a gestantes usuárias de drogas?

Contraditoriamente, os pareceres da equipe técnica destes hospitais e de alguns serviços territoriais tinham como argumentos pró-destituição do poder familiar as próprias falhas da rede de proteção: a não realização de pré-natal completo, a falta de adesão ao tratamento da dependência a drogas, a situação de rua dos pais ou de seu desligamento do abrigo, a família extensa não encontrada, a situação anterior de destituição do poder familiar, o não comparecimento a audiências. Tal cenário vem de encontro aos resultados das pesquisas desenvolvidas pelo psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, de que o abandono social vem antes e o crack vem depois, advindo daí a recomendação de que a política social preceda qualquer ação junto a estes grupos, inclusive o cuidado médico.

Nos processos tramitados no TJ/RS chama a atenção que alguns argumentos e termos apresentados pelos operadores de Direito são imprecisos ou até mesmo sem sustentação legal: “falta de higiene”, “total inaptidão para atender o filho em suas necessidades”, “equipe técnica deposita pouca confiança em uma recuperação plena”, “mãe não consegue manter-se em abstinência”. A equipe do Projeto Redes, em consulta ao portal JusBrasil, identificou ainda que entre 2011 e 2017 triplicou o número de processos de destituição do poder familiar de mulheres usuárias de drogas no RS, num total de 871 destituições, sendo que em 2017 a

ocorrência média foi de uma destituição a cada dois dias, sendo que Porto Alegre representa 1/3 dos casos.

De um modo geral, há evidências de uma crescente tendência de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no estado. Segundo dados do Cadastro Nacional mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, a capital triplicou o número de crianças e adolescentes acolhidos, saltando de 282 casos em 2012 para 822 casos em 2017. Atualmente, o RS é o 2º estado com maior número de crianças e adolescentes em acolhimento, apenas suplantado por São Paulo.

Em síntese, a rede de proteção (em suas várias instâncias) parece estar fundamentada em uma espécie de “protocolo do fracasso”, embasado em julgamento moral e estereótipos sobre a “boa mulher” e “família estruturada”, mas também sobre a dependência a drogas, vista como “vício” e não como transtorno mental. A desinformação pode ser um fator que concorre para a afirmação de ideias sem comprovação científica, tais como acerca das graves sequelas aos bebês, uma vez que várias pesquisas internacionais apontam que o crack e a cocaína não causam danos cerebrais ao feto na mesma proporção como acontece com o tabagismo, por exemplo. O uso de drogas não pode ser demonizado. Trata-se de um fenômeno complexo, com diversos padrões de uso. Portanto, é preconceituoso afirmar que todo uso de drogas pode gerar uma inaptidão à maternidade. Ao contrário, o neurocientista americano Carl Hart, professor de Psicologia e Psiquiatria da Universidade de Columbia e referência internacional no tema das drogas, defende que nenhum reforço pode ser mais positivo do que a maternidade para o abandono do uso de drogas.

De qualquer forma, ressalte-se que as famílias, na maioria das vezes estão sendo penalizadas seja por julgamento moral ou pela desinformação, mas também pela inexistência ou falta de cobertura de programas de apoio familiar previstos pelo ECA, a fim de garantir o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Como explicar que Porto Alegre não tenha sequer uma Casa da Gestante? Por que existe somente um abrigo que acolhe, no máximo, cinco famílias? Por que o programa de famílias acolhedoras não é usado como alternativa primeira para o acolhimento, especialmente no caso de crianças menores de três anos, como preconiza o Unicef? Por que tais famílias não são consideradas prioridades no programa estadual Primeira Infância Melhor (PIM) ou no programa nacional Criança Feliz? Por que os gestores garantem os altos custos no acolhimento institucional (segundo edital da FASC, em 2017 cada criança/adolescente nestas instituições custa R\$3.500/mês) quando programas de apoio para a reintegração familiar custariam menos e com menos ônus social para as crianças e suas famílias?

Por tudo isso, se diz que a “a guerra contra as drogas” não é e nunca foi propriamente uma guerra contra as drogas, mas contra as pessoas. Os “inimigos” nessa guerra são seus produtores, comerciantes e consumidores pobres, negros, marginalizados, desprovidos de poder. Para este tipo de usuário, o destino dado pelo Estado Mínimo continua sendo o confinamento nos manicômios e seus

correlatos como as comunidades terapêuticas, ou então os abrigos e até mesmo a prisão. É nessa conjuntura que se atualizam as marcas vivas das instituições totais, amparadas por antigos marcos institucionais como o Código de Menores e sustentadas por interesses políticos, econômicos e midiáticos. Em contraponto a esta lógica excludente, reafirma-se aqui o princípio de desinstitucionalização e a plena implementação das políticas públicas em cumprimento da Lei da Reforma Psiquiátrica e do Estatuto da Criança e do Adolescente, construídos coletivamente no processo de democratização do país.

Do Confinamento à Atenção em Liberdade: a trajetória da loucura nas políticas de saúde mental

Fernanda Facchin Fioravanzo ()*

A opção pela experiência gregária como modo de existir produziu impactos no humano ao longo da história. A ruptura com o estado de natureza e transição para a cultura implicou renúncia da tendência pulsional em tratar o outro como um objeto a ser consumido e busca por artifícios que dessem conta do abismo entre natureza e cultura. Para que o desejo sirva à espécie humana e ao esforço civilizatório, o homem passa a organizar o mundo social pelo trabalho e pela linguagem, visando à diminuição do estado de desamparo inerente à condição humana e, ao conceber leis e regramentos, passa a se institucionalizar.

As instituições poderiam garantir estruturas de suporte cujo escopo seria a coalizão entre grupos humanos em vias de amenizar o caos e conter o ímpeto de aniquilamento nas relações, configurando-se em mecanismos de substituição dos instintos. Em contrariedade à emergência do altruísmo como produto final do processo humano de institucionalização, nestes espaços circulam discursos que legitimam verdades, fabricadas em âmbito macrossocial, e que consolidam o poder por meio da construção e usufruto do saber. Destarte, entre os séculos XVII e XX, em certas instituições passaram a ser operadas tecnologias de dominação que tencionaram o aumento da alienação social e da adaptação sociocultural, culminando no engendramento da concepção classificada como sociedade disciplinar. As instituições totais, constituídas parcialmente como grupo residencial e como organização formal, foram dispositivos utilizados para a consolidação deste projeto societário voltado ao controle cujo intento era moldar e transformar indivíduos.

Durante o período de reorganização hospitalar no final do século XVIII e início do século XIX, vigilância das ações dos internos e registro permanente foram utilizados na sistematização das atividades efetivadas incidindo em uma reforma de cunho político e econômico, com o intuito de diminuição de custas a partir de um caráter disciplinador. Assim, a instituição hospitalar transitou da matriz noso-

(*) Psicóloga - Conselheira do Conselho Regional de Psicologia do RS

comial, gerida por religiosos com propósito de acolhimento e enclausuramento de vulneráveis e de frequentadores indesejáveis do espaço urbano, para um modelo sedimentado em princípios positivistas que organizou e metodizou os processos de assistência e cura dos enfermos a partir do saber médico. A aplicação do controle como técnica passou a vigorar nestes estabelecimentos com a recondução da práxis médica essencialmente individual e destinada a um recorte populacional privilegiado para o atendimento da população em geral com foco na contenção epidêmica e manejo de agravos, agora sob os estatutos do Estado.

É neste período histórico, marcado por revoluções que circunscreveram os direitos civis e políticos na regência das relações entre os Estados e entre estes e as pessoas, e delinearam os direitos econômicos e sociais a partir dos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, evidenciados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão assinada em 2 de outubro de 1789 – documento notoriamente inspirado na Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, de 4 de julho de 1776 – que William Tuke, na Inglaterra, Philippe Pinel, na França e Benjamin Rush, nos Estados Unidos, teorizaram a loucura e indicaram novas técnicas de cuidado aos pacientes. Pautadas no confinamento como premissa legitimada cientificamente e na instauração da medida de segurança frente à periculosidade do louco, esta fundamentação terapêutica, considerada vanguardista para a época, também carregou consigo vestígios paradoxais ante o afloramento dos conceitos de “cidadania” – originado na Grécia antiga e que se refere ao conjunto de direitos, meios, recursos e práticas que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo – e de “dignidade humana” – cunhado por Immanuel Kant em 1785 e que designa, hoje, o complexo de direitos e deveres fundamentais que resguardam a pessoa humana de atos degradantes e que garantam condições mínimas para uma vida saudável com participação na vida civil, política e social. Cabe destacar que as pessoas diagnosticadas com a chamada alienação mental não eram admitidas como cidadãs e, protocolarmente, eram despidas de dignidade, uma vez que sua condição implicava a perda da autonomia e da liberdade ao serem internadas em instituições asilares que regravam rigidamente seu cotidiano, além de determinarem condições e parâmetros para a comunicação, *modus operandi* entendido como adequado para a reconexão com uma realidade excetuada de paixões e delírios.

Este modelo institucional permaneceu hegemônico até meados do século XX quando, após a II Guerra Mundial, a similitude entre os campos de concentração e os manicômios passou a ser contestada socialmente, semeando novas perspectivas para os cuidados em saúde mental e exortando nova reforma nos sistemas de saúde de alguns países ocidentais, que propunham desde o rearranjo dos fundamentos dos hospitais psiquiátricos até a substituição completa destas instituições por uma rede de serviços que realizasse o tratamento de maneira preventiva e descentralizada. Influenciado pelas concepções de “direitos humanos” e de “dignidade humana” preconizadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento constitutivo da Organização das Nações Unidas e ratificado em As-

sembleia Geral da Nações, em 10 de dezembro de 1948, um destes movimentos ficou conhecido como Psiquiatria Democrática, tendo o psiquiatra italiano Franco Basaglia como precursor. Ele instigou a disseminação de um novo paradigma ao propor a “negação da psiquiatria” como ideologia por meio da promoção da desinstitucionalização, fomentando a crítica à postura tradicional da cultura médica, que sobrepunha os corpos como objetos de intervenção clínica aos indivíduos. Em decorrência das ações encetadas, foi sancionada a Lei Nº 180 de 13 de Maio de 1978, também conhecida como “Lei da Reforma Psiquiátrica Italiana”, que deu condições técnicas e estruturais para a extinção do modelo manicomial e para a garantia de tratamento digno aos portadores de sofrimento mental, ressignificando conceitual e operacionalmente a atenção em saúde mental no mundo.

No Brasil, a idealização de uma sociedade sem manicômios se desvela nos últimos anos da Ditadura Civil-Militar que perdurou de 1964 a 1985, ao serem ensejadas mobilizações lideradas por trabalhadores por uma política de saúde universal consubstanciando uma Reforma Sanitária proposta sob o prisma de restauração da democracia e de consolidação da cidadania e do Estado Democrático de Direito no país. A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada entre 17 e 21 de março de 1986, foi um marco democrático por diversos motivos: foi aberta pelo primeiro presidente civil após a abertura política, José Sarney; teve ampla participação popular, com 1.000 delegados com direito ao voto; e deu bases para a construção do Artigo 196 – “Da Saúde” da Constituição Federal de 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, avalizando a implementação do Sistema Único de Saúde. Nesta seara, entre 3 e 6 de dezembro de 1987, em Bauru – São Paulo, foi realizado o II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, onde foi redigida a “Carta de Bauru”, manifesto público de luta pelo resguardo dos direitos fundamentais das pessoas com sofrimento mental, corporificando e fortalecendo o movimento social pelo fim dos manicômios, e onde foi urdido o Dia Nacional da Luta Antimanicomial a ser comemorado anualmente em 18 de maio. Já em 1989, com a proposição de um Projeto de Lei de autoria do então Deputado Federal Paulo Delgado, iniciam as lutas do Movimento da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial no campo legislativo. Contudo, somente doze anos depois a Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001, é sancionada, redirecionando a assistência em saúde mental no país ao oferecer tratamento em serviços de base comunitária e preceituando acerca dos direitos das pessoas com transtornos mentais.

Três grandes marcos na trajetória do Movimento pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial foram celebrados em 2017: os 30 Anos da Assinatura da Carta de Bauru; os 25 Anos da Lei Nº 9.716, Lei da Reforma Psiquiátrica do Rio Grande do Sul, de 7 de Agosto de 1992, anterior à legislação federal e considerada progressista ao propor mecanismos para a substituição gradativa de leitos oferecidos em hospitais psiquiátricos pela rede de atenção integral em saúde mental; e os 16 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira. A Psicologia, como ciência e profissão, tem protagonizado esta história juntamente com usuários e trabalhadores das diversas áreas da saúde e, por meio do Sistema Conselhos de

Psicologia, ante contendas, reveses e conquistas, persevera no pleito da construção democrática e dos cuidados em liberdade, asseverando uma práxis técnica e ética. Ao referendar a desinstitucionalização e ao promover a liberdade como princípio para a atenção em saúde mental, a profissão rompe com a economia política da verdade produzida hegemonicamente acerca do modelo hospitalocêntrico. O discurso de cura da loucura intencionando o reajustamento social deve seguir sendo transmutado em vias de restituir ao sofrimento humano o âmago da intervenção e colocado os sujeitos à frente do processo de construção da sua existência e da escolha das melhores formas de viver e ser no mundo, com dignidade e usufruindo de liberdade.

Referências:

- AMARANTE, P. O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- _____. Loucos pela Vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.
- BAREMBLITT, G. F. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- BASAGLIA, F. A Instituição Negada: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01.03.2018.
- BRASIL. Lei Nº 9.716, Lei da Reforma Psiquiátrica do Rio Grande do Sul, sancionada em 7 de Agosto de 1992. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=15281&hTexto=&Hid_IDNorma=15281. Acesso em: 01.03.2018.
- BRASIL. Lei Nº 10.216, Lei da Reforma Psiquiátrica sancionada em 6 de abril de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 01.03.2018.
- FOUCAULT, M.. A História da Loucura na Idade Clássica. 8ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. Microfísica do Poder. 25ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.
- _____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 38ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GEHLEN, A.. El Hombre: su naturaleza e su lugar en el mundo. 2ª Edição. Salamanca: Sígueme, 1980.
- GOFFMAN, E.. Manicômios, Prisões e Conventos. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- KANT, I.. Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MENDEL, G.. Sociopsicoanálisis 1 e 2. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.
- PAIM, J. S.. Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4ndgv/pdf/paim-9788575413593.pdf>. Acesso em: 01.03.2018.
- SARLET, I. W.. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 10ª Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

16 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO UM DIREITO DE CIDADANIA

Proteção social e direitos humanos – processo civilizatório

Natália Ivone Steinbrenner ()*

“Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis,
Não devo, de outro, negar a quem sonha, o direito de sonhar,
Lido com gente e não com coisas”

Paulo Freire

O desafio de garantir a integralidade da proteção social aos usuários do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, pressupõe a construção da Política Pública de Assistência Social no, campo das Políticas Sociais e da Seguridade Social, visando acesso ao conjunto de ações e serviços articulados que garantam a melhoria e a manutenção da qualidade de vida. O vínculo usuário/serviço deve ser fortalecido para que a busca pela integralidade não seja apenas dos usuários e sim responsabilidade dos serviços.

A promoção social implica na revisão das práticas de vida que herdamos e perpetuamos em nossas comunidades, criando-se condições para construir a cultura da paz, da qualidade de vida e da sustentabilidade humana, social, política e ambiental. Adentramos esta justificativa, para desenhar o traçado da concepção de proteção social com que trabalhamos no município, a partir de uma perspectiva intersetorial e multidisciplinar. Não se trata de pensarmos, de avaliarmos e revisarmos somente os serviços de proteção e promoção social, mas sobretudo, de consolidarmos uma agenda que alinhe o compromisso ético de gestores, trabalhadores, entidades prestadoras de serviços e usuários, na construção de uma outra possibilidade de vida e de mundo, mais fraterna, solidária e com o empoderamento dos sujeitos de direitos.

Ainda é recente o movimento que busca associar o bem estar social do ser humano ao resgate do equilíbrio, no que se refere a seu estar no mundo, trabalhando menos e tendo mais lazer, se alimentando de forma equilibrada, respeitando os limites do organismo, tendo acesso às condições básicas de vida, como saúde, educação, habitação, trabalho e renda e alimentação, como condicionantes da saúde e da vida.

Nessa perspectiva, o ano de 2017 marca um valioso período de mudanças nas Políticas Sociais, no Município de Cruz Alta.

(*) Economista, Secretária Municipal de Assistência Social de Cruz Alta

A reestruturação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social foi um importante fator para o fortalecimento das políticas sociais, em especial a Política Pública de Assistência Social, ao promover a estruturação de uma rede integrada de proteção e promoção social.

Estamos promovendo, apesar das dificuldades, em relação à conjuntura nacional e estadual, com retorno do nosso do país, segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU, ao mapa da fome, das taxas crescentes de desemprego, da perda de direitos dos trabalhadores através da contra reforma trabalhista, o alívio imediato das vulnerabilidades e indicadores de pobreza.

Temos o compromisso de retomar através da luta coletiva e nacional a busca da consolidação das políticas de proteção e promoção social no campo das políticas públicas de garantia de direitos e de cidadania plena, regulamentadas com padrões éticos e de inclusão social, critérios republicanos de alocação de recursos, transparência e controle social.

Superar a fome e a miséria é o patamar mínimo obrigatório da dignidade humana. Para além disso, é necessário garantir a todos e a todas as oportunidades para desenvolverem plenamente suas capacidades e, assim, viverem de forma digna, autônoma, através de processos emancipatórios.

Sem perder de vista o que ainda precisa ser realizado, muitos dos nossos desafios já começaram a se estabelecer como realidade dentro do processo de recuperação de direitos elementares de cidadania. O Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família, apesar de atualmente estar ameaçado pela conjuntura nacional, por exemplo, está levando alimentos para as famílias dos beneficiários, mas também está gerando oportunidades para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Um estudo elaborado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG, comprova que ao exigir o cumprimento das condicionalidades nas áreas de educação e saúde, a iniciativa de transferir renda investe na geração futura. Outras pesquisas apontam que o programa é ainda um importante indutor de crescimento de economias locais. Além de comida, as famílias estão usando o benefício para compra de bens duráveis.

A integração das políticas públicas, na busca por ações transversais no combate aos problemas sociais, dá sinais de vitalidade. Exemplo, é o processo de integração do Programa Bolsa Família com as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e também com o Programa de Inclusão Produtiva, desenvolvido pelo Núcleo de Geração de Trabalho e Renda, nos Centros de Referência de Assistência Social, no Centro de Convivência do Idoso, além dos Programas Progredir, PRONATEC, Programa de Aprendizagem “Jovem Aprendiz” e, ainda as parcerias com a Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ através do Projeto INATEC Social, na perspectiva da Economia Popular Solidária.

Com a atual Gestão Participativa, o município está conquistando direitos so-

ciais, contestando a visão conservadora de que o problema da pobreza e da violação de direitos são resultados da incapacidade dos indivíduos assumirem sua própria condição de subsistência e integridade. Assim, a cidade está superando o ideário de um estado mínimo para o social, mediante a um maior aporte, por parte do município, de recursos financeiros e humanos necessários à estruturação e qualificação da Proteção Social Básica, através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS “Um Lugar ao Sol” e “Comunidade Mãe”, e da Proteção Social Especial, com a qualificação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS “Herbert de Souza”, nos territórios preconizados. Mesmo um município de porte médio, como o nosso, tem demandas de indivíduos, famílias e segmentos, quer pela vulnerabilidade em função do ciclo de vida, desvantagem pessoal, resultante de deficiência ou enquadramento em situações circunstanciais ou conjunturais.

Na construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o acesso aos programas da Rede de Proteção Social é o Cadastro Único dos Programas Sociais – CAD-ÚNICO, realizado na sede da secretaria e nos CRAS, onde é feita uma criteriosa análise multiprofissional do diagnóstico familiar e, se constatada vulnerabilidade ou situação de violação de direitos, os usuários são encaminhados para o atendimento no CREAS, e para as demais políticas públicas. Também estamos reestruturando a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, visando reduzir o tempo de permanência de crianças e adolescentes nos Serviços de Acolhimento Institucional e programando para o próximo período, a implantação de outros serviços como por exemplo, o Serviço de Acolhimento Familiar e o Programa de Apadrinhamento Afetivo, além de um debate permanente com o Sistema de Garantia de Direitos para que os seus operadores agilizem os processos de destituição de poder familiar, possibilitando a adoção de crianças e adolescentes que não possuem possibilidades de retorno à família biológica ou extensa.

O processo no CREAS é potencializado como tempo pedagógico para construir novos caminhos que mudem a realidade que originou a violação objetiva do direito. Assim, no CREAS realizamos ações de: acolhimento, prevenção, enfrentamento, atendimento psicossocial e jurídico, encaminhamentos à rede sócio assistencial, de saúde, educação e do sistema de garantia de direitos.

Nos CRAS, há o acompanhamento através de oficinas intergeracionais e socioeducativas no turno inverso da escola, para crianças e adolescentes. Ainda são ações desenvolvidas nos CRAS: recepção e acolhida das famílias, Cadastro Único, proteção proativa, visita domiciliar, encaminhamento e acompanhamento familiar em atividades grupais, grupos de convivência, grupos intergeracionais, grupos de reflexão, palestras voltadas para comunidade sobre diversos temas, reuniões e ações comunitárias, articulação com grupos sociais locais, de-

fesa dos direitos humanos e sociais, vigilância sócio assistencial nos territórios de abrangência, produção e divulgação de informações sobre serviços e direitos, produção de materiais de apoio, concessão de benefícios eventuais, apoio nas avaliações de revisão de benefícios, ações de capacitação e inserção produtiva, entre outros.

A Secretaria de Desenvolvimento Social, além da Política de Assistência Social, coordena os trabalhos, na transversalidade, da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Atuamos ainda, com as Políticas Setoriais e Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres. Mantemos o Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência, para o qual não há co-financiamento federal nem estadual. No Estado do RS, pelo atual Governador, a Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres foi extinta, o que no nosso entendimento caracteriza retrocesso e dificulta a relação Interfederativa, para redução dos indicadores de violência contra a mulher.

A Coordenadoria de Políticas Setoriais e Direitos Humanos, estimula a organização de grupos setoriais de igualdade racial e livre orientação sexual, visando a garantia de direitos, mediação de conflitos e combate a todas as formas de racismo e preconceito.

O Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência- CRM “Maria Mulher”, proporciona às mulheres vítimas de violência, em caráter protetivo e preventivo, atendimento jurídico e psicossocial com acompanhamento individual, familiar e em grupo, integrado à rede de atenção, proteção e justiça.

Estamos construindo uma rede de proteção integrada, para todas as questões de gênero. A luta das mulheres envolve muitas pautas e nem sempre conseguimos dar conta de todas, mas o combate à violência e à exploração sexual são prioritárias, porque em geral envolve meninas de forma muito precoce. Há necessidade de haver um sistema de saúde preparado; a escola deve ser formada para identificar as vítimas e acolhê-las, além da prevenção e da promoção e de debate permanente sobre a questão racial e das políticas públicas de proteção social. No município, as Secretarias de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e a Coordenadoria de Políticas para Juventude, atuam de forma Intersetorial no enfrentamento a todas as formas de violência.

É necessário trabalhar a desigualdade e o combate à pobreza, a partir das periferias. É importante fortalecer o jovem em situação de vulnerabilidade e risco social, pois ele tem maiores dificuldades para inserção no mundo do trabalho, acesso a bens e serviços e até de mobilidade na cidade.

Quando falamos em desigualdade, sabemos que a cidade é diferente para as pessoas, mas sabemos ainda que é diferente para as mulheres e ainda mais para as mulheres negras, bem como para crianças e adolescentes. Segundo dados do IBGE, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, de forma violenta. As meninas podem ser novas, mas já começam a vivenciar violação de direitos.

Precisamos olhar para isso e construir uma sociedade mais justa e igualitária. Se não tratarmos das diferenças, não conseguimos ir fundo no problema. A ideia é discutir tudo isso, também sob a ótica da infância e da juventude. Encorajar as meninas para que expressem sua própria voz, e sejam protagonistas da sua própria vida e história.

Destacam-se nossos esforços no sentido de consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e regulamentação dos direitos assegurados pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e todas as normatizações geradas a partir dela. A LOAS na reflexão dos militantes desta política foi uma declaração de amor aos pobres que atualmente encontra-se gravemente ameaçada.

Consolidar os marcos jurídicos, garantindo o princípio da continuidade das políticas públicas, é fundamental dentro dos parâmetros de estrutura descentralizada prevista pela LOAS e traduzida pelo SUAS. É necessário também, caminhar junto com os demais entes federados, para o cumprimento do Pacto de Aprimoramento do SUAS.

Mas sabemos que esses desafios não se cumprem apenas com o aperfeiçoamento das leis. Temos de construir os direitos no cotidiano, acompanhando a evolução das políticas públicas e estabelecendo metas e critérios rigorosos para nossos compromissos com a rede de proteção e promoção social. É necessário zelar, diuturnamente, pelo princípio republicano de atribuições de competências e responsabilidades dos entes federados, nas três esferas de governo, e de integração e intersectorialidade das políticas sociais. Vale reforçar: é necessário que, além dos municípios, também os estados e a União se comprometam em tratar a área social com a prioridade que ela demanda, e não como uma política periférica, inclusive com a garantia do co-financiamento de forma regular e contínua. Nesse contexto, nos preocupa a PEC dos gastos, que congelou por 20 anos os investimentos na área social, bem como a redução drástica no orçamento /2018 pelas esferas Estadual e Federal.

Também se faz essencial no processo a avaliação constante de nossas políticas, com monitoramento, controle e avaliação, para garantir a universalização do atendimento das pessoas que se encaixam no perfil das políticas sociais, para que os recursos cheguem, efetivamente, aos que precisam e que este investimento mude a vida de indivíduos, famílias e comunidades.

Outro desafio posto, é a Educação Permanente dos profissionais da área, de modo a qualificar a gestão pública, de acordo com as especificidades e necessidades de cada região e território.

Se, de um lado, convivemos ainda com muitas vulnerabilidades, fruto das desigualdades sociais, de uma distribuição de renda injusta e do pouco investimento que historicamente ocorreu na área social que nos coloca questões graves e grandes desafios.

De outro, temos também um fértil e valioso tempo de construção, com a participação popular. Buscamos uma nova realidade, onde a todos seja dada uma segunda oportunidade, libertadora, inclusiva.

Neste inventar do novo, fazamos da Política de Proteção Social, um direito e um compromisso, para consolidar avanços e enfrentar desafios no cuidado da cidadania em liberdade. De forma humanista e humanizadora, para que as gerações futuras desfrutem –na livres de todo o mal e opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Caderno Capacita SUAS. INDICADORES PARA DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DO SUAS E DO BSM. Curso de capacitação MDS. Curso 1: Diagnóstico. CEGOV, UFRGS. S/D.

_____. CADERNO Capacita SUAS. PLANOS DE ASSISTENCIA SOCIAL: DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO. V. 3,Ministério do Desenvolvimento social e combate à Fome/ Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica. BRASÍLIA, 1ª ed., MDS, 2008.

_____. Caderno 2 Capacita SUAS: Proteção de Assistência Social: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade;

_____. Caderno 3 Capacita SUAS: Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social;

_____. Cartilha 2: SUAS – Implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos conselhos de assistência social

_____. Cartilha o SUAS no Plano Brasil Sem Miséria. Brasília

Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil

BRASIL. Constituição Federal de 1988;

JANUZZI, Paulo de Martinho. INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL. Conceitos, Fontes, Dados e Aplicações. 3ª ed., Editora Alínea, Campinas, 2004.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicados do IPEA, n. 58, 13 jul. 2010. Disponível: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5293/1/Comunicados_n58_Dimens%C3%A3o.pdf. Acesso em janeiro 2018.

_____. Dimensão evolução e projeção da pobreza por região e por Estado no Brasil. Comunicados do IPEA, n.58,13 jul.2010. disponível:http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5293/1/Comunicados_n58_Dimens%C3%A3o.pdf. Acesso em marco.2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Censos Demográficos a. Censos demográficos: características da população e dos domicílios; resultados dos universos.

http://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_lista_mesomicro.pdf. Acesso em:24fev.2017.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993;

Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - Altera a LOAS;

LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.Maria da Penha

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Paulo Freire. Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa.1996. ed.36.Editora Paz e Terra.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS 109/2009 15mar.2017

A defesa dos direitos humanos no trabalho profissional: desafios contemporâneos

Agnaldo Knevez*
Giovane Scherer**
Leila Thomassim***
Loiva Machado****

CRESSRS: Luta e resistência!

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESSRS), juntamente com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a Assistente Social no Brasil. Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8662/1993, a entidade vem promovendo, há mais de três décadas, ações políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa intransigente de Direitos Humanos e dos interesses da classe trabalhadora.

Para o desencadeamento das ações de luta e resistência o CRESSRS tem instituída a Comissão de Ética e Direitos Humanos, que se constitui como espaço de educação permanente e desempenha um papel de denúncia e intervenção em situações que configuram violações de DH, seja por cidadãos, instituições ou profissionais, e, no caso de violações por assistentes sociais, isso pode também originar um processo ético.

O CRESSRS mantém articulação com outros Conselhos e Ordens de Profissões Regulamentadas do RS, e junto aos CRESS dos demais estados brasileiros. Também participa ativamente nos Conselhos Municipais e Estadual de Direitos Humanos e nas trincheiras de lutas junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora.

A ofensiva conservadora e neoliberal e a violação de direitos humanos

O contexto contemporâneo tem sido marcado por violações de direitos, visí-

* Assistente Social, Especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos, Conselheiro Presidente do CRESSRS(gestão 2017/2020).

** Assistente Social, Doutor em Serviço Social, Docente na PUCRS, Conselheiro Suplente do CRESSRS(gestão 2017/2020).

*** Assistente Social, Sindicalista, Militante do SUAS, Ex-Conselheira Presidenta do CRESSRS(gestão 2005/2008).

**** Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Docente na UNIPAMPA, Conselheira Vice Presidenta do CRESSRS(gestão 2017/2020).

veis por meio do aumento da pobreza e desigualdade, altas taxas de homicídios, precariedade de acesso a direitos básicos como saúde e educação, dentre outros. Assim, compreender direitos humanos no contexto atual é perceber uma arena de disputa, entre diversos projetos societários que, diante do avanço conservador e neoliberal, podem colocar em risco o resultado de diversas lutas históricas.

O processo de consolidação dos direitos humanos passa por um longo caminho trilhado entre diversos interesses, sendo que o campo dos Direitos Humanos não constitui um terreno homogêneo, nem mesmo de conquistas que por si só garantam o seu reconhecimento (SCHERER, 2017).

O Brasil só passa a inserir legalmente a noção contemporânea de direitos humanos expressa na Declaração de 1948, com a Constituição Federal de 1988, compreendida como resultado de um conjunto de lutas e mobilizações de diversos segmentos sociais. A Constituição representa um marco histórico, ao ampliar legalmente a proteção social para além da vinculação com o emprego formal, representando uma mudança qualitativa na concepção de proteção que vigorou no país até então. Importante considerar que estes avanços no âmbito dos Direitos Humanos, no Brasil, têm na década de 1990 o início de um contexto de desmantelamento, com a adoção do receituário neoliberal que minimiza a presença do Estado na perspectiva de direitos, ampliando o papel do mercado, na transformação de direitos em mercadorias.

Desafios profissionais à materialização dos direitos humanos na realidade brasileira

No Brasil, as políticas neoliberais, vão impor ao conjunto dos/as trabalhadores/as sua receita anticrise, retirando direitos sociais e trabalhistas, privatizando serviços essenciais, flexibilizando legislações ambientais, focando o problema da crise nos gastos públicos denominados “excessivos”. A EC nº 95/2016 institui um “Novo Regime Fiscal”, que congela gastos primários durante vinte anos e torna sem efeito a vinculação de recursos para educação, saúde e assistência. Esta Emenda representa o crescente redirecionamento do fundo público para o financiamento do capital. Outra evidência deste desmonte é a Lei da Terceirização e a Reforma trabalhista, que representam um ataque frontal aos direitos trabalhistas. Estes processos representam, na prática, o desmonte do Sistema Público de Seguridade Social brasileiro.

No lastro das políticas de ajuste fiscal avançam ideias conservadoras e fundamentalistas, que se efetivam por meio de propostas voltadas à redução da maioria penal, revisão do Estatuto da Criança e Adolescente, aprovação do Estatuto da Família, violação de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e dos direitos das comunidades indígenas e quilombolas, cerceamento às metas que visam à equidade de gênero nos Planos de Educação, programas de forta-

lecimento de ações manicomiais, homofóbicas, de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, projeto “Escola sem Partido” dentre outros.

Ganha evidência a militarização de territórios, o aumento da mortalidade e encarceramento em massa, motivada pela “guerra às drogas” e por políticas higienistas de faxina étnica. Aliado a este contexto acrescenta-se o assédio moral vivido por trabalhadores/as nos diferentes espaços de trabalho. Portanto, a violação de direitos está diretamente vinculada às desigualdades oriundas de uma sociedade de classes.

A direção assumida pelo governo federal aliado a setores conservadores e detentores do poder econômico tende a fortalecer um cenário em que “a pobreza vira carência, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda” (TELLES, 2006, p. 95). Frente a esta conjuntura é necessário resistir e construir processos de mudança!

A mudança dessa realidade de barbárie instalada em nosso país requer a unidade da classe trabalhadora, pois direito assegurado é direito garantido! Considerando a diversidade presente nas formas de organização e de luta classe trabalhadora é fundamental investir em processos de educação permanente; fomentar e participar dos movimentos da classe trabalhadora; fortalecer a participação democrática em espaços decisórios e denunciar toda e qualquer forma de violação de direitos humanos, pois, esta se constitui crime hoje e para as futuras gerações. Resistiremos!

Referências:

CFESS Manifesta Serviço Social e Direitos Humanos. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2012.

CRESS – 10ª Região. Site Institucional. Disponível em: www.cressrs.org.br. Acesso em: 15 de set. de 2017.

SCHERER, Giovane Antonio. Juventudes, (In)Segurança e Políticas Públicas: A Proteção Social no Brasil. Curitiba: Juruá, 2017.

TELLES. Vera da Silva. Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Uma grande aldeia chamada Brasil

Rosina Duarte e Cristina Pozzobon (*)

“O QUE É UMA CASA?”

É um teto e quatro paredes? Se a oca dos índios é considerada casa, por que uma barraca não pode ser também? A lei não determina que a casa é um lugar privado? Uma pessoa é até absolvida se mata quem invade sua casa. Mas destroem as casas dos moradores de rua e eles ainda são vistos como bandidos. Foi assim com a Aldeia, uma comunidade que vivia no Parque da Harmonia e acabou despejada em um canteiro no meio de um cruzamento de duas avenidas.”

Jornal Boca de Rua

A morada é mais que um teto, que uma parede. É um território onde se abrigam afetos e relacionamentos, onde famílias, amigos e vizinhos podem se sentar à mesma mesa, – que muitas vezes é de lata, de tapumes, de caixotes –, para um churrasco, um mate, uma roda de samba ou pagode. Uma casa é lugar de recolhimento, de festa, de brincadeiras, de filhos, de amores, de animais e do merecido descanso, após um dia exaustivo de trabalho. É o que chamamos de lar.

Assim são os lares que se formam nas ruas. Como aldeias, têm um sistema político próprio, que reúne conhecimentos diversos de uma população que, com a sobrevivência em seu horizonte, carrega de consciência social as organizações coletivas, ricas em experiências e culturas. Essas estruturas sociais são democráticas e solidárias.

Não por acaso um grupo de moradores de rua de Porto Alegre deu o nome de Aldeia ao lugar onde escolheram viver. A palavra significa pequeno povoado.

A Aldeia, instalada no Parque da Harmonia, existiu em perfeita integração com a comunidade, na região central da cidade, desde 2015 até 13 de janeiro de 2018, quando foi “removida” de forma truculenta, por determinação do poder público, que se utilizou de uma retroescavadeira e de 10 viaturas da Guarda Municipal. Ali viviam apenas 12 moradores. As pessoas foram tratadas como se fossem lixo descartável da sociedade. Limpeza urbana ou limpeza humana?

(*) Jornalistas, integrantes da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE)

A falta de assistência às populações mais vulneráveis, o fim das políticas públicas sociais e o aumento da pobreza contribuiu para crescimento do número de pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Segundo o último levantamento realizado em 2016, pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), foram contabilizados 2.115 adultos em situação de rua na capital. Em 2011, haviam sido contabilizados 1.347 e em 2007, 1.203. Um aumento de 75% em oito anos. Apesar da pesquisa apontar esse índice, a percepção na sociedade é de que o aumento ultrapassa os 100%.

O caso da Aldeia – e de Porto Alegre – é uma metáfora do que ocorre na grande aldeia chamada Brasil, onde experiências coletivas, democráticas e solidárias estão sendo varridas do mapa. Com a reação dos setores conservadores e com o apoio da mídia, nos últimos cinco anos, parte substancial da sociedade, em especial a classe média, foi inoculada com a ideia de que a população pobre e marginalizada é uma ameaça. Um dos países mais desiguais do mundo que trata pobre como bandido disseminando mentiras reiteradas pela chamada grande mídia e por campanhas antissociais. Assim, essa população passa a repetir bordões como: o “Bolsa Família alimenta vagabundos”, as “cotas raciais promovem um racismo ao contrário” e a “reforma agrária reduz a produção agrícola”. No projeto neoliberal o indivíduo deve ascender por seus méritos, independente de sua condição ou das oportunidades oferecidas.

Segundo estudo da Oxfam, 82% da riqueza gerada no mundo fica para os super-ricos. No Brasil não é diferente, cinco bilionários concentram patrimônio equivalente à renda da metade mais pobre da população. Ainda conforme o levantamento, em nosso país, uma pessoa que recebe somente o salário mínimo precisaria trabalhar 19 anos para acumular a quantia referente à renda de um mês do 0,1% mais rico. Não há limites para a ganância e para a exploração do trabalho humano.

Este modelo de pensamento traz uma longa história de marginalização da população pobre. As poucas tentativas de instalação de governos democráticos e socialistas sucumbiram à reação conservadora. O golpe parlamentar de 2016 reafirma e comprova que não houve ruptura com o regime ditatorial, imposto aos brasileiros pelo golpe de 1964, levado a cabo pelos militares, com apoio de parte da sociedade, especialmente da classe média e da elite brasileiras. Em 2016, essa mesma classe média e elite apoia um novo golpe, agora, arquitetado pelo parlamento, judiciário e empresariado. Este rompimento com o processo democrático expôs a força dos interesses econômico-financeiro nacionais e, prioritariamente, internacionais. Pactuaram um grande acordo com reformas capazes de atacar diretamente os direitos fundamentais dos brasileiros e brasileiras.

Jessé de Souza ressalta a importância de olharmos o passado e conhecermos

a história: “É apenas porque nunca compreendemos verdadeiramente os golpes de Estado anteriores que este atual pôde acontecer exatamente do mesmo modo, defendendo os mesmos interesses mesquinhos de sempre.” Em outras palavras, podemos dizer que, assim como as pessoas acometidas pela amnésia são consideradas doentes, o mesmo acontece com uma nação.

Para a compreensão desta realidade dois fatores são essenciais: a educação e a comunicação. O primeiro proporciona o conhecimento e o segundo, a informação. Ambos contribuem para a construção do pensamento crítico. Para se chegar ao primeiro, são necessárias políticas públicas que permitam o acesso da população às instituições de ensino, em todos os níveis. Para garantir o segundo, é preciso uma informação democratizada, como determina o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O conhecimento não deve ser propriedade de poucos. A comunicação não pode ser parcial.

Como tantos outros, porém, esse direito ainda precisa transpor as fronteiras do sonho e do papel, pois, apesar da existência de um movimento para democratizar a informação no País, a mídia brasileira continua sendo um latifúndio dominado por meia dúzia de famílias defensoras ferrenhas dos valores da ordem estabelecida e da dominação econômica. Os canais de televisão e rádio são concessões, mas os empresários detentores de tais benesses agem como proprietários e classificam como “censura” o necessário controle público da programação. Na verdade, a censura é feita por eles ao entregar à população informação seletivas.

Mesmo com o desenvolvimento de tecnologias na comunicação e a formação de redes na internet – que questionam e repercutem as versões dos fatos omitidas pelos veículos de massa – 90% da população segue ligada diariamente nas grandes emissoras nacionais de TV, em especial à Rede Globo, fiel aliada dos poderes econômicos dominantes e apoiadora dos dois últimos golpes de Estado ocorridos no Brasil. Esta rede de televisão dissemina entre os brasileiros a ideia de que a redução de programas sociais e a venda de patrimônio público é a solução para a crise. Maquia um projeto de estado imposto aos brasileiros que restringe direitos e ataca a dignidade humana. Apoiava um estado policial que amedronta, mata e criminaliza toda a forma de manifestação contrária. Um regime de exceção autorizado pelo judiciário.

As imagens e as palavras que lemos e ouvimos são transmissoras de mensagens, não escritas nem faladas, que vão muito além das notícias veiculadas pela mídia.

A aparente neutralidade acrítica pode esconder a falta de enfoque ou estabelecer, de forma subliminar, uma diferença de tratamento entre os públicos. Os “cidadãos de bem” são focados como merecedores de todos os direitos e benesses, enquanto outros representantes da sociedade – pobres, negros, presidiários, mulheres, homossexuais, entre outros – são ignorados ou retratados de maneira

depreciativa, pejorativa, acusatória ou condescendente e, mesmo assim, episodicamente. Esta segunda “categoria” só merece aplausos quando pratica algum ato “heroico”, como devolver uma carteira recheada de dinheiro ou ingressar em uma universidade. Ou seja: quando, por alguma razão revelam seguir os valores ditados pela classe média. Isso os incentiva a almejar esta cultura merecedora de aplausos. A dupla face do trabalho infantil é outro exemplo. Meninos e meninas que trabalham na roça com a família choca, mas uma criança desempenhando atividades profissionais glamorizada – atriz de novelas ou modelo-mirim – é aplaudida, sem que sejam mencionadas na maioria das matérias jornalísticas, a probabilidade de danos psicológicos, as consequências na escolarização, o risco de exploração familiar e, principalmente, a ilegalidade de tal prática conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Um dos antídotos mais eficiente contra as “verdades induzidas” – responsáveis pela construção do pensamento único, pelo estímulo à intolerância e a ascensão da violência – é o fortalecimento de uma rede de veículos independente. “A mídia alternativa ou independente permite a ruptura, ainda que em pequena escala, do edifício comunicativo hegemônico construído pelas grandes corporações. Permitem que discursos e linguagens ofereçam as mais variadas perspectivas; que pautas sejam produzidas com uma preocupação não orientada pelo lucro”, opinou José Arbex Jr., editor da revista Caros Amigos, no Manual de Mídia e Direitos Humanos. Para ele, o pluralismo oferecido por estas mídias, em seu conjunto, é tão importante quanto o conteúdo ideológico de cada uma delas propriamente dito. “É importante que todos possam expressar os seus pontos de vista: católicos, protestantes, anarquistas, comunistas, socialistas, punks, democratas, culturalistas, zapatistas, homossexuais etc, etc. O pluralismo, mais do que a ‘verdade’ de uma ideologia, é a verdadeira resposta ao pensamento único voltado para o mercado”, concluiu o jornalista.

Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE) compartilha dessa convicção e dá, ainda, um passo adiante ao compreender a comunicação como um instrumento transformador que vai além das mídias tradicionais. As artes visuais, a fotografia, a literatura, a música, a dança, o teatro, o artesanato e todas as formas de expressão humanas são igualmente considerados meios de comunicação. Essas várias linguagens convivem e mesclam-se entre si, aproximando gerações, promovendo diversas formas de associações, trabalho e trocas. Nesses grupos, são abertos os escaninhos e quebradas as hierarquias de mercado. Todos os integrantes têm direito a voto, tomam decisões compartilhadas, comprometendo-se com o consumo consciente, com a preservação do planeta e com práticas capazes de contribuir para um mundo socialmente justo.

Esses grupos não necessitam de porta-vozes. Eles sabem o que fazer, como provam os projetos de comunicação popular autogestionáveis vinculados à ALI-

CE. Um deles é o jornal Boca de Rua, feito e vendido por moradores de rua de Porto Alegre desde o ano 2000. Mais do que um jornal, o Boca é um coletivo que pratica a democracia, a solidariedade, o direito à palavra e à liberdade de pensamento. Seus integrantes não são submetidos a qualquer espécie de crivo, ou seja: não precisam preencher requisito algum além da disposição para o trabalho. Ninguém lhes pergunta se têm documentos, se já passaram pelo sistema prisional, ou se utilizam algum tipo de droga. Para serem aceitos, necessitam unicamente respeitar as regras de convivência criadas pelos próprios participantes e revisadas de tempos em tempos nos encontros chamados “DeBate Boca”.

Como projeto primogênito da Alice, o Boca já inspirou vários outros, dentro da Ong e também fora dela, em diversos locais do Brasil. No entanto, jamais foi ou será reproduzido tal e qual. A Alice se contrapõe à lógica do empreendedorismo e da disseminação dos projetos conforme o modelo das franquias empresariais. Cada experiência é única, tecida ponto por ponto pelo grupo que a desenvolve em conjunto com a Alice. A cultura local, as expectativas e necessidades dos participantes, assim como os potenciais individuais e coletivos são respeitados, imprimindo características impossíveis de serem clonadas. Trata-se, portanto, de uma subversão à lógica social vigente, uma pequena revolução nessa grande aldeia chamada Brasil. Ou, como diria o escritor Mario Benedetti: “(...) e assim entre todos se consegue / o que era um impossível / que todo o mundo saiba / que o Sul também existe”.

Acessibilidade: um paradigma

Por Renato Sant'Ana ()*

Não faz muito que “acessibilidade” entrou na linguagem comum em alusão a pessoas que estão fora de um preconcebido padrão sensorial e físico. Mas o sentido é ainda reducionista: acessibilidade é muito mais do que, por exemplo, piso tátil, rampas e programas legendados na TV, favorecendo respectivamente deficientes visuais, físicos e auditivos. Em que medida se reflete aí uma nova percepção da sociedade? E que pessoas estarão verdadeiramente implicadas no tema?

Para a lei 10.098/2000, acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.” Note-se que a lei faz diferença entre pessoa “portadora de deficiência” e “com mobilidade reduzida”.

A noção atual de acessibilidade coaduna-se com o fato bem aceito de que não existe padrão humano: pessoas são plurais em todos os aspectos. Todavia, como diz Leonard Mlodinow, “Buscar padrões e atribuir-lhes significados faz parte da natureza humana.” É uma estratégia de nosso cérebro para compreender e dominar a realidade. O problema é que organizar a vida com a fixação de padrões (físicos, cognitivos ou funcionais) exclui crianças, idosos e indivíduos com alguma atipicidade, que têm os mesmos direitos fundamentais de todos os outros. Assim, acessibilidade não é pauta de grupos estigmatizados, mas um paradigma estruturante da sociedade.

Não há como eliminar o egoísmo. Apesar disso, alcançamos um consenso que rejeita qualquer exclusão. O homem (anthropos) é um ser contraditório: o mesmo cérebro que concebe práticas excludentes é capaz de imaginar formas de incluir. Daí, em favor do interesse geral, a humanidade engendrou o Estado (Poder Público), uma das mais inteligentes criações do Homo sapiens. Fruto da evolução cultural e, ao mesmo tempo, garantidor do processo civilizatório, o Estado enseja a abolição da “lei do mais forte” e a instituição de uma ordem jurídica apta a garantir aos mais vulneráveis um lugar ao sol.

(*) Psicólogo e Advogado. Assessor especial da presidência da ACERGS

Como ensinam os contratualistas, os rudimentos do Estado vieram para coibir abusos e tornar viável a existência da sociedade. Hoje a complexidade é muito maior: cabe ao Estado, por exemplo, o papel de normatizar e, igualmente, fiscalizar a observância das normas, tornando universal a “utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação”. Está na lei.

No plano das ideias parece tudo bem; no dos fatos, nem tanto. O homem é um ser de contradições, eis uma premissa sem a qual nenhuma reflexão e nenhuma articulação política têm bom resultado. A massificação da expressão “acessibilidade” é positiva, mas tem dado margem a que políticos a utilizem em sua demagogia como “moeda de troca”. E não é difícil identificar oportunistas que, em busca de dividendos eleitorais, se apresentam como “salvadores” dos excluídos. O discurso mais insidioso, porque é o que tem mais efeito, é o que “usa” as pessoas com deficiência, sem que medidas práticas e factíveis sejam tomadas. É desonesto. Mas é o retrato de nossas contradições.

O pior é chancelarem um antagonismo não espontâneo: deficiente versus não deficiente. Como se houvesse (e não há!) deliberada perseguição à pessoa estigmatizada. Como se fomentar o ressentimento construísse alguma coisa. Não é forma eficaz de remover os preconceitos (estes sim, reais!), os quais cerceiam a vida dos que fogem aos padrões preconcebidos. As palpáveis e positivas transformações observadas em nosso país nesse campo não são frutos da luta odiosa, mas do estabelecimento de consensos. E o fator principal sempre foi o protagonismo de pessoas com deficiência que, com boas condições cognitivas e, ultimamente, aproveitando o progresso tecnológico, demonstraram o quanto é possível e o bem que é para toda a sociedade uma indiscriminada inserção de todos na vida social.

Pois bem. Se o mote é acessibilidade, a isto chegamos: a situação hoje é bem melhor do que há alguns anos - apesar dos demagogos, frise-se. Mas ainda está muito longe o desejável equilíbrio social. Como chegar lá? Ou melhor, como lidar com as “contradições humanas” e suscitar mudanças? A resposta é, primeiro, compreender que boas mudanças vêm pela boa política; depois, superar a fantasia infantil de esperar que apareçam as “pessoas boas que façam tudo certinho” e concentrar esforços na busca de instituições que, inibindo a iniquidade, despertem o lado mais positivo do contraditório ser humano. É mais eficaz robustecer o bem do que atacar o mal. Não é frase de autoajuda! É política sem miopia ideológica!

19 DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES COMO UM DIREITO À LIVRE EXPRESSÃO

Sobre a democratização dos meios de comunicação

Luíz Müller ()*

A Beija Flor, o elogio à hipocrisia nacional, aos patos “manifestoches” e à capacidade de manipulação da Globo mostram por que a democratização dos meios de comunicação é fundamental. Um bicheiro propôs o enredo da Beija Flor. A Lava Jato e o Combate à Corrupção. Moral de cuecas tal qual a classe média “manifestoche” da Tuiuti. Um sonegador e contraventor “combatendo” a corrupção. É o Eduardo Cunha do carnaval.

E o desfile foi assim, um “remake” do golpe que começou em 2013, passou pela derrubada da Presidenta Eleita e a sua substituição por Temer e por uma quadrilha de bandidos, todos respaldados por um judiciário que excede as suas funções, atropela leis e garante a perseguição a Lula, o único trabalhador operário que chegou ao poder, mesmo jogando no campo do adversário e com regras também estabelecidas pelo adversário. Se nem estas regras contiveram o povo e os trabalhadores, atropelaram as regras e bandido só é bandido se for inimigo, se for amigo não precisa mais lei. Tem a “amizade” e a “convicção” do promotor e do juiz. Manifestoche: Manifestante fantoche. Foi o nome dado pela Tuiuti aos foliões idiotizados que saíram as ruas do Brasil fantasiados de camisetas da corrupta CBF para ajudar a elite a derrubar a Presidenta legitimamente eleita.

E quando falo em “capacidade de manipulação da Globo”, nem me refiro ao resultado, mas à narrativa: Embora a opinião pública nacional e internacional tenha compreendido bem o enredo da Tuiuti, narrando toda a trajetória do golpe em andamento no Brasil, a Globo, depois de apanhar feio nas redes sociais, passou a dizer que “várias escolas fizeram desfiles com críticas sociais e aos políticos em geral”. E a Globo parece ter ganhado mais uma, por que até gente da esquerda chegou a afirmar que a Globo teria “revisto” sua posição diante da pressão popular. O poder político da Globo é um câncer para o Brasil. Ela precisa ser derrotada. E não esqueçam que a Globo agora está montando o maior banco de dados de contatos para eleições da história do Brasil. Cada brasileiro que manda sua mensagem de 15 segundos, está passando também o seu whatsapp

(*) Militante social e blogueiro

para a Globo. E ela só publiciza, claro, aquelas mensagens que reproduzem sua própria plataforma política, que nega diretamente com o fascismo e a barbárie. Aquela que criminaliza e iguala todos os políticos e a política.

A cultura está em disputa. Ou ganha a cultura do individualismo exacerbado da meritocracia do neoliberalismo doentio e escravagista ou a esquerda e a classe trabalhadora se comunicam de forma independente e impõe o Estado do Bem Estar Social e do interesse coletivo limitando o interesse individual. Uma máxima do Estado Democrático sempre foi: “a tua liberdade começa onde termina a do outro”. Para a cultura neoliberal isto não vale. Simples assim. E o campo da disputa da cultura é a comunicação. E a comunicação tem hoje vários instrumentos e armas. Mas até agora só a classe dominante os usou de forma organizada para impor a sua cultura contra a cultura popular da solidariedade inerente aos seres humanos, fazendo todos acreditarem que o ser humano é competitivo e não solidário. A classe dominante e a elite estão vencendo por que estão impondo a sua cultura através da comunicação, sem resistência organizada da classe trabalhadora.

Por isto as premissas da Carta de Brasília do FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Mídia (maio/2017) são orientadoras de todos e todas que lutem em favor da verdadeira democratização da mídia brasileira:

“Os e as participantes do 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação – 3ENDC, reunidos em Brasília de 26 a 28 de maio, reafirmam o princípio da liberdade de expressão e de imprensa e o direito à comunicação como direitos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática. E reconhecem que para que esses direitos fundamentais sejam exercidos em sua plenitude, é necessário um ambiente de respeito à pluralidade e à diversidade.

Historicamente, o Brasil segue sendo um dos países com maior concentração nas comunicações do mundo. Mas, com o golpe político, jurídico e midiático em curso no país e a instalação de um governo que usurpou o poder após o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, à ausência de pluralidade e diversidade no debate público, se somaram novos e crescentes ataques à liberdade de expressão e de manifestação.

Os ataques têm acontecido não somente com agressões físicas nos protestos, mas também com a demissão de jornalistas e radialistas comprometidos com a ética e a verdade dos fatos. Com a manipulação e seletividade informativa. Com a condenação e detenção de blogueiros e comunicadores comunitários e populares. Com o desmonte do sistema público de radiodifusão. Com a remoção de conteúdos na Internet e a adoção de práticas de vigilância em massa nas redes. Com a restrição à liberdade de expressão nas universidades e escolas. Com a censura à expressão artística e cultural. Com o desrespeito à ética jornalística.

Com o apoio dos grandes meios de comunicação – além do Congresso, do capital financeiro nacional e internacional e do Judiciário, o governo golpista tem imposto um brutal ataque aos direitos da população, com impactos na vida das pessoas que continuarão pelas próximas décadas. A toque de caixa, as reformas trabalhista e da previdência estão sendo votadas no Legislativo. E mudanças significativas no campo da radiodifusão, das telecomunicações e da internet têm sido aprovadas sem que a população em geral sequer seja informada.

Diante de tamanho retrocesso, os movimentos social e sindical, unidos e organizados, tem dado sua resposta nas ruas. Na mesma medida que a repressão do Estado aumenta, também têm crescido as manifestações. Uma nova greve geral se organiza para marcar o repúdio de amplos setores da sociedade ao golpe, aos golpistas, seus vassalos e apoiadores.

Assim, também, o movimento pela democratização da comunicação tem resistido. A Campanha Calar Jamais, lançada pelo FNDC em outubro passado, tem recebido, coletado e sistematicamente denunciado violações à liberdade de expressão no Brasil. No Congresso, o FNDC luta, em parceria com outras redes e articulações da sociedade civil, contra os ataques à internet livre e o desmonte das telecomunicações e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – denunciando, inclusive, deputados e senadores que controlam ilegalmente emissoras de rádio e televisão.

Como defensores de direitos humanos, combatemos as violações à dignidade humana praticada pelos meios de comunicação, em especial o racismo e a violência de gênero nas programações. Acreditamos que o combate ao racismo estruturante e a percepção crítica sobre a branquitude na sociedade brasileira, como impedimento à democratização da comunicação, devem ser pontos focais na promoção de uma comunicação democrática emancipadora.

Reunidos em Brasília com mais de 250 ativistas e militantes, reafirmamos, assim, nosso compromisso com a democracia, com a diversidade e a pluralidade, com a liberdade de expressão e de imprensa, com a luta pela democratização e o direito à comunicação.

Reafirmamos também nossa disposição permanente em construir ações de denúncia, de resistência e de mobilização; de produção de conteúdos contra-hegemônicos; de fortalecimento da comunicação alternativa, pública e comunitária; e de seguir nossa luta histórica por um novo marco regulatório dos meios de comunicação no Brasil que garanta o exercício de todos esses direitos.

A luta por uma comunicação democrática deve estar no centro da disputa pela transformação social, sendo estratégico, para o FNDC, ampliar o diálogo e a articulação com movimentos gerais, como as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. O tema do direito à comunicação não pode se restringir às prioridades dos que atuam neste campo, mas precisa ser pautado sistematicamente nos debates sobre o futuro do país.

Por fim, ao lado de todos e todas aquelas que estão nas ruas para dizer “nenhum direito a menos”, marcharemos contra o arbítrio, o autoritarismo e as desigualdades. Reafirmamos, mais do que nunca, nossa defesa incondicional da democracia, das liberdades, da justiça social e da participação popular, que só serão possíveis se a soberania popular for restabelecida no Brasil.

Por isso, Fora Temer e suas reformas!

Nenhum direito a menos!

Diretas Já!

Calar Jamais!”

Democratização das comunicações: censura e criminalização

Milton Simas (*)

Em 2017, e mesmo no início de 2018, a atividade profissional jornalística exercida no Rio Grande do Sul não passou impune pela perseguição governamental que criminaliza os movimentos sociais, utilizando violência desmesurada – com uso de gás de pimenta, disparos de balas de borracha, investidas a cavalo e aticamento de cães – para reprimir manifestações pacíficas promovidas por cidadãos e cidadãs desarmadas, especialmente professoras e jovens estudantes, que exercitam o direito constitucional de protestar contra injustiças sociais.

A exemplo do que ocorreu no ano anterior, com as prisões de um repórter do Jornal Já e de um videomaker independente, que cobriam a desocupação de estudantes secundaristas de prédio público por parte da Brigada Militar, em 2017 repetiu-se a violência policial do aparato armado do governo. Em 12 de setembro, a repórter fotográfica do jornal Zero Hora foi atingida por gás de pimenta durante cobertura de manifestação no centro de Porto Alegre.

Entre os detidos, estava outro jornalista que registrava o protesto contra o fechamento da exposição de obras de arte no Santander Cultural.

Em 2 de janeiro deste ano de 2018, diante do prédio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, um fotógrafo do jornal Sul 21, que registrava imagens jornalísticas do prédio do TRF4 onde haveria julgamento de ex-presidente, teve armas apontadas para sua cabeça, por soldados da Brigada Militar que patrulhavam a área.

A agressão contra os jornalistas agrava-se ainda mais quando ocorre tipificação criminal da polícia civil estadual que ignora o exercício profissional e

(*) Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS

condena o acusado à perda da condição de primariedade judicial.

É preciso destacar como ação de violência do governo Sartori contra os jornalistas gaúchos e os futuros profissionais da área, o inexplicável encerramento das atividades da Fundação Piratini, eliminando postos de trabalho na TVE e na Rádio FM Cultura e, sobretudo, extinguindo a própria comunicação pública do RS, de valor estratégico para o desenvolvimento cultural do Estado. Comandado por um inábil interventor, que estimula o conflito, o nebuloso processo de extinção em curso tem causado situações de constante preocupação quanto ao futuro dos profissionais, que afeta os trabalhadores e seus familiares, vilipendiando seus direitos humanos.

Para se ter um exemplo de como os servidores atualmente são tratados pelo Estado e seu interventor, um jornalista e funcionário concursado da TVE há 15 anos, foi suspenso das suas atividades, sem direito a salário, por 30 dias, após fazer comentários sobre as mudanças na Fundação Piratini. A decisão seguiu orientação da comissão disciplinar, que apurou possíveis ofensas ao presidente da fundação, Orestes de Andrade Junior, que também está processando o comunicador por dano moral. Outros seis funcionários que curtiram os comentários feitos pelo profissional no Facebook foram punidos com uma advertência.

Com o mesmo espírito do tratamento violento do Estado, outros ataques aos jornalistas tem partido da iniciativa privada e de setores antidemocráticos, interessados em fomentar o clima de ódio e intolerância no país. Em pleno exercício de sua profissão como repórter da TV Record, outro jornalista e um cinegrafista tiveram seus equipamentos de trabalho apreendidos e foram mantidos em cárcere privado em um galpão em uma indústria calçadista na região metropolitana de Porto Alegre. A violência do atentado à integridade dos dois profissionais e o brutal cerceamento à liberdade de imprensa só cessaram com a chegada da Brigada Militar, 45 minutos depois. A BM, por sua vez, apreendeu a câmera; e o delegado de Sapiranga não atendeu a ocorrência. A Rede Record negou amparo aos funcionários, que cumpriam pauta determinada pela direção jornalística da emissora.

Em correspondência ao repórter, a empresa omite-se de compartilhar a responsabilidade e afirma que “o crime relatado foi praticado contra a sua pessoa, não possui a emissora o direito/legitimidade para defendê-lo ou exercer o direito que lhe assiste na condição de vítima. Tal fato não significa que a empresa deixará de lhe prestar a assistência necessária”. Inconformado com a falta de apoio jurídico da empresa, que denunciou na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, o repórter acabou desempregado.

Mesmo com a queda, em 2017, nos números de violência contra os jornalistas comparando com o ano anterior, ainda preocupa que foram registrados 99 casos de agressões contra a categoria, número considerado muito elevado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Também preocupa o fato de

terem crescido, mesmo em um quadro geral de queda, os casos de censura e de violência contra a organização sindical dos trabalhadores. A categoria e as entidades que representam jornalistas sofreram ainda os violentos impactos da chamada “reforma” trabalhista que favorece as empresas e conglomerados de comunicação. Infelizmente estes mesmos, que estão na mão de poucos e desta forma deixam de exercer o seu papel democrático, acabam colaborando para que a sociedade entenda como um transtorno qualquer ação dos movimentos sociais na luta pelos seus direitos.

No Brasil, o caso mais emblemático de censura foi o sofrido genericamente por jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Após a posse do presidente Michel Temer, em 2016, a empresa começou a ter o seu caráter público desvirtuado. E, em 2017, os jornalistas sofreram censura direta em mais de uma ocasião.

Portanto, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS acompanha, com pesar, as derrotas que estamos vivenciando no âmbito municipal, estadual e federal na questão da democratização das comunicações. E, como não poderia ser diferente, presta sua solidariedade a todas as organizações que lutam de forma independente e guerreira para manter o caráter público da comunicação.

Parte II

REGISTROS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO RS (CASOS, REUNIÕES E AUDIÊNCIAS)

**MORAR
DIGNAMENTE
É UM DIREITO
HUMANO!**



CCDH debate em Torres atenção às mulheres vítimas de violência

Equipe Técnica CCDH

A atenção às mulheres vítimas de violência foi tema da reunião realizada, na quarta-feira, 12 de abril, pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O evento foi realizado no Centro de Referência da Mulher Pricila Selau. Na ocasião, o presidente da Comissão, deputado Jeferson Fernandes (PT), destacou que o atendimento às mulheres vítimas de violência precisa ser digno e seguro para evitar qualquer constrangimento ou perseguição durante o andamento do inquérito policial.

Ele disse ter recebido informação de que o município de Torres registra índice crescente de violência sexual, inclusive com casos de estupro. Devido à situação, assumiu o compromisso de auxiliar no fortalecimento da Rede de Proteção às Mulheres em parceria com a coordenadora do CRM, ex-vereadora professora Lu Fippian, e com a responsável pela Diretoria das Mulheres, Sílvia Pereira, para fazer com que o atendimento seja seguro, digno e com garantia de proteção às vítimas de agressão.

De acordo com as ativistas, o encontro foi muito produtivo. Até o dia 10 de maio, quando a Rede de Proteção às Mulheres de Torres terá nova reunião, o deputado e equipe assumiram o compromisso de transmitir a resposta da chefia de cada instituição estadual ligada à política de prevenção aos crimes, bem como de proteção e acompanhamento às vítimas, com relação a encaminhamentos apresentados na reunião. A principal reivindicação apresentada no dia, foi de que a mulher tenha um local reservado para atendimento na Delegacia de Polícia.

Idosa é estuprada em Torres

Equipe Técnica CCDH

A denúncia de estupro de idosa chegou até a Comissão trazida por seu filho. Segundo ele, o número de mulheres idosas no litoral, residindo sozinhas, tem sido uma elemento para o aumento de crimes sexuais contra essa faixa etária de mulheres. A vítima sofreu estupro em sua residência e o caso teve ampla repercussão na cidade, em virtude da divulgação tanto pela delegacia, quanto em relação ao jornal

local. O que gerou versões difamatórias sobre a vítima, causando-lhe um trauma ainda maior, além da violência que já houvera sofrido pelo crime.

Em razão disso, a CCDH oficiou a polícia local e o Jornal, e através de seu presidente, o deputado Jeferson Fernandes, realizou um deslocamento à cidade de Torres para acompanhamento in loco do caso. O deputado reuniu com a rede de atendimento às mulheres e crianças vítimas de violência e também visitou o Jornal denunciado. Dessa ação ainda ocorreu um curso de formação para as redes de atendimento, além do agendamento de uma audiência pública regional, sobre a violência contra as mulheres, com ênfase em mulheres idosas e também em relação às crianças, a ser realizada no ano de 2018.

Dossiê entregue à ONU denuncia desmonte de políticas para mulheres no RS

Marco Weissheimer (*)

Uma comitiva de lideranças do Movimento de Mulheres do Rio Grande do Sul entregou um dossiê, na segunda feira (16/10), em Brasília, para a representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, denunciando o sucateamento das políticas públicas destinadas às mulheres vítimas de violência no Estado. O dossiê manifesta preocupação com as altas taxas de feminicídios e violência no Rio Grande do Sul e traz informações sobre a extinção dos serviços públicos para mulheres no Estado. Organizado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa gaúcha, o encontro também apresentou dois exemplos de boas práticas nesta área: a Ocupação das Mulheres Mirabal e o Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Patrícia Esber, do Coletivo Feminino Plural, de Canoas. Nadine Gasman foi convidada a vir ao Rio Grande do Sul para conhecer de perto essas duas experiências.

Participaram da reunião com Nadine Gasman, que durou cerca de duas horas, Maria Carolina Ferracini, assessora de projetos da ONU Mulheres, Priscila Voigt, da Ocupação de Mulheres Mirabal, Tássia Rabelo, representando a deputada federal Maria do Rosário e Ariane Leitão, assessora técnica da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa.

Segundo Ariane Leitão, os documentos entregues à representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil mostraram, entre outras coisas, o esvaziamento de uma rede de serviços e políticas que existia e praticamente não existe mais.

(*) Jornalista, repórter do site Sul 21 e editor do blog RS Urgente. Publicado originalmente no Sul 21(<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/10/dossie-entregue-onu-denuncia-desmonte-de-politicas-para-mulheres-no-rs/>)

“Isso foi apresentado como o principal problema que nós vivemos no Rio Grande do Sul hoje”, assinalou. A assessora da CCDH destacou o papel decisivo que a ONU Mulheres teve no processo da não retirada das mulheres da Ocupação Mirabal, em Porto Alegre. O retorno positivo da ONU Mulheres em receber a comitiva de mulheres do RS colaborou para que fosse transferida a data de saída das mulheres da ocupação e determinou ao poder público a procura de um novo local para as ações desenvolvidas pelas mulheres da Ocupação.

Também fez parte do dossiê a cartilha elaborada pela deputada Stela Farias (PT), primeira Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, apresentando toda a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência que ainda existia no início do governo Sartori, mas hoje não existe mais. Stela Farias também fez um acompanhamento sobre as dificuldades envolvendo as estatísticas oficiais a respeito da violência contra as mulheres e da segurança pública de modo geral.

“Além de ser descumprida a Lei de Acesso à Informação no Estado do Rio Grande do Sul, não temos como produzir políticas públicas sem estatísticas confiáveis sobre a violência. O governo apresenta, por exemplo, números que mostrariam uma diminuição dos casos de crimes sexuais, que nós sabemos que não são verdadeiros. Quem está na ponta atendendo as mulheres sabe que esses números são maiores”, destacou Ariane Leitão.

A comitiva de mulheres também denunciou o que chamou de negligência do poder público gaúcho no projeto de instalação da Casa da Mulher Brasileira para o Rio Grande do Sul. “Outras capitais já receberam, mas Porto Alegre não. Nós apontamos a negligência do Estado em relação a esse tema. Isso foi reconhecido pela ONU, que sugeriu que fizéssemos um convite, via parlamento federal, para que a relatora de Direitos Humanos das mulheres da ONU venha ao Brasil para identificar esse tipo de violação”, informou a assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia.

A reunião debateu ainda a proposta de firmar parcerias entre a ONU Mulheres, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público para que os feminicídios tenham um tratamento mais qualificado por parte das autoridades. “Nós, da Comissão de Direitos Humanos, queremos propor, em conjunto com a deputada Manuela D’Ávila (PCdoB), atual Procuradora da Mulher, a possibilidade de algumas parcerias institucionais para tratar dessa questão dos feminicídios. A ONU Mulher nos entregou o documento intitulado ‘Diretrizes Nacionais para o Feminicídio – Investigar, processar e julgar’, que estamos levando para o Rio Grande do Sul para tentar qualificar o tratamento desse tema pelo Judiciário, Defensoria e Ministério Público”, relatou Ariane Leitão.

A ideia, concluiu, é não excluir nenhum órgão neste trabalho, mas o contrário, chamar o governo do Estado, a prefeitura de Porto Alegre e outros órgãos para traduzir essas diretrizes em políticas públicas, na direção contrária do processo de desmonte em curso hoje.

Municípios contrários à regionalização do parto terão nova rodada de discussão com a SES

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

A Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul deverá voltar a se reunir, em 15 dias, com os pequenos municípios inconformados com a portaria que regionaliza o parto e o nascimento no Rio Grande do Sul. Este foi o principal encaminhamento da audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, realizada na manhã de quarta-feira (21/06/17), para debater a medida, voltada a 96 cidades gaúchas. A nova reunião foi proposta pela deputada Manuela d'Ávila (PCdoB).

De acordo com a portaria, o governo do Estado vai deixar de repassar recursos, a partir de julho, para a realização de partos por hospitais de pequeno porte. A intenção é concentrar os procedimentos em hospitais de referência. Segundo a coordenadora de Políticas para Crianças e Adolescentes da Secretaria de Saúde, Leonora Walcher, o objetivo é reduzir a taxa de mortalidade de mães e bebês. “A regionalização, prevista no Pacto Nacional pela Redução da Morte Materna e Neonatal, busca a qualificação do parto. Os hospitais que realizam um parto por semana representam 1% do total dos estabelecimentos e concentram também o maior número de mortes”, revelou, apontando a falta de estrutura adequada e de profissionais habilitados como as principais causas dos óbitos.

Conforme dados da SES, são realizados 140 mil partos por ano no Estado. No total, cerca de sete mil são em hospitais de pequeno porte. Com a nova resolução, a expectativa é de que três mil partos do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam transferidos para instituições regionais. Ainda de acordo com a Secretaria de Saúde, são 150 mortes maternas a cada 100 mil nascimentos nos municípios que realizam menos de 200 partos por ano. Nas capitais, o índice cai para 25.

Leonora afirmou ainda que 10% dos recém-nascidos precisam de alguma ajuda quando nascem e que 20% dos hospitais não atendem aos requisitos mínimos exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Contraponto

As comunidades atingidas pela medida governamental estão apreensivas com as consequências da mudança. O prefeito de Chiapetta, Éder Luís Both, que representou a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul

Ele revelou também que hospitais maiores nem sempre aceitam pacientes de outras localidades e muitas vezes cobram valores extras dos municípios de origem das parturientes. “Da forma como está sendo encaminhada, a regionalização vai estourar na ponta, que, no caso, é uma mulher em trabalho de parto”, prevê.

Embora concorde com a tese da regionalização dos serviços de saúde, a coordenadora do Observatório de Violência Obstétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Lara Werner, classificou de inapropriada a forma com que a medida está sendo implementada. “A regionalização pressupõe pactuação e solidariedade entre as partes para que dê certo. Por exemplo, é preciso ficar muito claro como será feito o transporte das mães e como está sendo pactuada a referência hospitalar”, recomendou.

O vereador Charles Manolo Marais (PP), do município de Chiapetta, afirmou que a portaria do governo é absurda e não foi discutida com os municípios. Na sua avaliação, a medida coloca as mulheres em risco, uma vez que muitas delas terão que percorrer dezenas de quilômetros em estradas que não oferecem nenhuma segurança para dar à luz. “Isso sem falar que os partos não seguem um script único. Há imprevistos. Como isso será contornado? O governo do Estado vai disponibilizar um médico para cada ambulância que transportar uma parturiente?”, questionou.

Morais entregou aos deputados Manuela d Ávila (PCdoB), Enio Bacci (PDT) e Silvana Covatti (PP) cópia de representação em que cobra do Ministério Público Estadual providências para impedir que a maternidade do município seja fechada.

Já o prefeito de Condor, Valmir Land, chamou a atenção para o risco da desativação dos blocos cirúrgicos dos pequenos hospitais com o fechamento das maternidades. “Se não fizerem mais partos, caem pela metade os procedimentos realizados nos blocos cirúrgicos destas instituições, que fecharão”, alertou.

Alvo da portaria, o município de Não-Me-Toque não fechará suas duas maternidades. O vice-prefeito Pedro Paulo Falcão disse que as instituições são adequadas e contam com equipes completas. Uma das maternidades é, segundo ele, “zero quilômetro”. “Tirar o parto é o mesmo que expulsar os profissionais e desmontar o hospital”, frisou.

Denominador comum

A deputada Silvana Covatti (PP) disse que está consciente das dificuldades financeiras do Estado, mas questionou a medida. “Tenho percorrido o Rio Grande e estou bastante preocupada. Será que este é o melhor caminho? Precisamos discutir mais esta medida e buscar um meio termo, um denominador comum que seja bom para todas as partes”, defendeu a parlamentar.

O deputado Enio Bacci (PDT) afirmou que o governo não pode se ater só a questões técnicas, mas deve analisar os efeitos colaterais da portaria que pretende implementar. “Não basta observar só o lado técnico, mas os outros aspectos envolvidos na questão. Uma alternativa seria um projeto piloto no lugar de uma medida linear para todas as regiões”, sugeriu.

Já a deputada Manuela d’Ávila questionou a representante da SES sobre a razão dos óbitos nos partos, o custo do transporte das parturientes, o destino das pacientes conveniadas, a superlotação das instituições consideradas referência e o risco do aumento do agendamento de cesáreas. As questões deverão ser tratadas na próxima reunião entre a Secretaria, parlamentares e representantes dos municípios atingidos.

Aplicação inadequada da lei de alienação parental vitima mulheres e crianças

Equipe Técnica CCDH

Um dos temas de grande repercussão junto à CCDH se deu em virtude das sucessivas denúncias recebidas acerca da aplicação inadequada da lei de alienação parental, violando dispositivos da Lei Maria da Penha e do Estatuto da Criança e Adolescente- ECA, além de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário.

A Lei Federal nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre alienação parental, considera “ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”.

A CCDH acompanhou mais de uma dezena de casos onde a lei vem sendo utilizada para retirar a guarda de mães que denunciam violência sexual contra seus filhos e filhas, expondo crianças a genitores abusadores e reaproximando ex-companheiros agressores em relação às mães que os denunciavam, mesmo que estas possuam medida protetiva. Existem várias situações identificadas, como mães que fugiram em estado de desespero, até mesmo aquelas que enfrentam esse quadro de horror sob fortes tratamentos psiquiátricos, em virtude da violência e trauma psíquico que significa vivenciar situações dessa natureza.

Casos como esses, que não são isolados ao RS, vem adquirindo repercussão nacional e internacional, com a revogação desta mesma lei pelas Supremas Cortes de vários países.

A CCDH, em parceria com a Procuradoria da Mulher, organizou encontros com autoridades, conselhos civis e movimentos sociais ligados ao tema para apresentar as reiteradas denúncias, o que resultou uma forte repercussão, dando

visibilidade ao tema. Reuniões com a Defensoria Pública, Judiciário, espaços específicos de saúde de atendimentos a crianças vítimas de violência e até mesmo à ONU MULHERES, tomaram conhecimento das denúncias. Um grupo de mães foi criado chamado “Voz Materna”, que organizou atos e eventos públicos denunciando os casos. O Trabalho segue em 2018, através do grupo e da parceria com a Procuradoria da Mulher.

CCDH participa do IV Fórum Estadual de Adoção

Equipe Técnica CCDH

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, através do seu presidente, o deputado Jeferson Fernandes (PT), participou na quinta-feira (25/05/17) do IV Fórum Estadual de Adoção. O evento, realizado no Dia Nacional da Adoção, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, teve como objetivo discutir a realidade da adoção no Brasil e no Rio Grande do Sul, e buscar, através da troca de experiências, alternativas para solucionar os entraves do processo. O evento é promovido anualmente pelo Instituto Amigos de Lucas e tem tido todo o apoio institucional da Assembleia Legislativa, através da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Segundo dados do dia 24 de maio, do Conselho Nacional de Justiça, há 4.860 crianças e adolescentes inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) que estão totalmente disponíveis para integrar um novo lar. Do outro lado da lista, 37.509 pretendentes habilitados à adoção aguardam serem chamados. Só no Rio Grande do Sul, são 615 crianças e adolescente, sendo 5.856 o número de pretendentes. Em Porto Alegre, foram concluídos 132 processos de adoção entre 2014 e 2017, quase a totalidade destas crianças ingressaram no acolhimento com menos de um ano de idade e saíram com aproximadamente três anos.

Direito à alimentação tradicional dos povos de matriz africana: Comitativa vai ao STF pressionar para que não seja aceita ação contra a Lei Edson Portilho

Celso Luiz Bender - MTE 5771 | Agência de Notícias

O Direito à Alimentação Tradicional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana foi o tema debatido na noite de segunda-feira (10/04/17) na Assembleia Legislativa, em audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, presidida pelo deputado Jeferson Fernandes (PT), também proponente da reunião. Representações da comunidade de matriz africana, de todo o Estado, lotaram o Plenarinho. Em análise, a necessidade de mobilização para que o STF não acolha ação do MP/RS contra a Lei 11.132/2004, conhecida como Lei Edson Portilho.

O deputado Jeferson Fernandes leu, na abertura do encontro, ofício que apresentou aos demais integrantes da Comissão justificando a realização da audiência pública, citando ação, por parte de integrantes do Parlamento gaúcho, junto ao MP, questionando a constitucionalidade da Lei 11.132.

Regina Nogueira, coordenadora nacional do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma), disse que a mobilização na Assembleia acontecia pelos que sofreram no chicote. “Esta pauta, da defesa da nossa cultura, não é uma pauta gaúcha, mas nacional, de um povo que se fortaleceu rompendo fronteiras. A questão não é só religiosa, mas de organização, para que não haja restrição nos nossos costumes”, frisou.

E lamentou que não aconteça semelhante movimentação de certos setores da sociedade contra frigoríficos ou empresas que manipulam e contaminam a carne, por exemplo, como em episódio recente. “Não admitimos”, advertiu, “sermos atingidos por quem usa sapato e bolsa de couro. Que se levantem, igualmente, contra os que colocam soda no leite, ou veneno nas carnes. Mas, nestes casos, há o silêncio. No passado, quiseram nos tirar a alma, e resistimos”, recordou.

Luta por manutenção dos direitos

A dirigente reiterou que a luta é pela manutenção de direitos dos povos tradicionais de matriz africana. Lembrou que, ao final da escravidão, ficaram no Brasil pessoas oriundas de uma civilização que tinha forma própria de se organizar, forma de se alimentar e forma de se relacionar. “Direitos que, constantemente, vêm sendo atacados, em especial no que se refere ao abate tradicional de ani-

mais, que, no nosso caso, não visa ao lucro efetivo. Um direito atacado de forma pejorativa, que reforça o racismo no Brasil, dizendo tratar-se de maus tratos aos animais. Este é um momento de questionar, em razão do ataque direto a um povo que só quer manter sua tradição”, sublinhou.

Vera Soares, coordenadora estadual do Fonsanpotma, lamentou que, em pleno século 21, sofremos perseguições dos que não conseguem se despir de véu da inconformidade. “Nosso sincretismo nos ajudou a resistir e, hoje, estamos em outras lutas. No passado, nos diziam que religião não se misturava com política. Passamos a conviver em outra realidade e aprendemos a nos preparar para outros combates”, apontou.

Integrante da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, o deputado Pedro Ruas (PSOL) encaminhou por mobilização junto ao STF, em Brasília. “É preciso um acompanhamento próximo acerca do julgamento da ação contra a Lei Edson Portilho, uma lei que nos dá muito orgulho, aprovada na Assembleia gaúcha em 2004, constituindo forma efetiva de respeito às formas tradicionais de sobrevivência dos povos de matriz africana. Esta construção pode, neste momento, estar sendo gravemente atacada”, advertiu.

Disse entender que a ação que partiu desta Casa foi, “na minha modesta avaliação, equivocadamente levada adiante pelo MP/RS ao STF, na medida em que já havia sido derrotada no TJ/RS. Assim, esta audiência pública foi constituída no sentido de mostrar que a Assembleia gaúcha não aceita outra decisão senão aquela já consagrada pelo TJ, que disse ser constitucional a Lei 11.132”. O parlamentar lamentou a ausência de representação do MP/RS na reunião.

Defesa passa por dois caminhos

O procurador-geral do Parlamento rio-grandense, Fernando Ferreira, fez um relato dos procedimentos adotados. “Fizemos a defesa da lei desde a ação de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público do Estado junto ao Tribunal de Justiça”, recordou. Após vitória no TJ, o MP entendeu por bem a necessidade de utilização do intitulado recurso extraordinário, passando a matéria à competência do STF. Informou que sua defesa se embasava em dois caminhos.

“Primeiro a discussão em si da liberdade religiosa, uma vez que as religiões de matriz africana, como outras religiões, estão garantidas pela Constituição Federal, que estabelece o efetivo respeito ao seu exercício da religião. Neste contexto, não haveria como proibir a manifestação desta religião, da qual o sacrifício de animais faz parte do rito”, ponderou.

Num segundo ponto, prosseguiu, “salientamos que a questão não é tão somente religião. Mas é história, tradição e povo. E, na medida em que se neguem a estes povos o exercício de um ritual que os conecta à sua origem na África aca-

baríamos por romper esta tradição e esta história e, por consequência, matando o próprio povo”, justificou.

Ao final, o presidente da CCDH, deputado Jeferson Fernandes, anunciou que a plenária acatava sugestão do deputado Pedro Ruas. “Desta forma, vamos constituir comissão, com participação dos mais variados segmentos ligados ao tema, para irmos a Brasília pressionar o STF para que não acate a ação do MP/RS”, apontou. Também presentes à mesa de coordenação das atividades da audiência, a vice-prefeita de São Leopoldo, Salete Souto, e os vereadores Marcelo Sgarboza, de Porto Alegre, e Paulinho Rogério Ambieda (Paulino de Odé), de Canoas.

Vítima de assalto denuncia agressão policial e racismo

Fernanda Canofre ()*

Na última quinta-feira (20/04/17), Maximiliano Soares da Costa pegou o ônibus 59 como costuma fazer todos os dias, no final da tarde, depois que sai da escola onde trabalha como vigia em Porto Alegre para ir à Cachoeirinha, onde mora. Mas não foi um dia como outro qualquer. No meio do caminho, dois homens armados com pistolas anunciaram assalto. Max perdeu o celular, R\$ 150 e foi agredido com golpes nos braços. Os assaltantes, segundo ele, teriam descido perto da Arena do Grêmio.

Os passageiros do ônibus pediram ao motorista que parasse em um local onde poderiam registrar a ocorrência. O primeiro posto de polícia que avistaram foi uma unidade da Polícia Rodoviária Federal, que não poderia atendê-los. “O pessoal começou a me cobrar: porque eu não reagi ao assalto? Por que eu não dei tiro em vagabundo? Os próprios passageiros. Eu expliquei que não tinha arma, que eu era apenas um porteiro e trabalhava em uma escola”, conta ele.

O ônibus então parou em um posto policial da área do 26º Batalhão da Brigada Militar, já em Cachoeirinha. Em poucas horas, Maximiliano conta ter passado de vítima de um assalto no transporte público à vítima de agressões de sete policiais militares. Nesta quarta-feira (26), ele fez denúncia sobre o caso para a Coordenadoria de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual, em Porto Alegre, pedindo a investigação e punição dos brigadianos envolvidos no episódio. Os sete já estão identificados, de acordo com o advogado de Maximiliano.

Segundo relato do segurança, enquanto alguns dos passageiros conversavam com policiais, ele teria voltado ao ônibus para convencer o motorista a prestar queixa sobre o assalto. O motorista da Sogil teria se negado, alegando que nada foi roubado dele ou da empresa. Os dois estavam discutindo, quando a esposa de Maximiliano, que foi ao seu encontro depois de receber uma ligação do marido, chegou ao local. Tentando intervir para ajudá-lo, Josiane acabou se envolvendo

em uma briga com outra passageira do ônibus que disse que Max “não era homem” porque não enfrentou os assaltantes. Segundo o casal, a esposa de Max foi agredida no rosto, pela passageira, quando tentava defendê-lo. As duas mulheres partiram para a agressão física.

Com a briga, os policiais militares entraram no ônibus e pediram que Maximiliano e Josiane descessem. “Quando eu descí, eles subiram em sete em cima de mim e começaram a me dar socos. Falaram que era desacato à autoridade, essas coisas. Eles falaram que iam me algemar e eu disse que não, que eu era um trabalhador, estava com a roupa da empresa e tinha sofrido um assalto dentro do ônibus e não era ladrão”, relata Max.

Ele foi algemado e recebeu voz de prisão, em seguida, sua esposa também teria sido agredida e algemada pela polícia. Josiane conta que foi derrubada no chão, recebeu pontapés nas costas e que, após se negar a entrar no posto de polícia, os brigadianos a deixaram com os seios expostos em frente à unidade.

Depois das agressões, de acordo com o casal, antes de serem levados a uma Delegacia de Polícia, eles passaram pelo Instituto Médico Legal (IML) para realização de exame de corpo delito. Max diz que depois de contar que o irmão também era brigadiano, os policiais retiraram suas algemas. No entanto, quando ele se negou a assinar a ocorrência apresentada pelos policiais o tom mudou outra vez. “Eu disse que não ia assinar nenhuma ocorrência sem saber o que estava escrito e sem dar meu depoimento. [O brigadiano] daí disse: quem tirou as algemas desse macaco aqui? Põe as algemas nesse macaco e leva ele pra DP que ele vai baixar no presídio”.

Max conta ainda que foi levado à Delegacia de Polícia junto com a mulher e outro passageiro que havia gravado as imagens da agressão e teve o celular apreendido pela BM. Os três foram mantidos dentro de uma viatura. Josiane pediu para usar o banheiro, o que os policiais negaram, chamando ela mais uma vez de “vagabunda”. “Essa palavra foi a que eu mais escutei”, afirma Max. Os três só foram liberados depois que o motorista e a outra passageira assinaram a ocorrência do assalto que Max e a esposa se negaram a assinar. Ele só conseguiu registrar boletim de ocorrência pelas agressões cometidas pelos policiais no dia seguinte, na 10ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre.

Casal ainda pode responder por ‘desacato’

Para o advogado Jorge Garcia, que representa Maximiliano e Josiane, “houve um exagero além da conta em uma situação esdrúxula”. Garcia diz ainda que a ocorrência policial, que o casal se negou a assinar, foi feita de “modo arbitrário” pela polícia. “Porque bateram nas pessoas que tinham acabado de ser assaltadas, humilharam, chamaram de ‘negro macaco’, ‘mulher vagabunda’, quando eles eram as vítimas do assalto”.

Segundo o advogado, o casal pode responder ainda por resistência à prisão, agressões contra os policiais e desacato à autoridade. Garcia afirma, porém, que a “penalização moral” pode ser ainda pior do que as penas incutidas às acusações que recaem sobre eles. “O sujeito é agredido, é violentado e ainda passa a ser réu de ação penal, onde o Estado vai mover toda a máquina para acusar aquela pessoa. Esse é o absurdo. Como se não importasse se ele foi vítima, não importasse se ele sofreu injúria racial”, defende ele.

Procurado pela reportagem, o 26º Batalhão de Polícia Militar diz não ter registros sobre o episódio e que só poderá se manifestar a respeito quando receber denúncia formal sobre o fato. Já a Sogil, empresa responsável pela linha de ônibus, afirmou que não se manifesta a respeito de assaltos e que a única fonte de informação seria a Brigada Militar.

Na próxima semana, Maximiliano ainda irá fazer um relato do episódio junto à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. “Na Assembleia, o movimento será político porque os deputados terão a obrigação de cobrar das autoridades policiais uma resposta para essa violência policial”, diz Garcia.

(*) Jornalista. Matéria publicada originalmente no Sul 21 (<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/04/vitima-de-assalto-denuncia-agressao-policial-e-racismo-ao-ministerio-publico/>)

Alunos da UFSM denunciam ato de racismo e pedem apoio da Comissão

Marinella Peruzzo - MTE 8764 | Agência de Notícias

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos recebeu, na manhã de quarta-feira (6/12/17), alunos da Universidade Federal de Santa Maria, que relataram episódio ocorrido no dia 14 de setembro, quando se depararam com frases de cunho racista pichadas nas paredes do diretório acadêmico do curso de Direito. “O lugar de vocês é no tronco”, “fora negrada” e “negros fora”, acompanhadas de desenhos de suásticas, foram as expressões utilizadas, conforme contou Mariane Ramos, aluna do curso de Direito. Os insultos, segundo ela, foram feitos “por pessoas covardes, que, por trás do anonimato, resolveram xingar e atacar, de maneira direta, os alunos Elisandro Ferreira e Fernanda Rodrigues”.

Elisandro Ferreira descreveu aos deputados os sentimentos que o acometeram no momento em que viu as inscrições. “A pessoa (que escreveu as mensagens racistas) não tem noção do quanto isso é agressivo, do quanto isso é perturbador”, disse Elisandro. Segundo ele, a ação o afetou profundamente e dificultou sua permanência na universidade. Filho de uma catadora, ele viveu na rua dos nove aos 16 anos e aprendeu a escrever seu nome aos 20 anos. Conseguiu se preparar para o vestibular graças à oferta de uma vaga por parte do dono do cursinho pré-vestibular onde prestava serviços de pintura.

Representando a universidade, Cláudio Corrêa disse que o reitor havia enviado todos os esforços para que atos como aquele fossem “extirpados”. Afirmou que o ocorrido envergonhava não só a ele, mas também a universidade, o estado e o país.

Antes do relato, os estudantes entregaram ao presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Jeferson Fernandes (PT), uma camiseta com a inscrição “Basta Racismo”. O convite para que eles viessem à comissão foi uma iniciativa do deputado Valdeci Oliveira (PT), que afirmou que “a universidade era um local de diversidade e não deveria passar por uma ação vergonhosa e covarde” como a descrita.

Miriam Marroni (PT) sugeriu que os deputados realizassem uma visita à universidade, o que deverá ser organizado para o início do ano que vem. Manuela d’Ávila (PCdoB) apresentou ideias como a de capacitação de professores dos cursos de pedagogia e a criação de disciplinas sobre o tema. Também sugeriu que, em reação aos insultos escritos nas paredes, fizessem um paredão com frases anti-racismo. Bombeiro Bianchini (PPL) se solidarizou aos estudantes e afirmou o compromisso seu e de seu partido contra atos de racismo.

Audiência pública analisa impacto do Plano Nacional de Segurança no Rio Grande do Sul

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

O impacto do Plano Nacional de Segurança Pública no Rio Grande do Sul foi tema de audiência pública realizada quarta-feira (12/04) pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Jeferson Fernandes (PT). O encontro foi solicitado pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, que denunciou falta de transparência dos governos estadual e federal em relação à política pública, lançada em janeiro pelo então ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. “O plano é uma portaria com quatro artigos, dois considerandos e 13 slides. Mais de 70% do que propõe já foi previsto pelos planos anteriores e está muito aquém do que a sociedade aspira”, analisou Paulo Carbonari, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

A polêmica que contrapõe segurança à defesa dos direitos humanos foi um dos aspectos abordados durante o encontro. Na opinião do especialista em segurança pública, Alberto Kopptike, trata-se de uma falsa polêmica, que “não leva a qualquer lugar”. “Ou temos uma segurança pública capaz de garantir os direitos humanos ou não temos segurança”, resumiu.

Ao traçar o panorama histórico dos planos nacionais de segurança pública desde a democratização do País, Kopptike afirmou que o presidente Michel Temer “desengavetou o que havia de pior e de mais barato” no programa que sua antecessora não chegou a implementar. “O Plano Nacional de Segurança em curso equivale a uma lista de compras. É uma política totalmente pontual que não avança em aspectos essenciais”, avaliou.

Para ele, não basta “colocar um policial em cada esquina para que a mídia elogie”. Na sua opinião, é preciso aliar investimento financeiro e método com o propósito de criar uma polícia moderna e científica. Isso passa pela criação de uma Agência Nacional de Segurança Pública para lidar com as facções criminosas e de uma Escola Nacional de Gestão em Segurança Pública, além de instituir um sistema nacional de controle externo em moldes internacionais e um sistema integrado de identificação de balística, que comporte dados das 25 milhões de armas de fogo registradas no País.

Valorização

O presidente da CCDH, deputado Jeferson Fernandes declarou que não é possível implementar um plano de segurança pública sem levar em conta a necessidade de valorizar os servidores que atuam no setor, promover a integração entre as polícias e adotar políticas transversais. “É necessário reconhecer que não são apenas as polícias que devem atuar para reduzir os índices de violência. Há locais que precisam mais de políticas públicas do que da força policial”, apontou.

Jeferson Fernandes afirmou ainda que a mudança da política prisional é outro fator essencial para conter a criminalidade. “Se não revertermos os espaços de reprodução do crime em que se transformaram os grandes presídios, continuaremos a enxugar gelo nas ruas”, alertou.

A defensora pública Mariana Capellari disse que o Poder Público deve refletir sobre “quem vem sendo preso” majoritariamente e “para que fins está servindo a prisão no Brasil”. Defendeu também uma discussão sobre a política de drogas no País.

Já o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Leandro Soares salientou que a segurança deve ser encarada como política de Estado e não de governo. “Não bastam policiais e armamentos. Precisamos de boas práticas e de uma polícia cidadã, menos truculenta e mais próxima da comunidade”, preconizou.

A delegada Eliane Lopes reconheceu que a descontinuidade das políticas por conta das trocas de administrações prejudicam o trabalho na área. Ela revelou também que não houve discussão com os operadores da segurança sobre a implantação do Plano Nacional de Segurança no Rio Grande do Sul. “O plano não traz novidades. No Estado, estamos priorizando a prevenção primária com a participação dos municípios e sistematizando as ações e projetos desenvolvidos pelos órgãos governamentais e pela sociedade”, apontou.

Grupo de Trabalho

No final do encontro, a CCDH decidiu formar um Grupo de Trabalho, coordenado pela deputada Míriam Marroni (PT) e integrado por representantes de entidades, para dar continuidade ao debate sobre a formulação de um plano de segurança pública em consonância com os direitos humanos.

Alto da Colina: moradores relatam ação violenta de 60 policiais para despejar 6 pessoas

Fernanda Canofre ()*

Gislaine Rosa passou a madrugada da quarta-feira, 24 de maio, tirando todos os móveis da casa que levou cinco anos para construir. Carregou para o meio da rua a cama, a geladeira, sofá, televisão, com a ajuda dos vizinhos. Às 6h da manhã, tirou o filho Felipe, de 3 anos, ainda dormindo, do quatinho que tinha acabado de construir para ele. Sem perceber muito o que estava acontecendo a sua volta, o menino foi levado embora do Alto da Colina, lado oeste do Morro Santana. Em duas horas, com o dia amanhecendo em Porto Alegre, a Brigada Militar chegaria ali.

A casa de Gislaine é uma das duas demolidas na quarta-feira passada, na reintegração de posse de uma área de preservação permanente (APP), que pertence à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), no bairro Jardim Carvalho. A ação, que durou 8 horas, envolveu cerca de 60 policiais militares do Batalhão e do Pelotão de Operações Especiais da Brigada Militar (BOE e POE), da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicleta (Rocam) e um helicóptero, para despejar duas famílias, no total de seis pessoas. Além de Gislaine, o marido e o filho pequeno, na outra casa viviam a irmã dela, o marido e uma criança da mesma idade de Felipe.

Na semana em que se tornou uma sem-teto, Gislaine se reveza entre as casas da mãe e da sogra, que tentou adaptar um quarto improvisado para os três na sala de casa. “Durmo na casa de um, como na casa de outro. Minhas coisas estão todas em uma garagem, na chuva, molhando tudo. Todos os dias meu filho me pede: vamos pra casa, mãe”, diz ela, já sem segurar o choro. “É a coisa mais triste do mundo ter que ouvir ele pedindo pela casa”.

Gislaine também pediu para adiantar suas férias no Hospital Independência, onde trabalha como enfermeira. “Eu trabalho em hospital, eu trabalho com pessoas, mas, não tenho condições de cuidar de pessoas, sendo que eu não estou legal (...) Se não fosse meu filho, já tinha até me matado. Porque tem dias que eu não tenho nem vontade de fazer nada. A vida toda a gente trabalhou para ter aquela casinha, agora a gente não tem mais nada”.

O terreno onde vivem 500 famílias da comunidade do Alto da Colina per-

(*) Jornalista. Matéria publicada originalmente no Sul 21 (<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/06/alto-da-colina-moradores-relatam-acao-violenta-de-60-policiais-para-despejar-6-moradores/>)

tence à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, porém, a área onde as casas de Gislaine e sua irmã foram construídas estavam na parte da chamada “faixa de servidão” da CEEE, por onde passam cabos de alta tensão de 230 mil volts. Segundo a empresa, as construções estavam a pouca distância dos cabos e apresentavam risco de morte às famílias. A remoção serviria para “permitir também a manutenção da segurança e da confiabilidade do sistema elétrico”. Os moradores contestam.

Uma vida no Morro

Gislaine chegou ao morro com sete anos de idade. Passou ali os últimos 20 anos de sua vida. Foi no Morro que conheceu o marido, com quem está há 6 anos. Quando criança, ele costumava visitar a avó que vivia no local e há 8 anos se mudou junto com os pais para lá. Pouco tempo depois, ele e Gislaine foram viver juntos, derrubando a casa de madeira que tinha sido dos pais dela e construindo uma nova de alvenaria. A mesma que os dois viram ser derrubada na semana passada, por uma retroescavadeira.

A CEEE afirma que as duas casas alvo da ação não estavam no local há seis meses. Gislaine, porém, mostra uma pasta de notas fiscais e boletos das prestações que foi adquirindo para comprar tijolos, tinta, telhas. Ela diz que “não teria condições, com o salário que ganha” de construir uma casa como a sua dentro do tempo que a empresa afirma.

Ela também conta que só foi notificada sobre a ação de despejo na quinta-feira, 18 de maio, seis dias antes da ação de despejo ser executada. Descontando sábado e domingo, Gislaine teve só três dias para correr atrás de uma solução. Na véspera do despejo, os moradores entraram em contato com o Grupo de Assessoria Popular (GAP), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pedindo assistência. Os advogados entraram com pedido de suspensão da reintegração, solicitando mais tempo para examinar o caso. Além do aviso em cima da hora, o sistema de consulta de processos do Tribunal de Justiça estava fora do ar. O pedido foi negado.

Durante o despejo, os moradores reclamavam do fato de que não foi oferecida nenhuma alternativa às pessoas, um lugar para onde poderiam ir e se haveria indenização. Em um vídeo publicado nas redes sociais pela rádio comunitária “A Voz do Morro”, um morador conversa com a oficial de justiça e pergunta: “obviamente, vocês como lei, já providenciaram um lugar para deixar elas”. A oficial, que olhava para cima, por onde sobrevoava o helicóptero da BM, responde: “Não”. “Eles vão ficar na rua?”. “É assim”.

Gislaine conta que fez a mesma pergunta, para a mesma oficial. A resposta, segundo ela, veio em tom seco: “Se vocês não tem onde botar as crianças, a gente leva para o Conselho Tutelar”. “Da onde que eu faria isso? Criança que a gente cria com o maior amor e carinho. Ele não está abandonado pra ir para um Conselho Tutelar. Ele tem família”, diz indignada.

CCDH se soma a familiares de vítimas da boate Kiss na busca da responsabilização de agentes públicos

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Jeferson Fernandes (PT), adotará uma série de medidas em apoio aos familiares das vítimas do incêndio da Boate Kiss. A decisão foi tomada após a audiência pública, que aconteceu na manhã de quarta-feira (05/04), a pedido dos deputados Valdeci Oliveira (PT) e Adão Villaverde (PT), para tratar da petição dirigida pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes de Santa Maria (AVTSM) à Organização dos Estados Americanos (OEA), pedindo a responsabilização do Estado brasileiro por violação dos direitos humanos. Entre as iniciativas que serão desencadeadas pela CCDH, está a apresentação de uma moção ao Tribunal de Justiça, manifestando contrariedade à ação por calúnia e difamação, movida pelo Ministério Público e que está às vésperas de receber sentença, contra quatro pais que criticaram a atuação dos promotores responsáveis pelo caso. “Acreditamos que os familiares das vítimas não podem ser punidos por exercerem o livre direito de manifestação”, justificou Fernandes ao anunciar a medida.

A Comissão também se pronunciará sobre o caso junto à Procuradoria-Geral da República e à OEA, órgãos para os quais os familiares das vítimas denunciaram a omissão dos agentes públicos em relação aos problemas existentes na casa noturna onde ocorreu o incêndio, que causou a morte de 242 pessoas e deixou outras 600 feridas em 27 de janeiro de 2013. Os familiares pleiteiam junto a PGR que o processo saia da esfera estadual e seja julgado por um juiz federal.

Até o momento, nenhum agente público foi julgado ou responsabilizado pelo caso. Tâmara Soares, advogada que representa a AVTSM junto à Comissão Interamericana da OEA, lembrou que todos os processos de responsabilização de autoridades foram arquivados pelo Ministério Público, o que contradiz o trabalho realizado pela Polícia Civil, que resultou em dois inquéritos com 13 mil folhas e 80 volumes.

Nos 42 meses de funcionamento da Boate Kiss, não houve um só dia, segundo Tâmara, em que o estabelecimento teve todos os cinco alvarás exigidos por lei. “O comando do Corpo de Bombeiros, a prefeitura de Santa Maria e o Ministério Público tinham pleno conhecimento disso. Mas o MP tratou a questão extrajudicialmente até que o risco se confirmou na madrugada de 27 de janeiro”, apontou a advogada.

O presidente da AVTSM, Sérgio Silva, afirmou que, além de se sentirem abandonados pela Justiça brasileira a ponto de buscarem guarida em um tri-

bunal internacional, os familiares vêm sofrendo tentativas de criminalização. Quatro pais foram alvos de uma ação movida pelo Ministério Público; e a Associação vem sendo responsabilizada por exigências contidas na nova lei de prevenção a incêndios, aprovada pela Assembleia Legislativa. “A luta por justiça não é só nossa. É de toda a sociedade. Da mesma forma, a prevenção de tragédias deveria ser um desejo de todos, mas alguns usam isso para colocar a população contra nós”, denunciou.

Inquérito policial

Durante a audiência, a AVTSM apresentou um vídeo em que exibiu o resultado das investigações. Conforme o documentário, em 2013 a Polícia Civil concluiu o inquérito com 16 indiciados e apontou outros responsáveis. Entre eles, os donos da boate Mauro Hoffmann e Elisandro Spohr e dois músicos da banda Gurizada Fandangueira, que se apresentava na noite do incêndio, Marcelo dos Santos e Luciano Leão. Os quatro foram denunciados por homicídio.

Além disso, quatro bombeiros foram julgados. Um foi absolvido, dois foram condenados pela Justiça Militar por descumprimento da lei de expedição de alvarás e outro foi condenado pela Justiça comum por fraude processual. Os indiciamentos de agentes públicos, no entanto, foram arquivados pelo Ministério Público. “Não há dúvidas que numa tragédia dessa dimensão e com estas características há entes públicos responsáveis. O que deveria ser apurado é o grau de responsabilidade de cada um dos envolvidos”, apontou o deputado Enio Bacci (PDT).

Proponente da audiência, o deputado Valdeci Oliveira afirmou que a iniciativa dos pais de buscar guarida num tribunal internacional representa uma “tentativa desesperada de corrigir uma injustiça”. Para eles, a sociedade não pode ser curvar diante da inversão de valores que significa processar pais que clamam por justiça e desresponsabilizar agentes públicos que foram omissos ou negligentes. “É impossível que numa tragédia de tamanha dimensão não tenha nenhum agente público responsabilizado”, ressaltou.

A deputada Miriam Marroni (PT) sugeriu que a Comissão agende uma reunião com a Procuradoria Geral da República para verificar o andamento do pleito encaminhado pelos familiares das vítimas.

Professores de Porto Alegre denunciam Marchezan à Comissão de Direitos Humanos da AL

Da Redação ()*

Integrantes do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa) estiveram na manhã de quarta-feira (29/03) na Assembleia Legislativa para denunciar a situação que chamam de “perseguição aos professores que criticaram” as alterações impostas pela Prefeitura de Nelson Marchezan Jr. (PSDB) às escolas municipais da Capital. A denúncia foi feita durante uma reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

A polêmica em torno da nova instrução normativa – que revogou o decreto que definia o regime normal de trabalho do magistério na rede municipal, desde 2004 – vem de fevereiro. O secretário municipal de educação, Adriano Naves de Brito, e o prefeito anunciaram as mudanças na rotina das escolas faltando 13 dias para o início do ano letivo. Sem discussão ou debate com a categoria dos professores. Nos protestos, os professores reclamavam da falsa promessa de que a mudança significaria mais tempo em sala de aula e de questões de segurança, que as alterações poderiam afetar. Por exemplo, muitos alunos, de idades diferentes, todos juntos no mesmo horário em um refeitório sem espaço.

Na Comissão da Assembleia, a diretora da Associação dos Trabalhadores em Educação de Porto Alegre (Atempa), Janize Duarte, reforçou a questão. “Não há espaço adequado e nem equipamentos. Sem as escalas e sem o acompanhamento dos professores, não há condições de os alunos fazerem refeições nas escolas”.

No dia 1º de março, quando o secretário foi pessoalmente à Câmara de Vereadores para defender o projeto, encontrou além dos protestos dos professores, resistência até na base do governo Marchezan para apoiá-lo. No Diário Oficial do dia 17 de março, a Secretaria de Educação pediu abertura de sindicância para investigar vídeos e protestos realizados por professores contra a proposta da Prefeitura.

Os municípios falaram especialmente sobre essa situação, nesta quarta. “Há um verdadeiro DOI-CODI instalado na Secretaria de Educação para cercar o direito à livre expressão e impedir que a sociedade compreenda o que, de fato, inspira a iniciativa do governo. Ao reduzir o contato do professor com o aluno por meia hora a cada dia, o governo municipal está minando o direito à educação e ferindo o Plano Nacional de Educação, que prevê a ampliação deste horário”, afirmou o diretor do Simpa, Jonas Reis.

(*) Matéria publicada originalmente no Sul 21

Em resposta às manifestações dos servidores, o presidente da Comissão, deputado Jeferson Fernandes (PT) afirmou que passará a acompanhar o caso junto ao Ministério Público. Os professores já registraram denúncia também no Judiciário. “As movimentações da prefeitura no sentido de suprimir direitos dos alunos e de intimidar professores são graves. Vamos acompanhar a situação”, afirmou o deputado.

Servidor denuncia assédio moral na Carris à CCDH, que levará caso ao Ministério Público do Trabalho

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

Funcionários da Companhia Carris Porto-Alegrense denunciaram à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Jeferson Fernandes (PT), a prática de assédio moral por parte da direção da empresa. Os servidores Rogério Escolto e Albani Germann ocuparam o período dos assuntos gerais da reunião ordinária do órgão técnico de quarta-feira (31/05/17) e relataram uma série de constrangimentos a que estão submetidos. O mais grave deles, segundo os trabalhadores, é a instituição da revista de bolsas e mochilas no término do expediente.

Albani afirmou ainda que a atual direção desconsidera o papel da Comissão Representativa dos Funcionários, instância criada há mais de duas décadas para encaminhar os pleitos dos servidores, e adotou uma política de sucateamento da empresa. “Não há peças para reposição e, por conta disso, há mais de 70 veículos parados. Enquanto isso, a população pena nas paradas ou tem que se submeter à superlotação”, revelou.

A servidora denunciou ainda que, além de precarizar as condições de trabalho, a direção aplica punições indevidas. “Nos chamaram para participar de uma reunião com um secretário municipal. Quando voltamos à empresa, fomos punidos”, relatou.

O deputado Pedro Ruas (PSOL) afirmou que a prática de assédio moral no trabalho é inaceitável. “Neste caso, o empregador nunca tem razão. E as revistas são proibidas no Brasil inteiro, exceto nas atividades que têm relação com a segurança nacional”, explicou.

O parlamentar sugeriu que a Comissão leve o caso ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho e convide a direção da Carris para prestar esclarecimentos. “Se a direção não vier, nós vamos até ela”, avisou.

Participaram da reunião os deputados Jeferson Fernandes (PT), Miriam Marroni (PT), Manuela d Ávila (PCdoB), Bombeiro Bianchini (PPL), Missionário Volnei (PR), Marcel van Hattem (PP) e Álvaro Boessio (PMDB) e Pedro Ruas (PSOL).

Grevistas denunciam violência policial em protesto em Cachoeirinha

Olga Arnt - MTE 14323 - Agência de Notícias

Um grupo de servidores em greve do município de Cachoeirinha denunciou à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa uma série de ações abusivas, que teriam sido praticadas pela Brigada Militar no dia 30 de março durante um protesto em frente à Câmara de Vereadores. Eles compareceram na reunião ordinária do órgão técnico, que aconteceu na manhã de quarta-feira (05/04) no Parlamento gaúcho, e exibiram um vídeo em que PMs aparecem agredindo manifestantes.

Segundo o presidente do Sindicato dos Municipários, Guilherme Runge, um grupo de grevistas que fazia vigília em frente à Câmara para acompanhar a votação de um projeto de lei, que reduzia o valor do vale-refeição dos servidores, foi “covardemente atacado pela Brigada Militar”. Ele relatou que, além da utilização de gás e de bombas de efeito moral, os policiais agiram com força abusiva e desproporcional, desferindo pontapés, aplicando choque elétricos por meio de taser nos seios de servidoras e asfixiando manifestantes, que chegaram a desmaiar. Denunciou também que os PMs impediram que os feridos fossem socorridos em uma unidade de pronto-atendimento.

Em greve há 31 dias por causa do programa de ajuste fiscal que reduz em até 50% a remuneração da categoria, os servidores pediram a mediação dos deputados para a instalação de uma mesa de negociações com o prefeito Miki Breier. “Nossos direitos estão sendo retirados sem qualquer discussão. E o prefeito não se dispõe a negociar”, apontou Runge.

Ele revelou que, além da repressão física, os grevistas vêm sendo alvos de uma “campanha terrorista e criminoso”. “Nossos dados pessoais e de nossos familiares foram divulgados e nossa vida privada foi exposta nas redes sociais. Isso sem falar das calúnias e mentiras que são disseminadas”, denunciou.

Desobediência

O presidente do sindicato contou também que, após a presidência da Câmara de Vereadores pedir a reintegração de posse do prédio do parlamento dia 29 de março, a entidade ingressou na Justiça com um pedido de mandado de segurança para garantir o direito dos servidores de ocuparem as galerias e acompanharem a votação do projeto de lei. A medida foi deferida com a determinação do juiz de que fosse cumprida em regime de plantão, mas só foi encaminhada ao Legislativo de Cachoeirinha às 15h45 do dia 30, abrindo espaço para que os servidores fossem retirados do local a força pela BM.

O deputado Pedro Ruas (PSOL) considera que a ação da Brigada Militar configura desobediência a uma ordem judicial. Ele defendeu uma averiguação para descobrir por que a ordem do juiz não foi encaminhada imediatamente à Câmara de Vereadores, apesar de o Fórum estar localizado próximo ao prédio do Legislativo.

Para o presidente da CCDH, Jeferson Fernandes (PT), os relatos dos servidores são preocupantes e evidenciam “violência institucional combinada”. “Lamentavelmente, assistimos a uma total inversão de valores no Rio Grande do sul. Para combater o crime, não há policiais suficientes. Para conter mobilizações, sobra efetivo, como mostram as imagens do conflito”, comparou.

Ele anunciou que a Comissão levará o caso ao Ministério Público e solicitará esclarecimentos a todos os órgãos envolvidos no episódio.

A deputada Manuela d Ávila (PCdoB) propôs que o assunto seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho para que o órgão se manifeste sobre a legitimidade da greve e sobre casos de assédio no trabalho denunciados pelos servidores. Ela anunciou ainda que sistematizará todos os casos de agressão policial que chegam ao conhecimento da Comissão e encaminhará à Organização dos Estados Americanos (OEA). “Precisamos de um espaço neutro para avaliar estes casos. E o Tribunal Militar não tem esta característica”, apontou.

Espancamento e Violência Sexual de família em Santa Cruz do Sul

Equipe Técnica CCDH

A CCDH recebeu denúncia que envolveu violência de policiais militares, policiais civis e agentes de trânsito municipal da cidade de Santa Cruz. O caso ocorreu em virtude de um incidente ocorrido em uma Blitz da Balada Segura, onde a matriarca da família, que dirigia o veículo acompanhada das filhas, uma maior de idade e outra adolescente, foi autuada por estar com a Carteira Nacional de Habilitação suspensa. Após a autuação e retenção do veículo, foi solicitado à condutora que realizasse o teste do etilômetro, ao que a mesma recusou, alegando que era evidente que não estava alcoolizada, e que inclusive estava em vestimentas inadequadas, pois saía de casa apenas para buscar a filha que estudava em um curso noturno. Nesse meio tempo o filho mais velho foi chamado ao local onde acontecia a Balada Segura para fins de solução do impasse, bem como o esposo da condutora, advogado trabalhista conhecido na região. Como advogado, esposo da condutora e pai das demais pessoas até então envolvidas no caso, sua intervenção não foi aceita, resultando em agressões verbais. Na sequência dos

acontecimentos, o filho mais velho foi algemado e espancado, o pai da mesma maneira, bem como todas as mulheres que estavam no carro, inclusive a adolescente. Uma das filhas foi abusada sexualmente enquanto torturavam o pai e o restante dos familiares. Todo ocorrido se deu em praça pública, com ampla circulação de pessoas da cidade. Eles ainda foram colocados em viaturas para o deslocamento para o atendimento médico em virtude das agressões físicas e nem mesmo o presidente da OAB local conseguiu acessar o espaço médico onde os atendimentos ocorreram. Após o ocorrido, os denunciante ainda relataram que sofreram ameaças e que até mesmo tiros foram disparados nas redondezas de sua residência.

A CCDH, junto com o Centro de Referência de Direitos Humanos da Defensoria Pública Estadual e a Comissão de Direitos Humanos da OAB, ouviu todos os familiares. Tanto em sessão específica no Centro de Referência da DPE como em assuntos Gerais da CCDH. Todas as autoridades envolvidas foram oficiadas, em documentos conjuntos com DPE-RS, no sentido de apurar a responsabilidade dos agentes públicos responsáveis e denunciar o caso às instituições competentes. Além disso a Comissão negocia um ato de desagravo ao advogado envolvido, por ter suas prerrogativas profissionais violadas, durante o episódio narrado.

Criminalização de movimentos sociais

Equipe Técnica CCDH

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, através de requerimento da direção do Cpers-Sindicato, realizou no dia 07/12/17 audiência pública para tratar da criminalização dos movimentos sociais, sindicais e populares no RS.

O encontro reuniu sindicalistas, estudantes, feministas, ativistas do movimento negro, militantes da luta pela moradia, defensores dos direitos humanos, moradores de rua e representantes dos servidores públicos estaduais e de Porto Alegre, que apresentaram uma série de denúncias de violência policial e institucional, praticadas no Rio Grande do Sul, nos últimos dois anos.

A presidente do Cpers, Helenir Schürer, considera que o avanço da repressão sobre os movimentos sociais está diretamente associada à retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros. “Vivemos tempos que pensei que nunca mais retornariam. Estamos assistindo, em pleno século XXI, à repressão feroz daqueles que lutam por direitos adquiridos e a retomada de práticas da ditadura”, apontou, referindo-se a prisões de professores durante a última greve sob acusação de terrorismo. Ela denunciou também reflexos da reforma trabalhista na educação gaúcha e a tentativa “de segmentos fascistas de calar os professores por meio da Escola Sem Partido”. “Há municípios gaúchos que estão fazendo licitação para

contratar professores pelo menor preço”, revelou.

Em nome da Ocupação Lanceiros Negros, Natanieli Antunes afirmou que “a repressão para criminalizar os pobres no Brasil nunca deixou de acontecer”. “Está muito maior agora, mas nunca desapareceu das periferias”, destacou. Ela afirmou ainda que o acordo firmado na segunda desocupação dos Lanceiros Negros entre as autoridades e os ocupantes não está sendo cumprido. “Aceitamos o acordo, pois do contrário iríamos apanhar como cachorros. Ninguém quer aceitar o aluguel social, pois não confia no Demab. E a promessa de moradia definida sequer é reconhecida pelos órgãos competentes. Afinal, para esta casta empanturrada que está no poder, pobre não é ninguém”, denunciou. O diretor do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, Jonas Reis, lembrou que “os movimentos sociais são o esteio que a sociedade tem para se abrigar dos ladrões de direitos, instalados nas instituições públicas”. Para ele, é preciso “sair da resistência e lançar uma ofensiva em defesa dos movimentos sociais e direitos dos trabalhadores”. Para Célio Golin, um dos fundadores do Grupo Nuances, que defende a livre expressão sexual, os movimentos sociais são a última trincheira de resistência à onipotência do mercado. “Há um movimento orquestrado para desqualificar nosso discurso e nossa atuação. O fascismo está impregnando as instituições. Não é à toa que a Polícia Federal age como quer, como fez ontem em Minas Gerais”, salientou, em referência à condução coercitiva do reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Jaime Arturo Ramires, e da vice-reitora, Sandra Regina de Almeida”, apesar de parecer contrário do Ministério Público Federal. O deputado Valdeci Oliveira (PT) fez coro às lideranças sociais e disse que está muito preocupado com a situação. “A paralisia da sociedade diante da destruição de direitos constituídos me assusta. A aparência de normalidade, produzida pelos meios de comunicação, é muito perigosa, pois quando a sociedade acordar não haverá mais nada a defender”, alertou. Artistas perseguidos O curador da Exposição Queermuseu, fechada antes do previsto pelo Santander, em função de protesto liderados pelo Movimento Brasil Livre (MBL) chamou a atenção para os ataques à liberdade de expressão e para a volta da censura no Brasil. “O aumento do fundamentalismo traz consigo à censura, cujo principal efeito colateral é a instituição da autocensura, que tolhe a liberdade de expressão e de escolha”, alertou Gaudêncio Fidelis. As investidas de grupos conservadores no território dos costumes, segundo ele, são extremamente corrosivas para a democracia. Ele denunciou ainda que, durante a manifestação de artistas em apoio à exposição, “o Santander transformou a Praça da Alfândega em praça de guerra e abrigou a Brigada Militar dentro de seu cofre para atacar a comunidade artística que protestava de forma legítima e pacífica”. Já o coordenador da União Estadual dos Estudantes Livres (UEE Livre), Aleff Fernando da Silva, relatou a sequência de ataques racistas ocorridos dentro da Universidade Federal de Santa Maria e acusou a reitoria de se omitir. “A reitoria sequer atendeu os estudantes agredidos que tiveram que ir à Polícia Federal sozinhos. Esta atitude só encoraja novos ataques”, acredita.

Conjuntura Internacional

O representante do Comitê Estadual Contra a Tortura, Carlos D Elia, avalia que o avanço do fascismo no Brasil não é um fato isolado. “Há um movimento arrasa-quarteirão no mundo inteiro. A Europa também está sendo arrasada pelo avanço da hegemonia do mercado. E os alvos são muito claros: são os direitos adquiridos e as normas estabelecidas em pactos e convenções internacionais”, frisou. Para ele, o Brasil vive um cenário de “esvaziamento das funções públicas do Estado e de hipertrofia do Estado repressor e policial”. “Esta mudança não é casual. É pensada e planejada. E a saída passa pela radicalização da defesa da democracia”, preconizou. O coordenador da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Enrico Rodrigues de Freitas, considera que a aceitação e o reforço do discurso da intolerância dão amparo ao abuso policial e à criminalização dos movimentos sociais. Na sua avaliação, apesar da Constituição de 1988, o Brasil nunca se democratizou. “No decorrer dos últimos 30 anos, casos de violência policial e institucional nunca deixaram de ocorrer”, apontou. Ele afirmou ainda que o Ministério Público tem o papel de exercer o controle externo das polícias, inclusive, “na ótica de defesa dos direitos humanos”. “O que é muito difícil”, admitiu. Voto de confiança A coordenadora do Centro de Apoio aos Direitos Humanos do Ministério Público Estadual, Ângela Rotunno, pediu um voto de confiança às lideranças dos movimentos sociais para a instituição que representa. “Fui nomeada para fazer a aproximação com os movimentos sociais. Já na próxima semana vamos recebê-los para ouvi-los e estabelecer prioridades e pontes”, anunciou, pedindo que denúncias de violência e violação de direitos sejam encaminhadas diretamente para ela. Já a defensora pública Mariana Capellari ressaltou que “a repressão vem sendo o remédio útil

Fórum contra a Intolerância acompanhará desdobramentos da violência policial e institucional

A reativação do Fórum Estadual contra a Intolerância foi o principal encaminhamento da audiência pública que tratou da criminalização dos movimentos sociais, promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa na manhã desta quinta-feira (7/12).

Segundo o presidente da CCDH, deputado Jeferson Fernandes (PT), o Fórum deverá congregiar entidades e movimentos sociais e terá como atribuições recolher denúncias e acompanhar passo a passo os seus desdobramentos nos órgãos para os quais foram encaminhadas. Na avaliação do parlamentar, a repressão às lideranças sociais, aos artistas e aos defensores da liberdade religiosa cresceu, em número e em intensidade, de forma preocupante no último período.

“Estamos sendo alvos de uma verdadeira caça às bruxas, capitaneada pelo Estado em muitos dos casos”, apontou.

Travesti foi estuprada por policiais militares no Presídio Central

Equipe Técnica CCDH

Uma travesti detida na Cadeia Pública de Porto Alegre registrou queixa de estupro contra dois policiais militares, na capital. O boletim de ocorrência foi gerado na 11ª Delegacia de Polícia.

Ela alegou à Polícia Civil que dois brigadianos a obrigaram a sair de uma das galerias e entrar em uma sala. Na sequência, a presa disse ter sido coagida a fazer sexo oral nos dois policiais.

Além disso, no registro, ela relata ter sido agredida e ameaçada de morte para não contar o que havia ocorrido. A autora da denúncia sustenta ainda que outros presos da galeria presenciaram o fato. A 11ª Delegacia de Polícia da Capital não deu detalhes sobre o caso, mas afirmou que vai apurar a ocorrência.

Em razão do ocorrido, uma diligência composta por integrantes da CCDH, Defensoria Pública, Conselho Penitenciário e uma Organização de Travestis e Transexuais do RS denominada “A Igualdade RS”, foi até ao Presídio Central para apurar os acontecimentos, registrar o depoimento da vítima e dar acompanhamento ao caso.

Violência nos estádios de futebol

Equipe Técnica CCDH

A permanente violência nos estádios de futebol também foi tema amplamente debatido na CCDH. Tanto torcedores do Sport Clube Internacional, como do Grêmio Futebol Porto Alegrense procuraram a Comissão para relatar denúncias de agressão física, moral e até mesmo tortura por parte de policiais militares que deveriam proteger os torcedores. Em regra, as agressões acontecem ainda durante a realização das partidas de futebol, no espaço das arquibancadas, e até mesmo nas redondezas dos estádios. Além disso, segundo os depoentes, os motivos das agressões e das prisões não são informados e a atuação do Juizado do Torcedor apresenta falhas uma vez que, principalmente denúncias como cerceamento de defesa são recorrentes.

A CCDH organizou uma reunião entre autoridades, dirigentes dos clubes e torcedores, além da realização de uma audiência pública. Tanto o Tribunal

Militar, como o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, além da Defensoria Pública apontaram a importância da produção de um documento técnico que orientasse os agentes públicos que trabalhassem junto aos jogos de futebol, com informações básicas para atuação. Esse protocolo está em construção segundo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.

Torcedores defendem instalação de câmeras para monitorar ações da Brigada Militar

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

O tema da violência policial nos estádios de futebol voltou à pauta de debates da Assembleia Legislativa com a realização de uma audiência pública pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, na quarta-feira (16/08/17) pela manhã, sobre os protocolos adotados por cada instituição que atua nestes locais para coibir distúrbios. O encontro, requerido pelos deputados Manuela d'Ávila (PCdoB), Jeferson Fernandes (PT) e Bombeiro Bianchini (PPL), foi motivado pelas recorrentes denúncias de agressões e até de torturas contra torcedores que teriam sido praticadas por policiais militares dentro e nos arredores dos estádios de futebol. Os casos que mais chamaram a atenção dos parlamentares foi a agressão sofrida por uma idosa e o caso de um professor universitário que perdeu parcialmente a audição em decorrência das agressões sofridas. “São relatos fortes e assustadores. É importante que se faça o debate sobre este assunto para que possamos chegar a um consenso, aproximar os atores envolvidos e construir alternativas”, afirmou Bianchini, que vem acompanhando as denúncias que chegam à CCDH.

Relatos

O professor universitário Vinicius Mendes contou que foi acusado de desobediência e agredido por policiais militares, que chegaram lançar gás em seus olhos, ouvidos e boca. “Fui recolhido pela BM às 17h15 e chequei na sala do juizado às 18h30. Em momento nenhum o promotor e o juiz quiseram saber o que se passou neste tempo. Quando falei que fui agredido, me disseram para ir a uma delegacia. Além disso, tentaram me induzir a assinar um termo alegando que, do contrário, ficaria a noite toda ali”, declarou.

Não menos grave foi o ocorrido com o torcedor do Sport Club Internacional

Bruno Pereira em um jogo da Copa Brasil. “De vítima, fui transformado em réu na audiência do Juizado do Torcedor que aconteceu logo depois de ter sido espancado pela Brigada Militar e desmaiar. Não tive o direito de falar nada. Me ofereceram a transação penal de dez jogos para não ser processado. O defensor público me orientou a aceitar, mas não concordei, pois não sou culpado de nada, sou vítima”, revelou o colorado. Para ele, é preciso questionar o papel do Juizado Especial do Torcedor, que “não permite que o envolvido se defenda e age para que o torcedor assuma uma culpa que não tem”.

Nova Dinâmica

As queixas são motivos de preocupação para a deputada Manuela d'Ávila, que em 2015 promoveu audiência para debater o mesmo tema. Na avaliação da parlamentar, é preciso alterar dinâmicas, como a realização das audiências logo após o ocorrido e a ausência de familiares nestes momentos, além de garantir o direito de escolha de um advogado. Ela defendeu também a instalação de câmaras de vigilância nos locais ocupados pela Brigada Militar. “Não queremos criminalizar a Brigada Militar, mas garantir protocolos e condutas adequadas. Infelizmente, pela segunda vez, nenhum representante da corporação compareceu ao debate, tornando difícil a construção de parâmetros e acordos”, apontou.

A posição da parlamentar foi endossada pela defensora pública Mariana Capellari. “Está embutido na ampla defesa o direito de escolher o advogado, de ter entrevista reservada com ele e de ter contato com familiares. São garantias de direitos que devem ser oportunizadas em todo o ato judicial”, sustentou.

Contraponto

O juiz Marco Aurélio Xavier afirmou que as principais atribuições do Juizado do Torcedor são processar e julgar, de forma definitiva, os crimes praticados nos estádio. “O objetivo é a pacificação do ambiente, insuflado por emoções e rivalidades. Nossa atuação se dá em três eixos: prevenção, fiscalização e responsabilização”, explicou.

Xavier afirmou ainda que a falta de contraditório nas audiências tem o propósito de facilitar a composição, e que a transação penal é um benefício oferecido ao réu como alternativa ao processo judicial. As denúncias de violência policial, segundo ele, são incluídas nos mesmos autos, desde que haja provas materiais e indícios de autoria. Do contrário, a orientação é que o torcedor faça o registro de ocorrência em uma delegacia de polícia.

Em resposta à reivindicação apresentada por Manuela, o juiz afirmou que não

vê abuso ou desrespeito às garantias constitucionais na realização de audiência imediata. Na sua opinião, a audiência logo após o episódio garante efetividade e não traz prejuízo ao interesse público. “A não realização de audiência imediata torna o juizado inoperante”, frisou, mencionado que é favorável à colocação de câmaras de segurança em todos os espaços dos estádios.

O promotor Márcio Bressani, da Promotoria Especializada do Torcedor, declarou que não é só o torcedor que é penalizado, mas que há ações envolvendo pessoas ligadas a clubes e a outras instituições. Ele defendeu o monitoramento eletrônico das ações dos torcedores e da Brigada Militar, inclusive com o uso de minicâmeras nas lapelas dos policiais. “Não se trata de demonizar a Brigada nem a torcida. Mas o fato é que o que não pode ser filmado não pode ser feito”, pontuou.

Representando o Tribunal Militar, o juiz Sérgio Brum disse que a resolução dos embates entre a Brigada Militar e os torcedores exige que o tema seja debatido constantemente. “Os torcedores agredidos devem comparecer à Corregedoria da Brigada Militar, e a Brigada precisa estar presente nos debates para dar sua opinião. Fica difícil criticar sem que ela esteja presente”, apontou.

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Jeferson Fernandes (PT), afirmou que, uma vez que nenhum representante da BM compareceu à audiência, os encaminhamentos da reunião e os relatos de agressão serão encaminhados à Corregedoria do Tribunal Militar. O petista acredita que a instalação de câmeras nos estádios coibirá a violência e defendeu o direito de contraditório nas audiências no Juizado do Torcedor.

Presenças

Também participaram da audiência pública a corregedora-geral da Defensoria Pública, Adriane Barcelos, o diretor de Torcida do Internacional, Rodrigo Rogowski, o diretor do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, Rodrigo Floriano, torcedores e familiares.

Deputados Jeferson Fernandes, Stella Farias e presidente da Ugeirm Isaac Ortiz fazem denúncia à OEA em Montevideu

Eduardo Silveira - Jornalista MTB 15466

Os Deputados Jeferson Fernandes (PT/RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Stela Farias (PT/RS), líder da bancada do PT, e o presidente da Ugeirm Sindicato, Issac Ortiz entregaram nesta terça-feira (24/10) em Montevideo, no Uruguai, denúncia detalhada sobre a crise no sistema prisional gaúcho. Os cortes nas políticas públicas para mulheres desde o início do governo Sartori, além de informações sobre a violência institucional utilizada na ocupação Lanceiros Negros também compuseram as denúncias.

Os parlamentares foram recebidos pelo Comissário James Cavellaro, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, e detalharam os problemas da situação que vivem os presos nas delegacias. A Ugeirm Sindicato encaminhou hoje uma cautelar que denuncia a situação das prisões e solicitaram a retirada imediata dos presos das delegacias e fim dos desvios de funções dos policiais. “Os policiais estão sem condições de trabalhar e adoecendo em função da prisão estar superlotada de presos. Esse problema precisa ser solucionado o mais rápido possível”, destacou Ortiz.

O deputado Jeferson Fernandes (PT/RS) apresentou todos os detalhes da desocupação Lanceiros Negros, que resultou na sua prisão ilegal, no mês de junho. O documento com fotos e relatos foi entregue ao Comissário James Cavellaro, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA.

A deputada Stela Farias (PT/RS) relatou à OEA a gravidade da situação dos presídios gaúchos, que remonta o período medieval e expõe toda a sociedade gaúcha à falta de segurança provocada pelo projeto político do governo Sartori.

O tema das políticas para as mulheres novamente foi denunciado. Na semana passada a ONU Mulheres, já havia recebido um dossiê da CCDH sobre a situação de violação dos direitos humanos das mulheres pelo Estado Gaúcho. Hoje, além do Comissário James Cavallaro receber o material, a Comissária Soledad Munhoz, relatora para os direitos das mulheres da OEA, também recebeu o dossiê que aponta a alta dos feminicídios, da violência sexual e da pobreza extrema em famílias chefiadas por mulheres, no RS.

Entre os encaminhamentos além das medidas cautelares relativas as carcera-gens, a OEA já está trabalhando na denúncia da Desocupação Lanceiros Negros e propôs ações articuladas com a ONU e o Congresso Brasileiro para a questão das mulheres.

O caso trovão azul

Equipe Técnica CCDH

No dia 30 de maio de 2017, A CCDH, acompanhada da Coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos do RS (CRDH/RS), a Defensora Pública Mariana Py Muniz Capellari e de sua colega Barbara Lenzi, esteve em inspeção ao chamado “Trovão Azul”, um ônibus cela, utilizado pelo Estado do RS para abrigar presos, tendo em vista a superlotação carcerária, que ultrapassa as celas das Delegacias de Polícia, bem como as próprias viaturas policiais.

O chamado ‘Trovão Azul’ foi uma solução paliativa e ilegal adotada pelo Estado do RS, no ano de 2016, quando as celas das Delegacias de Polícia, da Capital, Grande Porto Alegre e interior do Estado, já não mais suportavam abrigar os presos, uma vez que não se destinam a esse fim, tampouco possuem estrutura para tanto, em termos de visita, banho, alimentação, acomodação, ventilação, iluminação, o que gerou motins, rebeliões e eventuais interdições das próprias celas, além do risco de vida, haja vista a manutenção de mais de 10 pessoas num espaço onde apenas 04 ou 05 pessoas caberiam e algumas delas de facções criminosas rivais.

Assim, desde o ano de 2016 assistia-se a cenas de horror, culminando, inclusive, com presos algemados a uma lixeira em frente ao Palácio da Polícia. A situação se deu tendo em vista a superlotação carcerária, a ausência de vagas no sistema prisional gaúcho e as inúmeras interdições de Casas Prisionais.

Nesse sentido, o Ministério Público ingressa com Ação Civil Pública objetivando a remoção dos presos, em prazo legal, não logrando êxito, bem como a Defensoria Pública ingressa com Ação Civil Pública interditando as celas das Delegacias de Polícia, também não alcançando êxito, o que lhe faz interpor Reclamação junto ao STF.

Nesse contexto, o referido ônibus, o qual não era mais objeto de uso por parte da SUSEPE – Superintendência de Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, é ativado para abrigar então os presos excedentes das Delegacias de Polícia, chegando a abarcar 40 presos, quando a sua dita capacidade é de 20 pessoas.

Inicialmente, o ônibus se encontrava estacionado junto a um galpão abandonado, terreno da Polícia Civil, ao lado da 3ª DPPA e em frente à ACADEPOL. Nesse espaço, não havia qualquer estrutura digna, contando apenas com um banheiro químico para os presos, sendo estes muitas vezes algemados a um corrimão. Ocorre que em data de 18 de maio de 2017, o muro desse local desabou, sendo, então, por medida de precaução removido o ônibus desse espaço.

Num primeiro momento, falou-se na sua desativação, via imprensa, mas depois, também por meio da imprensa, soube-se que o ônibus se encontrava estacionado junto ao Estádio Olímpico, sem acesso a água e luz. Ainda pela reportagem, soube-se em que menos de 72 horas o Estado do RS passou da desativação para a ativação, novamente, agora em terreno de sua propriedade.

Não é preciso sequer considerar que o fato de as pessoas se encontrarem em

local de detenção não oficial e não conhecido e sem acesso a qualquer familiar ou defesa, como já vinha ocorrendo e se acentuou no presente, é tortura. Afora o desconhecimento por parte de várias autoridades desse local, o que enseja a busca pelos detidos, aos moldes do que ocorria nos períodos ditatoriais enfrentados pelo Brasil.

Ambiente em condições inadequadas tanto para presos quanto para os policiais

O local onde foi localizado o ônibus cela durante a inspeção era um imóvel localizado na Avenida Sertório, nº 3200, de propriedade do Estado do RS, próximo ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. O local parecia ter sido um aeroclube e se encontrava desativado, contendo muita quantidade de lixo espalhado no chão, o qual sequer foi objeto de remoção. Os policiais que tiravam guarda no local estavam localizados em frente à um galpão abandonado, com diversos móveis e utensílios não mais objeto de uso. O banheiro era de má qualidade, sem higiene, consignando-se que havia uma policial mulher no local, também. Havia luz, mas a água, segundo os policiais, parecia não ser muito limpa. Não havia qualquer estrutura mínima de trabalho para esses policiais, isso era visível, até por que o ônibus cela estava estacionado na frente desse galpão e exigia a presença dos policiais no exterior, inclusive, quando da necessidade de os presos utilizarem o banheiro, o qual se trata de um banheiro químico. Sendo assim, os policiais também estavam sujeitos à chuva e frio, expostos ao lixo e ao barro.

Mas, a condição de alojamento e detenção dos presos era muito pior, pois se evidenciou justamente em desumana, degradante, indigna e torturante. Não se pode sequer se dizer que se tratava de um alojamento um ônibus cela que estava desativado. Na parte detrás se encontravam sete presos e na parte do lado havia cinco presos. No total, eram 12 detentos. Sua capacidade era para 20 presos, segundo os policiais, sendo que já abrigou mais de 40 presos.

Não havia local para se permanecer em pé, nas celas do ônibus, quanto mais se a pessoa fosse alta. Os bancos eram de ferro, aliás, todo o seu interior. Não havia acomodações para dormir, sendo que os presos dormiam no chão frio do ferro, fazendo verdadeiras acrobacias a tanto, conforme um vídeo revela. Não eram todos que conseguiam utilizar o chão frio para dormir, pois não havia espaço a tanto. Não havia cobertores, nem roupas, e se encontravam no local presos que permaneciam há mais de três dias nessas condições, alguns recolhidos com poucas roupas.

Não havia banho, tanto que o cheiro era insuportável, aliado, inclusive, ao lixo existente no local, o que chamava atenção de animais, pois o terreno estava abandonado. Os presos não tinham acesso à luz, tampouco água no sentido de banho. Eram levados apenas duas vezes ao dia ao banheiro químico, pois precisavam da guarda para tanto, razão pela qual utilizavam uma garrafa pet para urinarem.

Salientaram que a comida era de má qualidade, sendo servida apenas duas vezes ao dia, traduzindo em arroz apenas e um pedaço muito pequeno de carne. Recebiam um café da manhã também, mas afirmaram ser precário.

Os presos reclamaram das condições de detenção, solicitando transferência. A CCDH e o CRDH foram acompanhados pela Brigada Militar ao longo da breve entrevista, portanto, não lograram obter informações acerca de violências outras sofridas, mas foi verificado que um preso se encontrava no local com o braço quebrado e os presos que se encontravam na cela da parte detrás do ônibus afirmaram terem sido agredidos pela Brigada Militar, com spray de pimenta, sendo que esse seria arremessado para o interior do veículo e fechada a porta, permanecendo os presos no seu interior sem qualquer ventilação, pois inexistente no ônibus em questão. Não havia janelas, portanto, sem ventilação e iluminação no local, apenas por meio das grades da própria cela.

A custódia estava sendo efetivada pela Polícia Militar, sendo que a mesma salientou que sequer quando da concessão do alvará de soltura a SUSEPE se deslocava ao local, sendo todos os atos efetivados pela Brigada Militar. Além disso, verificou-se que os Policiais responsáveis pela apreensão passavam a ser responsáveis pela custódia, haja vista a presença de Policiais Rodoviários Federais no local, inclusive com uma viatura, os quais haviam efetivado a apreensão de um preso e estavam com a sua custódia. Esses Policiais referiram que já permaneceram em torno de cinco dias no local, em revezamento, mas restando apenas uma viatura apenas para o trecho, que abrange toda a região metropolitana.

Inspeção constata violação das normas do direito brasileiro e dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário

Em suma, a inspeção realizada constatou in loco a violação da normativa internacional, constitucional e interna de Direito Brasileiro, não restando dúvidas de que as condições de detenção e de alojamento dessas pessoas são ilegais, degradantes, precárias, desumanas e torturantes. Portanto, a manutenção de pessoas detidas em tais condições revelava frontal violação extrema de Direitos Humanos por parte do Estado do Rio Grande do Sul.

Após as inúmeras denúncias formalizadas às autoridades competentes pela CCDH, CRDH e Fórum Interinstitucional Carcerário, dentre outras instituições, dando conta das evidentes violações de direitos humanos, finalmente o “Trovão Azul”, emblema da falência do sistema carcerário no RS, foi desativado a partir de junho de 2017.

Deputados querem Poderes juntos para acabar com permanência de presos em delegacias de polícia

Olga Arnt - MTE 14323 - Agência de Notícias

Prática comum durante a ditadura militar, a permanência de presos em delegacias de polícia voltou a ser rotina no Rio Grande do Sul, a partir de 2015, em função da superlotação dos presídios. Hoje, há 203 presos nestas instituições, todos condenados, segundo a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). No entanto, elas já chegaram a abrigar 250 detentos, colocando em risco servidores e a própria população carcerária. O problema foi debatido quarta-feira (07/06/17) pela manhã em audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa por solicitação do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul (UGEIRM).

Amplamente condenada por organizações de defesa dos direitos humanos e por entidades representativas de servidores da segurança pública, a situação deverá ser enfrentada de forma conjunta pelos três Poderes e pelos órgãos envolvidos com a questão prisional. Pelo menos, este é o desejo dos deputados, que querem as autoridades responsáveis sentadas à mesma mesa para encontrar uma solução. O presidente da CCDH, deputado Jeferson Fernandes (PT), se comprometeu em levar o assunto ao presidente do Parlamento gaúcho, deputado Edegar Pretto (PT), para que ele (Pretto) sensibilize os demais chefes de Poderes. Representantes de órgãos governamentais que participaram da audiência também assumiram a tarefa de comunicar o encaminhamento a seus superiores. “Precisamos que a questão prisional seja tratada como prioridade, como questão de Estado, sem sensacionalismo, partidarização, corporativismo ou preconceito”, defendeu Jeferson.

Ele elencou ainda sugestões de medidas a serem adotadas para desafogar as casas prisionais, como a conclusão do complexo prisional de Canoas, realização de um mutirão para revisar prisões temporárias, adoção de penas alternativas para pequenos delitos e o maior uso de tornozeleiras eletrônicas.

O representante da Chefia de Polícia delegado Joerberth Pinto Nunes disse que a “instituição não está de olhos fechados e que endossará qualquer solução plausível para o problema”. Nunes atribuiu a permanência de presos nas delegacias “ao basta que o Rio Grande do Sul deu à superlotação dos presídios”. “Até agora, graças à extrema competência dos servidores, conseguimos evitar um mal maior”, acredita.

Transtornos

O presidente do UGEIRM, Isaac Ortiz, que recentemente realizou um roteiro por delegacias de diversos municípios gaúchos, relatou uma série de situações de risco a que servidores e a população estão sendo submetidos. “Além da situação degradante dos presos, os servidores estão sendo submetidos a um alto grau de estresse. Isso sem falar na população que procura as delegacias e se depara com um quadro de horror, com presos algemados em corredores e, muitas vezes, gritando por comida”, revelou.

Ortiz contou ainda que, ontem (6), em Canoas, uma delegacia abrigava 50 presos e, em Alvorada, quatro viaturas da BM com presos em seu interior permaneciam em frente a outra delegacia esperando vaga na carceragem para lavar o flagrante. “Será que a BM de Alvorada pode se dar ao luxo de deixar quatro veículos parados desta forma?”, questionou.

A superintendente geral da Susepe, Marli Ane Stoch, reconheceu a gravidade da situação. “Não há como negar que estamos diante de uma situação delicada em que presos ficam sem visitas, sem higiene e sem alimentação, mas posso assegurar que a Susepe busca dia e noite vagas para acomodá-los. Há um setor empenhado nisso”, apontou, lembrando que, de 2015 a maio de 2017, houve um acréscimo de sete mil presos no sistema prisional gaúcho, superlotando os 106 estabelecimentos penais existentes no Rio Grande do Sul.

Ela anunciou que, até o final de junho, deverá ser inaugurada uma ala no complexo prisional de Canoas com 148 vagas. Além disso, já foram encaminhados os editais para a instalação de dois centros de triagem, um com 96 vagas e outro com 148 vagas, e para a construção de um presídio em Bento Gonçalves com 600 vagas. Foram encaminhados ainda os processos à Caixa Econômica Federal para a construção de casas de detenção em Passo Fundo e Rio Grande, cada uma com 286 vagas, e a licitação para a construção de um presídio em Alegrete.

Marli anunciou ainda que, até o final de semana, o ônibus cela Trovão Azul, considerado pelas entidades de defesa dos direitos humanos um símbolo da violação da dignidade humana, deverá ser desativado.

Tortura

A defensora pública Mariana Capellari considera que a situação a que os presos são submetidos no Rio Grande do Sul equivale à tortura. Ela revelou que tanto o tratamento dispensado aos detentos quanto as condições de trabalho dos servidores da segurança pública foram denunciados em reclamações junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Já as ações ajuizadas no Estado pleiteando a

interdição de todas as celas foram indeferidas. “Vivemos aqui a violação de todas as normas internacionais”, frisou.

O coordenador do Movimento de Direitos Humanos do Brasil, Jair Krischke, criticou a ausência de representantes do Poder Judiciário no debate e cobrou explicações sobre o fato de 40% da população carcerária do Rio Grande do Sul ser composta por presos provisórios. “Querem coisa mais absurda do que esta? Como isso se explica?”, questionou.

Participaram da audiência os deputados Jeferson Fernandes (PT), Pedro Ruas (PSOL), Ronaldo Santini (PTB) e Mirriam Marroni (PT).

Lançada na Assembleia Legislativa a Frente Estadual por uma Nova Política Prisional

Marinella Peruzzo - MTE 8764 | Agência de Notícias

Com a presença de autoridades e representantes da sociedade civil, foi lançada, na manhã de quinta-feira (25/05/17), em ato no Espaço da Convergência Adão Pretto do Palácio Farroupilha, a Frente Estadual por uma Nova Política Prisional. A iniciativa tem o apoio da Comissão da Cidadania e dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e defende uma política racional de segurança pública com foco na prevenção à criminalidade, na redução da população prisional e na ressocialização dos presos.

Na abertura dos trabalhos, a defensora pública Mariana Py Muniz Cappellari fez a leitura de um manifesto proposto pelas 27 entidades que compõem a Frente Estadual. O texto afirma que as autoridades tendem a repetir fórmulas e conceitos e que as prisões brasileiras oferecem, em vez de uma resposta ao crime, um dos elementos mais eficientes para a sua organização e ampliação. “Temos apostado na massificação do encarceramento, o que pressupõe superlotação e degradação absoluta na execução penal”, disse a defensora pública. “Nesse caminho, os presos são amontoados em galerias e separados pelo critério do pertencimento a facções”, acrescentou.

Representando a presidência da Assembleia Legislativa, a deputada Juliana Brizola (PDT) saudou a iniciativa como uma das mais importantes no cenário do Estado. Disse que era a oportunidade de enfrentar o problema de forma séria, realista e com possibilidade de avanços. Também o deputado Jeferson Fernandes (PT), que preside a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, ressaltou a relevância do tema e a necessidade de se definir qual a política criminal a ser adotada no país. Observou que é difícil até mesmo questionar certos entendi-

mentos, no momento atual, e que a razoabilidade em torno do debate se perdeu. O deputado Pedro Ruas (PSol) foi sucinto: “Contem conosco”, disse, acrescentando que a Frente precisava avançar. “São pessoas privadas de liberdade, mas não da dignidade e da condição humana”, afirmou em relação aos presos. A deputada Stela Farias (PT) reforçou as falas dos presentes, registrando que acompanharia de perto os trabalhos.

Ineficiência

O professor e ex-deputado Marcos Rolim apresentou dados e imagens para ilustrar uma discussão, segundo ele, bastante atravessada por preconceitos. Referiu a seletividade social das prisões no país, onde a maioria dos detentos são miseráveis, jovens, analfabetos e negros, e apontou a ineficiência do encarceramento em massa. Informou que a população prisional hoje no Brasil é de 711.483 presos e o déficit de vagas é de 354 mil, número que, segundo ele, é subestimado. Para dar conta desse déficit, seria necessário, segundo ele, investimento de R\$ 17,7 bilhões, quando o Orçamento da União para toda a área de Segurança Pública é de R\$ 9 bilhões.

Propostas

Conforme o manifesto elaborado pelas entidades (que pode ser assinado pelo e-mail frentepoliticaprisional@gmail.com ou pelo facebook “Frente Estadual por uma Nova Política Prisional”), o governo do Estado precisa definir uma Política de Segurança, o que deve ser feito com ampla participação da sociedade civil, com base em evidências empíricas e pesquisas científicas. Essa política, segundo o documento, deve explicitar a) diagnóstico; b) indicadores; c) metas; e d) avaliação externa. Para tal, propõem-se:

- Plano para redução da população carcerária e socioeducativa – Que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mais os Órgãos de Poder autônomo (Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado), definam, em comum acordo, um plano consistente e sustentável de redução da população prisional e da população de adolescentes e jovens adultos privados de liberdade.
- Medidas cautelares diversas da prisão – Que as instituições envolvidas na persecução penal apliquem com muito maior amplitude as medidas cautelares diversas da prisão previstas pela Lei nº 12.403/2011 e que outros instrumentos legais como a prisão domiciliar de mulheres grávidas ou com filhos de até 12

anos sejam aplicadas como regra;

- Redução das preventivas – Que as prisões preventivas sejam drasticamente reduzidas, aplicadas tão somente aos casos de excepcional gravidade;

- Não ao Presídio Federal – Que o Governo do Estado não aceite a instalação, no RS, de um presídio federal; obra desnecessária e que acarretará o risco de contaminação dos grupos criminais locais pelas facções nacionais como o PCC e o CV;

- Construção de APACs – Que o Estado do RS invista na construção de APA-Cs em diferentes cidades (pequenas prisões administradas por associações da sociedade civil, com método ressocializador consagrado pela experiência de São Paulo e Minas Gerais);

- Parceria com as Universidades – Que o Estado do RS estruture parcerias com as Universidades gaúchas para a gestão de unidades prisionais de novo tipo, orientadas pelos objetivos da ressocialização;

- Debate sobre novas plantas prisionais – Que novas plantas prisionais sejam amplamente discutidas de modo a se impedir a reprodução das concepções arquitetônicas que dificultam a ressocialização ou que impedem uma Execução Penal digna e de acordo com a Legislação (LEP e Regras de Mandela).

- Execução penal digna – Para se reduzir os indicadores criminais e de violência é decisivo prevenir a reincidência, o que exige uma execução penal digna. Além de superar as atuais condições de encarceramento – hoje, situadas entre as piores do mundo-será preciso assegurar que todos os presos estudem e trabalhem.

- Política de amparo ao egresso – Os egressos do sistema prisional possuem especial dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o que é substancialmente agravado pelo estigma social. Por conta disso, o Estado deve desenvolver uma política específica para a reinserção, inclusive com vantagens fiscais às empresas que empreguem egressos do sistema.

- Ampliação e fortalecimento do POD Socioeducativo – O Programa Oportunidades e Direitos Socioeducativo, que vem amparando os egressos da Fase já há alguns anos, tem se demonstrado uma ferramenta especialmente eficiente para que jovens envolvidos com o crime possam reconstruir suas vidas. Atualmente, de cada 100 jovens que aderem ao POD, 92 não retornam ao crime.

Assinam o manifesto as seguintes entidades:

Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul, Associação dos Delegados de Polícia, Centro Brasileiro de Referência em Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo, Conselho Regional de Psicologia do RS, Conselho Regional de Serviço Social do RS, Defensoria Pública do RS, Direitos Humanos na Prisão, Federação Afro Umbandista e Espiritualista do RS, Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais, Rede Afro-Gaúcha de Pro-

fissionais do Direito, CLADEM Brasil, Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal – GPESC/PUCRS, Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais e Penitenciários da Universidade Católica de Pelotas, Instituto Dakini, Programa Interdepartamental de práticas com adolescentes em situação de risco – PIPA UFRGS, THEMIS, Coletivo Cidade Mais Humana, Ministério Público do Trabalho – MPT, Defensoria Pública da União – DPU, Associação dos Procuradores do Estado do RS – APERGS, Associação dos Técnicos Superiores Penitenciários do RS – APROPENS, Centro Brasileiro de Pesquisa em Democracia- CBPD/PUCRS, Grupo Interdisciplinar de Estudos Criminais -ITEC, Laboratório de Políticas Sociais – LAPPOS, Rede de Observatórios de Dívida Social da América Latina- REDODSAL e Superintendência dos Serviços Penitenciários -SUSEPE.

53 anos do golpe: tortura e violência sexual contra mulheres seguem presentes

Marco Weissheimer ()*

A violência sexual contra mulheres foi uma prática constante das forças repressivas durante a ditadura militar e segue presente no cotidiano de atuação de órgãos de segurança no país. Essa constatação foi reafirmada por diferentes gerações de mulheres, na manhã de quarta-feira (29/03), na audiência pública “Os 53 anos do golpe civil-militar no Brasil e a resistência das mulheres”, promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Testemunhos de mulheres que lutaram contra a ditadura e de mulheres que estão envolvidas hoje, em diferentes frentes, com o enfrentamento de diversas formas de agressão relataram o exercício desse tipo de violência, acompanhado de práticas de tortura física e psicológica.

Suzana Lisboa, coordenadora da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, destacou o papel fundamental que as mulheres tiveram no enfrentamento da ditadura implantada após o golpe de 1964. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Suzana Lisboa viveu na clandestinidade entre 1969 e 1978, quando começou a participar dos movimentos de anistia. Ela relatou que 45 mulheres foram assassinadas na luta contra a ditadura. Duas gaúchas entre elas: Alceri Maria Gomes da Silva, nascida em Cachoeira do Sul, e Sonia Maria de Moraes Angel Jones, nascida em Santiago do Boqueirão. “A primeira atitude contra as mulheres presas era tirar a roupa delas. A partir daí, iniciava-se uma sessão de violência sexual e tortura, que era realizada principalmente nos órgãos genitais”, contou.

“Vivemos uma situação de terror”, disse Suzana Lisboa, estabelecendo uma relação entre o período da ditadura e a conjuntura política atual do Brasil. “Tenho muito medo do que vem por aí. Vivemos a ditadura e não conseguimos que essa história fosse realmente contada. É a impunidade desses crimes que alimenta a violência cotidiana que é cometida contra os pobres desse país”. Para ela, o trabalho da Comissão da Verdade foi importante para espalhar essa his-

(*) Jornalista, repórter do Site Sul 21 e editor do blog RS Urgente. Publicado originalmente no site Sul 21 (<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/03/53-anos-do-golpe-tortura-e-violencia-sexual-contra-mulheres-seguem-presentes/>)

tória, mas não conseguiu fazer a tarefa principal que era descobrir os corpos de 150 desaparecidos. “Mais do que nunca precisamos contar e divulgar tudo o que aconteceu para impedir que aconteça de novo”, defendeu.

Testemunho semelhante foi feito por Ignez Maria Serpa, Martinha, que também participou da resistência contra a ditadura, sendo presa e torturada. “Quero dar aqui um depoimento de quem sentiu na carne o ódio de uma ditadura. Fui presa em 1970 e passei vários meses sendo torturada. Como disse a Suzana, a primeira coisa que faziam com as mulheres era deixá-las nuas e aplicar choques nos órgãos genitais. Em alguns casos, as mulheres eram torturadas junto com seus companheiros”. Ignez Maria Serpa também manifestou preocupação sobre o presente. “Já estamos vivendo um processo de exceção e uma ditadura camuflada que ainda não mostrou todo o seu viés repressor, mas está a caminho. Tenho muito receio do que vem pela frente”.

Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, o deputado Jefferson Fernandes (PT) destacou a importância da resistência contra o autoritarismo também no terreno da memória. “Ainda há quem diga que não houve golpe em 64. As cenas que vimos no final do ano passado, aqui na Praça da Matriz, durante a votação do pacote do governador Sartori, lembraram muito imagens do golpe de 64 e da ditadura. O golpe atual tem uma máscara institucional, mas quando é necessário ele mostra sua verdadeira cara. Mesmo nós, deputados, tivemos dificuldade para entrar na Assembleia que ficou cercada pela Brigada Militar naquele período”, lembrou. Na mesma linha, o deputado Pedro Ruas (PSOL) chamou a atenção para a diferença existente entre a velha e a nova direita. “A velha ditadura assumia os crimes da ditadura e procurava justificá-los. A nova direita tem o requinte de negar os fatos ocorridos. O incrível é que muita gente acredita nisso”.

Ex-vereadora em Porto Alegre, feminista e ativista de Direitos Humanos, Helena Bonumá apontou como um avanço na luta contra o autoritarismo do presente a organização e mobilização dos movimentos de mulheres. “As mulheres estiveram na linha de frente do movimento que enfrentou a ditadura no processo da anistia. Estamos vendo esse mesmo protagonismo agora na luta contra o golpe e a destruição de direitos com o avanço da compreensão de que as lutas contra o machismo, o patriarcado e as desigualdades do capitalismo estão entrelaçadas. O patriarcalismo tem raízes profundas na sustentação do regime de desigualdade que marca o capitalismo”.

Coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Mariana Py Cappellari fez um elo entre a violência cometida pela ditadura e a permanência dessas práticas no presente. “Não vivenciamos uma ruptura democrática. Talvez essa seja a razão do que está acontecendo hoje com a irrupção de movimentos fascistas no país, a permanên-

cia do autoritarismo e a institucionalização da tortura”. Cappellari relatou que, de um total de mil expedientes abertos no Centro de Referência em Direitos Humanos, 700 tem a ver com violência sexual e tortura. “O que mais chama a atenção nos relatos da Suzana e da Martinha é que isso ainda está acontecendo. As denúncias de abuso sexual são crescentes e 100% delas envolve mulheres até 21 anos de idade”.

Outra violação de direito das mulheres no presente foi relatada pela advogada Jucemara Beltrame. “Neste exato momento em que estamos aqui debatendo, em várias regiões da cidade, mulheres estão sofrendo. Não ficamos sabendo disso pois a imprensa não se interessa por esse sofrimento”. Ela relatou um problema que já está afetando milhares de pessoas na capital. Porto Alegre tem cerca de 102 mil famílias inscritas no Cadastro Único, que dá acesso a mais de 18 benefícios, entre eles o Bolsa Família. Integram esse universo cerca de 90 mil mulheres, que são titulares do programa. Até o governo Dilma, essas famílias passavam por uma averiguação do cadastro de dois em dois anos. No governo Temer, passou para quatro vezes por ano. A Prefeitura de Porto Alegre está negando esse direito a muitas famílias ao não colocar uma estrutura de entrevistadores sociais para atender a essa demanda de renovação do Cadastro Único.

Silvia Ellers, professora da escola “Ditador Costa e Silva”, como fez questão de dizer, denunciou um processo de perseguição que estaria em curso na escola por conta do projeto “De Costa para a Ditadura”, criado em 2009 para resgatar a memória do período da ditadura e questionar o nome do ditador escolhido para “homenagear” a escola. José Luis Moraes, professor de História, foi desligado da escola no dia 2 de março, após quase oito anos de atividades. “Houve uma reação da direção da escola, junto com a 1ª Coordenadoria Regional de Educação e com a Secretaria de Educação, que tentaram nos convencer a ‘esquecer o passado’, pois, segundo eles, o nosso projeto estaria causando desconforto na comunidade. A Lei da Mordaza já está sendo aplicada na prática”. O deputado Pedro Ruas destacou o surrealismo da situação: “Pediram para um professor de História esquecer o passado”.

A estudante Manuela Duarte, que participou do movimento de ocupações de escolas em 2016, relatou episódios de repressão policial vividos no passado, como os das ocupações da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) e da Assembleia Legislativa. Ela destacou como duas conquistas desse movimento o surgimento de um sentimento de luta entre os estudantes e a retomada da bandeira feminista, que apareceu com força em quase todas as ocupações.

O crescimento da repressão e o endurecimento do processo do golpe atual também foram enfatizados por Laura Sito, estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta violência, assinalou, está atingindo especialmente a população negra. “Hoje, no Brasil, cerca de 77% dos

jovens assassinados são negros. Em Porto Alegre, onde a população negra é de aproximadamente 20%, 70% dos jovens assassinados são negros,” exemplificou.

Ao final do encontro, acolhendo sugestão feita por Miguelina Vecchio, da Ação da Mulher Trabalhista, o deputado Jeferson Fernandes anunciou que pretende organizar um novo encontro reunindo diferentes gerações de mulheres envolvidas em lutas sociais para levar esses testemunhos para um público mais amplo. “Estamos vivendo esse autoritarismo no presente”, justificou.

Indígenas ocupam área da Fepagro em Maquiné

Equipe Técnica CCDH

Retomada de terra tradicional em Maquiné e a formação da nova Tekoa⁴² Mbya-Guarani - RS

Cerca de 30 famílias Guarani Mbya ocuparam no dia 27 de janeiro de 2017 uma área de 397 hectares, localizada no município de Maquiné-RS, com aproximadamente 80% de mata nativa, no bioma da Mata Atlântica. A área pertence atualmente à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, (FEPAGRO), em processo de extinção pelo governador José Ivo Sartori. De acordo com lideranças indígenas e pesquisadores, a terra em questão fica dentro do território tradicional dos Guaranis.

Na área vivem atualmente 22 famílias, e estão mobilizadas e articuladas com importantes setores da sociedade para manterem-se na posse da área e enfrentar uma ação de reintegração de posse que tramita na Justiça Federal.

Quando perguntados sobre seu movimento, os Mbya-Guarani manifestam não se tratar de uma invasão, nem de ocupação, mas de retomada de área de seus ancestrais. Informam que ali haveria água boa para beberem, mata nativa com plantas tradicionais como o Pindó,⁴³ que serve para a construção da sua Opy – casa de reza. Há pequenas caças, peixes nos rios e arroios do local, além de remédios tradicionais. Os indígenas também afirmam que nesta tekoa há a presença de suas divindades.

Os Guarani dizem, também, que essa luta é orientada e guiada por Ñhanderu (grande divindade criadora do mundo, grande pai criador), sendo “ele” que os conduziu para lá, pois naquele lugar e no seu entorno, há condições adequadas para uma vida melhor e longe das margens das rodovias e das terras degradadas.

42 Tekoa - lugar, espaço com as melhores condições para o exercício do seu teko (entendido pelos Guarani como seu modos de vida tradicional). Não se trata de área e espaço territorial apenas, mas de lugar onde todas as condições sócio/ambientais/culturais/espirituais estariam presentes para o exercício de seu teko.

43 Pindó – palmeira que dá sustentação a sua casa de reza, como também daria sustentação ao mundo celestial, garantindo assim a continuidade da existência deste mundo terreno.

A mediação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS

No mês de fevereiro de 2017, lideranças indígenas e apoiadores da retomada procuraram a presidência da CCDH para que seu presidente fizesse uma visita ao local e pudesse constatar in loco a situação e as reivindicações dos indígenas. Houve uma visita da CCDH ao local da ocupação e posteriormente foi agendada uma Audiência Pública na AL-RS, através de seu presidente, deputado Jeferson Fernandes (PT), para serem ouvidas todas as partes envolvidas no tema e buscar-se mediação junto aos órgãos do Governo do RS.

CCDH busca prorrogação de prazo para reintegração de área da extinta Fepagro em Maquiné

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Jeferson Fernandes (PT), solicitará ao procurador-geral do Estado, Euzébio Fernando Ruschel, a prorrogação do prazo para reintegração de posse de área da extinta Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), localizada no município de Maquiné. O local foi ocupado em janeiro por cerca de 25 famílias da etnia mbya guarani. “Vamos trabalhar por uma solução para que a comunidade indígena possa retomar parte de seu território original sem prejuízo a eventuais pesquisas. Em visita ao local, constatamos que os indígenas convivem em total harmonia com a natureza e com os servidores da Fepagro, que ainda lá permanecem”, frisou o parlamentar na abertura da audiência pública, realizada na manhã de quarta-feira (22/03/17), para debater o problema.

O governo do Estado obteve uma liminar que estabelece o dia 4 de abril como prazo final para a saída pacífica dos ocupantes. Depois disso, poderá haver uso de força policial. A existência de crianças e idosos na área e a possibilidade de um conflito preocupam os parlamentares. O deputado Pedro Ruas (PSOL) disse que está perplexo e preocupado com a situação. “O governo do Estado busca o despejo, o Judiciário respalda e o mercado imobiliário se beneficia. Os ricos ficam cada vez mais ricos, e os índios são mais uma vez expulsos de suas terras”, lamentou.

A deputada Stela Farias (PT) disse que falta vontade política ao atual governo para buscar uma solução negociada. Lembrou que a administração passada garantiu, a partir de um processo de diálogo e negociação, a demarcação de uma área da Brigada Militar na região Central do Estado. “Diziam que a Brigada

seria irredutível, mas conseguimos encaminhar uma solução em bom termo”, ressaltou.

Retomada pacífica

Cacique Cirilo, uma das lideranças que participaram da reunião, explicou que não se trata de invasão ou de ocupação, mas de retomada de uma área tradicional dos povos da etnia mbya guarani. “Fomos expulsos da terra e esquecidos na beira das estradas. Nossa retomada é pacífica e vai beneficiar toda a sociedade. A natureza precisa de nós. E nós precisamos fortalecer nossa cultura, resgatando rituais que começam a se perder”, apontou.

O antropólogo José Otávio Catafesto de Souza, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ratificou a opinião do cacique. Segundo ele, há na área de 367 hectares elementos de ocupação tradicional, constatados por imagens de satélites e já informados em laudo preliminar. “O elemento de tradicionalidade é inquestionável, Além disso, há sete anos os guaranis querem criar uma aldeia no lugar”, frisou.

Ele revelou ainda que os moradores de Maquiné encaram com simpatia a presença dos índios no município. “Ao contrário do que acontece na imensa maioria das áreas de demarcação, lá não há conflito. Há uma situação de harmonia e de entendimento de que os indígenas ajudam na preservação ambiental e no resguardo do patrimônio da Fepagro”, pontuou.

O procurador federal Guilherme Mazzoleni, que representou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), afirmou que o órgão não tinha informação de que havia litígio envolvendo a área. Afirmou também que, se as terras forem consideradas como território tradicional, há a possibilidade de que o valor da área seja abatido do montante da dívida do Estado com a União.

O cacique André Benites denunciou que, sem demarcação há mais de dez anos, o Rio Grande do Sul condenou os índios a viver na beira das estradas. Segundo ele, a maior parte das áreas destinadas à comunidade indígena no Estado é degradada e não serve para o plantio. Para serem cultivadas, seriam necessários grandes investimentos em recuperação do solo.

Resolução construtiva

A procuradora Fabiana Azevedo da Cunha Barth, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-geral do Estado, ressaltou que a competência demarcatória é da União, que deve ser envolvida na busca de uma solução para a área em Maquiné. Segundo ela, é preciso analisar, antes de qual-

quer decisão, a possibilidade de convivência entre a comunidade indígena e os projetos de pesquisa agropecuária existentes no local.

Já o representante do Ministério Público Federal, procurador André Casagrande Raupp, afirmou que a audiência pública “produziu informações que precisam ir para os autos do processo para que o juiz tenha conhecimento completo da situação”. Ele defendeu também a reunião de órgãos e agentes políticos que desejam contribuir para uma resolução construtiva. O diálogo, para ele, é o caminho para que isso aconteça.

Além de pedir à Procuradoria-geral do Estado a prorrogação de prazo para a reintegração de posse, o presidente da CCDH deverá entrar em contato com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, para discutir a demarcação da área.

Subcomissão da Moradia apresenta plano de trabalho para os próximos 120 dias*Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias*

A Subcomissão da Moradia, vinculada à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, apresentou, na manhã de quarta-feira (19/04/17), seu plano de ação para os próximos 120 dias e realizou sua primeira reunião. A instância tem a deputada Manuela d'Ávila (PCdoB) como relatora e terá como missão mediar conflitos e construir soluções para o enfrentamento do déficit habitacional no Rio Grande do Sul. “A Subcomissão será um espaço de acolhimento da luta pela moradia no Rio Grande do Sul. Embora ela não tenha o poder de resolver os problemas relacionados à regularização fundiária, tem a capacidade de amplificar a voz das comunidades, fazendo com que ela chegue aos ouvidos de quem tem a caneta na mão”, afirmou Manuela ao abrir a primeira reunião do órgão.

O plano de trabalho prevê a realização de quatro encontros para tratar das ocupações em áreas estaduais, tema que foi abordado nesta quarta-feira; ocupações ameaçadas de despejo em áreas públicas; ocupações ameaçadas de despejo em áreas privadas e moradia e direitos humanos. As reuniões deverão ocorrer nos dias 3, 17 e 31 de maio. Além disso, a Subcomissão deverá visitar áreas ocupadas em diversas regiões do Estado.

O deputado Pedro Ruas (PSOL), integrante da Subcomissão, lembrou que, dos 18 mil imóveis pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul, entre três e seis mil não têm destinação conhecida ou estão abandonados. Citou o caso do prédio localizado no Centro de Porto Alegre, na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, que, depois de permanecer 12 anos sem função, abriga 62 famílias da ocupação Lanceiros Negros. “O Estado abandonou o prédio por mais de uma década, mas dois dias após a ocupação entrou com pedido de reintegração de posse”, apontou.

Moradores de diversas ocupações de Porto Alegre acompanharam a reunião e relataram a situação enfrentada pelas famílias das vilas Gaúcha, Cachorro Sentado, Salvador França, São Judas e do Loteamento Romeu Samarani. Os problemas envolvem desde a inexistência de saneamento básico à falta do documento de posse das residências consolidadas, localizadas em regiões em processo de regularização fundiária.

Lanceiros Negros: Brigada faz operação de guerra para ‘garantir funcionamento habitual da cidade’

Marco Weissheimer ()*

Quando proferiu seu despacho determinando o despejo, em caráter de urgência, das cerca de 70 famílias que habitavam a Ocupação Lanceiros Negros há aproximadamente um ano e sete meses, a juíza Aline Santos Guaranha, da 7a. Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, manifestou uma preocupação especial. A magistrada recomendou o “o cumprimento da ordem aos feriados e finais de semana e fora do horário de expediente, se necessário, evitando o máximo possível o transtorno ao trânsito de veículos e funcionamento habitual da cidade”. Sintonizada com as preocupações da doutora Aline Guaranha, a Brigada Militar decidiu realizar a reintegração de posse na véspera (14/07) da data do Corpus Christi, um feriado nacional para “celebrar a partilha do corpo de Cristo”.

No entanto, a preocupação em evitar transtornos no centro da cidade acabou esbarrando em decisões operacionais da própria Brigada Militar que transformou a área da operação de despejo em uma praça de guerra. Menos de uma hora antes da entrada em cena dos batalhões de choque da Brigada Militar, começava na Assembleia Legislativa uma audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Casa para tratar da situação dos moradores da Ocupação Lanceiros Negros. Falando em nome da Ocupação, Priscila Voigt, que acabaria sendo presa mais tarde, relatou uma situação de tensão e angústia vivida pelas famílias. A pedido delas, o deputado Jeferson Fernandes (PT), presidente da Comissão, decidiu transferir a audiência pública para a frente da ocupação. Separado por apenas duas quadras, o trajeto entre o plenarinho da Assembleia e a Ocupação, localizada na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves, foi feito rapidamente pelo grupo que estava na AL e acabou surpreendendo os efetivos do choque da Brigada Militar, que mobilizaram um não tão pequeno exército para retirar os moradores do prédio da ocupação. A Brigada não esperou o deslocamento da audiência pública para o prédio da Lanceiros. Quando viu a movimentação, lançou uma primeira ofensiva coberta por bombas de gás contra a multidão que se concentrava em frente ao prédio da Ocupação. No início da noite, a antiga rua da Ladeira já havia se transformado em uma praça de guerra. Após aceitar a proposta de transferir a audiência pública para a frente da ocupação, o deputado Jeferson Fernandes formou, juntamente com integrantes

(*) Jornalista, repórter do site Sul21 e editor do blog RS Urgente. Reportagem publicada originalmente no Sul 21 (<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/06/lanceiros-negros-brigada-faz-operacao-de-guerra-para-garantir-funcionamento-habitual-da-cidade/>)

do movimento, um bloco em frente à porta de entrada do prédio, que tentou iniciar um processo de negociação com os oficiais de Justiça que chegaram protegidos por dezenas de homens do choque da Brigada Militar, acompanhados por viaturas e por um helicóptero, para efetivar a ação de despejo.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, Jeferson tentou argumentar com os oficiais de justiça que a ação de despejo seria realizada à noite, sem que as famílias tivessem uma garantia de local para onde ir após a ação policial. Inflexíveis, os oficiais de justiça argumentaram que decisão judicial não se discute e ameaçaram dar voz de prisão a quem se opusesse aos policiais. Um grupo de integrantes da ocupação e o deputado insistiram na via da negociação. A Brigada entrou em ação com sprays de pimenta, cassetetes, escudos e outras ferramentas. Após essa investida, o deputado Jeferson Fernandes, com o rosto muito machucado pelos jatos de spray de pimenta, foi levado detido por um corpulento integrante da Brigada Militar que, em vários momentos, conduziu o parlamentar aos pescoções, pela rua da Ladeira.

Pelo menos outras sete pessoas foram levadas presas na operação. Algumas delas teriam sido mantidas encerradas dentro de viaturas do Choque antes de serem conduzidas a uma delegacia. Ao final da noite, a informação era que todas tinham sido conduzidas para o Palácio da Polícia. Além do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, o deputado Pedro Ruas (PSOL), o vereador Roberto Robaina (PSOL) e a vereadora Sofia Cavedon (PT) também foram para o local levar apoio aos moradores da ocupação e acompanhar a ação da polícia.

Afastado à força o grupo que tentava proteger a entrada da ocupação, a Brigada Militar iniciou uma nova fase da operação que consistiu em colocar abaixo o portão de entrada do prédio com um cabo amarrado a um veículo da corporação. A ação da Brigada, que resultou na destruição do portão de entrada do prédio, foi acompanhada por integrantes da Procuradoria Geral do Estado, que estavam no local, supostamente, para zelar pela integridade do patrimônio público.

Apesar da presença de crianças na ocupação, a ação da Brigada não foi acompanhada por integrantes do Conselho Tutelar. Um integrante desse conselho apareceu no local somente após a consumação da ação afirmando que não pode comparecer antes porque só havia ele e mais um colega no plantão. Nada que impedisse os oficiais de Justiça e policiais militares de executarem a ação “evitando o máximo possível o transtorno ao trânsito de veículos e funcionam Consumada a derrubada do portão de entrada do prédio, os primeiros moradores que desceram a rua relataram o uso de spray pimenta pelos policiais, que teria atingido inclusive crianças, que tiveram crises de pânico e vômitos. Além disso, relataram ainda, vários brigadianos teriam feito chacota das famílias da ocupação, com manifestações provocadoras e desrespeitosas. “Não adianta nada, nós vamos seguir ocupando”, desabafou Natanieli Antunes, jovem integrante da

ocupação. Foi difícil aos jornalistas, consultar a Brigada sobre essas afirmações, pois não havia oficiais encarregados de conversar com a imprensa, o que acabou ocorrendo em um clima de tensão e hostilidade. Repórteres fotográficos e cinegrafistas, em especial, tiveram dificuldades em registrar o que estava acontecendo, sendo abordados, em mais de uma ocasião, por policiais encapuzados em um tom que variava entre a advertência e a ameaça.

A Brigada não revelou quantos homens mobilizou na operação. A Polícia Civil também deu sua contribuição com alguns poucos efetivos fortemente armados que desfilaram armamento pesado ao acompanhar a saída das famílias. Uma fileira do pelotão de choque foi instalada na esquina da Riachuelo com a General Câmara. Outra, logo abaixo da esquina da Ladeira com a Andrade Neves, onde se concentraram manifestantes que foram levar seu apoio à ocupação. Um dos relatos mais frequentes de integrantes da ocupação que saíam do prédio era de provocações feitas pelos policiais. No lado de fora do prédio, jornalistas testemunharam policiais rindo e fazendo brincadeiras com a situação enfrentada pelas famílias. Por volta das 21h30, caminhões da Emater começaram a chegar ao local para transportar os bens das famílias despejadas. Junto com eles, chegou uma van com um grupo de jovens que não escondia o seu constrangimento por ter que trabalhar na remoção da mobília e das roupas das famílias. Das janelas de prédios vizinhos à ocupação, alguns moradores protestaram contra a ação da Brigada. “Covardia” foi uma das palavras mais utilizadas pelos vizinhos da Lanceiros.

O comandante da Brigada Militar, coronel Jefferson de Barros Jacques, disse que a tropa agiu “de forma proporcional à resistência encontrada”. O coronel não esclareceu se as manifestações de escárnio feitas por policiais, relatadas por integrantes da ocupação; e de truculência, testemunhadas por jornalistas, fizeram parte dessa “reação proporcional”. Segundo nota divulgada pelo governo do Estado, as famílias foram levadas ao Vida Centro Humanístico, no bairro Sarandi.

Por volta da meia noite, uma nova leva de bombas de gás foi lançada contra um pequeno grupo que ainda se manifestava nas imediações da rua da Praia. Na antiga porta de entrada da ocupação destruída pela ação da Brigada, um soldado encapuzado acompanhava a retirada dos pertences dos moradores. No lado de fora do prédio, esses pertences se acumulavam pelas calçadas, aguardando a carona dos caminhões da Emater que, além da Brigada e de integrantes da PGE, representaram o governo do Estado na ação que tirou 70 famílias do prédio onde viviam há quase dois anos. Já no início da madrugada desta quinta-feira, Nana Sanches, da coordenação da ocupação, relatava a jornalistas o que havia acontecido dentro do prédio durante a ação da Brigada. “Essa não foi a primeira nem a última ocupação”, assinalou, lembrando que, enquanto não for resolvido o problema da falta de moradia, não resta outra opção para as famílias sem teto a não ser essa forma de luta.

Usuários e trabalhadores denunciam desmantelamento da assistência social em Porto Alegre e no RS

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

Denúncias e críticas à prefeitura de Porto Alegre e ao governo gaúcho marcaram a audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, realizada na manhã de quarta-feira (06/09/17), para discutir os problemas existentes nas redes de assistência social na capital e no estado. O encontro foi proposto pelo presidente da Comissão, Jeferson Fernandes (PT), e pelos deputados Pedro Ruas (PSOL) e Miriam Marroni (PT). “O que acontece neste setor é muito grave, pois não se trata do desmantelamento de qualquer direito, mas de direitos previstos em lei e voltados às pessoas mais vulneráveis de nossa sociedade”, enfatizou Jeferson.

Entidades representativas de usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e trabalhadores do setor denunciaram o desmantelamento das políticas públicas por gestores das três esferas de Poder. Consideram que os cortes de recursos impostos pelo governo federal e o descompromisso do governo do Estado e dos gestores municipais com o sistema estão acabando com a política de assistência social no Brasil, no Rio Grande do Sul e nos municípios. Como consequência, apontam o fechamento dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) por falta de recursos humanos e condições materiais de trabalho. Com isso, a população pobre não tem mais onde fazer o Cadastro Único, condição para o acesso a programas sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. “Os gestores estão nos tratando como lixo humano, como se fôssemos um peso para os cofres públicos. Não somos uma carga morta. Somos os sustentamos as estruturas públicas com o fruto do nosso trabalho”, desabafou a representante do Fórum Gaúcho de Usuários do SUAS Maria Lopes.

Na mesma linha, o presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, Léo Monteiro, afirmou que os conselhos municipais, “inaugurados com pompa e circunstância, estão sendo desmantelados e feridos em sua autonomia”. Denunciou também a falta de transparência em convênios firmados entre prefeituras e entidades privadas e o retrocesso das políticas assistenciais em Porto Alegre. “Porto Alegre já foi pioneira nesta área, mas o governo instalado na Capital está botando tudo a perder”, frisou.

A presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social, Maria de Fátima Cardoso, denunciou que a prefeitura da capital está terceirizando o Programa de Atendimento à Família, o que não é permitido por lei. Revelou também a existência de irregularidades em aditamentos de contratos e o pagamento indevido de taxas a empresas, além da falta de prestação de contas. Ela afirmou ainda que a prefeitura desconsidera as atribuições do Conselho e, por isso, corre o risco de perder a condição de gestão plena da assistência social.

Voluntariado

Para a representante do Fórum Gaúcho de Assistência Social Não-Governamental Simone Maria Romanenco está em curso a substituição de um modelo de assistência social gratuita, planejada e continuada pelo voluntariado e pelo “primeiro-damismo”. “Vivemos um momento de desmonte da assistência, de desarticulação do sistema nacional de proteção social e de expropriação da vida”, caracterizou. Ela denunciou também que a Prefeitura de Porto Alegre está convocando entidades para terceirizar serviços por fora dos editais, desrespeitando a lei.

Posição semelhante foi apresentada pela representante da Frente Gaúcha de Defesa do SUAS Léia Biasi. “Os novos gestores municipais estão promovendo uma volta ao início do século passado, quando a caridade e o voluntariado ocupavam o espaço do serviço estatal profissionalizado”, comparou.

Leia criticou também a falta de destinação de recursos para o setor por parte do governo gaúcho. Segundo ela, o Orçamento do Estado para 2017 destina apenas R\$ 4,7 milhões para a assistência social, sendo liberados R\$ 3,7 milhões até agora. “Um valor insignificante para atender os 497 municípios. Se fôssemos dividir o montante entre todas as cidades, daria pouca mais de R\$ 600 para cada uma delas”, contabilizou.

Contrapontos

A diretora do Departamento de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, Michele Marques, afirmou que o governo do Estado nomeou 29 assistentes sociais, mas reconheceu que o número de trabalhadores ainda é insuficiente para atender a demanda. Ela relatou que os profissionais atuam, especialmente, no assessoramento aos municípios. Segundo ela, no último ano, 4803 servidores dos municípios foram assessorados.

A diretora de Direitos Humanos da prefeitura de Porto Alegre, Jaqueline

Kalakun, disse que está aberta ao debate e que encaminhará as questões levantadas na audiência ao governo municipal. Disse ainda que reconhece a importância do controle social e citou as dificuldades enfrentadas pela administração da capital para financiar as políticas públicas.

Já o chefe de gabinete da Fundação de Assistência Social e Cidadania, de Porto Alegre, Oziel Alves, afirmou que a FASC tem independência jurídica, mas não financeira e política. Ao responder questionamentos dos usuários, revelou que a economicidade foi o principal motivo da terceirização dos CREAS e dos CRAS da capital. Segundo ele, com a terceirização, a prefeitura gastaria R\$ 2,1 milhões em 2017 contra R\$ 3,6 milhões se tivesse que contratar servidores para realização dos mesmos serviços. No próximo ano, o repasse para a empresa terceirizada passaria para R\$ 5,2 milhões, ao passo que para o pagamento dos servidores seriam necessários R\$ 9,1 milhões.

O auditor do Tribunal de Contas do Estado, Vilmar Müller, solicitou aos usuários e trabalhadores do SUAS que formalizem denúncia sobre irregularidades na ouvidoria do TCE, apresentando o maior número de informações possíveis, “Nosso propósito é apurar de forma mais efetiva possível as denúncias”, garantiu.

Já o defensor público da União, Geórgio Endrigo da Rosa, propôs que as entidades efetuem um levantamento do custo de funcionamento dos CRAS e CREAS para contrapor aos orçamentos públicos e instrumentalizar possível ajuizamento de ação.

Projeto político

Ao avaliar a audiência pública, a vice-presidente da CCDH, Miriam Marroni (PT), afirmou que o desmantelamento da assistência social no Brasil dá lugar a um novo projeto político, do qual o governo gaúcho e a prefeitura de Porto Alegre são parceiros. “Como não têm programa para enfrentar a crise, cortam as políticas públicas para atender a população mais vulnerável”, pontuou, lembrando que o SUAS é fundamental na proteção dos direitos humanos.

Como encaminhamento do encontro, as entidades elaborarão um relatório do debate para ser encaminhado ao Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Além disso, promoverão um seminário para debater a situação dos CRAS e CREAS e manterão a mobilização junto aos legislativos municipais, estadual e federal para assegurar recursos orçamentários para o setor. Os deputados da CCDH deverão visitar os principais equipamentos públicos de assistência social para verificar as condições de trabalho e atendimento à população.

CCDH cobra explicações sobre denúncias de violência contra moradores de rua da capital

Por Olga Arnt – MTE14323 – Agência de Notícias

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Jeferson Fernandes (PT), cobrará da prefeitura de Porto Alegre e do governo do Estado explicações sobre denúncias de violência e extermínio de moradores de rua da capital. Em audiência pública, realizada na manhã desta quarta-feira (24) no Teatro Dante Barone, para tratar da situação deste segmento da população, moradores denunciaram a rotina de agressão a que são submetidos pela Brigada Militar, Guarda Municipal de Porto Alegre e mesmo pela população em geral. “Não vamos fechar os olhos e nem permitir que o Poder Público ignore esta realidade por mais incômoda que ela seja. Vamos procurar todos os órgãos que, de uma maneira ou outra, têm responsabilidade pela situação destas pessoas, pois as denúncias são graves”, afirmou Jeferson ao anunciar as medidas que serão adotadas.

Além de agendar audiências com o prefeito Nelson Marchezan Júnior e com a secretária estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, Maria Helena Sartori, a CCDH procurará o comando da Brigada Militar, que foi convidado, mas não compareceu à audiência. Jeferson anunciou ainda que um grupo de deputados visitará os abrigos e serviços de acolhimento existentes em Porto Alegre para averiguar as condições de atendimento. “Vamos tratar também das denúncias de precarização dos serviços e de extinção das políticas públicas de assistência social em Porto Alegre”, declarou o presidente da Comissão.

Durante a audiência, requerida pelas deputadas Manuela d’Ávila (PCdoB) e Miriam Marroni (PT) junto com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/RS) e a Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE), o coordenador-geral do Grupo pela Livre Expressão Sexual Nuances, Célio Golin, denunciou a adoção de uma política de higienização contra a população de rua pela prefeitura de Porto Alegre. “Quem não interessa ao mercado está sendo banido pela polícia, que faz o serviço sujo para o governo e os setores que representa. Quem não interessa ao mercado não interessa ao Poder Público também”, afirmou.

Golin afirmou ainda que as regras adotadas pelos albergues destinados a aco-

lher a população de rua são equivocadas e hipócritas. “Querem que uma pessoa de rua tenha o mesmo padrão da classe média pequeno-burguesa. É preciso romper com esta hipocrisia e respeitar as pessoas com suas características”, sustentou.

Na mesma linha, o dirigente do Movimento Nacional da População de Rua, Richard Campos, afirmou que está em curso uma onda de extermínio e justificação contra os pobres no Rio Grande do Sul. “Não somos e não vamos ficar invisíveis. Temos direitos também. Queremos que o Judiciário, que é tão rápido para criminalizar os pobres, seja ágil também para punir os responsáveis pela barbárie que está acontecendo contra a população de rua”, cobrou.

Ele denunciou também o sucateamento e a paralisação dos serviços de assistência social da Capital, administrados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc). “Na gestão passada, a Fasc foi alvo de um esquema de corrupção que gerou o desvio de recursos que deveriam ser aplicados em políticas públicas para pessoas em vulnerabilidade social. Na atual gestão, foi implantado o caos na Fasc, que não fornece nem papel higiênico para os usuários dos serviços de acolhimento”, revelou.

Já a representante do Movimento Igualdade RS, Marcele Malta, contou que tanto os abrigos municipais como as entidades conveniadas com a prefeitura têm reservas em acolher integrantes do segmento LGBT que vivem na rua. “O acolhimento é difícil e muitas vezes o tratamento é desrespeitoso com gays e travestis”, apontou.

Marcele denunciou também a prática de abordagem truculenta pela BM e pela Guarda Municipal contra moradores de ruas, gays e travestis. “Humilhação, uso de força desnecessárias e abusos de toda a ordem fazem parte destas abordagens, que são cotidianas”, frisou.

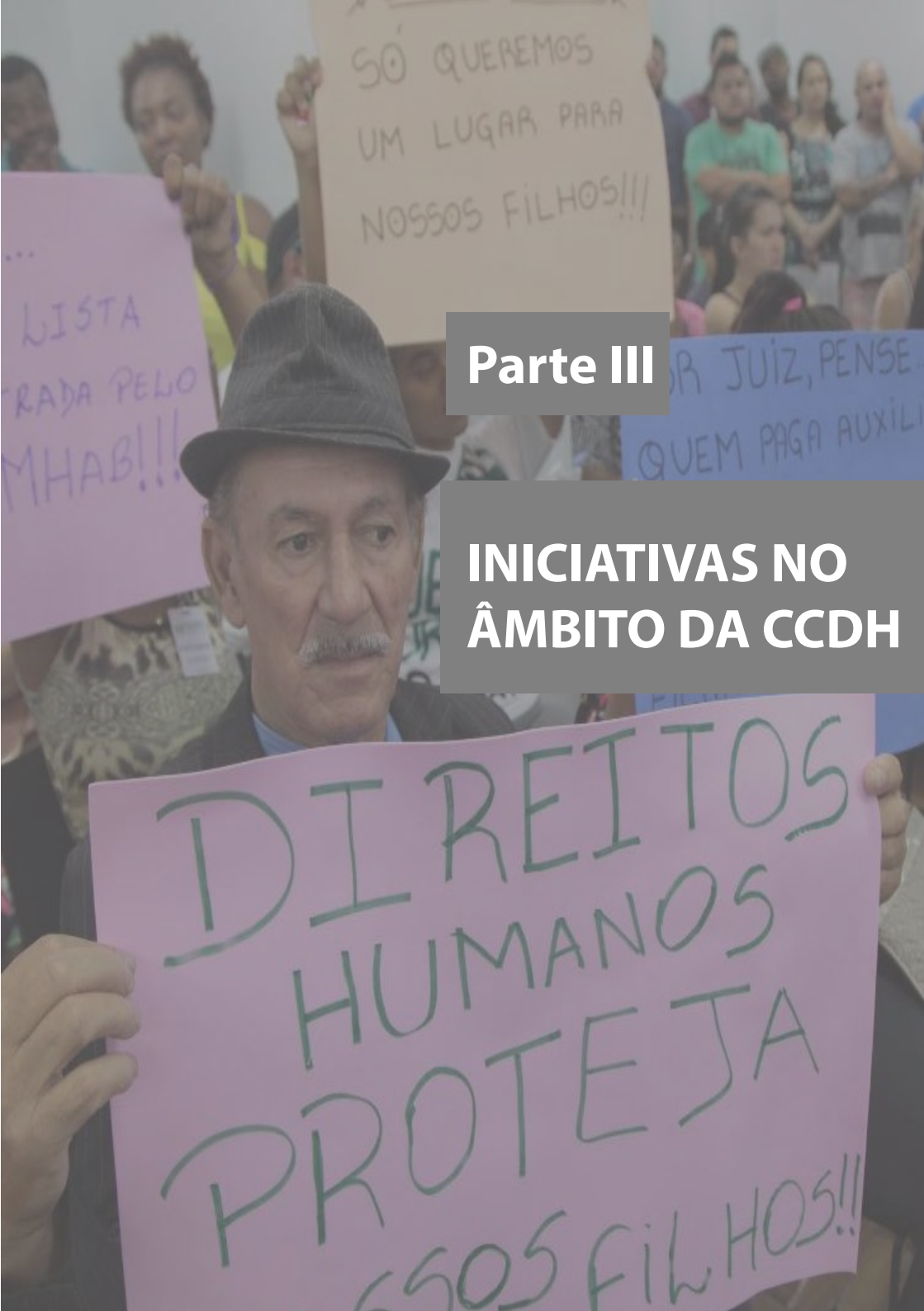
Contrapontos

O diretor do Departamento de Homicídios, Paulo Rogério Grilo, apresentou um panorama das investigações sobre o assassinato de dois moradores de rua de Porto Alegre, que ocorreram neste ano. Segundo o delegado, o suspeito de ter assassinado o morador da Praça da Matriz Paulo Ricardo de Oliveira em março deste ano já está com a prisão preventiva solicitada. Já a morte do morador de rua conhecido como Pelezinho continua sendo investigada pela Polícia Civil. Grilo informou que a linha de investigação adotada aponta para o envolvimento de torcedores de um time de futebol no linchamento que vitimou o morador de rua. “A vida humana, para nós, tem o mesmo valor, independente da raça, classe social, religião ou partido político. Investigamos todos os crimes com a mesma intensidade”, frisou.

A diretora técnica da Fasc, Vera Ponzio, afirmou que as questões levantadas pelos moradores de rua são legítimas e que, desde o início de 2016, a Fundação tem dificuldades em dar continuidade aos serviços que presta e pagar as entidades conveniadas. “Herdamos problemas estruturais gravíssimos, mas continuamos trabalhando para fazer os encaminhamentos e ofertar alternativas para esta população”, salientou.

Já servidora pública Gabriela Lorenzet, que integra o Comitê Estadual para a População de Rua, disse que o governo do Estado contratou 30 assistentes sociais para estruturar a Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, e o comitê elabora um protocolo para a abordagem policial à população de rua.

Os deputados Jeferson Fernandes (PT), Manuela d Ávila (PCdoB), Pedro Ruas (PSOL) e Miriam Marroni (PT) participaram da audiência pública.



Parte III

INICIATIVAS NO ÂMBITO DA CCDH



a) Subcomissão de Tratamento Penal – Relatório sintético do trabalho realizado (A situação do tratamento penal no sistema penitenciário do RS)

Miriam Marroni ()*

Introdução

A Subcomissão de Tratamento Penal teve como relatora a Deputada Miriam Marroni (PT) e a participação da deputada Manuela d'Ávila (PCdB) e do deputado Pedro Ruas (PSOL). Surgiu a partir da Audiência Pública realizada no dia 10 de maio de 2017, que debateu o trabalho desenvolvido por Técnicos Superiores Penitenciários (TSPs).

A Subcomissão teve a colaboração da Associação dos Técnicos Superiores Penitenciários do RS (APROPENS) e do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal da PUCRS (GPESC).

O intuito da Subcomissão foi dar visibilidade à complexidade e à importância do trabalho na atenção integral à pessoa privada de liberdade.

Metodologia de trabalho

O Relatório Final da Subcomissão tem por base um questionário preenchido por 112 servidores do cargo de Técnico Superior Penitenciário da SUSEPE e as observações feitas nas rodas de conversa realizadas com as Técnicas e os Técnicos Superiores Penitenciários em Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo.

Missão da SUSEPE e o Trabalho do Técnico Superior Penitenciário

A instituição SUSEPE tem como missão “promover a cidadania e a inclusão social das pessoas privadas de liberdade”.

As ações de tratamento penal compõem campo de alta complexidade que envolve assistência e orientação às pessoas privadas de liberdade.

Realiza-se avaliação e o acompanhamento dos processos de inserção social, bem como planejamento, coordenação, execução, estudos e pesquisas em matérias inerentes à área penitenciária e correlatas, conforme a Lei 13259/2009.

(*) Deputada relatora da Subcomissão

Trata-se de um serviço prestado à população que merece investimentos apropriados para atender a demanda das 37.424 mil⁴⁴ pessoas presas no RS.

Uma Síntese

O que a sociedade gaúcha espera obter com o aprisionamento massivo das pessoas acusadas de cometer delitos? O que seria necessário para que uma pessoa tenha outras perspectivas de vida que não o delito após o aprisionamento?

Neste relatório procuramos dar a conhecer as contribuições do trabalho técnico que, apesar de todas as dificuldades, é realizado para propiciar essas perspectivas.

a) Superlotação, prisões preventivas e audiências de custódia: das 37.811 pessoas privadas de liberdade em novembro de 2017, 13.198 estão em prisão provisória, ou seja, 34,9% das pessoas presas não foram condenadas, mas estão presas, aguardando julgamento, cumprindo pena privativa de liberdade, podendo ser ou não autor do delito;

b) Tamanho e localização dos estabelecimentos prisionais: Nos estabelecimentos prisionais com menores quantidades de pessoas privadas de liberdade, que contam com equipe técnica e estão localizados próximos às redes de saúde, transporte e assistência, o trabalho dos Técnicos Superiores Penitenciários é mais efetivo.

c) Aprisionamento massivo e sua precariedade enquanto política de segurança: Enquanto a sociedade apostar no aprisionamento puro e simples como política de segurança não haverá efetividade nem para quem demanda esse aprisionamento nem para quem é aprisionado, isto é, nada mudará no contexto do sistema penitenciário e consequentemente na segurança pública;

d) Aspectos sociais da violência: Cabe aqui citar o célebre pesquisador Loïc Wacquant⁴⁵ que diz: “a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal”.

Não raro, a primeira política pública com que um brasileiro pobre entra em contato é a polícia, ao ser preso. No Brasil uma pessoa pode ser um sujeito penal sem ser sujeito civil, ou seja, sem ter registro de nascimento.

e) Exemplos exitosos de reabilitação social em sistema penitenciário no Brasil e no mundo: No lugar de “armamento pesado”, os escandinavos investem no tratamento humanizado que tem como princípio a garantia de direitos humanos aos presos e aos trabalhadores, e demonstram que o método funciona. A Suécia fecha cárceres por falta de detentos. A grande diferença entre prisões suecas e brasileiras está nas teorias que fundamentam seus sistemas penitenciários.

44 Dados da Susepe em outubro de 2017

45 Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

Conclusões e Recomendações

- O trabalho de tratamento penal é pouco valorizado apesar de ser uma das competências da SUSEPE.
- O termo Tratamento Penal está inapropriado para a complexidade que possui. O termo “Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade” talvez fosse mais adequado.
- A realidade de superlotação dos presídios dificulta muito o trabalho de tratamento penal e a primazia cada vez mais passa a ser a segurança;
- A SUSEPE conta com 514 Técnicos Penitenciários Superiores em seu quadro funcional. Considerando que o número de pessoas privadas de liberdade no Rio Grande do Sul chega a 37.424, temos a relação de 01 TSP para 73 apenados.
- Aproximadamente a metade dos Técnicos Penitenciários Superiores ingressou na SUSEPE entre os anos de 2013 e 2015, resultado de um concurso público realizado em 2012. O total de cargos de TPSs na SUSEPE é de 956, mas no momento 442 vagas não estão preenchidas.
- A qualificação das audiências de custódia pode ser uma forma de diminuir a lotação dos presídios, considerando que aproximadamente 40% são presos provisórios.
- O levantamento mostrou que os Técnicos Superiores Penitenciários necessitam de maior apoio institucional para o desenvolvimento de suas atividades
- Em torno de 70% dos técnicos entrevistados manifestaram que a preparação que receberam ao ingressar para atuar no sistema prisional se revelou insuficiente ou inadequada.
- O levantamento constatou um alto grau de adoecimento dos técnicos relacionado ao contexto do trabalho.

b) Subcomissão para análise da questão da moradia no RS – Considerações finais e recomendações

Manuela d’Ávila ()*

A partir do trabalho realizado pela Subcomissão, constatamos que os problemas relacionados à moradia demonstram a grande crise que vivemos. Apesar das medidas de ampliação ao acesso à moradia, tais como o “Minha Casa Minha Vida”, não se avançou muito no que tange à regularização das ocupações.

A falência do Estado em ter uma política de desenvolvimento urbano não

(*) Deputada relatora da Subcomissão

vem de agora e é reflexo de uma situação histórica: a população urbana no Brasil saltou de 31% em 1940, para 84% em 2010. O êxodo rural e o aumento da população fizeram com que o Brasil crescesse de 40 milhões, neste mesmo período, para mais de 200 milhões de habitantes. Isto fez com que as cidades tivessem um crescimento absurdo, sem condições de garantir moradia, saneamento, pavimentação e serviços essenciais necessários para as comunidades, demonstrando que inexistia uma política de desenvolvimento urbano.

Os despejos e remoções forçadas são um ato de violência, pois em grande parte dos despejos as comunidades não tem local para serem realocados, mesmo que provisoriamente. Neste cenário, é fundamental que o Poder Judiciário possa avançar nas experiências de mediação, através do fortalecimento de instrumentos como o CEJUSC e a construção de Varas especializadas e que poderão dar uma abordagem qualificada ao tema. Da mesma forma, a recentemente aprovada Lei Federal 13.465/17 (conversão da MP 759/16) aponta em seus dispositivos a mediação para a regularização fundiária urbana, por iniciativa própria dos municípios, ou provocada. É fundamental que comunidades, legislativos, prefeituras e mesmo o Estado se apropriem deste instrumento como forma de garantir a agilização nos processos de regularização, mas com a garantia dos equipamentos e serviços públicos essenciais.

Outra medida que deve ser encaminhada é a retomada e fortalecimento dos Fóruns de Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários. Historicamente as experiências nos demonstram que quando conseguimos reunir os diferentes atores, poderes e instituições para mediação dos conflitos, majoritariamente conseguimos soluções satisfatórias. Como exemplo, podemos citar a importância da atuação da Assembleia Legislativa nas negociações entre representantes da Lanceiros Negros, Brigada Militar, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa - presidida pelo Deputado Jeferson Fernandes - Ministério Público, Prefeitura de Porto Alegre, Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Associação dos Oficiais de Justiça, os deputados Zé Nunes, Pedro Ruas e a deputada Manuela D'Ávila, entre outros órgãos que formam o Comitê Gestor, constituído no dia da reintegração para conduzir a negociação e acompanhar os encaminhamentos acordados. Após quase 12 horas de trabalho, um acordo por escrito foi firmado e assinado entre todas as partes. As famílias garantiram alojamento provisório no Centro Vida (Zona Norte da Capital), uma área da Brigada Militar que está sendo preparada para receber cerca de 70 pessoas, entre mulheres, crianças, indígenas, quilombolas, todos integrantes da Ocupação Lanceiros Negros, onde permanecerão por até 6 meses, e, após o período, receberão auxílio-moradia. As crianças que estudavam na região central tiveram passes de ônibus garantidos, não violando seu direito inalienável de acesso à educação. Este Comitê Gestor permanece acompanhando o caso o que o torna um exemplo de formato de negociação para os futuros pedidos de reintegração.

Caso a mediação não seja suficiente para solucionar o conflito fundiário,

há necessidade de construção coletiva de um Protocolo Estadual para as Desapropriações e Reintegrações de Posse. O que há em vigor, hoje, é a Nota de Instrução Operacional nº 006.1, de outubro de 2007, aplicável às ações dos movimentos sociais em geral em ocupações pontuais de caráter reivindicatório ou de protestos.

Esta instrução, elaborada por comissão nomeada em agosto de 2007 e debatida apenas entre os comandantes de Comandos Especiais, Comandantes Regionais de Polícia Ostensiva (CRPO) e Comandantes Regionais de Bombeiros (CRB) do nosso Estado prevê, mesmo em casos de “desocupação voluntária” a instrução determina que o CRPO deve “revistar e identificar os invasores” e, se necessário, conduzir a delegacia de polícia para a formalização do Auto de Prisão em Flagrante Delito. Ainda, estabelece que em caso de “desocupação compulsória” deve reforçar os níveis de isolamento e adotar medidas mais rígidas e restritivas. Ou seja, esta instrução determina um “fichamento” dos envolvidos em ocupações, o que consideramos fato grave no que tange os direitos básicos do ser humano. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em setembro de 2008, encaminhou ao Procurador Geral de Justiça a representação para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) do referido protocolo da Brigada Militar, conforme consta em Relatório Sobre o Deslocamento ao Estado do Rio Grande do Sul da Comissão Especial Constituída pela Resolução nº 08/08, a fim de “apurar tentativas de criminalização de movimentos sociais, a partir de iniciativas do Ministério Público Estadual, decisões do Poder Judiciário Gaúcho, e ações da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, apontando soluções no sentido de garantir o respeito aos direitos civis e às liberdades públicas”.

Assim, recomendamos a revogação pelo Comando-Geral da Brigada Militar da Nota de Instrução Operacional nº 006.1/EMBM/2007 e a elaboração de um documento de diretrizes a futuras ações, que respeitem os direitos inerentes à pessoa humana, construído em conjunto com entidades da sociedade civil, poder público e movimentos sociais.

A experiência desta Subcomissão nos fez refletir sobre a situação das crianças e adolescentes que vivem nestas comunidades. A garantia do direitos à escola e acesso às redes de proteção social de nossos jovens são direitos fundamentais, que antecedem ao próprio direito à moradia. Desta forma, é sugestão deste relatório que o direito à moradia deva respeitar os direitos da criança e que não deverá ocorrer a reintegração em meio ao ano letivo. Caso não seja possível, as famílias deverão ser realocadas preferencialmente em local próximo da escola onde a criança estiver matriculada para não prejudicar o ano letivo. Nos casos de reintegração para local distante da antiga moradia, que seja assegurada vaga em escolas próximas ou garantido o transporte escolar.

No âmbito da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Municipais trata da questão da habitação e regularização fundiária urbana e mobilidade urbana, todavia, historicamente as demandas relacionadas aos despejos forçados tem sido remetidos à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Foi cogitada a criação de uma Comissão Mista Permanente para tratar especificamente do tema, porém, regimentalmente, em razão da proporcionalidade de vagas de acordo com o número de deputados(as), e o número de comissões existentes, não foi possível.

Assim, sugerimos que “a defesa da moradia digna” passe a fazer parte das atribuições da CCDH, a fim de abordar o tema com viés de direito humano universal e fundamental e direito social constitucional, conforme o artigo 6º da Carta Maior; garantindo moradia digna a todos e buscando soluções para efetivamente prevenir a ocorrência dos despejos forçados, eis que estes constituem uma violação do direito à moradia. O direito à moradia digna deve ter protagonismo nos debates desta Casa Legislativa, visto o grande déficit habitacional e as demandas historicamente reprimidas e que, neste contexto de redução das políticas sociais pelo Estado, tem ganhado as ruas e crescido assustadoramente.

Além disso, como recomendação, sugere-se a constituição de uma Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Digna e Contra os Despejos, que seria uma solução para aglutinar os parlamentares sensibilizados pelo tema e a articulação de diversos atores, sejam eles comunidades, instituições e entidades da sociedade civil, mobilizados por esta pauta tão importante e que deve ser debatida pela sociedade gaúcha e por este parlamento.

Ante as considerações expostas acima, este relatório recomenda:

Mediação de Conflitos Fundiários

1. Todos os processos que envolvam conflitos fundiários sejam mediados pelo Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania – CEJUSC;
2. Retomar e fortalecer os Fóruns de Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários;
3. Revogação, pelo Comando-Geral da Brigada Militar, da Nota de Instrução Operacional nº 006.1/EMBM/2007;
4. Criação de um Protocolo Estadual para as Desapropriações e Reintegrações de Posse, que garanta o reassentamento digno das famílias;

Direitos das Crianças

A garantia dos direitos à escola e às redes de proteção social às crianças e adolescentes, não havendo reintegração em meio ao ano letivo; Caso haja rein-

tegração para local distante, que seja assegurada vaga em escolas próximas ou garantido o transporte escolar.

Política Urbana

1. A aplicação da Lei 13.465/2017 no que se refere aos conflitos urbanos e regularização fundiária;
2. Que os municípios instituíam as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) através dos planos diretores ou planos municipais de habitação;
3. Recenciamento que contemple as áreas públicas devolutas e áreas privadas que não cumpram com a função social da propriedade, para fins de moradia popular;
4. Levantamento de dados que quantifique e qualifique o déficit habitacional do Estado;

Ações da Assembleia Legislativa

1. Inclusão da defesa à moradia digna no rol das competências da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos;
2. Criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Digna e Contra os Despejos Forçados.

c) Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça – Conclusões e Recomendações

Pedro Ruas (*)

Conclusões

Das oitivas conduzidas por esta Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, a partir das investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual da Verdade/RS, somada à apreciação de documentos, concluiu-se o que segue:

Verificação da ocorrência de crimes de lesa humanidade

Ao longo do século XX e, especialmente, a partir dos graves episódios registrados durante a Segunda Grande Guerra, deu-se a gradual conscientização

(*) deputado presidente e relator da Subcomissão

de que alguns crimes – os ditos crimes de lesa humanidade (ou crimes contra a humanidade) – deveriam ser tipificados em tratados internacionais de direitos humanos e combatidos por toda a comunidade internacional de países. O Estatuto do Tribunal Militar Internacional enumerou as condutas de “assassinato, exterminação, redução à escravidão, deportação e outros atos desumanos cometidos contra populações civis, perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos”, por atentarem contra a própria humanidade, devem ser internacionalmente reprimíveis e reprimidos.

Emergiu, assim, a concepção jurídica de que crimes como esses não constituem somente crimes contra uma pessoa ou um grupo étnico, o que lhes confere a condição de imprescritibilidade e extraterritorialidade, podendo ser processados em qualquer lugar e a qualquer tempo. Daí também a ideia de que a anistia não pode ser estendida àqueles que, ocupando cargos das Forças Armadas, ou de qualquer um dos aparatos repressivos do Estado, se valeram de suas patentes para subjugar todos aqueles que, por opinião ou prática, se propuseram a enfrentar o regime.

Ao demonstrar que esses crimes gravíssimos ocorreram em um contexto generalizado e sistemático de ataques, autorizados e até incentivados por agentes estatais, conclui-se que são delitos do Estado contra a população, apresentando como vítimas homens, mulheres, idosos, adolescentes e mesmo crianças. A Subcomissão, em seu limite temporal, verificou a prática destes crimes contra grande parte da população brasileira e, logo, contra a humanidade, passíveis de processamento independentemente de qualquer prazo.

Comprovação das violações de direitos humanos generalizadas e sistemáticas

Como as Comissões da Verdade, a Subcomissão pode documentar graves violações aos Direitos Humanos e seu caráter sistemático, ocorridas entre 1964 e 1985, nos limites territoriais do Estado do Rio Grande do Sul, ou contra naturais daqui, em outras localidades. Tal comprovação advém da apuração de uma série de fatos mencionados neste e em outros relatórios e estudos sobre a temática, nos quais se percebe a prática continuada de detenções ilegais e arbitrárias, de torturas, de execuções, desaparecimentos forçados, estupro e ocultação de cadáveres, por agentes do Estado brasileiro e, logicamente, pelo próprio Estado brasileiro.

Como referido no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que nós ratificamos, “na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em políticas de Estado, concebidas e implementadas a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares.” Operacionalizadas por cadeias de comando bem definidas e estratificadas, mo-

bilizaram agentes estatais e promoveram a repressão em todos os seguimentos da sociedade, o que se deu a partir da prática sistematizada de detenções ilegais e arbitrárias, que oprimiram dezenas de milhares de brasileiros, pondo fim a vidas e sonhos a partir de desaparecimentos forçados e assassinatos clandestinos. Relewa registrar que, fora as contribuições financeiras de empresários simpáticos à repressão, a maior parte dos delitos foi financiada pelos erários municipais, estaduais e, principalmente, federal, ou seja, dinheiro público gasto contra a própria sociedade.

Permanência do quadro de graves violações de Direitos Humanos

Ao comparar os cenários da ditadura militar e o atual, de graves violações de Direitos Humanos, constata-se que ambos são similares e que o segundo decorre da impunidade do primeiro. Embora o contexto político não seja o mesmo, o que se deve às diversas reformas ocorridas no pós 1985, o quadro de detenções ilegais e arbitrárias, torturas, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo ocultação de cadáveres permanece, na pior consequência que a ausência de julgamentos e punições.

Quanto aos crimes que a ditadura militar, poderia ocasionar, importa registrar, também, que a chamada cultura do “inimigo interno”, onde todo o aparato repressivo é utilizado contra os próprios brasileiros, é um dos piores legados do período ditatorial.

Recomendações

A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, instituída na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para colaborar no esclarecimento das graves violações de Direitos Humanos ocorridas no território gaúcho e, eventualmente, fora de seus limites territoriais, mas contra os seus naturais, no período entre 1964 e 1985, faz as seguintes recomendações:

Reconhecimento da responsabilidade institucional das Forças Armadas pela prática sistêmica de violações de Direitos Humanos em todo território nacional

As Forças Armadas estiveram à frente das metódicas violações de Direitos Humanos ocorridas durante o período da ditadura militar, a partir das instalações do Exército, da Marinha e Aeronáutica e por uma hierarquia de comando, que operou desde a Presidência da República (militar) até os executores dos atos criminosos, como o uso de recursos públicos e o inaceitável descumprimento das normas legais, contrariando o Direito Internacional Humanitário. Daí que deverá haver um reconhecimento público pelas Forças Armadas, bem como pedidos formais de desculpas ao povo brasileiro pelas arbitrariedades perpetradas durante o período de exceção referido.

Determinação da responsabilidade jurídica dos agentes públicos que cometeram as violações de Direitos Humanos

Depreende-se que a responsabilidade por violações de Direitos Humanos deverá recair tanto individualmente – civil, criminal e administrativamente – na medida em que agentes públicos deram causa – mandando, executando ou se omitindo – a crimes reconhecidamente imprescritíveis (detenções ilegais e arbitrárias, torturas, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres), quanto institucionalmente das Forças Armadas e policiais, devendo ocorrer a investigação de todos os crimes, processamento e punição dos responsáveis.

Na esteira da internacionalização dos Direitos Humanos, com a consolidação de parâmetros internacionais de proteção à dignidade da pessoa humana, a proibição de torturas, execuções, desaparecimentos forçados e homicídio, há o dever jurídico do Estado de prevenção, processamento, punição e reparação de crimes contra a humanidade, com vistas a assegurar a realização de uma Justiça de Transição minimamente efetiva.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos solidificou entendimento de que as leis de auto anistia, como a Lei Federal nº 6.683/79, constituem ilícito internacional; perpetram a impunidade e propiciam uma injustiça continuada, impedindo às vítimas e seus familiares o acesso à justiça, ao luto e à reparação, em afronta ao deveres mais mezinhas de um Estado que pretende intitular-se democrático e de direito.

Propor e implementar medidas administrativas e judiciais contra os responsáveis pela prática de crimes de lesa-humanidade

As condenações do Estado brasileiro à reparação pela prática de graves violações de Direitos Humanos devem redundar em ação de regresso contra os agentes públicos que tomaram, direta ou indiretamente, parte nas graves violações de direitos humanos sempre que for demonstrada a responsabilidade pessoal (por dolo ou culpa), por ação ou omissão pelo ilícito penal.

No caso específico do Rio Grande do Sul, é imprescindível retirar a aposentadoria do delegado Pedro Seelig e de todos os outros que, comprovadamente, cometeram os crimes referidos até agora, na medida em que não é admissível que a sociedade remunere, por seus tributos, quem mais lhe afrontou.

Proibição de realização de eventos oficiais comemorativos à Ditadura Militar de 1964-1985

Os princípios do Estado Democrático de Direito não autorizam que se faça qualquer apologia, comemoração ou eventos oficiais que celebrem um período como o de 1964-1985, que elegeu como política de Estado a perseguição a opositores e a prática de graves violações de direitos humanos.

Reformulação dos concursos e currículos para as áreas da segurança Pública

Que se reformule a grade curricular, tanto na fase concursal, quanto nas academias de formação e aperfeiçoamento militares. O recrutamento nestes órgãos precisa considerar a formação em Direitos Humanos e o domínio de princípios informadores do Estado Democrático de Direito como obrigatórios, assegurando, assim, a compatibilidade de sua atuação com preceitos fundamentais para a humanidade.

Retificação das causas mortis nos assentos de óbitos de todas as pessoas reconhecidamente mortas pelo regime militar

Deverão os organismos estatais responsáveis pela promoção de direitos e realização da justiça, mediante requerimentos dos interessados, contribuir para a rápida retificação das anotações de causas mortis, em assentos de óbito, em decorrência de graves violações de Direitos Humanos perpetrados no período ditatorial. Vale reiterar, aqui, que a verdadeira causa da morte de pessoas, como a tortura e as suas consequência letais, precisa constar dos atestados de óbito.

Desvinculação do Instituto Médico Legal ou Departamento Médico Legal (IMP/DML) da Secretaria Estadual de Segurança Pública e da Polícia Civil

Deverá ser criado centro avançado de antropologia forense, com atribuição para a realização de perícias criminais independentes da Secretaria Estadual de Segurança Pública, e com plena autonomia, de modo a garantir independência do órgão na produção dos laudos, sem que haja qualquer ingerência na atividade dos peritos pelos órgãos de segurança pública.

Dignificação do sistema prisional estadual e socioeducativo

Dentre os pontos mais graves, do ponto de vista negativo, em nosso atual

estado democrático de direito, estão os sistemas prisional e socioeducativo, onde registra-se o desrespeito aos Direitos Humanos, com ausência de políticas voltadas à reinserção social dos apenados. Estes são entregues ao desleixo e à marginalidade tendo, às vezes, como única solução, a imersão no submundo do crime.

É urgente abolir procedimentos vexatórios e humilhantes, como a revista íntima em idosos, mulheres e crianças, bem como sejam propiciados ambientes saudáveis de visitação e convívio. Desta forma, com o apoio de suas famílias, presidiários poderão melhor cumprir suas penas, sem tornar-se vítima da destruição moral decorrente do encarceramento.

Nesse sentido, a construção de penitenciárias menores, com número reduzido de presos, respeito à higiene e à intimidade do preso, acesso à formação escolar-profissional, trabalho, biblioteca, refeitório com alimentos balanceados e adequadamente conservados, celas com número reduzido de presidiários, separação conforme o delito praticado, a reincidência, a idade, a orientação sexual e celas especiais para transexuais, é algo que traria grandes melhorias ao sistema e à comunidade em que os presídios se inserem.

Revogação da Lei de Segurança Nacional

A Lei Federal nº 7.170/1983, adotada no ocaso da ditadura militar, não guarda conformação com a Constituição Federal de 1988, nem tampouco com os tratados internacionais sobre Direitos Humanos assinados e ratificados pelo Brasil, de modo que impõe-se a revogação ou a substituição por um diploma que atenda o modelo do Estado Democrático de Direito, com a promoção e proteção aos Direitos Humanos.

Aperfeiçoamento das leis penais e processuais, com a tipificação de figuras penais correspondentes a crimes de lesa-humanidade

É nossa recomendação, e também das Comissões da Verdade, uma reforma profunda e estrutural em toda a legislação brasileira, para que os tipos penais caracterizados internacionalmente como crimes contra a humanidade e, especialmente, a figura do ‘desaparecimento forçado’, sejam incorporados ao direito penal interno.

Desmilitarização das polícias militares

Não é possível que, em um Estado democrático de direito, haja polícias militares vinculadas às forças armadas, com atribuição para policiamento ostensivo,

como se verifica no país. Atributos militares são incompatíveis com o exercício da segurança pública no Estado Democrático de Direito, cujo maior interesse deve ser servir ao cidadão. A polícia é serviço público e, portanto, deve atender os interesses das comunidades, de modo que a desmilitarização das polícias é um dos principais desafios a enfrentar.

Sítios de memória, em âmbito federal, estadual e municipal

Instituição de uma política pública de criação de sítios de memória [dos crimes da ditadura], em nível federal, estadual e municipal, com a identificação e o tombamento de imóveis utilizados como centros de repressão, ou locais de detenção durante o período ditatorial, que passariam a ser aproveitados como memoriais ou museus, inclusive com a adoção das medidas necessárias à sua recuperação e/ou restauração.

Aqui se insere a urgência para se ultimar a desapropriação do “Dopinha”, localizado em Porto Alegre, na Rua Santo Antônio, nº 600, local de tortura no Estado do Rio Grande do Sul. Desapropriado, poderá servir como memorial, como já ocorrem em outros países da América Latina, especialmente Argentina e Chile, onde há espaços para recordar os mortos e desaparecidos, deixados pelos regimes ditatoriais.

Retirar homenagens a pessoas que tenham sido direta ou indiretamente responsáveis por violações de direitos humanos

Importante, dentro deste quadro de reformas, que as homenagens a ditadores, funcionários públicos e torturadores, direta ou indiretamente ligados à prática de violações de direitos humanos ocorridas no Brasil, sejam retiradas.

Homenagear vítimas diretas da ditadura militar em ruas, escolas, logradouros e bairros e no interior de órgãos públicos

Por fim, que as pessoas assassinadas pela Ditadura Militar sejam lembradas por meio de homenagens com a nomeação de ruas, logradouros, escolas, bairros e no interior de órgãos públicos, como forma de preservar a memória daqueles que pereceram lutando contra o regime de exceção (de 1964 a 1985).

Promover a busca de cópias dos arquivos policiais e de outras entidades, bem como dos agentes repressivos

Localizar documentos ainda ocultos pelas forças de segurança e forças armadas. Especialmente no caso do Rio Grande do Sul, os arquipos do DOPS, que devem ser abertos e divulgados à sociedade. Os originais foram incinerados pelo interventor Almaral de Souza, que deve ser responsabilizado mesmo post-mortem

Recomendações Especiais

Além dessas conclusões, algumas outras recomendações são especiais. A primeira delas visa garantir acesso à informação, para que aquilo que ocorreu no Brasil entre, 1964 e 1985, nunca mais se repita. Isso seria alcançado através de palestras sobre o tema, especialmente nas escolas. A segunda, é a de institucionalizar as comissões da verdade, tornando-as permanentes, de modo a promover uma completa e itinerante verificação dos crimes de lesa humanidade que ainda hoje, e cada vez mais, são praticados no Brasil.

Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana no RS

Manuela vai presidir espaço em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

Francis Maia - MTE 5130 | Agência de Notícias

A deputada Manuela d'Ávila (PCdoB) disse na quarta-feira (29/03/17), no ato de instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, que o espaço legislativo vai atuar na interlocução das agendas de inclusão dessa comunidade, historicamente vítima do racismo e intolerância. A cerimônia reuniu, no Salão Júlio de Castilhos, a deputada Miriam Marroni (PT), Tarcísio Zimmermann (PT), a vice-prefeita de São Leopoldo, Paulete Souto e expressivas lideranças dos povos tradicionais de matriz africana.

Na saudação, a deputada Manuela d'Ávila destacou que “o Parlamento, em tese, é o espaço que representa a totalidade do povo, e se o povo tradicional de matriz africana não se encontra representado neste Parlamento, se o conjunto dos espaços não escuta as reivindicações de vocês, algo está errado”. Os povos de matriz africana atuam como unidades de resistência africana no Brasil, núcleos responsáveis pela manutenção do convívio através de territórios próprios e forte referência comunitária. Ela referiu que “vivemos tempos difíceis, tempos em que a intolerância contra a diversidade se manifesta de forma acentuada e cruel, e nessa hora os povos tradicionais de matriz africana são os que sofrem os sucessivos preconceitos e os atos de intolerância, seja por carregarem a história dos negros e negras trazidos à força nas embarcações para este país; seja por terem o seu sagrado diverso daquele normatizado pelas convenções cristãs; ou ainda por terem mulheres no espaço de protagonismo e poder como em nenhum outro espaço”. Antecipou que a criação da Frente Parlamentar objetiva “corrigir um limite da Assembleia, de não termos a representação cotidiana e política das pautas de vocês aqui dentro”, espelhando-se na história de acolhimento do Rio Grande do Sul. “Nosso debate é sobre o quão ampla é essa liberdade, igualdade e humanidade dos gaúchos, se serve para todos, ou se serve só para alguns; se só contempla os católicos e cristãos ou se contempla aqueles que têm um sagrado diverso”, afirmou.

Igualdade e ancestralidade

Coordenadora Nacional e Estadual do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, Iyá Vera Soares – representando os povos tradicionais de matriz africana – recapitulou a articulação para “colocar no seu devido lugar aquilo que realmente somos e representamos, dizendo que temos uma tradição e por isso somos povos tradicionais, filhos de uma diáspora que foi transformada em crime de lesa humanidade, porque fomos extorquidos de nossa raiz”. Iyá, que em Yorubá significa mãe, falou sobre a sua “unidade tradicional de matriz africana, que antigamente chamávamos de terreiro”, para mostrar que no Século 21 é com um novo olhar que a sua ancestralidade busca respeito e igualdade. “A escola não ensinou a nossa história, disse ao mundo que éramos qualquer coisa, pai de santo, mãe de santo”, observou Vera, expressando a formação da Frente Parlamentar como resultado de estudos e pesquisa para enfrentar o racismo no Estado e as pautas da comunidade que “sempre foi relegada a segundo plano embora tenha construído este país”. Ela reivindicou revisão da desigualdade social e racial, “a origem do doloroso racismo que sobrevive disfarçado na sociedade”. O Fórum Nacional de Povos Tradicionais de Matriz Africana está organizado em 21 estados e Iyá Vera espera que uma das primeiras ações da Frente Parlamentar seja a transformação em lei do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. “Queremos a discussão de direitos”, resumiu, apontando para as disparidades de gênero, o genocídio de jovens negros e, também, “o direito de termos a nossa soberania alimentar, compartilhar o alimento da matéria com a nossa ancestralidade, com as nossas divindades, que no passado se chamava sacralização e hoje dizemos que é um abate sagrado”. O ato se encerrou com a manifestação de Tata Edson, também coordenador do Fórum. Ele enfatizou a necessidade de a ação colegiada refletir “os anseios dos nossos antepassados que foram escravizados no país” do ponto de vista dos direitos humanos.

Caravana da Cidadania

Em Horizontina a Caravana da Cidadania debate violência contra as mulheres

A Caravana da Cidadania da CCDH, presidida pelo deputado Jeferson Fernandes (PT), realizou audiência pública em Horizontina na sexta-feira (10/03/17), na Câmara de Vereadores, para tratar sobre assédio sexual na cidade.

Foram convidados para participar da audiência pública representantes das seguintes entidades: Ministério Público, Judiciário, Defensoria Pública e Secretaria da Segurança Pública no município, Secretaria de Direitos Humanos, Prefeitura Municipal de Horizontina, Conselho Municipal da Mulher, e demais entidades da região que trabalham com o tema de Direitos Humanos.

Dando início à audiência, a Vereadora Ana Denise Strapasson nominou os convidados para comporem a mesa: Sargento Elton Brunin, representante do Comando da Brigada Militar; Dr. Tiago Jardim, Procurador-Geral do Município de Horizontina; Sra. Elisabeth Pilau, representando o Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura de Horizontina; Sra. Adenaide Strasburger, representando o Grupo Unidos da Vida; Sra. Arianne Leitão, Ex-Secretária de Políticas para Mulheres do Governo do Estado e assessora da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; Sra. Zuleica Wehner, Secretária da Saúde do Município de Horizontina; e o Sr. Jones Cunha, Vice-prefeito de Horizontina.

A vereadora Ana Denise Strapasson fez uma saudação inicial cumprimentando todos os presentes e saudando a presença da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, informando que a Comissão foi convidada para tratar de denúncias no município justamente na semana alusiva ao Dia Internacional da Mulher, que é uma semana de luta e que até hoje ainda as mulheres continuam lutando por melhores condições de trabalho e dignidade.

O deputado Jeferson Fernandes, em sua saudação, lembrou das discussões realizadas em outra oportunidade em que a Comissão esteve em Horizontina e do compromisso acordado à época pela prefeitura e outras instituições, no sentido de fazer uma Rede de proteção às crianças e adolescentes, para que os órgãos envolvidos trabalhassem de forma articulada e de forma a prevenir para que os casos de violência não aconteçam. “Todos precisam ter compromisso com esta causa. Todas as instituições são responsáveis, mas a sociedade também tem que se envolver” – destacou.

O presidente, após este breve histórico, falou sobre o trabalho desenvolvido pela CCDH, sobre os assuntos tratados pela Comissão e os encaminhamentos realizados através da Rede de Direitos Humanos e da importância da mediação de conflitos.

A Dra. Cátia Paula Saft falou sobre como a violência contra a mulher acaba recaindo também sobre a família, em especial, sobre as crianças e adolescentes, da importância do trabalho conjunto para combater estas violências. Falou ainda sobre o ciclo da violência, e que a comarca tem um grande volume de denúncias de violência doméstica. Jones Cunha, Vice-Prefeito de Horizontina, falou sobre a importância das políticas públicas para as mulheres. Destacou que a prefeitura tem quatro mulheres como secretárias municipais.

A ex-secretária Estadual de Mulheres do governo de Tarso Genro, Arianne

Leitão, que assessora a Comissão nos temas de gênero e crianças e adolescentes, falou sobre a importância da retomada do debate sobre as políticas públicas para mulheres num contexto em que tanto o governo brasileiro como o gaúcho extinguiram as Secretarias de Políticas Públicas para as Mulheres e reduziram os orçamentos para as áreas, fruto de governos conservadores, sem mulheres nos espaços de poder. Ressaltou a importância das redes de proteção e de atendimento, com o envolvimento de vários órgãos públicos. Falou da necessidade de um sistema nacional de políticas para as mulheres, como o SUS, com legislação que garanta a sua implantação, com recursos garantidos. Falou da importância da rede de proteção do município de Horizontina para a cidade e a região. Que a CCDH está à disposição para tratar destes temas e é parceira para encaminhar soluções e monitorar as denúncias de casos ocorridos. Citou as denúncias que a CCDH recebeu da cidade de Horizontina, que extrapolam a violência doméstica e se configuram violência institucional, na qual representantes do poder público, que deveriam proteger acabam muitas vezes assediando as mulheres. Afirmou que precisamos estar atentos para que estes casos não evoluam para a constituição de redes de exploração sexual de mulheres.

O deputado Jeferson Fernandes também falou sobre as dificuldades que as vítimas tem em fazer as denúncias, citando alguns casos recebidos, principalmente quando se trata de casos de violência sexual, onde a vítima muitas vezes é culpabilizada pelo ocorrido. Enfatizou que nos municípios onde tem atuação e acolhimento para as mulheres, o número de casos de denúncias é alto, porque as mulheres se sentem encorajadas a fazê-las. E que nos municípios onde não há registros isso ocorre porque as mulheres não tem como fazer a denúncia. Que se houvesse uma rede de assistência, atuando em conjunto com associações, igrejas, enfim, trabalhando de forma preventiva, provavelmente, a situação não evoluiria para “caso de polícia”.

O vereador de Santa Rosa, Dado Silva, fez um relato sobre a criação, no seu município, da Frente Parlamentar de ombate à Violência contra a Mulher e das dificuldades de fazer com que outros vereadores homens se somassem à iniciativa.

Fátima Regina Presotto, Diretora do CPERS de Santa Rosa, ressaltou a importância do trabalho da Frente Parlamentar, do vereador Dado Silva, de Santa Rosa. Referiu que, na época, fazia parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Santa Rosa - CONDIM, representando o CPERS, e que infelizmente, o Conselho não abraçou o projeto da Frente Parlamentar como deveria, em função de disputa política partidária; e hoje o CPERS não possui mais representação no referido Conselho.

Marli D. Schmidt, pastora da IECLB, falou sobre os estereótipos construídos ao longo de muitos anos, sobre denúncias de abuso sexual e as dificuldades para lidar com as situações, de como as mulheres se sentem culpadas e não vítimas.

Também falou sobre a importância de ensinar as crianças, meninos e meninas sobre o respeito mútuo.

A delegada de Polícia de Horizontina, Beatrice Dedier, enfatizou a importância da preservação das vítimas, da não exposição na imprensa. Tem-se aproximadamente 20 casos por ano, a maior parte contra crianças e adolescentes. “A delegacia conta com três policiais civis mulheres para receber as denúncias, que fazem um acolhimento a estas vítimas. As pessoas devem encaminhar para a delegacia os casos. Recebemos denúncias de conselheiros tutelares e de diretoras de escolas. Quando o agressor é denunciado, mesmo que não seja preso, normalmente cessa a violência no momento em que o caso chega à polícia. A Lei Maria da Penha possui medidas protetivas onde o agressor pode ser afastado imediatamente das vítimas. Com a Lei Maria da Penha é possível pedir a prisão preventiva, em muitas situações. Muitas vezes, os casos que chegam ao judiciário são uma parte, pois nem todas as mulheres levam a denúncia adiante.

Hedi Baron, do Sindicato dos Bancários de Santa Rosa, afirmou que é necessário tratar os agressores, a saúde emocional destes homens agressores, que precisam de ajuda, porque cadeia não resolve.

A vereadora Lúcia Calegaro Marmitt, de Três de Maio, destacou a importância de discutir o tema proposto na audiência. Disse que o seu município tem uma secretaria da Mulher e o Conselho Municipal da Mulher, que reúne diversos segmentos da sociedade civil e do governo, que tem ainda o Centro de Referência Flor de Lis, que atende as mulheres da cidade e de toda a região. Falou sobre o Centro de Referência, que tem uma equipe multidisciplinar com assistentes sociais e psicólogos e tem o acompanhamento do judiciário e Ministério Público, constituindo uma rede de atendimento, onde existe uma preocupação com a mulher e também com as crianças. Afirmou que tem Conselheiros Tutelares sem preparo, que em vez de proteger a criança, protegem o agressor. Fez ainda um relato pessoal da violência doméstica que sofreu e considera, diante de tudo isso, que as mulheres não podem se calar.

O Sargento Elton Bruning, representante do Comando da BM, falou que a Brigada atende muitas ocorrências de violência contra a mulher, que em 90% dos casos a BM é a primeira a chegar, quem faz o primeiro atendimento. Entende que a rede é muito importante, pois depois do primeiro atendimento, após registrar a ocorrência, precisam ter o acolhimento, pois muitas vezes as mulheres continuam com os agressores, pois não tem alternativa.

A assessora da CCDH para assuntos de gênero, Ariane Leitão, disse que a ação do Estado é fundamental para coibir a violência e a importância da legislação. Que a rede de atendimento é uma política pública importante, mas não é a única. Afirmou que “precisamos trabalhar na prevenção, através da educação com as crianças, e discussão nas escolas através da educação sexual e de gênero

ro. É necessário também alternativas e oportunidades de trabalho e renda para as mulheres saírem das situações de violência. E além da violência doméstica precisamos discutir a violência do assédio moral e sexual, que se dá no espaço público, no local de trabalho. Não podemos aceitar naturalmente isso. É uma violência exercida por quem tem poder ou por quem emprega a mulher”.

A vereadora Ana Denise Strapasson propôs o fortalecimento da rede existente, chamando todas as secretarias que já trabalham com mulheres e crianças. Propôs também a criação, na Câmara de Vereadores de Horizontina, da Procuradoria da Mulher, com uma equipe técnica para trabalhar no fortalecimento da rede. O deputado Jeferson, no encerramento do evento, enfatizou a importância do debate realizado e avaliou positivamente os encaminhamentos propostos, como a criação da Procuradoria da Mulher.

Caravana da Cidadania apresenta o método Apac em Palmeira das Missões

Através da Caravana da Cidadania, criada com o objetivo de incentivar o exercício da cidadania a partir de um processo de conhecimento e debate da realidade, a CCDH, por meio de seu presidente, o deputado Jeferson Fernandes (PT), participou na quinta-feira (11/05/17), em Palmeira das Missões, de uma audiência pública para tratar do método APAC e da possibilidade de implantação na cidade.

A APAC e seus objetivos

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que se dedica à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade, bem como socorrer a vítima e proteger a sociedade. Opera, assim, como uma entidade auxiliar do Poder Judiciário e Executivo, respectivamente na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade. Sua filosofia é ‘Matar o criminoso e Salvar o homem’, a partir de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado.

O objetivo da APAC é gerar a humanização das prisões, sem deixar de lado a finalidade punitiva da pena. Sua finalidade é evitar a reincidência no crime e proporcionar condições para que o condenado se recupere e consiga a reintegração social.

A primeira APAC nasceu em São José dos Campos (SP) em 1972 e foi idealizada pelo advogado e jornalista Mário Ottoboni e um grupo de amigos cristãos. Hoje, a APAC instalada na cidade de Itaúna/MG é uma referência nacional e internacional, demonstrando a possibilidade de humanizar o cumprimento da pena.

Método inovador e de sucesso nasceu no Brasil e espalhou-se no exterior

O método socializador da APAC espalhou-se por todo o território nacional (aproximadamente 100 unidades em todo o Brasil) e no exterior. Já foram implantadas APACs na Alemanha, Argentina, Bolívia, Bulgária, Chile, Cingapura, Costa Rica, El Salvador, Equador, Eslováquia, Estados Unidos, Inglaterra e País de Gales, Latvia, México, Moldovia, Nova Zelândia e Noruega.

Dados estatísticos apresentados em 2009 comprovam a eficácia do método

O custo de cada preso para o Estado corresponde a quatro salários mínimos enquanto na APAC a um salário e meio;

O índice nacional de pessoas que voltam a praticar crimes é, aproximadamente, de 85% e na APAC corresponde a 8,62%.

A Apac não é remunerada para receber ou ajudar os condenados. Ela se mantém através de doações de pessoas físicas, jurídicas e entidades religiosas, de parcerias e convênios com o Poder Público, instituições educacionais e outras entidades, da captação de recursos junto a fundações, institutos e organizações não governamentais, bem como das contribuições de seus sócios.

O debate na audiência pública

Durante a realização da audiência pública, o deputado Estadual Jeferson Fernandes (PT) apresentou um breve relatório sobre o sistema prisional do Rio Grande do Sul, feito pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, e defendeu a implantação do método APAC. “Ninguém está falando nada além do que diz a lei de execução penal. O método cumpre rigorosamente o que nela está determinado.”, afirmou.

Já o Procurador de Justiça Gilmar Bortolotto, fez uma explanação sobre o método que visa a transformação e recuperação do apenado através de 12 elementos essenciais: participação da comunidade, recuperando ajudando recuperando, trabalho, religião, assistência jurídica, assistência à saúde, valorização humana, envolvimento familiar, voluntariado, Centro de Reintegração Social, Mérito e Jornada de Libertação com Cristo.

Para o vereador Sidinei Oliveira, o método APAC surge como uma ideia para atender a demanda local que envolve a superlotação do presídio e como forma de transformação de vida para os apenados. “Além da questão das vagas, precisamos cuidar das pessoas que chegam lá e o método APAC oportuniza uma mudança de vida, de fato”, disse o vereador.

Após as explanações, o Promotor de Justiça João Paulo Cardozo, concluiu a audiência mencionando a criação de um grupo de mensagens via celular com todos os presentes na audiência para a troca de informações e visitas às entidades que possam contribuir com a ideia, para que haja a constituição jurídica da instituição no município.

Compuseram a mesa durante a audiência pública: vereador Sidinei Oliveira (proponente da audiência); prefeito de Palmeira das Missões, Eduardo Russo-mano Freire; presidente do Poder Legislativo, Antonio Zottis Padilha; deputado estadual Jeferson Fernandes (presidente da CCDH); promotor de Justiça, João Paulo Cardozo; procurador de Justiça, Gilmar Bortolotto; presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/POA, Roque Reckzieger; promotor de Justiça, Guilherme Martins; Juiz de Direito, Antônio Carlos de Castro Neves; diretor do Presídio de Palmeira, Fausto Gomes de Souza.

Autoridades e lideranças regionais aprovam projeto para implantação de APAC em Três Passos (*)

Equipe Técnica CCDH

Autoridades e lideranças da Região Ceileiro reuniram-se na manhã de sexta-feira (26/05), em Três Passos, no auditório do Centro Empresarial, a fim de objetivar a discussão sobre a implantação de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), como alternativa ao sistema prisional tradicional.

A Juíza de Direito, Vivian Feliciano, titular da Vara de Execuções Criminais, destacou a situação carcerária regional e a importância da união dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como, dos membros das entidades organizadas, para uma solução à superlotação do Presídio Estadual de Três Passos.

Após, o deputado estadual Jeferson Fernandes, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apresentou o trabalho desenvolvido pelo Parlamento Gaúcho em relação à APAC. O direito à segurança pública, segundo ele, é uma condição de cidadania e dignidade, devendo ser respeitada e concretizada pelo Estado.

Todavia, conforme o deputado, o sistema carcerário atual não cumpre com o seu papel ressocializador do apenado, servindo, sim, como um “quartel general do crime”. Dessa forma, o parlamentar pontua que o poder público, com apoio dos diversos segmentos instituídos, precisa possibilitar que o apenado volte reeducado à sociedade, destacando a APAC como uma alternativa.

O Procurador de Justiça, Gilmar Bortolotto, no mesmo sentido, acrescentou

(*) Fonte: Gabinete da 1ª Vara Judicial de Três Passos

a necessidade de se construir uma alternativa à execução da pena com um fundamento humanitário. De acordo com ele, atualmente, a população carcerária gaúcha alcança 36 mil presos, dos quais 70% são reincidentes, o que demonstra a ineficiência do sistema prisional para reabilitar o condenado.

Conforme Bortolotto, o Método APAC apresenta-se como solução para o problema dos presídios tradicionais, pois envolve a participação da comunidade, o protagonismo do recuperando, a espiritualidade ecumênica e assistência à saúde e jurídica, com vista à valorização humana. “Em 45 anos [fundação da primeira APAC], não houve registro de rebelião ou violência nas APAC’s”, pontuou.

O Padre Vitor Hugo Gerhardt, representante da Secretaria Estadual de Segurança Pública, mencionou que o Método APAC se fundamenta em uma disciplina rigorosa para que o interno possa reorganizar a mente, revigorar a autoestima e solidificar a espiritualidade. Assim, de acordo com o religioso, mantém-se viva a relação entre família, religião e Estado.

Após as exposições, o projeto de constituição de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) em Três Passos foi aprovado por unanimidade. Representantes da Associação dos Municípios da Região Celeiro (Amuceleiro), Associação das Câmaras de Vereadores da Região Celeiro (Acamrece), Câmara do Comércio, Indústria e Serviços (Cacis), Conselho da Comunidade, Defensoria Pública e Coordenadoria Regional de Educação manifestaram apoio à proposta.

Uma reunião entre os representantes das entidades e o Poder Judiciário será realizada nesta semana. O objetivo é iniciar os trabalhos para a formalização da primeira APAC no interior do Rio Grande do Sul.

Caravana da Cidadania debate em Cruz Alta Rede de Proteção aos Direitos Humanos

Equipe Técnica CCDH

A Caravana da Cidadania, organizada pela CCDH, realizou na sexta-feira, 11/08/17, na Câmara de Vereadores de Cruz Alta, mais um evento voltado à articulação de redes de proteção aos direitos humanos.

Realizada em parceria com a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, a atividade, coordenada pelo presidente da CCDH, deputado Jeferson Fernandes (PT), lotou o Plenário do Parlamento Municipal, através da representatividade de vários segmentos sociais e institucionais. A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Natália Steinbrenner, destacou a importância do evento para fomentar a organização dos diversos segmentos sociais que precisam exigir das autoridades públicas e da sociedade em geral a

efetivação dos seus direitos. Segundo ela, “vivemos em uma sociedade que exclui milhares de direitos básicos como moradia, alimentação, saúde e educação e que discrimina por cor, posicionamento político e orientação sexual. Por isso é preciso fortalecer essas redes solidárias que buscam a afirmação de direitos assegurados na constituição mas negados no dia a dia de nosso povo mais humilde”.

O prefeito municipal, Vilson Roberto Bastos dos Santos, saudou a todos os presentes e destacou as políticas públicas sociais desenvolvidas no município, que muito contribuíram para a afirmação de direitos de cidadania. Conforme o seu pronunciamento, “Cruz Alta avançou muito nos oito anos em que estivemos à frente da administração da cidade e precisamos voltar a ter protagonismo e articulação com outras esferas de poder para qualificar a nossa ação. Por isso, agradeço ao deputado Jeferson Fernandes por trazer a Caravana aqui na cidade e possibilitar que façamos uma importante reflexão sobre os desafios que temos enquanto agentes públicos com grandes demandas sociais para resolver.

Após as falas iniciais de saudação, o deputado Jeferson Fernandes, presidente da Comissão de Direitos Humanos, realizou a sua explanação, enfatizando a urgência de uma agenda de direitos humanos em um momento de regressão dos mesmos. Conforme ele, “falar em direitos humanos é falar em trabalho, dignidade, moradia para todos, acesso à serviços de educação e saúde de qualidade, direito à liberdade de expressão e à diversidade. É uma agenda civilizatória, que dialoga com os valores mais elevados já produzidos pela humanidade e que se perdem nesse turbilhão de miséria e exclusão social que vivemos” – destacou.

Após a palestra, inúmeras pessoas representantes de vários segmentos sociais fizeram uso da palavra, endossando a ideia de constituição de uma Rede de Proteção aos Direitos Humanos, capaz de integrar uma agenda comum e estabelecer pautas específicas a serem compartilhadas pelos mais diversos movimentos e entidades.

Caravana da Cidadania debate violência contra a mulher em Livramento

Equipe Técnica CCDH

O Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, deputado Jeferson Fernandes (PT), em parceria com o Instituto Mulheres de Santana, realizou na sexta-feira, 14/08/17, na sede local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mais uma atividade da Caravana da Cidadania, voltada a debater o tema da violência contra as Mulheres.

O Instituto Mulheres de Santana surge com a missão de prevenir e combater toda e qualquer forma de violência contra a mulher e intrafamiliar, através de ações educativas, culturais e socioassistenciais, contribuindo para a redução das situações de violência.

Livramento, localizada na Fronteira Oeste do RS, é cidade gêmea com Rivera, Departamento da República Oriental do Uruguai. A “fronteira”, como é conhecida a localidade, possui um dos maiores índices de violência contra a mulher no estado do Rio Grande do Sul.

Reunindo várias lideranças feministas de Livramento e Rivera, o debate foi considerado muito positivo pela presidente do Instituto, Luciana Silveira Larruscaim, que agradeceu a “excelente tarde de conversa e troca de conhecimentos sobre a temática da violência doméstica. Apesar das notícias trazidas pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos referente à manutenção e investimentos nas políticas públicas para as mulheres serem negativas, tomamos conhecimento da importância da atuação das instituições não governamentais na sociedade. Seguiremos lutando para que nenhuma mulher seja vítima de qualquer forma de discriminação e violência. Parabenizamos a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do RS pelo excelente trabalho que está realizando” - disse.

O deputado Jeferson Fernandes, por sua vez, destacou o trabalho que a CCDH vem realizando em todo o RS, no sentido de acolher denúncias de violência contra as mulheres, na perspectiva de responsabilização criminal dos agressores, bem como na articulação de redes de proteção e acolhimento às mulheres. “No governo de Tarso Genro tivemos avanços extraordinários, como a criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, que infelizmente foi extinta pelo governador Sartori. Se os gestores não têm compreensão e sensibilidade para essa temática, fica difícil superar o machismo e suas terríveis consequências, que lamentavelmente em algumas situações chega ao óbito da mulher vitimada. Mas não podemos desanimar. Iniciativas como a das militantes feministas de Livramento, de criação de um Instituto pra debater com a sociedade a temática da mulher, servem de estímulo e exemplo para o fortalecimento dessa luta” - destacou.

CCDH e Defensoria Pública realizam inspeção no Pio Buck e Centro de Triagem do Central

Equipe Técnica CCDH

No dia 26 de junho de 2017, A CCDH, acompanhada da Defensoria Pública Estadual, realizou uma inspeção junto ao Instituto Penal Pio Buck e ao Centro de Triagem do Presídio Central, considerando denúncias anônimas acerca das condições degradantes de detenção, bem como da permanência do ônibus cela ‘Trovão Azul’.

No Pio Buck, a Brigada Militar exerce, em desvio de função, a custódia dos presos que se encontram provisoriamente e precariamente recolhidos em uma única cela, localizada nos fundos da Central de Monitoramento, com capacidade máxima de abrigagem de 45 presos.

O local é precário inclusive para os agentes de segurança pública, que permanecem no local com as viaturas, uma vez que quando ultrapassado o limite de 45 presos, os demais são acomodados nas viaturas. Na oportunidade, havia quatro presos em viaturas. No total, havia 49 presos, 45 na cela e quatro nas viaturas.

Na cela coletiva se encontram presos de facções diversas. O banheiro é coletivo, há um único chuveiro, dois vasos sanitários, sendo que um deles estaria sem condições de uso. Há camas, colchões e cobertas para todos os 45 presos, mas não há separação, tampouco acesso à medicação ou tratamento, sendo que havia no local pessoas portadoras de tuberculose, HIV e outras doenças, sem qualquer acesso a um tipo de acompanhamento e tratamento.

Não é permitida a visita, sequer dos advogados, não há banho de sol ou pátio, a comida é precária e em pouca quantidade, de acordo com os presos, se constitui em arroz e um pedaço de carne. Alguns familiares conseguem alcançar roupas, mas não se permite o ingresso de material de higiene e comida. Aliás, os familiares ainda continuam sem saber para onde os seus parentes estão sendo levados. Por isso, contatamos esses familiares via telefone para informar.

Foram encontrados presos há mais de 20 dias nessa situação, sem remoção para estabelecimento prisional adequado. Havia 16 policiais realizando a custódia no local, todos da Brigada Militar e dois agentes da Guarda Municipal de Porto Alegre. Não há a presença da SUSEPE. De acordo com a Brigada Militar são eles quem, inclusive, via telefone, permanecem tentando a remoção dos presos.

Os presos afirmam que todos os dias o choque da Brigada Militar realiza revista na cela e coloca todos para a rua, permanecendo estes presos despidos, inclusive, tendo que realizar agachamentos, em verdadeira revista vexatória. Há relatos de agressões e de utilização de spray de pimenta e de gás. Além disso, afirmam que seus pertences são destruídos muitas vezes nessas ações.

Posteriormente, a inspeção foi realizada no Centro de Triagem do Presídio Central, localizado onde era abrigado o antigo anexo do semiaberto feminino, na Perimetral.

A comitiva foi recepcionada pela SUSEPE, a qual recentemente logrou obter computador e um alojamento mínimo para exercerem o seu trabalho dignamente no local, embora o Centro tenha sido inaugurado no final de 2016. A construção é precária e frágil, visivelmente improvisada para abarcar 70 presos que se encontravam no local. Por cela, as quais contam com camas, cobertores e banheiro para todos, são 12 presos. Também houve relato no sentido da ausência de visita e da entrada de bens que são permitidos nos estabelecimentos prisionais, via de regra. Além disso, a maior reclamação foi em relação ao atendimento médico, sendo precário. Contudo, não houve denúncia de maus tratos ou agressões.

Foram obtidas informações que o ônibus cela “Trovão Azul” se encontrava estacionado no pátio do Complexo de Charqueadas, mas sem presos no seu interior.

O breve relatório dá conta da violação da normativa internacional, constitucional e interna de Direito Brasileiro, não havendo dúvidas que as condições de detenção e de alojamento dessas pessoas são ilegais, degradantes, precárias, desumanas e torturantes. Portanto, a manutenção de pessoas detidas em tais condições, revela frontal violação extrema de Direitos Humanos por parte do Estado do Rio Grande do Sul.

4 FAMILIARES DE VÍTIMAS DA BOATE KISS – Descrição de iniciativas tomadas no âmbito da Assembleia Legislativa

A dupla tragédia enfrentada pelos pais das vítimas da Kiss

Valdeci Oliveira ()*

Por meio, principalmente, das Comissões de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) e de Saúde e Meio Ambiente (CSMA), a Assembleia Legislativa Gaúcha acompanha, debate e trata dos desdobramentos da tragédia da boate Kiss desde o dia posterior à ocorrência deste lamentável episódio, o qual, em 2018, completou cinco anos de passagem. A acolhida e o apoio aos pais e familiares das vítimas e sobreviventes têm sido um dos principais papéis cumpridos pelo Parlamento na longa, dolorida, mas legítima luta por justiça e pela reparação dos direitos daquelas pessoas - a maioria estudantes universitários - que tiveram suas vidas interrompidas ou traumatizadas naquela terrível madrugada do início de 2013.

Neste sentido, o Legislativo gaúcho promoveu audiências públicas, colaborou na divulgação da campanha de construção do Memorial de Santa Maria, denunciou a precarização da rede de atendimento aos sobreviventes e construiu coletivamente uma lei, que apesar de flexibilizada após a sua aprovação, modernizou a estrutura de proteção e de prevenção a incêndios no nosso território.

Importante destacar também o repúdio público e veemente prestado por parlamentares de diferentes partidos, membros da CCDH, no que diz respeito à desumana ação judicial movida contra pais de vítimas da Kiss por suposta prática de calúnia e difamação. Esse revoltante episódio representou a eclosão de uma nova tragédia dentro da tragédia da Kiss. Pais que já estavam profundamente comovidos pela perda repentina dos seus filhos dentro de uma boate foram, inaceitavelmente, levados aos tribunais, correndo o risco de serem penalizados judicialmente, pelo simples fato de lutarem pela responsabilização dos culpados pelas 242 mortes.

Aliás, mesmo com o pedido de absolvição feito pelo Ministério Público Estadual, esse tema está longe de estar equacionado, pois os pais que foram vítimas dos processos e de uma inegável humilhação desejam, legitimamente, ir até o fim no esclarecimento de que não mentiram e não caluniaram ninguém. A Assembleia Legislativa, que é a casa dos grandes temas do Rio Grande do Sul, continuará acompanhando todos os desdobramentos da tragédia da boate Kiss e dando suporte ao elo mais frágil desta cadeia, que são aqueles que perderam pedaços da sua própria história mesmo dentro de uma edificação que nunca reuniu as condições legais para operar um dia sequer.

(*) Deputado estadual e vice-presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa

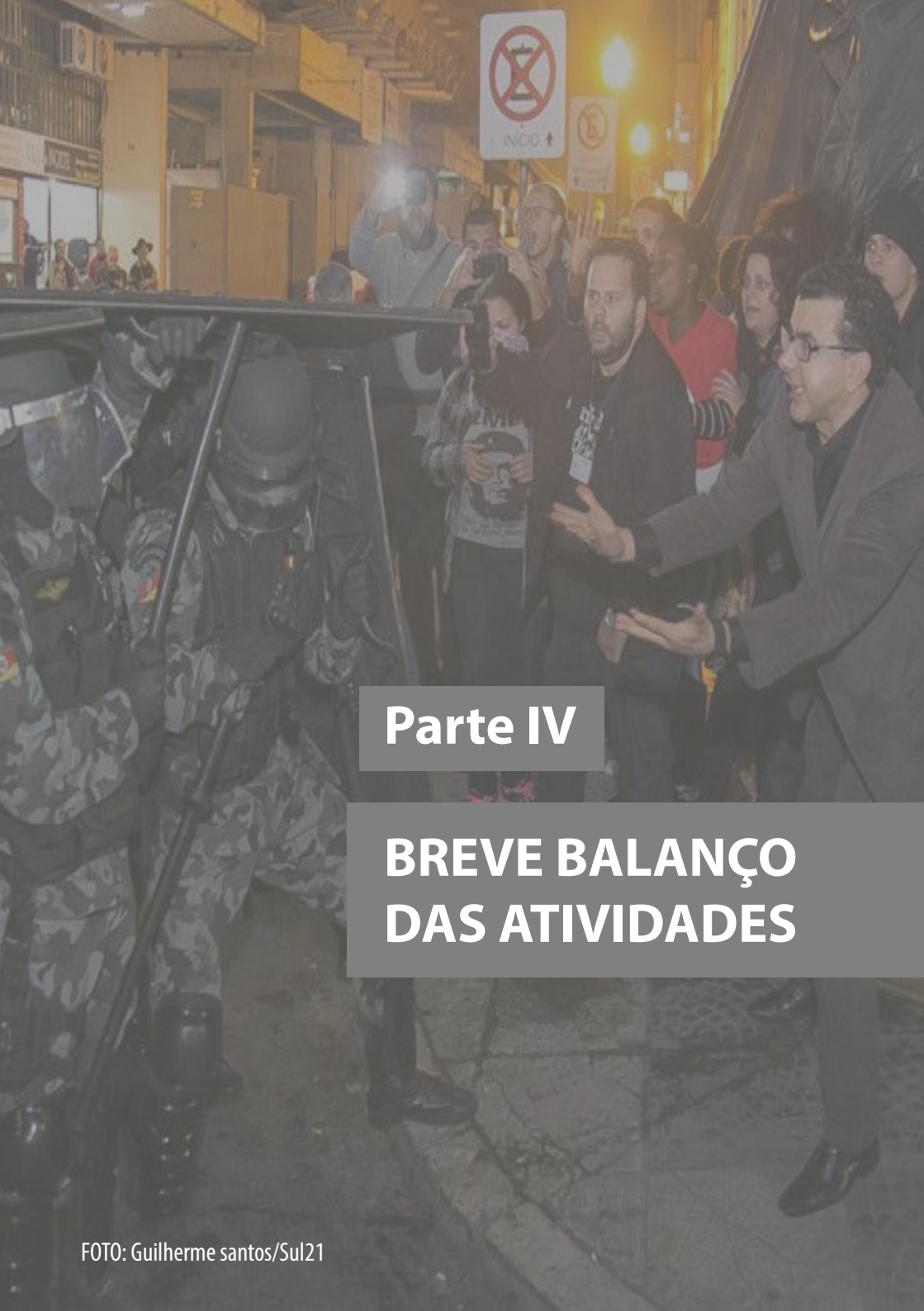
CCDH presta homenagem à Associação Comunitária Participativa de Porto Alegre

Olga Arnt - MTE 14323 | Agência de Notícias

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Jeferson Fernandes (PT), homenageou a Associação Comunitária Participativa de Porto Alegre (ACOMPAR) em sua reunião ordinária de quarta-feira (09/05/17). A entidade, que completou 50 anos de existência na última sexta-feira (5), é uma instituição filantrópica de caráter social, que atende cerca de 750 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em cinco núcleos localizados na periferia da Capital. “Este tributo simboliza o respeito e o reconhecimento à história da instituição”, afirmou o presidente da CCDH, também proponente da homenagem.

Segundo Jeferson, ao longo de cinco décadas, a ACOMPAR foi qualificando seu atendimento por meio dos programas de Educação Infantil e Assistência Social da Proteção Básica e Especial de média complexidade. Até 1991, foi administrada por estruturas da igreja católica. Depois, passou a ser administrada pela comunidade via associação sem fins lucrativos. Hoje, a entidade desenvolve programas de convivência e de fortalecimento de vínculos, acompanha crianças envolvidas em trabalho infantil e oferece cursos profissionalizantes, como o de serigrafia e o de embelezamento pessoal.

A homenagem foi acompanhada pela direção, professores, funcionários e alunos da ACOMPAR.



Parte IV

BREVE BALANÇO DAS ATIVIDADES



BREVE BALANÇO DAS ATIVIDADES

Sistema prisional e habitação mobilizaram parlamentares da CCDH em 2017

Marinella Peruzzo - MTE 8764 | Agência de Notícias

Ativistas de movimentos sociais, sindicalistas e servidores movimentaram as reuniões da CCDH ao longo do ano. O órgão acolheu e acompanhou o desfecho de denúncias de violações de direitos humanos, além de ter promovido dezenas de audiências públicas e debates sobre temas de interesse da sociedade.

A prisão do presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), na noite de 14 de junho, durante a reintegração de posse da ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre, foi um dos acontecimentos que marcaram a atuação do órgão técnico em 2017. Jeferson Fernandes (PT) foi detido, em pleno exercício da presidência da comissão, quando negociava uma saída pacífica para o conflito.

“Esse episódio acabou tomando uma dimensão muito significativa ao revelar que o Estado do Rio Grande do Sul, assim como o resto do país, não tem o tratamento adequado quando as pessoas se organizam para lutar, por exemplo, por moradia”, afirma o parlamentar. Segundo ele, não é papel da Brigada Militar combater movimentos sociais. “É óbvio que ela acaba tendo que obedecer ordens que vêm do Judiciário, mas isso precisa ser revisto”, diz. “Não que não haja determinação a ser cumprida, mas (é preciso rever) a forma como ela deve ser cumprida”.

Subcomissões

O tema da habitação teve destaque também com a criação da Subcomissão da Moradia, sob a relatoria da deputada Manuela d’Ávila (PCdoB), que reuniu lideranças comunitárias e autoridades na busca de soluções para o déficit habitacional.

Já o sistema prisional foi objeto da Subcomissão de Tratamento Penal, tendo como relatora a deputada Miriam Marroni (PT). A iniciativa surgiu a partir de audiência pública realizada em maio, que debateu o trabalho dos técnicos superiores penitenciários.

Corte Interamericana

A ida de parlamentares a Montevideu para reportar à Corte Interamericana de Direitos Humanos situações como a manutenção ilegal de presos em delegacias, a criminalização de direitos sociais e a extinção de políticas públicas para as

mulheres foi outra iniciativa importante no âmbito da Comissão. Com relação aos presos nas delegacias, situação que se arrastava há meses, a iniciativa resultou na transferência destes para a Penitenciária de Canoas.

Ao longo do ano, a comissão realizou 25 audiências públicas e 37 reuniões ordinárias. Os debates abordaram temas como violência obstétrica, violência contra homossexuais, lésbicas, transexuais e travestis, o impacto da Reforma da Previdência na filantropia, assédio sexual, os 53 anos do Golpe Militar no Brasil, o extermínio da população de rua, a rede de atendimento a crianças com deficiências múltiplas, a questão indígena e direitos dos povos de matriz africana.

Assuntos gerais

Diversos representantes de entidades da sociedade civil ocuparam o período dos assuntos gerais, parte final das reuniões ordinárias, para fazer denúncias, apresentar pleitos ou mostrar o trabalho que realizam. Foi o caso da coordenadora da Pastoral do Menor, Marisa Alberton, que participou de encontro da CCDH para pedir o apoio do Parlamento na divulgação de uma campanha sobre a eficácia das medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei.

No mesmo espaço, a CCDH acolheu servidores da Carris, que apresentaram denúncia de assédio moral contra a direção da empresa; e membros do Conselho de Assistência Social de Porto Alegre, que relataram a precarização do órgão. Também estiveram na Comissão, apresentando suas reivindicações, integrantes do Movimento Negro, servidores da Defensoria Pública, diretores da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul, grevistas do município de Cachoeirinha, moradores de rua e ocupantes de áreas públicas e particulares.

Atendimentos

As atividades internas da Comissão, segundo Jeferson, são tão intensas como as externas e exigem preparo e equilíbrio da equipe. No ano, a CCDH realizou vários atendimentos, que envolveram principalmente violência policial, assédio moral, perseguição institucional e sistema prisional. “Nos reunimos semanalmente para avaliar as demandas e fortalecer o ânimo da equipe, que é afetada emocionalmente pelos dramas humanos que nos chegam diariamente”, explica.

Sobre a Comissão

A CCDH tem presença permanente junto às comunidades do interior, visitando pessoas e sendo solidária com as vítimas da violência. Um trabalho de equipe que resgata a defesa da vida em todos os sentidos. Também trata de aspectos atinentes a direitos das minorias, do índio, do menor, da mulher, do idoso, segurança social, sistema penitenciário e demais assuntos relacionados à problemática homem-trabalho e direitos humanos.

A Comissão reúne-se às quartas-feiras, às 9h, na Sala Salzano Vieira da Cunha, 3º andar do Palácio Farroupilha. Integram a CCDH, como membros titulares, os deputados Jeferson Fernandes (PT), presidente; Miriam Marroni (PT), vice-presidente; Álvaro Boessio (PMDB), Bombeiro Bianchini (PPL), Pedro Ruas (PSOL), Enio Bacci (PDT), Luís Augusto Lara (PTB), João Reinelli (PV), Marcel van Hattem (PP), Manuela d'Ávila (PCdoB), Missionário Volnei (PR) e Lucas Redecker (PSDB).

SIGLAS UTILIZADAS NESTA EDIÇÃO

ACADEPOL – Academia da Polícia Civil
ACAMRECE – Associação das Câmaras de Vereadores da Região Celeiro
ACERGS – Associação de Cegos do Rio Grande do Sul
AL/RS – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
ALICE – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação
ALN – Aliança Libertadora Nacional
AMUCELEIRO – Associação de Municípios da Região Celeiro
APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
APP – Área de Preservação Permanente
APROPENS – Associação dos Técnicos Superiores Penitenciários do Rio Grande do Sul
ATEMPA – Associação dos Trabalhadores em Educação de Porto Alegre
AVTSM – Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes de Santa Maria
BM – Brigada Militar
BOE – Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar
CACIS – Câmara do Comércio, Indústria e Serviços
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CCDH/ALERGS – Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
CECT – Comitê Estadual Contra a Tortura
CEEE- Companhia Estadual de Energia Elétrica
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CIDH/OEA – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

da Organização dos Estados Americanos
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CODENE – Conselho Estadual de Participação e
Desenvolvimento da Comunidade Negra
CONAQ – Coordenação Nacional Quilombola
CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras
CPERS-Sindicato – Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CRDH/DPE/RS – Centro de Referência em Direitos Humanos da
Defensoria Pública do Rio Grande do Sul
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESSRS – Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul
CRM – Centro de Referência da Mulher
DEMAB – Departamento Municipal de Habitação
DESCAs – Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação – Centro
de Operações de Defesa Interna da Ditadura Militar no Brasil
DP – Delegacia de Polícia
DPPA – Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação
EC – Emenda Constitucional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ENDC – Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FONSANPOTMA – Fórum Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GAP/UFRGS – Grupo de Assessoria Popular da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul

GPESC/PUCRS – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

GPESC/PUCRS – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

GT – Grupo de Trabalho

IML – Instituto Médico Legal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBL – Liga Brasileira de Lésbicas

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MBL - Movimento Brasil Livre

MEC – Ministério da Educação

MJ – Ministério da Justiça

MLB – Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas

MNU – Movimento Negro Unificado

MP/RS – Ministério Público do Rio Grande do Sul

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEA – Organização dos Estados Americanos

OLN – Ocupação Lanceiros Negros

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima

PGR – Procuradoria Geral da República

PMs – Policiais Militares

POE – Pelotão de Operações Especiais da Brigada Militar

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

PROUNI – Programa Universidade para Todos

ROCAM – Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas da Brigada Militar

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial da Presidência da República
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena do
Ministério da Saúde
SIMPA – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre
SOGIL – Sociedade de Ônibus Gigante Ltda
SPM/RS – Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres
do Rio Grande do Sul
STF – Supremo Tribunal Federal
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
SUSEPE – Superintendência de Serviços Penitenciários
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TJ/RS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TSPs – Técnicos Superiores Penitenciários
UEE – Livre – União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNEGRO – União de Negros pela Igualdade

EXPEDIENTE

**Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa
do Estado do Rio Grande do Sul**

Assessoria CCDH 2017

Coordenadora: Sylvia Severo

Assessoria Técnica

Adriana Dias

Ariane Leitão

Matheus Fernandes da Silva

Mauro Guimarães de Mello

Samir Sanches Squeff

Organização e Sistematização do Relatório Azul 2017

Glauber Gularte Lima e Sylvia Severo

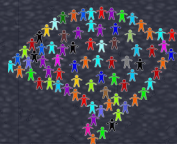
Diagramação, capa e editoração: Vanessa Vargas

Revisão: Andréa Farias

Jornalistas que colaboraram nesta edição: Andréa Farias, Celso Luiz

Bender, Eduardo Silveira, Fernanda Canofre, Francis Maia, Marco

Weissheimer, Marinella Peruzzo, e Olga Arnt.



**Comissão de
Cidadania e
Direitos
Humanos**

**Assembleia Legislativa do RS - Praça Mal. Deodoro, 101 - Centro Histórico,
Porto Alegre - RS, 90010-300 - Térreo.**

Telefone: (51) 32101639

 **@CCDHALRS**